



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA**



**DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL EM CIÊNCIA POLÍTICA – DINTER  
NÚCLEO DE ESTUDOS COMPARADOS DA AMAZÔNIA E DO CARIBE -  
NECAR**

**TESE DE DOUTORADO**

**ESSEQUIBO: PERCEPÇÃO VENEZUELANA SOBRE O  
LITÍGIO TERRITORIAL, 1966-2012**

**Severina Abreu Vasconcelos**

**Boa Vista – Roraima**

**2014**

Severina Abreu Vasconcelos

**ESSEQUIBO: PERCEPÇÃO VENEZUELANA SOBRE O  
LITÍGIO TERRITORIAL, 1966-2012**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para obtenção do título de doutora em Ciência Política, realizado em convênio com a Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Orientador: Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima

Boa Vista – Roraima  
2014

## CIP – Catalogação na Publicação

V331e Vasconcelos, Severina Abreu  
Essequibo : percepção venezuelana sobre o litígio territorial, 1966-  
2012 / Severina Abreu Vasconcelos. -- 2014.  
208 p.

Orientador: Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2014 .

1 - Fronteiras. 2 - Disputas territoriais. 3 - Região do Essequibo. 4  
- Venezuela. 5 - Guiana. I - Lima, Erick Linhares Cavalcanti, orient.  
II - Título.

CDU 327

Severina Abreu Vasconcelos

## **ESSEQUIBO: PERCEPÇÃO VENEZUELANA SOBRE O LITÍGIO TERRITORIAL, 1966-2012**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito para obtenção do título de doutora em Ciência Política, em convênio com a Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Tese de doutorado defendida em 03/11/2014, perante a Banca Examinadora, constituída dos seguintes membros:

---

Prof. Dr. Erick Cavalcanti Linhares Lima  
Orientador: Universidade Federal de Brasília (UFRR)

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Edson Damas da Silveira  
Universidade Federal do Amazonas (UEA)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças Santos Dias Magalhães  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

---

Prof. Dr. Isaías Montanari Júnior  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

---

Prof. Dr. Haroldo Eurico Amoras dos Santos  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)  
Membro Suplente

**Aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós,  
deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.**  
(Antoine de Saint-Exupéry)

À minha neta Daniela, amor incondicional,  
que deu mais luz à minha vida.

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – que em conjunto com a Universidade Federal de Roraima – UFRR – contribuíram para o desenvolvimento da preocupação temática que culminou nesta tese de doutorado.

Ao Núcleo de Estudos da Amazônia e Caribe – NECAR – da Universidade Federal de Roraima, pela responsabilidade em abrigar e dar estrutura para estudos voltados à compreensão política da Região Norte do Brasil.

Ao Prof. Dr. Paulo Visentini, pelo compromisso com o programa de doutorado junto ao NECAR, além do incentivo à pesquisa científica.

Ao meu orientador, Dr. Erick Linhares, sempre diligente e pontual em suas sugestões. Obrigada por acreditar no meu trabalho.

Aos meus professores do doutorado, pela contribuição em prol do conhecimento acadêmico.

Aos colegas do doutorado, companheiros nesta curta jornada acadêmica.

Aos professores membros da banca Dr. Haroldo Eurico Amoras, Dr<sup>a</sup> Maria das Graças Santos, Dr. Edson Damas e Dr. Isaiás Montanari Júnior, pela disponibilidade para conclusão desta tarefa.

Ao Instituto Federal de Roraima – IFRR –, que me apoiou com concessão de bolsa, viabilizando o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os funcionários do NECAR que, no trabalho cotidiano, tornaram possível a realização das exigências para o funcionamento do doutorado.

Aos queridos alunos de minhas rotinas, como professora, que sentiram a minha ausência e torceram por mim.

Aos que foram atenciosos em suas audições comigo, na Venezuela, cujas informações muito contribuíram para a configuração desta tese. Em especial, ao Coronel Pompeyo Torrealba, que me recebeu em seu gabinete e me apresentou a questão Essequibo, sou grata pela acolhida.

Aos meus filhos, Aline, Bárbara e Antônio Carlos, pelo respeito e confiança.

Ao meu esposo, Carlos Alberto, pelo incentivo.

A todos que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

A questão Essequibo tem sido assunto de pauta na política externa da Venezuela, desde o séc. XIX, quando foi assinado o Laudo de Paris, em 1899, por aquele país e pela então Guiana Britânica, como forma de dar solução à disputa fronteiriça entre as duas nações. No transcorrer da primeira metade do séc. XX, o problema persistiu como uma agenda aberta, dada a dificuldade de se estabelecer negociações eficazes com os britânicos, em função da instabilidade política e alternância de poder entre caudilhos e ditadores militares. Com a divulgação do *Memorandum Mallet-Prevost*, no final da primeira metade do séc. passado, a Venezuela passou a insistir pela anulação do Laudo, em decorrência de denúncias apontadas no *Memorandum*. Só após a democratização do país, no início dos anos 60, o assunto passou a ser pauta de negociações entre chanceleres das duas nações. Assunto que se tornou mais persistente com a proximidade da independência da Guiana, quando a Venezuela sela o *Acuerdo de Ginebra*, com o propósito de resolver a pendência fronteiriça no âmbito das comissões mistas, criadas sob os auspícios da ONU. Foi uma época de intensificação de propaganda pró-Essequibo na Venezuela, levando a região reclamada a constar, inclusive, no mapa venezuelano como *zona en reclamación*. No entanto, dada a conjuntura política na Guiana, decorrente da polarização ideológica entre o *People's Progressive Party* – PPP – e o *People's National Congress* – PNC –, a questão pouco progrediu, mesmo com a assinatura do Protocolo de *Puerto España*, em 1970, como previa o *Acuerdo*. O instituto do *buen oficiante*, como mediador proposto pela ONU, não impediu, tampouco, ações armadas contra o território guianense. Quadro este que permaneceu assim até o início da Era Chávez, quando o bolivarianismo e sua ideologia transnacionalista levou a Venezuela a aproximar-se de países latinos e caribenhos, incluindo a Guiana. Porém, concomitante ao andamento da agenda bolivariana, grupos pró-Essequibo, de ideologia nacionalista, constituídos por muitos membros da oposição à política chavista, passaram a propalar a conquista da região reclamada, numa clara evidência de que a questão Essequibo é parte de uma agenda persistentemente aberta, podendo ser utilizada por diferentes forças políticas da *República Bolivariana de Venezuela* contra a Guiana.

Palavras-chave: Venezuela. Guiana. Essequibo. *Zona en Reclamación*, Relações fronteiriças.

## ABSTRACT

Essequibo has been a subject of discussion in Venezuela's policy, since the 19th century, when the Award of Paris was signed in 1899 by that country and also by British Guiana, to solve the border dispute between the two nations. In the first half of the 20<sup>th</sup> century, the problem persisted as an open question, because of the difficulties to establish effective negotiations with the British, due to political instability and alternation of power between the military dictators and the warlords. With the release of the Memorandum Mallet-Prevost, at the end of the past first half century, Venezuela insisted on cancelling the award because of complaints which there were in the Memorandum . Only after the democratization of the country in the early 60's, the situation started with the negotiation between the foreign ministers of both nations, and it became more persistent with the proximity of Guyana's independence. At that time Venezuela had sealed the "Acuerdo de Ginebra", in order to solve the border problems with the mixed commissions created under the auspices of the UN. In Venezuela they started an intensified propaganda pro Essequibo, requiring the claimed area to be included in the Venezuelan map as "Zona en Reclamación". However, because of the political situation in Guyana, due to the polarization between the People's Progressive Party – PPP – and the National People's Congress – PNC – the situation did not improve, even with the signing of the Port of Spain Protocol, in 1970. The Institute Buen Oficiante, proposed by the UN as a mediator, could not stop armed actions against the Guyanese territory. Remaining like that until the beginning of Chávez era when the bolivarianism and his transnationalist ideology led Venezuela to approach the Latin and Caribbean countries, including Guyana. The groups pro Essequibo with a nationalist ideology, formed by the members of political opposition to Chávez, began to spread ideas of conquest of that claimed area, showing that Essequibo is a question of discussion and which can be used by different political forces of the Bolivian Republic of Venezuela against Guyana.

Keywords: Venezuela. Guyana. Zona en Reclamación. Essequibo. Border dispute.

## SIGLAS

<b>AAG</b>	Amerindian Association of Guyana
<b>AD</b>	Acción Democrática
<b>AE</b>	Acción Electoral
<b>ALBA</b>	Aliança Bolivariana para as Américas
<b>ALCA</b>	Área de Livre Comércio de las Américas
<b>ARDI</b>	Agrupación Revolucionaria de Izquierda
<b>ARS</b>	Alianza Revolucionaria Socialista
<b>CAN</b>	Comunidade Andina
<b>CARICOM</b>	Caribbean Community
<b>CIA</b>	Central Intelligence Agency
<b>CN</b>	Convergencia Nacional
<b>COPEI</b>	Comite de Organización Política Electoral Independiente
<b>COBAN</b>	Comissão Binacional de Alto Nível
<b>CTV</b>	Confederación de Trabajadores de Venezuela
<b>CVP</b>	Corporación Venezolana de Petróleo
<b>DAC</b>	Democratic Action Committee
<b>EEUU</b>	Estados Unidos de la América
<b>FEI</b>	Frente Electoral Independente
<b>FALN</b>	Fuerzas Armadas de Liberación Nacional
<b>FARC</b>	Fuerzas Armadas Revolucionaria de Colombia
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GDF</b>	Guyana Defense Force
<b>GUMP</b>	Guiana Unidet Muslim Party
<b>JP</b>	Justice Party
<b>JRG</b>	Junta Revolucionaria de Gobierno
<b>MAN</b>	Movimiento de Acción Nacionalista
<b>MBR</b>	Movimiento Bolivariano Revolucionario
<b>MEP</b>	Movimiento Electoral del Pueblo
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>MINARDEE</b>	Movimiento Nacional al Rescate del Essequibano e el Essequibo
<b>MIR</b>	Movimiento de Izquierda Revolucionario
<b>MPCA</b>	Man-power Peoples Citizen Association
<b>MUD</b>	Mesa de Unidad Democrática
<b>MVR</b>	Movimiento V República
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPEP</b>	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
<b>ORVE</b>	Movimiento Organización Venezolana
<b>PAC</b>	Political Affairs Committee
<b>PCV</b>	Partido Comunista de Venezuela
<b>PDN</b>	Partido Democrático Nacional

<b>PNC</b>	People's National Congress
<b>PP</b>	Popular Party
<b>PPP</b>	People's Progress Party
<b>PRIN</b>	Partido Revolucionário de Integração Nacionalista
<b>PRN</b>	Partido Revolucionário Nacionalista
<b>PSUV</b>	Partido Socialista Unido de Venezuela
<b>PYO</b>	Progressive Youth Organization
<b>TUC</b>	Trades Union Congress
<b>UCV</b>	Universidad Central de Venezuela
<b>UF</b>	United Force
<b>UNASUL</b>	União de Nações Sul-Americanas
<b>UNE</b>	Unión Nacional Estudiantil
<b>UNT</b>	Un Nuevo Tiempo
<b>URD</b>	Unión Republicana Democrática
<b>YSM</b>	Young Socialist Movement

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01	<i>Zona en reclamación</i> .....	17
Mapa 02	<i>Guayana Esequiba (zona en reclamación)</i> .....	18
Mapa 03	Esboço da Linha Schomburgk e suas ampliações.....	47
Mapa 04	Esboço final da Linha Schomburgk.....	48
Mapa 05	Localização da área do contestado.....	66
Mapa 06	Linha com os limites máximos reclamados pela Grã-Bretanha em 1897.....	70
Mapa 07	Croqui sobre a definição de fronteira após o Laudo de Paris.....	80
Mapa 08	Localização da ilha Anacoco (Ankoko).....	111
Mapa 09	Localização das populações indígenas na região em litígio	127
Mapa 10	Ciudad Puerto Esquivel .....	165

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	12
<b>2 A REGIÃO DO RIO ESSEQUIBO E A CONTROVÉRSIA TERRITORIAL ENTRE VENEZUELA E GUIANA.....</b>	17
2.1 O Essequibo como campo de disputas políticas.....	25
<b>3 DINÂMICA HISTÓRICO-POLÍTICA NA REGIÃO DAS GUIANAS: OS CAMINHOS PARA O DESENLACE DE PROBLEMAS FRONTEIRIÇOS.....</b>	31
3.1 O estabelecimento da Guiana: entre holandeses, franceses e britânicos.....	36
3.2 A República Batava: domínio francês.....	39
<b>4 AS LINHAS DE SCHOMBURGK E AS ORIGENS DAS CONTROVÉRSIAS DA GUIANA BRITÂNICA COM VENEZUELA E BRASIL.....</b>	42
4.1 A primeira expedição de Schomburgk e suas interpretações.....	43
4.2 A expedição de Schomburgk à região do rio Essequibo e o início dos conflitos de fronteira com Venezuela.....	50
4.3 Expedição de Schomburgk ao sul da Guiana e ao Monte Roraima e início do caso Pirara.....	52
4.4 O pretensão humanismo naturalístico de Schomburgk e a ideia do uso de indígenas na proteção de fronteiras.....	55
4.5 A simpatia com os índios do Rupununi e o início dos conflitos de fronteira com o Brasil.....	59
4.5.1 A Questão Pirara.....	63
4.6 O <i>Memorandum Mallet-Prevost</i> .....	67
4.6.1 Instabilidade Política e o <i>Memorandum</i> de Mallet-Prevost.....	71
4.6.2 A ditadura de Pérez Jiménez e as consequências do <i>Memorandum Mallet-Prevost</i> .....	75
4.6.3 Do <i>Memorandum</i> de Mallet-Prevost e a oficialização dos problemas fronteiriços.....	78
<b>5 GUIANA: DE COLÔNIA A PAÍS INDEPENDENTE E A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO ESSEQUIBO.....</b>	81
5.1 A formação da Guiana e a institucionalização de suas forças políticas.....	83
5.2 As forças políticas na Venezuela no período posterior à ditadura de Pérez Jiménez.....	89
<b>6 RECLAMAÇÃO DA REGIÃO DO ESSEQUIBO COMO AGENDA DE ESTADO: VENEZUELA E GUIANA.....</b>	97
6.1 O governo de Raul Leoni e o Acordo de Genebra: o problema Essequibo como assunto de Estado.....	102
6.2 Unilateralidade da diplomacia Venezuelana frente à comissão mista: o caso Anacoco.....	109
6.3 A radicalização da diplomacia unilateral da Venezuelana: a revolta do Rupununi.....	118
6.4 Consequências da Revolta do Rupununi diante da ambição venezuelana de anexar a região reclamada.....	135
<b>7 A ASCENSÃO DE HUGO CHÁVEZ E A POLÍTICA DO <i>BUEN OFICIANTE</i>...</b>	151
7.1 Formação e reação de grupos pró-Essequibo.....	157
<b>CONCLUSÃO.....</b>	168
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	176
<b>Anexos.....</b>	188

## 1 INTRODUÇÃO

Há alguns anos, numa visita à biblioteca da *Universidad Central de Venezuela* – UCV –, chamou a atenção o fato de o mapa daquele país, exposto em uma das paredes, trazer uma área hachurada, chamada *zona en reclamación* cujo território pertence à atual República Cooperativa da Guiana. Entender quais implicações desencadearam a suposta reivindicação da área pela Venezuela constituiu-se nas primeiras impressões para o início do projeto desta tese de doutorado. Para tanto, selecionar informações sobre a área geográfica em questão e deslindar o percurso histórico contribuíram para nortear os passos iniciais da pesquisa, levando à revelação de um litígio fronteiriço, denominado questão Essequibo, com desdobramentos que afetaram as relações entre a Venezuela e a Guiana.

As primeiras leituras sinalizaram a existência do problema e seu esgotamento político, que passara desde então a ser parte de saudosistas do século passado, quando a Venezuela passou por uma espécie de frenesi diante da questão, levando-a para um campo de luta diplomática com a Guiana, então um jovem país, que às vezes reverberava para tensão fronteiriça e uso de força militar entre si. Observou-se, na ocasião, que a demanda Essequibo havia sido esgotada em sua potencialidade e repousava no leito do esquecimento, como tantos outros imbróglis fronteiriços na América Latina, valendo citar os casos Malvinas e Cordilheira do Condor. Ambos tiveram desdobramentos militares de fato, que após duras tensões deixaram de ser acionados em decorrência de agendas de políticas mais conciliatórias. Aspectos que se somaram ao fato de que, na ocasião do projeto de tese, o fenômeno político Hugo Chávez estava vivendo a maturidade de sua revolução bolivariana, absorvida com todos seus contornos por países como Equador, Bolívia e Argentina.

Até essa fase, se havia um problema em torno da *Zona en Reclamación*, não se poderia conjecturar, ainda, nenhuma hipótese sobre ele, dado o fato de suas potencialidades de entendimento, pela lógica do conflito fronteiriço, supostamente, terem se esvaziado em decorrência de sua

pacificação. Porém, eventos posteriores vieram a mudar essa visão confortável do problema, quando na Ilha de Margarita, Venezuela, um dos chamados grupos pró-essequibo, frequentes nas redes sociais, permitiu falar sobre o assunto. Desse primeiro encontro, aconteceu outro em Caracas, no qual se observou que membros pró-essequibanos ocupavam cargos importantes no governo de Hugo Chávez. A partir daí, abriu-se para a pesquisa uma visão mais completa sobre a contenda, revelando que a questão Essequibo era uma chama que ainda se mantinha viva, não apenas na memória de pró-essequibanos, mas pela forma como era apropriada por grupos e pessoas que faziam oposição ao chavismo. Não se quer afirmar com isso que essa oposição fosse inteiramente pró-essequibana, porém apontar que o discurso pró-essequibano era oportunadamente apropriado por grupos de oposição no país. Por isso, observa-se a densidade da controvérsia, justamente por envolver indivíduos e forças políticas atuando no país.

A partir de então, a demanda fronteiriça com a Guiana fez ver uma Venezuela que, não obstante o momento de crises e fragilidade política, ainda mantinha acesa a chama do fogo Essequibo. Diante disso, levantou-se a primeira hipótese sobre a questão, que é a permanência do problema Essequibo, apesar de a Guiana ter sido inserida no projeto bolivariano, e suas pendências de fronteira com a Venezuela serem apresentadas como um assunto passado. Daí a proposição de um problema escorregadio, pela capacidade de não se colocar como querela pelos sujeitos da questão, a Venezuela e a Guiana.

Isso admitiu vê-lo, não a partir dos memorandos e contratos comerciais entre os dois países, mas de ações e movimentos cheios de interstícios e meandros, características verdadeiras da demanda Essequibo. Daí a necessidade de percebê-lo em sua dinâmica, tanto externa, no que diz respeito à política bolivariana, como interna, por se configurar exatamente nos movimentos pró-essequibo e na maneira como forças políticas de oposição a Chávez passaram a se apropriar desse discurso. Para tanto, contatos mais frequentes com pró-essequibanos possibilitaram não só a acumulação de material bibliográfico, como o entendimento de que havia um percurso histórico que levou à configuração do problema e aos desdobramentos, provocados por

ele na Venezuela e na Guiana, inclusive com repercursões até no Brasil. Esses primeiros passos deveriam se constituir a partir da definição de uma linha temporal histórica que se iniciou na Guiana.

A partir daí, despontou-se a necessidade de conhecer a parte afetada por essa demanda territorial, que é a Guiana, país cuja estrutura universitária não permitiu o surgimento de bibliografia sobre a questão, justamente pelo fato de ser ainda um país relativamente jovem. As definições coloniais na Guiana cobravam atenção por serem elas os marcadores do problema fronteiriço, principalmente em decorrência das viagens de Robert Schomburgk, responsável, inclusive, por gerar diferendos fronteiriços com o Brasil e o Suriname. Todavia, a atenção teria que se voltar não exclusivamente a Schomburgk e suas linhas de fronteira, mas para a maneira como os venezuelanos passaram a ver o problema depois do *Memorandum Mallet-Prevost*. Instabilidades políticas no país que duraram mais de duas décadas não permitiram o acionamento do problema em decorrência do *Memorandum*, o que irá ocorrer somente em meados dos anos sessenta, quando a conjuntura política no país assim permitiu.

Fase essa que será a de maior crise em relação ao litígio, visto ser a Guiana uma recém-colônia que havia se tornado independente. Por outro lado, a posição venezuelana em torno dele estava inserida no espectro ideológico da Guerra Fria, cujas tensões de fronteira flutuavam ao sabor da disputa bipolar entre Estados Unidos e União Soviética. Com efeito, a demanda venezuelana não se efetivou em decorrência de acordos bilaterais assinados, gerando frustrações internas que reverberaram em ações armadas na fronteira, como caso Anacoco (Ankoko) e Eteringbang, e, principalmente, o suporte venezuelano dado à Revolta do Rupununi. No contexto da distensão da Guerra Fria, nos anos setenta, a questão foi deixada sob responsabilidade do *buen oficiante*, indicado pela Organização das Nações Unidas – ONU –, embora constantemente sendo parcialmente uma atividade ao sabor da conjuntura política.

Quando Chávez chegou ao poder, com ele também esteve sua cultura militar, setor este da Venezuela em que a controvérsia repercutiu de maneira mais sensível. Por conta disso, a recuperação do Essequibo estava entre suas

metas, certamente conjugada, ainda, a uma agenda nacionalista para a Venezuela, tal como os militares apregoaram desde o período Pérez Jiménez. Porém, Chávez sofreu uma tentativa de golpe em 2002, suspostamente com apoio americano, que o levará à radicalização de seu programa bolivariano, quando a Guiana deixou de ser um imbróglia fronteiro para ser parceira comercial dileta. Por essa ocasião, em função de sua aproximação com Georgetown, grupos de oposição passaram a utilizar a bandeira pró-essequibo, levantada permanentemente em redes sociais, como *facebook*, por exemplo, para atacar Chávez, acusando-o de fraco, diante da Guiana com suas pretensões em relação ao território marítimo e às concessões de exploração de recursos naturais na região essequibana. Tais ataques trouxeram a questão Essequibo outra vez para agenda política, porém apropriada pela oposição. Os desdobramentos seguintes revelaram, não só que a contenda tenha se transformado numa discussão unânime na Venezuela, mas ser ela uma realidade viva, mobilizada por grupos simpáticos ao litígio. As análises desses resultados levaram a esta tese, estruturada em seis tópicos:

A apresentação da região do rio Essequibo e a configuração da controvérsia territorial entre Venezuela e Guiana;

O cenário, em que as potências coloniais ocuparam as guianas e deram forma mercantil a elas, formatando-as de acordo com interesses econômicos da época;

Os estudos de Schomburgk como os primeiros a apresentar uma proposta de demarcação de fronteira que gerará litígios posteriores, não só com a Venezuela, mas com o Brasil e Suriname. A respeito do Brasil, procurou-se demonstrar o desdobramento de seu litígio para compreender que a mesma argumentação utilizada em relação ao Pirara, serviu para Schomburgk justificar a linha de fronteira com a Venezuela;

Examina o resultado da publicação do *Memorandum Mallet-Prevost* e sugere-se que seus desdobramentos ficaram limitados por conta da conjuntura política da ocasião, definida por práticas caudilhistas que não permitiam ainda tratar a demanda como questão de Estado. Porém é uma fase, não obstante a prática caudilhista sem base popular, em que o problema começou a ganhar

repercussão, principalmente entre intelectuais e militares até tornar-se agenda de Estado com o processo de independência da Guiana Britânica. Na mesma estruturação argumentativa, faz-se breve explanação sobre a estruturação dos partidos políticos na Venezuela, depois da ditadura de Pérez Jiménez. A intenção desta parte é mostrar como o problema Essequibo foi sendo incorporado como parte das agendas dos partidos que se formaram após o chamado *Pacto de Punto Fijo* ;

A fase em que o problema Essequibo ganha densidade e é incorporado como agenda de Estado em termos de política exterior da Venezuela, ao mesmo tempo em que descreve as rotinas da Comissão Mista, formada por ocasião do *Acordo de Genebra*, quando não impediu de o país fazer uso de uma diplomacia agressiva contra Guiana, que desembocou na invasão da ilha de Anacoco (Ankoko) e no suporte à chamada Revolta do Rupununi. As consequências desses eventos levaram à assinatura do *Protocolo de Port of Spain* e ao congelamento da reclamação Venezuelana;

Por fim, o problema Essequibo em sua atualidade, após a ascensão de Hugo Chávez e a implantação de sua utopia bolivariana, chamada de *Socialismo del Siglo XXI*. Procura-se avaliar também como a política exterior chavista com Georgetown passou a ser baseada em cooperação e acordos bilaterais, e o Essequibo relegado à figura do *buen oficiante*. Enfatiza-se neste capítulo a maneira como tal projeto chavista vai ser confrontado com pautas de oposição, cuja questão Essequibo torna-se bandeira antichavista. O capítulo traz, ainda, informações que permitem, através de ativismo pró-essequibo, afirmar que a demanda fronteiriça venezuelana ainda é uma agenda aberta suscetível à apropriação de diferentes forças políticas no país.

A conclusão se reporta ao fato de que todo o debate em torno do Essequibo, incluindo seu falso esquecimento, criou um imaginário em relação ao problema que por ora parece não se esvaziar, mas, ao contrário, tudo indica ser alimentado por uma conjuntura cuja fragilidade das instituições políticas venezuelanas mobiliza a disputa justamente em função da indefinição sobre o futuro da Venezuela. A ideia é mostrar a permanência da questão Essequibo na estruturação política do país e suas consequências para a Guiana.

## 2 A REGIÃO DO RIO ESSEQUIBO E A CONTROVÉRSIA TERRITORIAL ENTRE VENEZUELA E GUIANA

A *República Bolivariana de Venezuela* tem sido, nos últimos tempos, um país cujas transformações estruturais na economia e política afetaram profundamente a vida de sua população, a relação com seus vizinhos e com as principais nações hegemônicas do mundo. Quando Hugo Chávez assumiu a presidência da Venezuela em 1998, eleito pela primeira vez, além de expectativas em torno da melhoria da qualidade de vida de grande parte da população venezuelana, havia ainda a esperança de que Caracas recuperasse, definitivamente, a *Zona en Reclamación* ou *Guayana Esequiba*, região rica em minérios da bacia do Essequibo, com 159.500Km<sup>2</sup>, cuja soberania pertence hoje à República Cooperativa da Guiana.

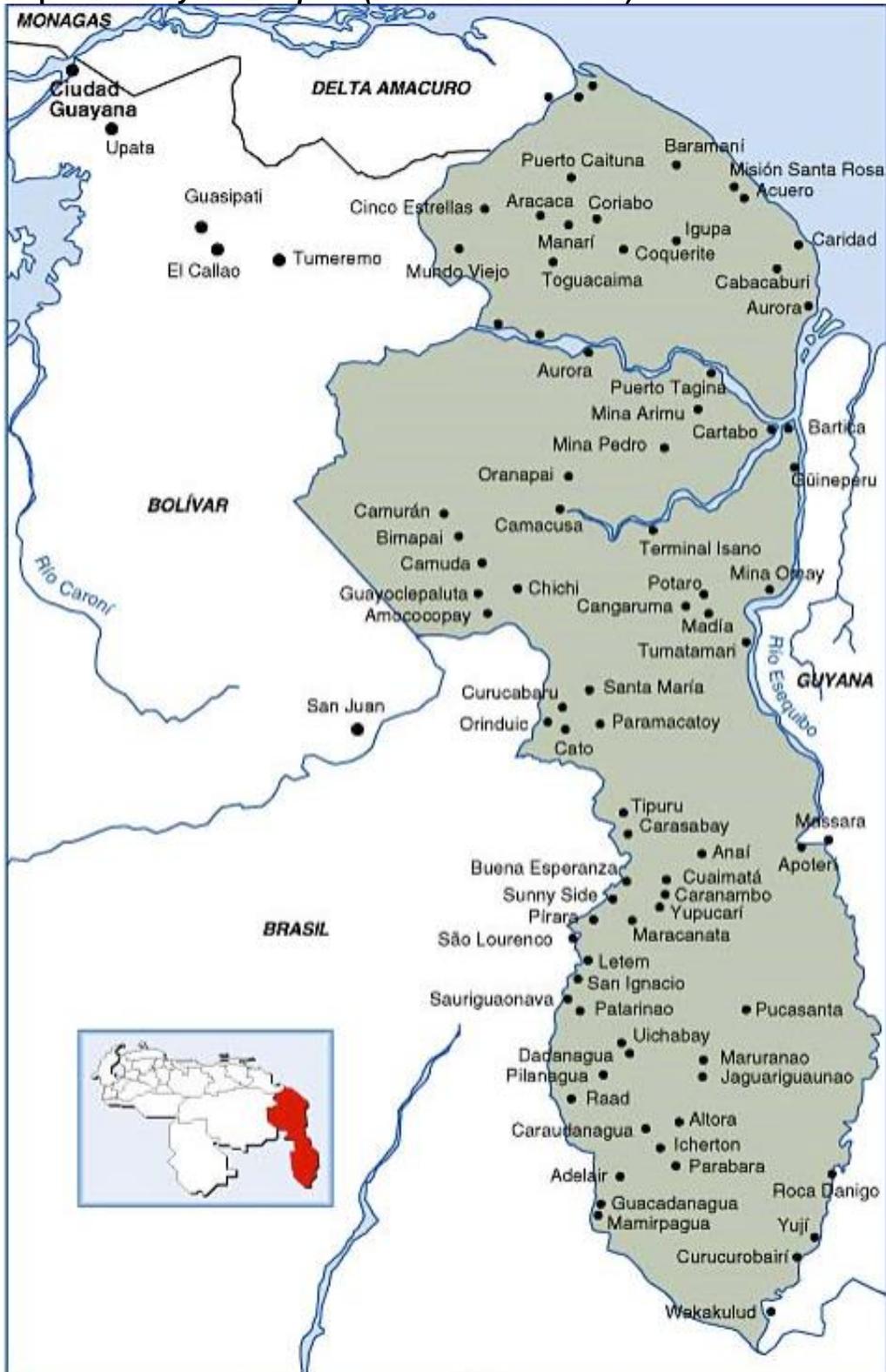
**Mapa 01 - Zona en reclamación**



**Fonte:**

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Guayana\\_Esequiba#mediaviewer/File:Venezuela\\_Division\\_Politica\\_Territorial.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guayana_Esequiba#mediaviewer/File:Venezuela_Division_Politica_Territorial.svg), Acessado em 10/02/2013.

**Mapa 02 - Guayana Esequiba (zona en reclamación)**



**Fonte:** Baseado em Mapa da Zona em reclamación do Instituto Geográfico de Venezuela Simón Bolívar, primeira edição, República Bolivariana de Venezuela, 2005.

A área fora parte da circunscrição administrativa espanhola na época colonial, cedida, porém, à Grã-Bretanha, por um tribunal arbitral internacional<sup>1</sup>, em 1899. A questão fronteiriça foi reaberta por Caracas, em 1962. A Guiana obteve sua independência em maio de 1966, após a assinatura do *Acuerdo de Ginebra*<sup>2</sup>, entre Venezuela, Grã-Bretanha e um representante de sua então Guiana Britânica. Esse acordo confirmava a existência da controvérsia e, principalmente, remetia para as vias internacionais a solução da disputa. Não obstante o transcurso dos anos, a controvérsia restou latente até os dias de hoje.

E, mesmo com o militar Chávez instalado no Palácio de Miraflores, uma nova ordem mundial, já não mais bipolar, mas unipolar – tendo à frente os Estados Unidos como potência militar e econômica –, redirecionava os interesses estratégicos de todos os países – inclusive da Venezuela –, gerando como consequência a necessidade de fortalecimento regional. Por isso, as pendências territoriais com a Guiana não se tornaram agenda principal de seu governo, embora continuassem latentes nas ações dos chamados grupos pró-essequibo, formados no país depois da assinatura do *Protocolo de Port of Spain*<sup>3</sup>, constituídos, em sua maioria, por intelectuais, políticos e militares. Paradoxalmente, em 1999, Hugo Chávez logrou aprovar na nova Constituição o artigo 10<sup>4</sup> que, em linhas gerais, reproduzia o mesmo fundamento do artigo 7º da Constituição de 1961, no governo de Rómulo Betancourt, (ano em que se iniciou a formalização da reivindicação venezuelana sobre a *zona en reclamación* como uma ação de Estado), mantendo ativa a reivindicação secular do país sobre essa região.

---

<sup>1</sup> Composto por dois membros das partes envolvidas no conflito e um terceiro neutro. A Venezuela representada por juristas dos Estados Unidos. A parte neutra esteve a cargo da Rússia.

<sup>2</sup> O *Acuerdo de Ginebra* está registrado na Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas sob o Nº 8192 do ano de 1966. Estabelece-se a criação de uma Comissão Mista de Limites para, em um prazo de quatro anos, indicar qual poderia ser a solução do problema.

<sup>3</sup> Acordo de paz assinado em 18 de junho de 1970, entre Venezuela e Guiana, que praticamente congelou as disputas territoriais entre os dois países. Propunha a busca de uma solução para o fim do litígio.

<sup>4</sup> O referido artigo traz o seguinte conteúdo: “El territorio y demás espacios geográficos de la República son los que correspondían a la Capitanía General de Venezuela antes de la transformación política iniciada el 19 de abril de 1810, con las modificaciones resultantes de los tratados y laudos arbitrales no viciados de nulidad”.

Em 2000, momento de simpatia de Chávez em relação à demanda venezuelana em torno da região do rio Essequibo, houve denúncias de que americanos estariam instalando uma base para lançamento de foguetes na chamada *Zona en Reclamación*, atualmente território guianense, somada Artigos inflamados circularam em jornais venezuelanos, enfatizando a soberania venezuelana sobre esse território e alegando que a presença americana contrariava os anseios patrióticos e direitos históricos venezuelanos em torno da região. O episódio levou a uma reunião de chanceleres entre Caracas e Georgetown<sup>5</sup>. Ainda em setembro do mesmo ano, em Brasília, Hugo Chávez manteve encontros com o presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo por conta da contenda.

Do lado da Guiana, desde o fim da chamada Era Burnham, que durou de 1964 a 1985<sup>6</sup>, com reflexos até 1992, devido à hegemonia política do *People's National Congress* – PNC –, a diplomacia buscou atenuar a pressão venezuelana pela região, através de acordos empresariais frágeis com multinacionais, principalmente, coreanas, malasianas e chinesas<sup>7</sup>, para o aproveitamento dos recursos naturais da região. A ausência de uma política guianense voltada para o Essequibo ampliou a presença de garimpeiros ilegais na localidade, em sua maioria, brasileiros, implicitamente, estimulados pela lei de recursos minerais do subsolo do país (EL IMPULSO, 25/08/2000)<sup>8</sup>.

Para os venezuelanos, essa iniciativa de Georgetown fere acordos internacionais, firmados entre os dois países em torno da região, justificando,

---

<sup>5</sup> Nove anos depois, em 14/06/09, o *El Nacional*, publicou a seguinte informação: “Guyana y Venezuela planean reanudar el diálogo para solucionar su larga disputa territorial, estancada hace dos años tras la muerte del mediador designado de las Organización de las Naciones Unidas (ONU), dijeron las autoridades”, mostrando que tais “questões pendentes” ainda não foram resolvidas.

<sup>6</sup> Forbes Burnham assumiu como primeiro ministro em 1964, dois anos antes da independência (1966), governando até 1968, quando foi reeleito. Em 1970, declarou a Guiana uma república Cooperativa.

<sup>7</sup> Ver sitio: <http://www.ggmc.gov.gy/>; e mais recentemente artigo publicando em 08/06/2009, em El Universal.

<sup>8</sup> Basicamente, os distritos Barima-Waini, Cuyuni-Mazaruni, Potaro-Siparuni e Upper Takutu-Upper Essequibo compreendem um território que cobre mais de 50% de toda Guiana, cuja economia baseia-se na silvicultura e minério, com uma ligeira vocação para criação no distrito do sul do país. Do mesmo modo são regiões procuradas por garimpeiros, principalmente brasileiros, que de forma legal e também clandestina estão envolvidos na extração de ouro e diamante ( MACMILLAN PUBLISHERS, 2009, p. 36)

inclusive, incursões militares, objetivando a destruição da estrutura de garimpos<sup>9</sup>. Por conta disso, a questão sobre o Essequibo incorporou-se ao discurso político interno da Venezuela. Setores de oposição ao governo chavista passaram a destacar os direitos de Caracas sobre o território e apontaram o desinteresse, por parte do Palácio de Miraflores, como traição à Pátria. Turno A., ex-embaixador da Venezuela na Guiana assim declarou:

El desinterés de la Cancillería en el tema es evidente, lo cual demuestra el falso nacionalismo de este gobierno, que se "rellena la boca" con la palabra soberanía cuando se trata de atacar retóricamente a EEUU o a la Corte Interamericana de Derechos Humanos, pero es incapaz de defender la integridad territorial de Venezuela. He tenido información que el consuetudinario patrullaje que la Armada hacía en nuestra fachada atlántica colindante con la Zona en Reclamación ha sido suspendido. (TURNO A, em *El Universal*, 31/07/2012)<sup>10</sup>.

Mas essa não foi a primeira vez que a controvérsia territorial assumiu dimensão política, tanto em Caracas como em Georgetown. Com efeito, a pesquisa levanta algumas indagações: por que a Venezuela resolveu reabrir internacionalmente a questão sobre Essequibo apenas em 1962, quando o estudo em que se baseia sua pretensão<sup>11</sup> foi publicado em 1949?; por que os britânicos aceitaram, em 1966, pelo *Acordo de Genebra*, reexaminar os documentos em que se basearam o laudo arbitral sobre os limites fronteiriços, sendo o *Foreign Office* ciente de suas possíveis ramificações?; e, por fim, por que o *Acordo de Genebra* foi realizado três meses antes da independência guianense, justamente quando havia a possibilidade de um governo marxista liderar o novo país?

A proposta desta tese é demonstrar que esse litígio fronteiriço se configura em agenda aberta suscetível a interpretações de diferentes forças

---

<sup>9</sup> Em novembro de 2007, aviões venezuelanos avançaram sobre espaço aéreo guianense para a expulsão de garimpeiros, supostamente brasileiros (ver: [http://www.aminera.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=6962&Itemid=2](http://www.aminera.com/index.php?option=com_content&task=view&id=6962&Itemid=2). Acessado em 23/07/2014).

<sup>10</sup> O desinteresse do Ministério das Relações Exteriores sobre o tema é evidente, o qual demonstra o falso nacionalismo deste governo, que "enche a boca" com a palavra soberania quando se trata de atacar retoricamente os EUA ou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas é incapaz de defender a integridade territorial da Venezuela. Tive a informação que o costumeiro patrulhamento que a Marinha fazia na nossa costa atlântica, adjacente à Zona em Reclamação, foi suspenso.

<sup>11</sup> Trata-se do *Memorandum Mallet-Prevost*.

políticas nos dois países. Na Venezuela, prepondera a ênfase pela recuperação e anexação da região essequibana. Situação que mobilizou a diplomacia venezuelana e, dado seu esgotamento, setores nacionalistas da sociedade venezuelana. Por outro lado, na Guiana, o assunto serve para definir posições políticas dos partidos, com base em fundamentações étnicas, como as do *People's Progressive Party* – PPP – e do *People's National Congress* – PNC.

Não obstante a normalização política entre os dois países, nos governos dos presidentes guianenses Desmond Hoyte, Cheddi Jagan e Bharrat Jagdeo e seus pares venezuelanos, Jaime Lusinchi, Carlos Andrés Pérez e Hugo Chávez, a reclamação venezuelana por terras da Guiana apresenta-se como um vulcão, ora lança cinzas, ora se acalma (PROCÓPIO, 2009, p. 325). Tal instabilidade, por exemplo, foi demonstrada pelos partidos venezuelanos de oposição, no transcorrer das últimas eleições, quando se deu a descoberta de combustíveis fósseis entre os rios Orinoco e Barima<sup>12</sup>, justamente na *Zona en Reclamación*. Argumento utilizado por Capriles, em entrevista de campanha<sup>13</sup>, posicionando-se pela recuperação do Essequibo.

O atual presidente, Rafael Nicolás Maduro, herdeiro do espólio político de Hugo Rafael Chávez Frias, levou à frente medidas políticas que converteram a nação, quarta exportadora de petróleo, em um lugar de constantes rusgas com a oposição, contrapondo-se aos projetos coletivistas e antiamericanos, tônica do chamado socialismo do séc. XXI.

Por conta desse quadro, as liberdades política e de imprensa tornaram-se relativas no país, dado o controle que o governo exerce sobre o judiciário, o legislativo e os meios de comunicação. Também as grandes cidades, como Caracas, Maracaibo, Puerto la Cruz e Puerto Ordaz já não colhem mais o resultado do milagre econômico dos anos 70 e início de 80, auferidos em decorrência do alto preço do petróleo na ocasião. As consequências atuais

---

<sup>12</sup> Segundo o *El Nacional*, estudos geológicos da UDO revelam que na *zona en reclamación* onde vivem 46.010 indígenas, existem 25 toneladas de ouro, diamante e minerais metálicos. *El Nacional* 04/09/2000.

<sup>13</sup> Ver entrevista em: <https://www.youtube.com/watch?v=8ZC1F8ISuh8>. Acessado em 12/03/2013.

dessa política de governo podem ser medidas pelo alto índice de pobreza no país, violência<sup>14</sup> e desemprego.

Esse quadro político passou a ser desenhado por Chávez, depois da aprovação da Constituição por um *referendum*, em 1989. Com ela, logrou romper o modelo político tradicional que já durava 42 anos, baseado no chamado *Pacto de Punto Fijo Fijo*, quando dois partidos, a *Acción Democrática* – AD – (de tendência social-democrata), e o *Comite de Organización Política Electoral Independiente* – COPEI – (de centro-direita), alternavam-se no poder. Com mandato de 06 anos, confirmado através de novas eleições realizadas em 2000<sup>15</sup>, o presidente não apenas mudou o nome do país para *República Bolivariana de Venezuela*, como reorientou a economia do país para projetos coletivistas e redefiniu sua política exterior aproximando-se de Cuba, com a qual firmou um acordo para a venda de 53.000 barris diários de petróleo a preços abaixo dos de mercado, também com Irã e Líbia.

Vitimado por câncer, Chávez faleceu no início de março de 2013, deixando como herdeiro seu chanceler das relações exteriores, Nicolas Maduro. Eleito pelo Partido Socialista Unido da Venezuela – PSUV –, em 2013, com uma diferença de pouco mais de 235.000 votos, de um universo de 7.505.338 votos, vencendo Henrique Capriles, do Mesa de Unidade Democrática – MUD –, numa eleição turbulenta, cujos resultados continuam contestados pela oposição. Maduro tem dado continuidade ao chamado bolivarianismo criado por Chávez, que impôs políticas coletivistas internamente, e, no plano externo, deu apoio a governos populistas de esquerda na Bolívia, Nicarágua, Equador e Argentina. Por essa perspectiva, a Venezuela passou a priorizar alianças comerciais com seus vizinhos andinos, como a Comunidade Andina (que abandonou após embates diplomáticos com a Colômbia) e, mais recentemente, com o Pacto Amazônico e o MERCOSUL,

---

<sup>14</sup> O *Le Monde* publicou matéria sobre violência na Venezuela, dizendo que: A Caracas, devenue la capitale la plus meurtrière d'Amérique latine, les jeunes sont particulièrement exposés aux violences. Quel est le problème le plus grave du Venezuela? « L'insécurité », répond Jorge Martinez, étudiant à l'université métropolitaine de Caracas. Quel est le problème le plus grave du Venezuela? « L'insécurité », confirme Alberto qui y travaille comme appariteur. Sur le tee-shirt de Jorge, une inscription au feutre: « Je veux la vie, l'électricité et la télé ». *Le Monde*, 15/02/2010.

<sup>15</sup> Em 2006, Hugo Chávez foi reeleito, com 62,9 % dos votos, contra Manoel Rosales.

além de impulsionar alianças de esquerda com a UNASUL (A União de Nações Sul-Americanas), com a ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) e com o Foro de São Paulo.

Por conta dessas perspectivas, a problemática em torno do Essequibo não se tornou parte da agenda de governo, desde a tentativa de golpe contra Chávez em 2002. Anteriormente, Chávez havia imposto ao país 49 decretos, antecipados por uma radical proposta de reforma agrária. Greves e tumultos entre simpatizantes chavistas e a oposição antecederam o dia do golpe. Chávez foi resgatado de Turiamo, local onde se encontrava detido, por forças legalistas apoiadas por fortes manifestações populares. Ao superar o golpe, Chávez viu a necessidade de endurecer a revolução bolivariana, que deveria ser estendida a outros países latino-americanos. Internamente, Chávez eliminou as resistências à imposição da revolução bolivariana e, externamente, buscou aproximação com países opositores aos Estados Unidos, declarados apoiadores ao golpe, aproximando-se de Cuba, China, Rússia e as FARC, grupo insurgente na Colômbia por décadas. Por essa nova agenda interna e externa, a questão deixou de ser prioridade, e a Guiana tornar-se-ia parceira comercial e direção de importantes recursos financeiros a serem investidos na estrutura produtiva do país.

A ausência de uma posição diplomática clara em torno da problemática Essequibo na configuração da política externa da Venezuela, fundada no bolivarianismo, levou à formação de grupos pró-essequibanos, que se tornaram ativos propagadores da reivindicação venezuelana pela região. Formados por militares e profissionais liberais, constituem-se numa militância que está articulada em todo o país, utilizando principalmente as redes sociais para manter vivo o propósito de recuperação da região do rio Essequibo. Realizam reuniões periódicas, debatem em colóquios e encontros a problemática essequibana, organizam excursões pela região demandada e, principalmente, utilizam-se das redes sociais para propalar a ideia dos direitos históricos da Venezuela pela região. Os habitantes da região, por estarem numa fronteira híbrida, em momento algum, têm-se mostrado hostis a tais

incursões<sup>16</sup>. A eficácia da maneira como esses grupos conseguiram alcançar seus objetivos, através da mobilização nessas frentes, pode ser medida pela forma como os partidos de oposição a Maduro, nas últimas eleições, encamparam as ideias manifestadas por tais grupos, através de manifestações pró-essequibo, principalmente através de programas televisivos.

Tais problemáticas apontam a atualidade da Questão Essequibo, e a necessidade de analisá-la num contexto político-diplomático mais amplo, envolvendo, inclusive, vieses econômicos decorrentes de políticas integracionistas continentais, como a adesão da Venezuela ao MERCOSUL. A Guiana – sede da CARICOM –, por seu lado, depois de anos de alianças com o Caribe, tem projetos de aproximação econômica com o Brasil, através do chamado Arco Norte. Relações estas que deverão levar, necessariamente, ao debate sobre a soberania da região, principalmente após a construção da ponte internacional sobre o Rio Tacutu, ligando Bonfim a Lethem. Do ponto de vista da integração regional, a ponte contribui para dinamizar o comércio da pequena vila de Lethe, devido ao fluxo de brasileiros e à possibilidade de conexão via estrada, a capital Georgetown<sup>17</sup>.

## **2.1 O Essequibo como campo de disputas políticas**

Regiões de fronteira, na leitura de Turner (TURNER, 2004, p. 23), estão relacionadas a amplas áreas livres prontas a serem ocupadas<sup>18</sup>, caso análogo à ocupação do interior do Brasil desde o descobrimento (PRADO Jr, 2006). Porém, do mesmo modo, por formas de acontecimentos, elas são construções sociais e políticas que podem aparecer onde antes não havia

---

<sup>16</sup> Em estudos recentes, a pesquisadora Bondarenko Pisemskaya verificou o segundo quadro sociolinguístico na região do rio Essequibo: “El número de individuos bilingües que hablan español e inglés en esta zona, donde prolifera minería ilegal, es desconocido (...), el gobierno nunca ha publicado estas cifras y es dudoso que siquiera las tenga”. Sin embargo, se conoce que los indígenas de la etnia akawayo que habitan en la Zona en Reclamación hablan, además de su idioma indígena, el inglés (BONDARENKO P., 2010: 24).

<sup>17</sup> Para Agostinho, “ esta ligação é de importância vital para a ligação de toda a Amazônia Ocidental com o Atlântico e daí para a Europa, Estados Unidos e Ásia”, e também o fato de a Guiana estar interligada com um novo cabo submarino internacional para transmissão da Internet e poderá trazer uma derivação para Manaus, passando por Roraima e melhorando nossas comunicações da web banda larga (AGOSTINHO, 2012, p. 387).

<sup>18</sup> Embora Turner se refira à ocupação europeia do oeste americano.

nenhuma. Por isso, estudando-as, pode-se saber qual sua dinâmica, e a evolução histórica das instituições e das relações sociais que vão moldando e reconfigurando as formas de vida e imaginário daqueles afetados por ela. Assim, espaços fronteiriços estão permanentemente em construção, sendo por isso mais que uma linha divisória, dada sua indefinição em termos de uma identidade nacional, segurança e dinâmica econômica. A região do rio Essequibo constitui-se numa fronteira que se encaixa nessa definição por ser parte não de uma disputa territorial, mas de vinculações políticas, parte da dinâmica dos partidos políticos na Venezuela, e argumento de identidade territorial para a Guiana, país de maior complexidade étnica e social se comparado à Venezuela, que, entretanto, também é o de maior fragilidade econômica.

Por isso que o caso Essequibo, visto a partir de sua dinâmica histórica, repercute e, de certa forma, orienta as posições políticas de partidos e agentes, tanto na Venezuela quanto na Guiana, tal qual um jogo no campo, como sustenta Bourdieu (BOURDIEU, 1992, p. 72-73). O autor argumenta ainda que a dinâmica dos agentes políticos se define historicamente de acordo com as possibilidades na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder, cuja posição condiciona o acesso às vantagens específicas que estão em jogo no campo, bem como suas relações objetivas com outras posições (Idem, p. 73). Dessa forma, a política, como um campo de forças, é, ao mesmo tempo, um campo de lutas que define relações de poder. Logo, as possibilidades abertas aos agentes na estrutura de distribuição do campo, tanto no aspecto sincrônico como diacrônico, pressupõem não apenas o estado dessa estrutura, mas a sua dinâmica ou processo de constituição.

Como o interesse desta tese é verificar a dinâmica de relações que implica disputa de fronteira entre os dois países em questão, as conceituações teóricas de Bourdieu em torno das ideias de campo e *habitus* servem para compreender como pessoas e grupos sociais se posicionam diante desse processo, e como as forças políticas do país se colocam diante da configuração histórica aberta com a reclamação venezuelana pela região do rio Essequibo. Por esse ponto de vista, os agentes envolvidos no problema da reclamação, sejam políticos, militares, intelectuais ou burocratas ligados ao

governo da Venezuela, definir-se-iam no modo como se apropriam desse discurso, o da legitimidade em torno da reclamação e acionam-no para garanti-lo como força política. Isso, apropriando-se do conceito de campo de Bourdieu, dá-se pelo fato de ele ser autônomo e ter sua própria lógica de funcionamento. Lógica que está no posicionamento daqueles que nele estão envolvidos. Existe um interesse político específico, não automaticamente redutível aos interesses dos outorgantes do mandato, pois, ainda seguindo a pista conceitual do autor, há interesses que se definem na relação com as pessoas do mesmo partido ou contra as pessoas dos outros partidos.

Fernandes (FERNANDES, 2010), todavia, aponta o interesse de Bourdieu em demonstrar, também, uma configuração coletiva imposta sobre o líder, que se impõe como poder simbólico, configurando-se líder legitimado pela vontade coletiva. Entretanto, é importante mencionar que esse ponto de vista, diretamente, não se coloca como interesse para esta análise, e sim a sugestão pertinente que Bourdieu dá sobre campo político é que permite compreender como serão apresentadas as várias fases do andamento político em torno da reclamação venezuelana pelo Essequibo, após assinatura do Laudo Arbitral, em Paris. Desde então, ações pontuais foram encetadas, principalmente, a partir dos anos 40, tornando-se, posteriormente, questão de Estado, na década de 60. Atenuada até o início dos anos 90, e novamente acionada, com uma nova configuração, não por políticas estatais, mas por partidos de oposição venezuelanos, num momento em que se testava a legitimidade da política bolivariana de Chávez, vinculada ao que ele denominou de socialismo do século XXI.

Dessa forma, a maneira como o discurso em torno do Essequibo foi sendo construído, como será demonstrado, guarda relações com a institucionalização dos partidos políticos na Venezuela, principalmente após o *Pacto de Punto Fijo*. Berkowitz (BERKOWITZ, 2003), a propósito, ao dizer que grande parte das ações políticas dá-se dentro das instituições, e, por isso, elas seriam instrumentos capazes de influenciar o comportamento dos indivíduos, enfatiza exatamente como as instituições ordenam as relações sociais no seu conjunto, incluindo a política.

Vendo assim, é possível perceber, guardadas as devidas proporções, uma similaridade com a situação vivida na Argentina. O regime militar argentino encontrava-se desgastado politicamente. As atrocidades cometidas na chamada guerra suja e a violação constante aos direitos somavam-se a uma profunda crise econômica. A Junta Militar, que então governava o país, mobilizou a causa em torno das Malvinas, gerando um forte apelo emocional, para se manter no poder (Idem). O desfecho não é importante para a análise da pesquisa aqui apresentada, senão o referencial de como um contexto histórico é apropriado por agentes de uma força política, no caso a junta militar, para alcançar objetivos, visando à permanência no poder.

Outro conflito regional, cuja apropriação do contexto histórico fora utilizada com interesses voltados a conseguir legitimidade em situação de crise, é o caso da guerra na *Cordillera del Cóndor*, entre Peru e Equador, em 1981, dada num momento de empobrecimento da população em decorrência de fenômenos climáticos. O presidente peruano Belaúnde Terry, do partido *Acción Popular*, ativa um contexto histórico que envolveu uma guerra entre os dois países, na disputa pela cordilheira, em 1942.

Sendo assim, a abordagem de relações políticas no contexto do campo social, como sugerido por Bourdieu, mostrar-se-á infundável, na maneira como podem afetar a estruturação dos partidos políticos e a organização das forças políticas na Venezuela, diante da dinâmica da questão Essequibo. Ademais, as teorias, com vistas à sua compreensão, terão que ser negociadas e revisadas a todo o momento, pois elas poderão ser afetadas em função das forças políticas presentes no processo.

Se isso pode explicar o funcionamento interno do sistema político, não dá conta, entretanto, do plano das relações políticas, quando este é pensado em termos de relações internacionais. Para esse propósito, pretende-se utilizar uma ferramenta analítica fundamentada na chamada teoria realista, principalmente, expressa nas ideias de Raymond Aron (ARON, 2002) que seguramente se inspirou em Thomas Hobbes (o sentido de acatar a ideia de Hobbes da necessária subordinação dos grupos à autoridade estatal), no que diz respeito à inevitabilidade de conflitos entre nações por se posicionarem

para segurar os objetivos dos estados nacionais. É dele também o argumento de que a política internacional contém, simultaneamente, elementos de rivalidades e cooperação. Ela se diferenciaria da política doméstica por não existir uma autoridade central, uma anarquia revelada pela beligerância das relações internacionais. Além desse lado conflituoso, há também o elemento social, pois, enquanto os estados podem impor força um contra o outro, reconhecem que pertencem a um reino comum. A ideia que fica é a de que parece existir um abarcamento, ou um propósito único com caráter permanente nas relações interestatais (COZETTE, 2008).

Ideia também presente em Jonh Herz (HERZ, 1989), que alude à territorialidade como fundamental na diferenciação política, reconhecendo o poder do nacionalismo para garantir a soberania do território. Pensando em termos da demanda pela região do Essequibo, pode-se dizer que a teoria Realista, que entende o sistema internacional como um palco anárquico, no qual não se define um estado que manipule as relações de poder, mas que sua distribuição muda através dos tempos, possibilita compreender como o conflito da Venezuela em relação à Guiana não avançou para uma guerra aberta de conquista territorial. Independente das influências sobre o conflito, este foi sempre negociado, considerando as alternâncias da política internacional, seja por uma posição pós-colonialista, por parte da Inglaterra e a consequente defesa da Guiana, sua ex-colônia, como também instituições multilaterais como a OEA e Nações Unidas, ou ainda a bipolaridade da guerra fria.

A maneira como o debate sobre o Essequibo está inserido na ordem política do presente, consoante Ernest Gellner (GELLNER, 19649, no qual o nacionalismo, sua relação com a era moderna e a consequente racionalidade que nela se encontra subjacente, fragmentariam as formas tradicionais de identidade. Gellner, que define nacionalismo como sendo a imposição geral de uma alta cultura à sociedade, contra a baixa cultura dominante na vida de grande parte da população, sustenta ser o nacionalismo necessário para assegurar laços comunitários para suportar as forças da modernidade. Pode-se observar que no caso Essequibo, o nacionalismo recorrente, em especial na Venezuela, mobiliza parte da população numa causa comum, levando-os a

aderir à formação de certos grupos pró-essequibo e reações de partidos políticos de situação ou oposição em ambos os países.

Tais leituras são importantes para se compreender o atual quadro político da Venezuela em relação à problemática em torno da região do rio Essequibo. O esvaziamento da agenda reivindicatória passou a ser contestado por partidos políticos de oposição e também desencadeou outra frente de ação através de grupos pró-essequibo que utilizam as redes sociais para difundir suas ações, contexto que será analisado em seguida.

### 3 DINÂMICA HISTÓRICO-POLÍTICA NA REGIÃO DAS GUIANAS: OS CAMINHOS PARA O DESENLAÇE DE PROBLEMAS FRONTEIRIÇOS

O tratado de Madri, assinado entre Portugal e Espanha em 1750, teve o objetivo de resolver a contenda entre Lisboa e Madri a respeito da Colônia de Sacramento. Porém, ele nunca foi efetivamente cumprido, porque simplesmente Portugal não via interesse em entregar para a Espanha a região de Sete Povos das Missões. O final do Tratado levou ao acordo do Pardo, em 1761, e à Guerra dos Sete Anos que culminou com a ocupação do Rio Grande do Sul pela Espanha. A situação só será definida com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, no qual os espanhóis se comprometeram a devolver a Ilha de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul ao Brasil. No caso das Guianas, esse tratado seguiria as linhas definidas pelo Tratado de Madri. Assim, dos anos 60 até meados de 1777, os tratados estiveram abertos para interpretações das potências coloniais na região. É nesse contexto que se pode compreender a presença espanhola, portuguesa e holandesa no vale do Rio Branco.

No lado espanhol, Centurión, em 1773, a partir de Angostura, atual Ciudad Bolívar, organizou uma expedição que chegou até o Uraricoera, na confluência com o Maú, a mando do tenente de infantaria Dom Vicente Díez de la Fuente. O cabo Rendón, conhecedor da língua Caribe, conseguiu aliar-se a alguns índios Macuxi e fundar três povoados: San Juan Bautista de Cada Cada, Santa Bárbara e Santa Rosa do Curaricaca (AMÓDIO, 1995, p. 52). Até então, o interesse espanhol pelas terras das guianas estava relacionado ao mito em torno da história do *El Dorado*, estimulada, entre outros, pelas viagens do inglês Walter Raleigh, que mencionou a existência de uma cidade de ouro no lago Parime, cuja lenda era o lugar onde estaria o *El Dorado*. Raleigh é quem pela primeira vez dá os detalhes da localização do lago, através de um mapa. As narrativas de Raleigh a respeito de índios vivendo na costa da Guiana e Venezuela chamaram a atenção de comerciantes holandeses que viram vantagens nos negócios com os nativos<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Aliás, é por conta de interesses comerciais que os holandeses organizaram a primeira expedição, em 1597, com dois navios, para explorar as terras da Guiana, à época chamada por

Porém, até o século XVIII, a ocupação dos territórios da Amazônia, incluindo a região das guianas estava a cargo de missionários. Somente nos últimos anos daquele século, é que o Estado passou a ser o agente fomentador das ocupações territoriais dessas regiões. No caso da Venezuela, Iturriaga foi quem empreendeu a conquista do Orinoco, dominando os Caribe e fazendo-os dispersar pelas regiões do Rio Branco e Essequibo. Manuel Centurión, que sucedeu Iturriaga, efetivou a ocupação do Orinoco e estabeleceu linhas de defesas contra os holandeses, em 1767 (Idem, p. 71). Numa etapa posterior, tal como acontecera na história da colonização da América do Sul, sobretudo no Brasil e Paraguai, a conquista por meio da guerra fora substituída pela conquista espiritual (DONIS, 2002, p. 21), embora Amódio mencione que Centurión encontrou entre os capuchinhos escassa colaboração.

Os espanhóis tinham interesse em encontrar o *El Dorado*, tanto que nos anos de 1771 ou 1772, uma expedição espanhola, comandada pelo cabo Isidro Rendón, vinda de Angustura (hoje Ciudad Bolívar) pelo Orinoco, fundou a cidade de São Vicente, entre o Parauá e Paravamussi, com cerca de cinquenta casas. De lá, adentrou o Rio Parima (como os espanhóis chamavam o Uraricoera) e se estabeleceu num lugar chamado Santa Rosa. Uma outra expedição, no ano de 1774, chegou até o Tacutu, alcançando a boca do Pirara para encontrar o Lago Dourado (NABUCO, op. cit. p. 195-197). O projeto de Rendón só não se concretizou pelos ataques que sofreu por parte de Caripunas e Macaripas, que lhe mataram o prático e feriram outros tantos que o acompanhavam (SAMPAIO, 1985, p. 188).

Porém, tudo indica que já no final do séc. XVIII, o mito em torno do *El Dorado*, pela própria história da ocupação holandesa na Guiana, que logo se estará comentando, perdeu sua força entre os espanhóis, sobretudo porque passaram a ter que dirigir suas atenções à presença de holandeses e portugueses nos Rios Essequibo e Branco.

---

eles de *América Peruana*. Cf. West India Company (Zeeland Chamber) to Storm van's Gravensande, Director-General in Essequibo, December 2, 1765, in: *Report and accompanying papers of the Commission appointed by the President of the United States "to investigate and report upon the true divisional line between the republic of Venezuela and British Guiana*. Washington: The Franklin printing and publishing company, etc., 1896-97, p. 63-64.

Os espanhóis estiveram presentes no vale do Rio Branco antes da construção do Forte de São Joaquim. Ojer sustenta que os espanhóis fundaram as três povoações (Santa Rosa do Curicaca, Santa Bárbara e São João Batista de Cada-Cada) estabelecidas na confluência do Tacutu com o Rio Branco, que se deram bem antes da chegada dos portugueses (OJER, 1969, p. 20). O sucesso do empreendimento espanhol deveu-se provavelmente a alianças com grupos indígenas locais. Rendón, espanhol que sabia falar a língua dos índios, conseguiu convencer alguns deles a se aldear, iniciando os três povoados, como já se mencionou (AMÓDIO, op. cit. p. 82-83.).

Informações sobre a presença de holandeses na região, que os espanhóis chamavam de Parima, teriam instigado Centurión a organizar o Projeto Parimé, que consistiu em três expedições desenvolvidas entre os anos de 1772 a 1775, servindo para assegurar a presença de espanhóis no Uraricoera (Idem, p. 80-88). E justamente no ano de 1776, João Pereira Caldas, Governador Capitão Geral no Pará, menciona a prisão de soldados espanhóis no Tacutu e a apreensão de papéis contendo ordens para o estabelecimento do domínio espanhol na região<sup>20</sup>. De acordo com a mesma fonte (Idem), tal comunicação decorreu da prisão de Gervazio Leclerc, a serviço da República da Holanda na Guiana, desencadeando o conflito entre Espanha e Portugal pela posse da região. Consta que Leclerc chegou ao Tacutu e juntou-se aos índios Caripuna, considerados pelos portugueses como aliados dos Holandeses, que lhe deram notícias sobre a presença de espanhóis, e mesmo levando-o para que com eles fizesse contato com os espanhóis (NABUCO, idem, idem). Em seguida, desertando-se dos espanhóis, chegou ao pescueiro português no Rio Branco, sendo conduzido para a capital do Rio Negro. É Leclerc quem comunicou aos portugueses a presença de espanhóis na confluência do Uraricoera com o Tacutu, o que iria mobilizá-los no sentido de preparar-lhes a expulsão. João Pereira Caldas então comunicou

---

<sup>20</sup> FRONTIÈRES DU BRÉSIL ET DE LA GUYANE ANGLAISE. LA PRÉTENTION ANGLAISE. Second Mémoire présenté à Rome le 26 septembre 1903 par Joaquim Nabuco, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire du Brésil en Mission Spéciale auprès de Sua Majesté le Roi d'Italie, 6 vols., Paris: A. Lahure, 1903, p. 210. (Doravante, como forma de melhor entendimento das citações alusivas às Memórias referentes à defesa da Questão Pirara, será utilizado o nome NABUCO por ter sido ele o autor da peça de defesa dos interesses do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em torno da questão Pirara.

a Tinoco Valente a necessidade de expulsão dos espanhóis, e este organizou um destacamento com cinquenta e tantos homens para aprisioná-los (Idem. p. 89).

As fontes espanholas mencionam um número bem maior, em que Centurión, escrevendo para Gálvez, dizendo que Tinoco enviou 200 homens e quinhentos índios fuzileiros (CENTURIÓN, 1776, *apud.* AMÓDIO, op. cit. p. 89).

O resultado foi a prisão, realizada pelo capitão-engenheiro, Felipe Sturm, de 40 espanhóis. Todos teriam desertado em decorrência do estado de penúria ao qual teriam sido submetidos nas povoações espanholas (NABUCO, Idem, p. 115-116). Nabuco sustenta que aos portugueses não interessava a busca do *El Dorado*, pois eram céticos em relação ao mito. Mas sua expedição contra os espanhóis tinha interesse maior em saber de seus objetivos, do que propriamente expulsá-los do lugar que era considerado posse portuguesa (Idem, *ibidem*). Ao que parece, os portugueses não levaram a sério o empenho dos espanhóis em encontrar a cidade dourada, mesmo que os prisioneiros tenham-lhes relatado os objetivos de suas excursões pelos rios Uraricoera, Tacutu e Maú.

Depois da prisão dos espanhóis e daqueles nativos que os seguiam, um grupo de índios conseguiu fugir das tropas de Sturm<sup>21</sup> e, depois de muitos dias, comunicaram a Centurión a respeito do ocorrido, que então escreveu uma carta de protesto ao Governador do Rio Negro, sustentando os direitos da Espanha sobre as terras da Guiana:

A hacer respetable este irregular procedimiento (sobre cuya credulidad me mantengo en indiferencia), conspiran las circunstancias de violar el derecho de la gente, una nación estrechamente unida con los vínculos de sangre, amistad y alianza, de desatenderse al acorde armonía guardada entre nuestros respectivos soberanos, y de cometer atentados violentos en un territorio que se pretende usurpar, siendo por derecho inconcuso de los dominios del Rey mi amo... de todos los modos (si es verdadero)

---

<sup>21</sup> Amódio alude que Centurión não confiou muito nos indígenas, e lhes perguntou como haviam conseguido escapar. Então, eles relataram que os portugueses os deixaram escapar depois de receber uma carta de Barcelos. Rendón, então prisioneiro, aproveitou a situação para mandar um recado sobre o estado das coisas aos espanhóis de Guirior (Amódio, op. cit, p. 91).

empeña a mi honor y obligación, como gobernador y comandante general que soy de esta provincia de Guyana, a solicitar se dé la satisfacción correspondiente a la nación española, y que la portuguesa se contenga dentro de sus límites en Rio Negro y Amazonas, para evitar las funestas consecuencias que produciría el contrario (Carta de Don Manuel Centurión ao Governador do Rio Negro protestando contra o aprisionamento da tropa espanhola e pedindo restrição de território – 27 de julho de 1776. In: NABUCO, 1903, op. cit. p.139)<sup>22</sup>.

Os portugueses, por intermédio do Governador do Rio Negro, responderam que a posse portuguesa se deu antes da chegada dos espanhóis. Nabuco argumenta que a reivindicação sobre o território em questão pelos espanhóis foi atalhada pelas circunstâncias que levaram à anulação do tratado de 1750, e quando estes se encontram no Rio Branco, o Tratado de Paris havia sido anulado (Idem, idem, p. 89).

O substituto de Centurión, Dom José Linares, é quem ensaia organizar a contra ofensiva aos portugueses. Donis diz que a incapacidade mostrada pelo vice-rei de Santa Fé em defender os territórios guianenses, ocupados por emissários de Centurión, conduziu à criação da capitania Geral de Santa Fé, em 1777, e que, um dia após a criação da capitania, uma ordem real pede providências para iniciar ações de guerra para expulsar os portugueses do Rio Negro e resgatar os povoados dos rios Uraricoera e Branco (DONIS, op. cit. p. XIV-XV). Tal intento coincidiu com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, assinado mais para pacificar o sul do Brasil do que propriamente dirigido para dar solução às contendas entre portugueses e espanhóis no vale do Rio Branco.

Os Capuchinhos da Venezuela haviam recebido ordens para alistar índios com objetivo de recuperar os povoados espanhóis destruídos pelos portugueses, justamente depois de os dois reinos terem assinado o tratado de

---

<sup>22</sup> Para fazer respeitável este procedimento irregular (em cuja credibilidade me mantenho indiferente), conspiram as circunstâncias de violar o direito das pessoas e de uma nação estreitamente unida com vínculos de sangue, amizade e aliança, de desatender o acordo harmônico entre os nossos respectivos soberanos, e de cometer atos violentos no território que se pretende usurpar, sendo domínio por direito indiscutível do rei meu senhor ... de todos os modos ( se for verdade ) empenha para minha honra e dever, como governador e comandante geral que sou dessa província da Guiana, para solicitar que se corresponda à satisfação da nação espanhola, e que os portugueses se contenham dentro de seus limites do Negro e Rio Amazonas, para evitar as terríveis consequências que produzem o oposto.

paz. O alistamento foi interrompido em seguida por ordem do Rei da Espanha, em função do cumprimento do tratado (*Idem, idem*). Os portugueses argumentaram que os postos ocupados pelos espanhóis eram na verdade, transitórios, substancialmente em decorrência de estes estarem mais interessados nas histórias em torno do *El Dorado*.

Concomitante a tais acontecimentos, no dia 13 de janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri, que, por um lapso dos espanhóis que até então não tinham voltado os olhos para essa parte da Amazônia, mais interessados que estavam pelas terras da Colônia do Sacramento, praticamente autorizou aos portugueses a ocupação do vale do Rio Branco, quando determinou os limites orientais da ocupação portuguesa. Se o tratado provocou mais contendas do que efetivamente a pacificação das relações entre os dois países, também houve o atenuamento da beligerância entre as duas partes na Amazônia.

Nesse aspecto, o interesse português na Amazônia não estava associado à busca do ouro ou à descoberta da mítica *El Dorado*. Ademais, para compreender como uma situação é absolutamente distinta de outra, é preciso ter em questão o interesse dos espanhóis pela bacia do Orinoco, que conseqüentemente estendia-se até o Rio Branco, como se demonstrou.

Em linhas gerais, o Tratado de Santo Idelfonso estabelecia o princípio de *Uti possidetis* e os mesmos limites do Tratado de Madri, com exceção das concessões portuguesas no sul do Brasil. Assim, com os espanhóis fora da disputa pela região, os portugueses conseguem consolidar suas conquistas no Amazonas e no vale do Rio Branco.

### **3.1 O estabelecimento da Guiana: entre holandeses, franceses e britânicos**

Os holandeses estabeleceram-se na Guiana por volta de 1613, quando tinham vários postos comerciais entre o Orinoco e o Amazonas. Nesse mesmo ano, espanhóis os expulsam do rio Corentine e manifestam intenções de permanecer na região (ISHMAEL, 2013, p. 79). Com a criação da Companhia

das Índias Ocidentais e expansão holandesa na região do Essequibo foi construído o Forte Kijkoveral, em 1620, a partir de interesses de Groenewegen, representante da Companhia, em também perseguir a lenda do *El Dorado*, supostamente localizado nas regiões mais ao sul da Guiana. Pelo Tratado de Munster (1648), o Rei da Espanha não só reconheceu as Províncias Unidas da Holanda, como garantiu todas as possessões holandeses nas regiões das Guianas, mesmo as que se encontravam sob domínio português (Idem. p. 92-93.). Em 1733, Bernard Waterham foi escolhido pela *Berbice Association* como o primeiro governador, estabelecendo, assim, o Tribunal de Política, constituído pelo governador, como presidente, e seis gerentes das principais associações de plantadores, e o Conselho de Justiça, responsável por administrar a justiça penal na colônia. Em 1799, um acordo entre Holanda e Grã-Bretanha definem as fronteiras da Guiana com o Suriname, que incorporou a margem oeste do Corentine à colônia de Berbice. Doravante, esse acordo será motivo de controvérsias entre Suriname e Guiana.

Durante a vigência do Tratado de Utrecht, em 1714, os holandeses ocupavam a costa do Barima e as savanas das áreas superiores do Cuyuni, além de estarem presentes também nas regiões de junção do Mazaruni e Cuyuni com o Essequibo. Segundo Ishmael, por essa época, os holandeses haviam estabelecido relações de amizade com tribos indígenas do interior, inclusive dando-lhes proteção contra ataques hostis de outras tribos (Ibidem, p. 131). Com a nomeação de Laurens Storm van Gravensande, como comandante do Essequibo em 1742, colonos ingleses são atraídos para região, que passou a experimentar um período de grande prosperidade, a ponto de ingleses passarem a fazer parte dos Conselhos de Política e Justiça por meio do *College of Keizers*, uma espécie de congregação de produtores. A prosperidade da colônia do Essequibo amplia o poder político dos ingleses, aumentando sua autonomia em relação à Companhia das Índias Ocidentais. Solos mais férteis nas regiões do Mazaruni e Cuyuni levam ao estabelecimento de fazendas dedicadas à plantação, utilizando escravos negros como mão-de-obra, escassa nessa região da colônia. A carência de mão-de-obra nas plantações chegou a tal extremo que se criou a categoria de escravos meio-livres, que trabalhavam uma parte do tempo nas plantações e outra para seus

próprios interesses. Os escravos eram a vida da colônia, e para mantê-los Gravesande sugere, inclusive, que sejam colocados guardas armados na boca e nas margens dos rios para evitar-lhes a fuga<sup>23</sup>.

Novas plantações foram sendo estabelecidas nas partes baixas dos Rios Essequibo, Mazaruni e Cuyuni. Essa expansão, somada à acusação de tráfico de escravos, passou a gerar reclamações dos espanhóis, que diziam estarem os holandeses ocupando terras as quais não eram deles, mesmo havendo uma conveniência dos espanhóis em relação aos holandeses que entravam em território espanhol para capturar escravos e índios fugitivos<sup>24</sup>. Os espanhóis procuraram responder ao avanço dos portugueses, de um lado, e o dos holandeses, de outro, por meio do estabelecimento de povoações. Eles nunca aceitaram a presença holandesa no Essequibo e Moruca, mas, naquele momento, não chegaram a dar uma resposta imediata à ação iniciada por eles, supostamente por temor de que, diante de um ato hostil, estes se aliassem à Inglaterra, dada a iminência do início da guerra entre os dois países (DONIS, op. cit, p. 181).

Por conta disso, havia o receio, por parte dos espanhóis, de que holandeses pudessem ocupar todas as extensões do Orinoco e, por isso, iniciaram, por volta de 1740, uma política de estabelecimento de missões na região e, concomitante, de apoio a escravos fugitivos das plantações do Essequibo. A posição de van Gravesande, até 1755, momento em que espanhóis e portugueses estavam definindo suas fronteiras, foi a de reforçar os postos holandeses, ameaçados com a presença espanhola, fazendo alianças com indígenas e, ao mesmo tempo, iniciar negociações sobre ocupações holandesas do Essequibo ao Barima. A partir de 1768, os ataques a postos holandeses na região, por parte de espanhóis, tornam mais persistentes, o que leva, em 1769, à formalização de protestos dos Estados Gerais da Holanda junto ao rei da Espanha. Com a aposentadoria de van Gravesande, os constantes ataques às plantações feitos por espanhóis e a consequente presença da ocupação da região por eles, dada principalmente por meio de

---

<sup>23</sup> *Report and accompanying papers ... op. cit. p. 117.*

<sup>24</sup> *Idem, pp.120-121.*

missões capuchinhas, provoca o esvaziamento da presença holandesa na região.

Por conta da guerra de independência dos Estados Unidos, a Inglaterra invadiu as possessões holandesas na Guiana, em 1781, por suspeitar que os holandeses estivessem colaborando com os americanos. Durante o tempo de ocupação britânica, todo o trecho do Essequibo, ao longo da costa, fora inspecionado, desde Barima até a boca do Orinoco, originando um mapa que fora publicado em Londres, em 1783. Antes, em 1782, os franceses expulsaram os ingleses e devolveram a colônia aos holandeses. Pelo tratado de Paz de Paris, os holandeses recuperaram suas colônias em 1784.

Nessa época, foi sugerida uma revisão na Constituição em vigor, desde Gravesande. Pela revisão, seriam estabelecidos dois conselhos de política, que estariam sob orientação do Diretor-Geral da colônia. A proposta de uma nova constituição viria desagradar os plantadores, uma vez que os membros indicados por eles teriam uma função meramente consultiva. Depois da intervenção dos Estados Gerais, criou-se um comitê para encaminhar este assunto, recomendando apenas um Conselho de Política, em que o diretor geral teria o voto com maior peso. Porém, a comissão encarregada da redação da revisão da constituição foi contra a administração da Companhia das Índias Ocidentais nos negócios da colônia. Por fim, os Estados-Gerais decidiram não acatar a proposta de reforma da constituição e nomearam um Conselho para a Colônia, com a responsabilidade de gerir os negócios na possessão holandesa.

### **3.2 A República Batava: domínio francês**

Na Europa, a Revolução Francesa começou com a simpatia dos ingleses. Porém, depois que os reis foram guilhotinados, a Inglaterra declarou guerra à França. A Holanda, por ser considerada, na época, uma aliada da Inglaterra, foi invadida pelos franceses. Com a ida do príncipe holandês, William Frederick V, o príncipe de Orange, para a Inglaterra, as colônias holandesas passaram a ficar sob proteção britânica (SMITH, op. cit, p. 24). Depois de ocuparem a Holanda, os franceses proclamam nos Países Baixos, a

República Batava, em 1795, o que diretamente colocaria as colônias da Guiana sob orientação da nova República.

Os ingleses, de acordo com Smith (Idem, idem), chegaram a oferecer proteção aos colonos contra os franceses, mas estes a recusaram e juraram lealdade à República Batava. Porém, devido à simpatia dos franceses em relação à proposta de liberdade aos escravos da colônia e à dificuldade de comercialização da produção colonial, a aliança entre a República Batava e plantadores da colônia começou a se fragilizar. Somou-se a isso o fato de serem comerciantes ingleses os financiadores da produção ao longo da costa, sobretudo de algodão. Muitos colonos ingleses já viviam na Guiana, trazidos por Gravesande, em 1774. São eles que estarão estimulando a Inglaterra a assumir o controle da colônia, instigando os britânicos a permanecerem na Guiana até 1802, quando se deu a assinatura do Tratado de Amiens, que acabou com a guerra entre Inglaterra e França.

Pelo Tratado de Amiens foram devolvidos o Essequibo, Demerara e Berbice para os holandeses, mas novamente foram tomados pelos britânicos, em 1803, quando uma outra guerra teve início na Europa por conta do não cumprimento das cláusulas do Tratado. Durante a guerra, os navios não puderam chegar à Guiana, impossibilitando os plantadores de comercializarem os seus produtos e, por consequência, impedindo-os de quitarem suas dívidas junto aos bancos britânicos e holandeses, causando-lhes grande prejuízo (ISHMAEL, 1988). Plantadores e banqueiros passaram a ter, na retomada da Guiana pela Inglaterra, uma solução à sua desgraça financeira.

A invasão britânica à Guiana aconteceu ainda em 1803, e os soldados britânicos foram efusivamente recebidos por plantadores entusiasmados. Pelas condições da rendição das colônias holandesas (Demerara-Essequibo e Berbice) para a Grã-Bretanha, nenhum novo estabelecimento poderia ser introduzido na colônia sem a aprovação do Tribunal de Política, mesmo que jamais os britânicos o levassem muito a sério.

Os plantadores holandeses, como aduz Ishmael (Idem, idem), não queriam perder sua influência no Tribunal de Política e muito menos o *College*

*of Keizers*. Por isso, fizeram forte oposição à administração colonial britânica, o que vai acabar induzindo os ingleses a verem o *College* como um representante exclusivo dos plantadores holandeses, levando, Carmichael, então administrador da colônia, a aboli-lo completamente.

Durante a guerra de independência dos Estados Unidos, em 1781, a Inglaterra captura as colônias do Essequibo e Demerara com o argumento de que a Holanda estaria apoiando o movimento independentista. Pelo Tratado de Amiens de março 1802, as colônias do Essequibo, Demerara e Berbice voltam a ser posses holandesas, mas, em 1803, por conta das guerras napoleônicas, os ingleses ocupam novamente as colônias e nelas permanecem até 1814. A interrupção do comércio, por conta da guerra, levou à falência produtores e comerciantes das colônias. No dia 17 de setembro de 1803, os britânicos ocupam formalmente a Guiana e mudam o nome da capital de Strabroek para Georgetown, em homenagem a George IV (Idem, *ibidem* ). Concomitante, iniciam reformas políticas para eliminar resíduos da administração holandesa na colônia, até a unificação das colônias sob o nome de Guiana Britânica, em 1831. É nesse contexto que se insere a presença de Robert Schomburgk na Guiana em 1835, um ano após a abolição da escravidão na colônia.

#### 4 AS LINHAS DE SCHOMBURGK E AS ORIGENS DAS CONTROVÉRSIAS DA GUIANA BRITÂNICA COM VENEZUELA E BRASIL

As informações que os britânicos tinham das cabeceiras, cursos de rios, interiores e, bem como, as potencialidades da colônia eram muito precárias, limitados à região costeira. Por privilegiar a ocupação dos lugares costeiros, os interiores da colônia eram praticamente desconhecidos. Por conta disso, nunca se soube exatamente sobre as posições das reais fronteiras da Guiana Britânica, a não ser aquelas precariamente desenhadas ou esboçadas como pretensão por seus vizinhos: Venezuela, Brasil e Guiana Holandesa. As explorações do prussiano Robert Schomburgk estão diretamente relacionadas à necessidade de esclarecer as posições das linhas de fronteira e informar sobre rios, animais, plantas e potencialidades dos interiores da colônia. Frank alude que:

Perece que as frequentes “mudanças de dono” da colônia, ao longo das três décadas anteriores a 1814, afetaram muito pouco a vida cotidiana tranqüila na região, até que, 20 anos depois, os ingleses decretaram a abolição da escravidão, também em todas as colônias britânicas (na “pátria”, já era proibida há décadas), decisão que, no caso da atual Guiana, provocou o imediato abandono em massa das plantações por parte dos seus (agora: já ex)-escravos, provocando a ruína financeira dos seus (ex)-donos, e sérias preocupações na Inglaterra com o futuro. Foi por esta razão que a “Real Sociedade Geográfica” decidiu realizar um levantamento detalhado dos recursos naturais, das condições econômicas, e da demografia da região, e contratou Robert-Hermann Schomburgk para executar este trabalho (FRANK, 2005, p. 03).

Robert Schomburgk, nascido em 1804, em Freyburg de Unstrut, Prússia, era um modesto naturalista que se tornou conhecido por estudar as correntes marinhas em Anegaga, parte das Ilhas Virgens, e publicou seus feitos na *Royal Geographical Society*. Seu estudo teria dado solução a três naufrágios ocorridos quando se encontrava na ilha (Idem, ibidem, p. 06). Conhecimento que lhe garantiu convite pela *Royal Geographical Society* para explorar as fronteiras e os interiores da Guiana Britânica. A intenção era aproveitar o entusiasmo científico de Schomburgk para conhecer a colônia e suas potencialidades.

Depois de aportes financeiros da Real Sociedade e apoio do Governo da Guiana Britânica, Schomburgk, admirador incondicional de Humboldt, iniciou a primeira fase de sua expedição, de caráter eminentemente científico, voltada para “investigações sobre composições sobre cobertura mineral, solo, clima, curso e navegabilidade de rios, pessoas, plantas e vida animal, estado atual e capacidade futura da colônia” (RIVIERE, 2006, p. 16).

#### **4.1 A primeira expedição de Schomburgk e suas interpretações**

A primeira expedição de Schomburgk pela Guiana Britânica pode ser dividida em três fases:

- a) A que acontece entre 21/09/1835 a 28/03/1836, ocasião em que se deu o reconhecimento do Essequibo até a Catarata Williams IV (assim batizada por Schomburgk), em direção ao Rupununi.
- b) A que se deu ao reconhecimento do plano de embocadura do Corentine e do Berbice.
- c) É a última, de setembro de 1837 até junho de 1839, quando realizou o reconhecimento do Essequibo até suas fontes e fez observações dos rios Rewa e Guidaru. Ocasão em que também visitou ao Forte de São Joaquim e, de uma expedição do Pirara até o Monte Roraima, desceu por Esmeralda e Cassiquiare até o Rio Negro, logo subindo o Rio Branco até o Forte de São Joaquim, para posteriormente descer os rios Rupununi e Essequibo e chegar a Georgetown.

A descrição dessas fases permite conhecer como se foi na imaginação de Schomburgk as linhas das fronteiras da Guiana Britânica, motivo de posterior discussão dos três vizinhos, e, principalmente, fator desencadeador da disputa em torno da região do rio Essequibo, hoje zona reclamada pela Venezuela. Do mesmo modo, demonstra como interesses estritamente científicos foram se tornando políticos por conta de seu contato com as populações indígenas e suas observações sobre o estado deplorável desses indígenas, fator importante para a politização das explorações desse prussiano.

Na primeira fase de suas explorações, na primeira vinda à Guiana Britânica, Schomburgk explora o rio Essequibo, seguindo seu curso em direção à nascente, quando acessa o rio Rupununi e se estabelece na região do rio

Pirara, que conecta, em épocas invernosas, através do lago Amaku, o Rupununi com o Maú. No Pirara, havia uma aldeia com 14 casas e 80 indígenas, que lhe garantia suporte para explorar as cabeceiras do rio Rupununi e Essequibo. Retornou a Georgetown, em 1836.

Na segunda fase, partindo de *New Amsterdam*, explorou o curso dos rios Corentine e Berbice, quando em *Navidad* deu nome às plantas com grandes folhas que flutuavam sobre as águas de Vitória Régia, supostamente em alusão à rainha vitória (OJER, idem, p. 21). Retornando a Georgetown para se recuperar de uma doença. Em 1837, volta ao Pirara e procede explorações mais sistemáticas em suas cabeceiras.

Na terceira fase, iniciada em 1838, Schomburgk se hospeda no Forte de São Joaquim para preparar uma viagem exploratória mais complexa, que, de certa forma, o levaria mais próximo das explorações de quem ele muito admirava: Humboldt (RIVIERE, op. cit., p. 16), que outrora havia estado nas cabeceiras do Orinoco. Do Forte de São Joaquim, Schomburgk parte das cabeceiras do Maú até Esmeralda e de lá, pelo Orinoco, até o canal de Cassiquiare, por onde desce o rio Negro até o Branco, atingindo outra vez o Forte de São Joaquim, em 22 de abril de 1839. Em julho do mesmo ano, chegou a Georgetown, concluindo suas expedições exploratórias.

Essas três fases de suas explorações parecem ter confrontado Schomburgk com o estado de miséria e penúria vivida por indígenas em todos os locais de suas andanças, tanto que as viagens seguintes revelam um Schomburgk bem mais sensibilizado com a situação vivida pelos indígenas. Por isso que, mesmo tendo um roteiro determinado pela Real Sociedade, Schomburgk agiu com certa autonomia em relação aos objetivos que lhes foram pré-determinados. Esse desvio do objetivo principal de sua missão servirá de matéria para seus críticos. Ojer, baseado em cartas de Schomburgk, diz que:

Nada de lo que hasta el momento viene realizando Schomburgk satisface a la Sociedad de Geografía. A su proyecto de publicar un mapa de gran tamaño con indicación de todas las haciendas de la colonia, le responden que antes debe realizarse el mapa de toda la colônia. Yá Schomburgk piensa en exploraciones de las West Indies británicas, pero se le recomienda que antes termine las de Guiana.

Todo esto era muy lógico, pero a los oídos de Schomburgk resonaba a críticas e reproches. (OJER, op. cit, p. 29)<sup>25</sup>.

Também Joaquim Nabuco, comenta que “Schomburgk sentiu-se predestinado a ser o modelador da Colônia, e ele queria dar a seu plano o melhor possível”. E continua:

A mentalidade de Schomburgk em relação a esses territórios em 1858, fica bem evidente em uma carta, de 25 de agosto, a Sir Thomas Buxton Fowell (..), nesta carta ele diz que: Em todo caso, o divisor de águas entre os afluentes do Essequibo, de um lado é o Amazonas, de outro, as fronteiras naturais (NABUCO, idem, 1903, p. 06).

A teimosia dita por Ojer, ou a ambição à qual se refere Nabuco, mostram que justamente por conta dessa autonomia, é que se despertará em Schomburgk o interesse em definir as fronteiras da Guiana Britânica, imaginando assim poder garantir condições de sobrevivência à população indígena da colônia. Por isso, frequentemente, ele acusa venezuelanos e brasileiros sobre o tratamento destinado aos indígenas, vistos por ele como uma virtuosidade em corrupção, como a respeito da segunda expedição de Schomburgk, quando dividiu as viagens exploratórias com seu irmão Richard:

Em realidade, tanto Robert-Hermann como Richard Schomburgk se mostram convencidos de que a mera presença (de representantes) da “civilização ocidental” entre povos “indígenas” em qualquer parte do mundo produz (sempre e necessariamente, e em graus variáveis com o tempo que perdura este contato) uma fatal corrupção do “caráter”, isto é, dos princípios morais e estéticos dos primeiros. Tal corrupção afeita inclusive (via o alcoolismo, enfermidades contagiosas, e as “comodidades urbanas”) a integridade biofísica dos povos indígenas atingidos, tornando os seus integrantes “feios”, “moles” e “viciados”, sinal do seu inevitável destino final: a morte física e desaparecimento sócio-cultural (FRANK, op. cit. p.14).

Portanto, teimoso e ambicioso, como anteriormente mencionado, e agora também humanista, Schomburgk poderia muito bem ser enquadrado em perfis que, no entanto, estão relacionados entre si. Primeiro, por de fato pretender realizar explorações científicas maiores ou equivalente as de seu

---

<sup>25</sup> Nada do que até agora vem sendo realizado por Schomburgk satisfaz a Sociedade de Geografia. Ao seu projeto de publicar um grande mapa com indicação de todas as fazendas da colônia, responderam que antes seria necessário mapear toda a colônia. Já Schomburgk pensa em explorar as Índias Ocidentais, mas recomendam-lhe que termine a da Guiana. Tudo isso era muito lógico, mas aos ouvidos de Schomburgk ressoava como críticas e reprovações.

ídolo Von Humboldt; segundo, por ver a definição das fronteiras da Guiana como uma missão grandiosa prestada ao Império Britânico; por último, ao realizar tudo isso, celebrava também sua utopia humanística e relativista, posteriormente presente naquilo que ficou conhecido como *Völkerkunde*<sup>26</sup>. Por isso, definir fronteira e caracterizar um espaço onde pudesse harmonizar homem e natureza estava no imaginário de Schomburgk na Guiana. Por esse seu ponto de vista, estava evidente que venezuelanos e brasileiros eram antípodas a tais ambições.

O certo é que suas primeiras explorações permitiram a elaboração de um mapa da Guiana Britânica que se deu, segundo Silva, quando

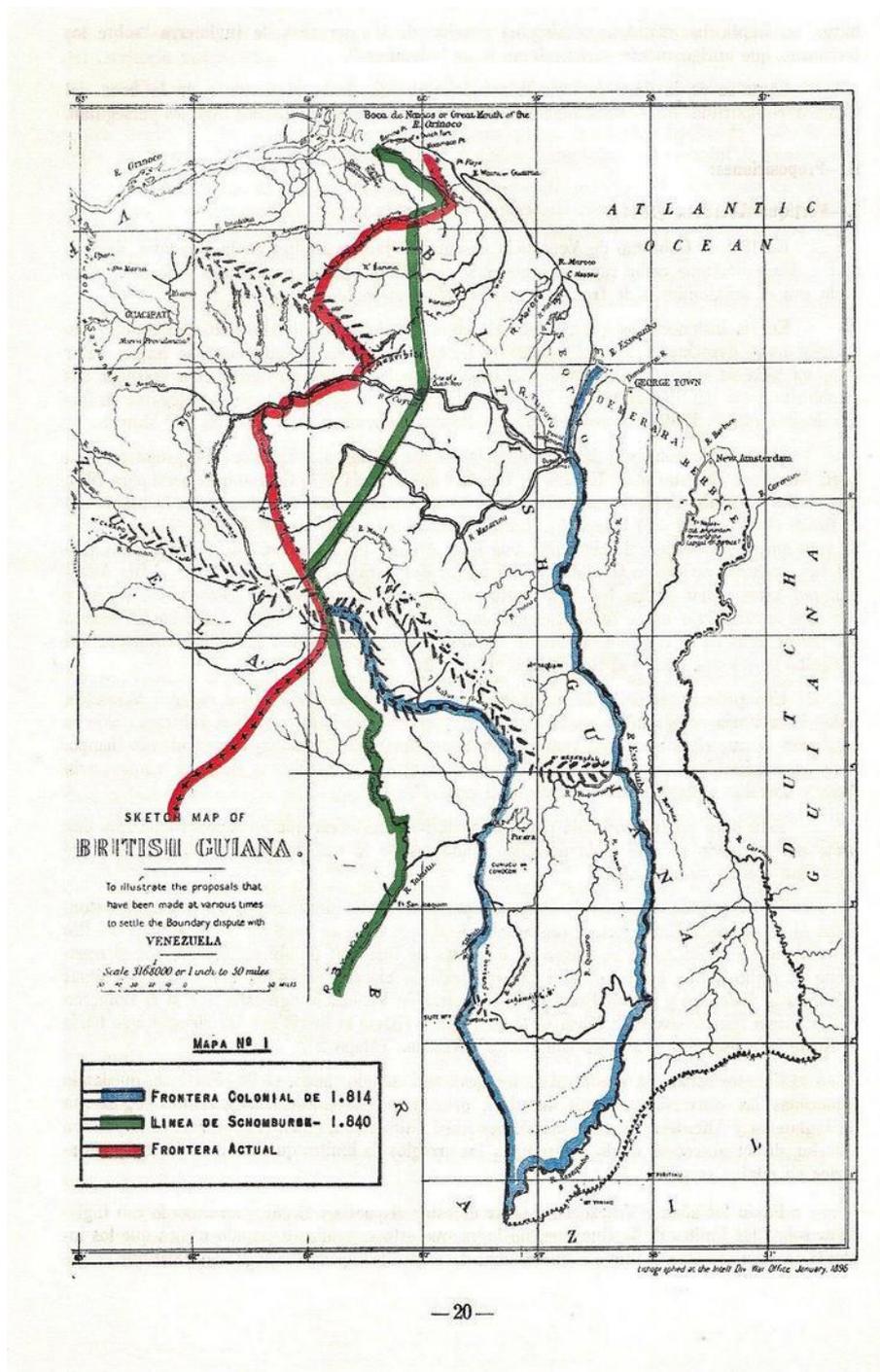
(Schomburgk) apresentou à *Royal Geographical Society* o resultado de sua exploração, ilustrado no mapa que intitulou como *Map of the Rivers Orinoco, Essequibo, Branco, etc., etc., compiled from Humboldt's personal narrative other authorities in order to illustrate the route of a proposed scientific journey to South América*, propôs como fronteira com a Venezuela a linha que sai de Amacuro até a boca do Cuyuni, seguindo o divisório de águas do Cuyuni e do Mazaruni até o Roraima, e dali descendo o Cotingo, Surumu e Tacutu (SILVA, 2005, p. 04).

---

<sup>26</sup> Para a definição de *Völkerkunde* ver FRANK, E. Viajar é preciso: Theodor Koch-Grünberg e *Völkerkunde* alemã do século XIX, in: *Rev. Antropol.* vol.48 no.2 São Paulo July/Dec. 2005.



## Mapa 04 - Esboço final da Linha Schomburgk



### FONTE:

[http://3.bp.blogspot.com/\\_QYImE28IQRc/SHFsfiffCF4I/AAAAAAAAAf0/XYQZ7J8KQaw/s400/Tcnel.%2BR.%2BL.%2B\(R\)%2BLitigio%2Bcon%2Bla%2BGuayana%2BEsequiba-%2B1964.%2BPag%2B20.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_QYImE28IQRc/SHFsfiffCF4I/AAAAAAAAAf0/XYQZ7J8KQaw/s400/Tcnel.%2BR.%2BL.%2B(R)%2BLitigio%2Bcon%2Bla%2BGuayana%2BEsequiba-%2B1964.%2BPag%2B20.jpg) Acessado em 02/02/2014.

As origens da Linha Schomburgk decorreram de informações constantes nos primeiros mapas da região amazônica, entre eles, aquele produzido pelo padre Samuel Fritz, em 1690, conhecido por ter circulado pelo Rio Negro onde registrou que “toda parte descoberta das margens do Rio Negro está povoada com missões portuguesas de religiosos carmelitas” (CONDAMINE, 1921, p. 77). É por essa visita que Fritz tomará conhecimento do Rio Branco, influenciando depois Condamine, que elaborará um mapa da América Meridional, mostrando a junção do Maú com o Rupununi, através do Pirara e Lago Amuku.

Entretanto, a maior parte das informações que serviram como base para o mapa de Condamine, segundo Nabuco, foi fornecida por Nicolas Hortsman, que foi empregado da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Horstman traçou um plano original que seguiu o Essequibo, fazendo uma descrição dos cursos deste rio e o Rupununi, levando-o a sugerir a ligação do Lago Amuku com os dois rios e o curso de água que se junta ao Branco e, por consequência, ao Amazonas (NABUCO, 1903, Vol.III, pp. 07-09). Portanto, Condamine teria informado D’Anville sobre seu mapa, inspirando-o a elaborar um grande mapa que se tornaria a referência cartográfica da América Meridional, dando origem à famosa linha de D’Anville, apontando a comunicação entre o Pirara, Maú e Tacutu. Doravante geradora de conflitos entre a Guiana Britânica com a Venezuela e Brasil.

Mas os feitos de Schomburgk nas explorações, entre 1835 a 1839, asseguraram-lhe o reconhecimento da *Royal Geographical Society* e um convite, por parte do *Colonial Office*, para uma outra missão na Guiana Britânica. Desta vez para, a partir das linhas definidas no mapa elaborado como resultado de suas viagens, definir as fronteiras da colônia com seus vizinhos: Venezuela, Brasil e Suriname (SILVA, 2006, p. 4).

## 4.2 A expedição de Schomburgk à região do rio Essequibo e o início dos conflitos de fronteira com Venezuela

O retorno das explorações de Schomburgk à Guiana Britânica deu-se com a finalidade exclusiva de demarcação de fronteiras com a Venezuela e com o Brasil, podendo ser dividido em duas fases: uma para as fronteiras com a Venezuela e outra para as do Brasil. Ambas gerarão os argumentos para as contestações dos limites de fronteiras com os vizinhos da colônia.

Para as novas explorações, iniciadas em janeiro de 1941, ele se junta ao seu irmão, Richard, *expert* em plantas e vida animal, e começam a explorar o litoral<sup>27</sup>, posteriormente seguindo para a costa de Guainía até a oeste de Pomeron, atravessando canais e manguezais.

Em vinte e um de abril, atinge a boca do rio Waini, que se liga ao Barima, através de um riacho chamado Mora. Ali permaneceu até o dia trinta e um, para no dia vinte e sete, a expedição se dividir por conta da dificuldade de obtenção de água potável. Nesse lugar, estabelece contato com indígenas Warrau que mencionam medo de serem escravizados por venezuelanos de Angostura, num momento em que a Inglaterra estava envolvida no combate ao tráfico negreiro em alto-mar, que provavelmente levou Schomburgk a registrar que os indígenas tenham mencionado preferir viver sob autoridade Britânica<sup>28</sup>.

No dia dez de maio, depois de se recuperar de problemas de saúde, a expedição chegou à boca do Barima, chamado pelos venezuelanos de *Punta Barima*. No dia treze, Schomburgk fixou um marco, tendo as iniciais da Rainha Vitória, com uma declaração de posse firmada por testemunhas, com toda a formalidade<sup>29</sup>. A exploração do lugar se estendeu até o dia dezoito, e Schomburgk mencionou a intenção de encontrar o comandante venezuelano para comunicar-lhe as intenções amigáveis da expedição. De Barima seguiu

---

<sup>27</sup> Encontram-se disponíveis na Internet, no site [http://www.guyana.org/suriname/schomburgk\\_reports.html](http://www.guyana.org/suriname/schomburgk_reports.html) 18 reports de Schomburgk, especificamente sobre as expedições para demarcação de limites da Guiana Britânica com a Venezuela.

<sup>28</sup> Schomburgk, Report nº 01. In <http://www.guyana.org/suriname/report1.html>.

<sup>29</sup> Em 1841, os tripulantes do barco venezuelano Restaurador avistaram a bandeira inglesa hasteada neste lugar, o que vai dar origem a um incidente diplomático que inauguraria a disputa entre Grã-Bretanha e Venezuela (Ver: LA TORRE, 1985, p. 53).

para Cumaca, em vinte de maio, chegando a Amacura no dia vinte e sete, quando visitou uma aldeia Aruakaruk e Warrau, onde fez comentários sobre trabalhos forçados aos quais os indígenas teriam sido submetidos na Venezuela. Solicitou, então, às autoridades, em Georgetown, uma autorização para enviar protestos aos administradores de Angostura sobre o tratamento cruel dado aos índios. Na exploração do Amacura, ainda encontrou cerca de noventa indígenas Caribe<sup>30</sup>. No dia quatro de junho, localizou a boca do Corriyabo (SCHOMBURGK, op. cit.).

No dia sete de junho, alcançou o Cuyuni, que, como os rios Mora e Waini, conecta-se ao Barima, abrindo passagem do Amacura para o Araturi. No dia dez de junho, chegou a Cumacá. Até o dia vinte e cinco, permaneceu no Katiuma. No dia dezessete de junho, ainda estava fazendo observações na região. No dia vinte e oito, chegou a Uropacari, onde marcou, com símbolo da rainha, duas árvores. Fez observações meteorológicas, mediu os cursos dos rios e levantou a viabilidade para agricultura, pesca e comércio de madeira (Idem, Report nº 02, loc. cit.).

No dia primeiro de julho, esteve no Barima e, no dia onze, no Barama, que se assemelha muito ao Barima. Em dezessete de julho, cruzou o Aunama e, em vinte e dois de julho, começou a descida do Cuyuni. No dia vinte e sete de julho, chegou à junção do Essequibo, Mazaruni, e Cuyuni, onde ficava Bartica, uma missão fundada em 1831 (Idem, ibidem). Chegou a Georgetown em trinta de julho, depois de três meses e meio de viagem, explorando as bacias dos rios Waini, Barima, Amacura, Barama e Cuyuni, hoje parte de territórios reivindicados por venezuelanos.

---

<sup>30</sup> Sobre a população indígena da Guiana Britânica no séc. XIX, Ishmael menciona os seguintes grupos étnicos: Caribes, o Akawois (provavelmente Akawaios) ou Waikas, os Aruacs, e os Warraus ou Guaraunos. Diz ainda que os Aruacs, caribes e Akawois chamavam-se Lokono, Calinya e Kapohn respectivamente, que significa "povo" em seus respectivos idiomas (ISHMAEL, 2013, pp. 34-35)

### 4.3 Expedição de Schomburgk ao sul da Guiana e ao Monte Roraima e início do caso Pirara.

Para a segunda fase, a expedição de Schomburgk foi dirigida ao sul da Guiana Britânica, dando origem à outra disputa de fronteira, dessa vez com o Brasil. Junto com o irmão, partiu em vinte e três de dezembro de 1841, em um navio a vapor, o *The Lady Flora Hastings*, que esteve antes no Posto Ampe, ainda no Essequibo. No dia seis de janeiro, chegou a uma missão dirigida por Youd no Pirara, num momento em que uma epidemia de varíola estava devastando os índios. A descrição que fez do lugar é a de um completo abandono, porém ele relata que os poucos índios que restaram sabiam o Novo Testamento com facilidade.

Thomas Youd, por interesses religiosos, partilhava das mesmas ideias de Schomburgk sobre o tratamento recebido pelos índios na fronteira brasileira. Conjunção de interesses que iniciaria uma disputa fronteiriça que ficou conhecida como Questão Pirara, tanto que, segundo MENCK:

O único e real apoio com que Thomas Youd contou, além de sua fé, veio de Roberto Schomburgk, que passou a ser o maior propagandista da obra missionária de Youd. Schomburgk tanto defendeu a obra missionária que passou a ser confundido como seu autor intelectual, o que é um exagero. Schomburgk ficou alarmado com o que identificou como sendo o bárbaro tratamento que os brasileiros dispensavam aos indígenas locais, e passou a ver na ação de Youd a única possibilidade de redenção para aquelas populações esquecidas. No entanto, para que a missão de Youd pudesse se desenvolver, fazia-se mister incorporar a região do Pirara aos domínios ingleses. Foi essa a origem da pregação de Schomburgk (MENCK, 2009, p. 42).

No dia vinte e sete de janeiro de 1842, Schomburgk começou a explorar o Rupununi. Os habitantes, índios Caribe, encontrados por ele vinham do Corentine. Foi quando recebeu a informação de que o comandante Leal havia estado no Pirara acompanhado de uma pessoa do Rio Negro. No dia nove de fevereiro, enviou uma carta traduzida ao comandante do posto no Forte de São Joaquim. No dia doze de fevereiro, chegou uma tropa britânica ao Pirara, quando os brasileiros não haviam ainda obstado sobre a presença de Schomburgk (NABUCO, op. cit, vol. 1, p. 91-93.).

Por esse tempo, avisou que o lugar deveria ser ocupado por tropas britânicas. No dia quatorze de fevereiro, sob o comando do Tenente Bingham,

uma bandeira da comunidade britânica foi içada na maloca. No dia quinze, Schomburgk recebeu notícias de brasileiros nas proximidades, mas que estariam apenas caçando. Os brasileiros voltaram no dia dezessete com uma carta sua ao comandante do Forte de São Joaquim. Logo, Schomburgk foi visitado por índios Maiongongs, conhecidos seus da viagem anterior ao Cassiquiare, que lhe trouxeram muitos presentes. Do Pirara, Schomburgk aguardava autorização dos brasileiros para seguir para o Monte Roraima. No dia vinte e sete de fevereiro, chegaram o comandante Leal e Frei José dos Inocentes ao Pirara. Na ocasião, dois militares que acompanhavam Schomburgk, Bingham e Sr. Bush, disseram que não abandonariam a missão, senão a seguraria pela força militar, e que os brasileiros deveriam abandonar o lugar. Schomburgk disse-lhes que seguiria pelo Cotingo e Xuruma por serem considerados os limites da Guiana Britânica na fronteira com o Brasil, permissão que lhes foi negada. No dia vinte e oito de fevereiro, Schomburgk despachou uma carta ao Governador Light comunicando os ocorridos no Pirara e a conversa que tivera com Frei José dos Inocentes, comunicando-lhe que o Governador do Brasil havia nomeado o Governador do Pará, Bernardo de Souza Franco, como Comissário de Limites<sup>31</sup>.

No dia vinte e seis de março, Schomburgk deixou o Pirara e seguiu até sua confluência com o Maú. Em dois de abril, do Maú continuou até sua junção com o Tacutu, onde marcou uma árvore com o símbolo da rainha. No dia dezessete de abril chegou a uma aldeia Wapixana, onde lembrou que, em 1838, os brasileiros levaram quarenta e um indígenas, entre homens, mulheres e crianças como escravos. Depois de contratempo com membros da expedição que adoeceram, após o dia dois de maio, alcançou as montanhas de Ossotshuni e o monte Vindana de onde o Tacutu recebe tributários. Ali ele alcançou uma aldeia Macuxi formada por índios que haviam vindo das cabeceiras do Essequibo. No dia sete de maio, chegou às cabeceiras do Tacutu e marcou uma das árvores com o símbolo da rainha, recordando-se que fora ali que, em 1838, ele içara uma bandeira inglesa e reclamara o lugar como o limite sul da Guiana Britânica. No dia oito de maio, iniciou o retorno ao Pirara (SCHOMBURGK, Report nº 09, loc. cit).

---

<sup>31</sup> Schomburgk, Report nº 08. In: <http://www.guyana.org/suriname/report9.html>.

Em dezessete de maio, Schomburgk encontrou nas montanhas Pinighette algumas das pessoas que tinham sido presas como escravas, em agosto de 1838, as quais havia libertado do cativeiro brasileiro, enquanto passava por Santa Maria, em 1839. Eles o reconheceram e demonstraram-lhe muita gratidão. No dia vinte e dois de maio, deu-se a chegada ao Pirara. Depois de enviar uma comunicação a Light, no dia vinte e oito de março, Schomburgk recebeu uma carta de protesto, de primeiro de maio, assinada pelo comandante Leal e Frei José dos inocentes, contra sua presença no Pirara e pedindo que removesse as marcas da rainha feitas nas árvores (Idem, Report nº 08, loc. cit.).

Num outro relatório enviado ao Governador Light, em vinte e cinco de agosto de 1842, Schomburgk, enquanto se preparava para subir o Cotingo, comunicou ter elaborado mapas sobre os limites da Guiana Britânica com Brasil e informou ter conhecimento de que tropas brasileiras estavam sendo arregimentadas para virem ao Pirara. Sugeriu, então, que negociações da Rainha com o Ministro de Assuntos Exteriores do Brasil considerassem o Pirara uma área neutra (Idem, Report nº 11, loc. cit.).

Schomburgk havia recebido uma carta do comandante Leal, avisando-lhe da presença do Coronel João Henriques de Malta, Comissário de Fronteiras do Imperador do Brasil. Ele o avisou que não tinha autorização do Governo da Guiana para fazer qualquer negociação com o Brasil, a respeito das fronteiras. E, diretamente, comunicou ao Coronel Malta que o Tenente Wieberg estaria levando um despacho do Governador da Guiana Britânica, no qual se dá nota de que o Pirara, provisoriamente, será considerada terra neutra, e as tropas de sua Majestade Britânica teriam recebido ordens de voltar ao Demerara (Idem, ibidem).

Por essa ocasião, foi convidado para se encontrar com o Coronel Matho (no relatório há uma dúvida, talvez Malta), um comissário brasileiro, que o iria receber no Forte de São Joaquim. Porém, foi informado pelo Comandante Leal que o comissário adoecera e tivera de ser levado para Santarém. Schomburgk ainda chegou a receber o Comandante Leal e o Frei José dos Inocentes no seu acampamento, no Cotingo. Em outubro, subiu o Cotingo até

atingir a Serra de Pacaraima, onde as canoas tiveram de ser abandonadas, e o trecho foi percorrido a pé. Schomburgk tinha interesse em localizar os tributários do Mazaruni, na parte norte ocidental do Roraima. Depois de chegar ao monte Murapa e o Anapuyeng de Tukere atingiu o vale Muyang. Com a ajuda de alguns índios, preparou-se para chegar ao Roraima, contudo, depois de algumas tentativas, acabou por desistir (Idem, *ibidem*). No dia quatro de dezembro, um grupo voltou ao Pirara para aguardar informações sobre os planos de uma expedição ao Cuyuni<sup>32</sup>, enquanto Schomburgk permaneceu com outro grupo perto do Monte Roraima. No grupo que partiu, encontrava-se seu irmão, Richard. E de fato, no dia sete de janeiro de 1843, desceu o Cuyuni, não sem antes descobrir a confluência dos rios Capapu e Venano. No dia dezoito de janeiro, voltou ao Pirara, onde se uniu ao grupo que dele se separara no Monte Roraima. No Essequibo, ainda se dedicou às explorações, para, no dia vinte e três de Janeiro de 1843, chegar ao Demerara e recuperar as forças (Schomburgk, *idem*, *loc. cit.*). De fevereiro a 12 de outubro de 1843, dedicou-se à exploração do Corentine para demarcar as fronteiras com a Guiana Holandesa (Idem, Report nº 14, *loc. cit.*).

#### **4.4 O pretensão humanismo naturalístico de Schomburgk e a ideia do uso de indígenas na proteção de fronteiras**

Durante suas expedições, Schomburgk realizou mais de 10.625 observações astronômicas, colecionou duas mil e quinhentas plantas dissecadas, além de farta coleção etnográfica que se somou às máscaras rituais, crânios e até um esqueleto completo. Depois de permanecer em Barbados, onde escreve rápida história da ilha, no dia vinte e cinco de junho de 1844, chegou a Londres, para em 1848 ser nomeado cônsul em São Domingos, função que exercerá até 1857, quando fora nomeado cônsul em Bangkok, no Sião, permanecendo até 1864. Por seus feitos na Guiana Britânica, Schomburgk fora feito Cavaleiro da Águia Vermelha, por indicação de Lord Stanley, sendo doravante, Sir Robert H. Schomburgk.

---

<sup>32</sup> O líder do grupo que retornou ao Pirara era W. J. FRYER. E foi ele que, depois de pressionado pelos brasileiros do Forte de São Joaquim, apagou as rubricas da Rainha feitas por Schomburgk na junção do Maú com o Tacutu (Idem, Report nº 12, *loc. cit.*).

As explorações de Schomburgk abrangeram as linhas estabelecidas em seu mapa de 1940 e serviram para locais, pontos, rios e acidentes naturais que se prestarem para confirmar as fronteiras entre a Colônia Britânica e a Venezuela. Ao mesmo tempo, contribuíram para sustentar a necessidade de proteção às populações indígenas existentes na região sob autoridade britânica. O fato de ver os indígenas como inocentes crianças necessitadas de amparo tirará Schomburgk da ciência para lançá-lo à política, como bem salienta Riviere:

Schomburgk's views of the Amerindian might be summed up as those of evangelical humanitarianism. He saw them as benighted children for whom salvation lay in their christianization, which he regarded as synonymous with civilization, and used the words almost interchangeably. He originally thought that this could be attained by persuading them to abandon their jungle haunts and to settle near the coast. This would have the added advantage of protecting them from abduction or exploitation by Portuguese or Spanish neighbours. He soon came to realize that there was little hope of getting them to move, and that civilization would have to be brought to them. He greatly applauded the founding of the first mission in the interior in 1838, but, as a result of observing the abduction of a group of Wapishiana in August that year,' he became only too aware that if the Amerindians were to receive protection that they must live under British sovereignty; this, in turn, meant defining boundaries. Indeed, it was this incident that politicized Schomburgk (RIVIERE, 2006, p. 23)<sup>33</sup>.

Além de observações diretas sobre acidentes naturais e rios, Schomburgk, talvez por conta de sua formação humanística<sup>34</sup>, faz constantes menções a respeito da situação vivida pelos índios, sugerindo a intervenção britânica para salvá-los da vida de penúria:

I have to apologise to your Excellency for the remarks and the opinion which I have advanced; but another opportunity might not occur to show how much it is required to tender civilisation to the native tribes

---

<sup>33</sup> As visões de Schomburgk em relação aos ameríndios poderiam ser resumidas como um humanismo evangélico. Ele os viu como crianças ignorantes para quem a salvação reside na cristianização, e usou argumentos para persuadi-los. Ele originalmente havia pensado que poderia persuadi-los a abandonar seus refúgios na selva e estabelecer-se perto da costa. Isso teria a vantagem adicional de protegê-los de rapto ou de exploração por vizinhos portugueses ou espanhóis. Ele logo percebeu que havia pouca esperança de levá-los a tal objetivo, e que a civilização teria que ser trazida até eles. Ele gostou muito da fundação da primeira missão no interior, em 1838, mas ao saber do rapto de um grupo de Wapixana em agosto daquele ano, tornou-se mais consciente de que, se os índios deveriam receber proteção, esta deveria ser sob a soberania britânica; isto, por sua vez, significou limites estruturadores. Aliás, foi esse incidente que o politizou.

<sup>34</sup> Ver; FRANK. *Os Trabalhos dos Irmãos Schomburgk como Fontes da Etnohistória da Área Etnográfica da Guiana*. Trabalho a ser apresentado na 25ª Reunião da ABA, GT48, "Saberes Coloniais sobre os Indígenas em Exame: Relatos de Viagem, Censos e Iconografia". Goiânia, 2006.

who inhabit British Guiana. If Great Britain, by its commercial connections and shipping, derives any benefit from the possession of this Colony, it must be recollected that the territory belonged once to those tribes from whom European nations have wrested it (SCHOMBURGK, Report nº 01, loc. cit.)<sup>35</sup>.

Assim, junto às anotações sobre rios, montanhas, florestas e recursos naturais, Schomburgk relatou detalhes de costumes e o modo de vida dos índios que encontrou: Warrau, ao longo da costa do Pomeron até o Amacura; Aruak, nos Rios Waini, Barima e Amacura; e Waika e Chayma, tidas por ele como tribos irmãs dos Wacaawais, no curso superior destes rios e nas regiões entre o Barama e Cuyuni. No total, contou os índios em 2.500 indivíduos, vivendo pelas regiões por ele exploradas na bacia do rio Essequibo (Ojer, 1969.).

Por ter a intenção de proteger esses indígenas, Schomburgk propõe a ampliação da linha de fronteira da Guiana Britânica com a Venezuela, baseando-se em informações encontradas no mapa de Condamine, no qual se respaldou (SILVA, 2006, p. 03), em fontes fornecidas por Nicolas Hortsman, um empregado da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, como já se disse. Ainda segundo o mesmo autor, Condamine teria deixado essas informações à disposição de D'Anville, que elaborou um grande mapa, tornando-se referência cartográfica da América Meridional, que teria servido para a Inglaterra ganhar territórios da Venezuela (Idem, idem ).

Imagina-se que Schomburgk deva ter se informado sobre tais cartografias e também outras que destacavam os limites do Brasil, Guiana e Venezuela, como as de Humboldt<sup>36</sup>, 1825; J. Arrowsmith, de 1832; Montgomery Martin, 1834; Mhlmann, 1837; Duvotenay, 1839; Codazzi, 1840 (NABUCO, *Second Mémoire*, Vol.III, p. 18). Seus objetivos, de acordo com o pedido de autorização feito ao Governo Brasileiro, era explorar a cadeia de montanhas

---

<sup>35</sup> Eu tenho que pedir desculpas a Vossa Excelência pelas observações e conclusões que tenho feito; mas pode ser que outra oportunidade eu não tenha para mostrar o quanto é necessária dar civilização às tribos indígenas que habitam a Guiana Inglesa. Se a Grã-Bretanha, por suas relações comerciais e de transporte, pretende qualquer benefício na posse dessa colônia, deve ser lembrar que esse território pertenceu outrora a essas tribos e que foram tomadas pelas nações europeias.

<sup>36</sup> RODWAY (op. cit) diz que Schomburgk ambicionava completar as observações de Humboldt, incluindo as bacias dos rios Corentyne, Essequibo e Branco.

que forma a linha divisória que separa o Essequibo das bacias do Amazonas. O pedido de autorização decorreu de uma provável necessidade de atravessar o território brasileiro para fazer descobertas geográficas na área de fronteira entre o Brasil e o domínio britânico, portanto os objetivos eram especificamente científicos (NABUCO, *Second Mémoire*, Vol. I, esp. O Cap. I). Assim sendo, suas informações cartográficas devem ter origem em dados da ocupação holandesa na região de Ponta Barima ou ainda em citações de Humboldt sobre cartografia da Guiana<sup>37</sup>. Por isso, o foco de sua expedição de 1841 deteve-se na exploração da cadeia de montanhas que forma a linha divisória que separa o Essequibo das bacias do Amazonas<sup>38</sup>.

Até então,

Un hecho singular les movió a emprender la exploración de Guyana: Rúsia debía el descubrimiento de diamantes en los Urales a una observación de Hamboldt sobre las semejanzas geognósticas entre aquellos y los montes del Brasil. Por eso la Sociedad Geográfica insistió repetidas veces en las semejanzas geognósticas existentes entre el macizo guayanés y la estructura montañosa del Brasil, para mover al Ministerio de Colonias a subsidiar en parte expedición (OJER, op. cit. p. 17)<sup>39</sup>.

Portanto, não há dúvidas de que à medida que se acentuava seu contato com os indígenas, mais se ampliava sua preocupação com o destino das várias aldeias por ele visitadas. Por isso, não só relatou costumes e modo de vida dos índios que encontrou, como, sobretudo, no *Report* número dois, escrito no Demerara, provavelmente em Georgetown, em agosto de 1841, mencionou a situação vivida pelos índios, aduzindo que só a intervenção britânica poderia salvá-los da vida de penúria que levavam. Porém, a ideia de Schomburgk como explorador humanista deve ser ponderada ao se considerar a visão do Brasil sobre seus feitos, como por exemplo à leitura sobre a fronteira Brasil/Guiana Britânica feita pelo Barão do Rio Branco, ao demonstrar o

---

<sup>37</sup> Ver a edição inglesa, *Personal Narratives*, vol. V, p. 155

<sup>38</sup> Será Condamine (op. cit., p. 77) quem mencionará que o Essequibo se conecta à bacia Amazônica em períodos de grandes cheias, através do lago Amucu e Igarapé Pirara.

<sup>39</sup> Um fato singular que os moveu a explorar a Guiana: Rússia devia o descobrimento de diamantes nos montes Urais a uma observação de Hamboldt sobre as semelhanças geognóstica entre esses e as montanhas do Brasil. Por isso, a Sociedade Geográfica insistiu repetidamente sobre as semelhanças existentes entre geognóstica do Escudo das Guianas e a estrutura montanhosa do Brasil, para convencer o Ministério das Colônias a subsidiar parte da expedição.

interesse do explorador, mesmo ciente das fronteiras do sul da antiga colônia, incorpora terras brasileiras como se britânicas fossem, indizendo propositalmente os britânicos a uma falsa ideia sobre as linhas divisórias entre as duas nações (JORGE, 1999, p. 79-96). Do mesmo modo, Joaquim Nabuco salienta que os interesses de Schomburgk em relação a linha de fronteira na região fica evidente se comparar suas primeiras viagens exploratórias quando teve que atravessar território brasileiro e contou com a ajuda do comandante do Forte de São Joaquim (NABUCO, 1949, p. 149-150).

#### **4.5 A simpatia com os índios do Rupununi e o início dos conflitos de fronteira com o Brasil**

Somada à preocupação da definição de fronteiras, Schomburgk passou a ser confrontado com o estado de penúria vivida pelos indígenas, como se disse. Ele mesmo havia suscitado em suas conclusões a necessidade de se definir as fronteiras, principalmente, com o Brasil, no caso do Pirara, em decorrência dos maus-tratos de indígenas praticados por brasileiros. Os índios diziam, segundo ele, que os portugueses jamais teriam posto os pés no Pirara, estando restritos ao Forte de São Joaquim. Por isso, desde sua estada no Pirara, passou a recomendar que se consultassem os tratados para saber a real fronteira entre as possessões da Inglaterra e do Brasil. A Sociedade Geográfica disse então que, se não provasse a ligação do lago Amuku e o Rupununi, seria difícil qualquer reclamação sobre o Pirara. A partir dessa inquietação de Schomburgk, o Conselho da Sociedade enviou a reclamação de Schomburgk ao Ministério das Colônias, e este fez consultas ao Governo Brasileiro.

Por conta dessa suposta preocupação de cunho humanitário, ele teria convencido o missionário Thomas Youd a fundar uma missão no Pirara, como aduz Nabuco:

Ce ne fut probablement pas Schomburgk qui inspira à Youd L'idée de convertir les Macuxis, bien que d'après ce qu'il a écrit lui-même et d'après le récit de son frère Richard Schomburgk, il ait encouragé l'établissement d'une mission à Pirara. Avant Schomburgk, en 1832,

M. Armstrong, aissant Yòud pour le remplacer à la tête de la mission de Bartica, avait remonte l'Essequibo pour s'assurer de la situation exacte de la tribu d'Indiens, qui est la plus nombreuse et la plus puissante, la nation Macoosie (NABUCO, op. cit. V. II, p. 8)<sup>40</sup>.

Informação que foi confirmada pelo próprio irmão, Richard Schomburgk, que, por recomendação de Von Humboldt, veio acompanhar-lhe na definição das linhas de fronteira. Todavia, separa-se dele e passa a se dedicar às observações botânicas, uma vez que seu ofício era o de ajudante de jardineiro no Parque Real, em Potsdam. Tanto que Schomburgk teria chegado ao Pirara em vinte e um de março de 1838; e Youd, quinze dias depois. Nessa ocasião, os dois foram oficialmente convidados para passar o inverno no Forte de São Joaquim e, em trinta de junho, lá se instalam, quando duas casas, na parte externa, foram disponibilizadas para abrigá-los. Em vinte e cinco de agosto, segundo uma carta de Buxton, ele começou a manifestar preocupações sobre o divisor de águas do Rupununi, justamente pensando na possibilidade de Youd converter almas na região.

Segundo Menck, foi a preocupação de Schomburgk em relação ao tratamento que os brasileiros destinavam aos índios que o levou a incorporar terras brasileiras à Guiana Britânica (MENCK, op. cit. p. 42). O comandante do Forte, segundo consta em Nabuco (NABUCO, *Troisième Mémoire*, vol. II, p.118-119.), acreditava que a presença de Youd não pudesse provocar qualquer outro evento - uma vez ser ele protestante - que implicasse na disputa por território. No entanto, quando Schomburgk retornou da exploração às cabeceiras do Orinoco, Youd já havia sido expulso do lugar, o que induzirá Schomburgk a solicitar a neutralização da região. Num momento que os britânicos pressionavam o Brasil para abolir a escravidão, o assunto, portanto, era muito sensível para a administração colonial britânica na Guiana.

Tendo a escravidão abolida na Guiana Britânica em 1834, não há dúvidas de que os britânicos viam com preocupação as denúncias de escravidão indígena no Pirara. Por essa época, havia da parte da Grã-Bretanha

---

<sup>40</sup> Não é provável que Schomburgk tenha inspirado Youd a converter os Macuxi, apesar de que tenha escrito isso, e de acordo com o relato de seu irmão Richard Schomburgk, ele promoveu o estabelecimento de uma missão no Pirara. Antes de Schomburgk, em 1832, o Sr. Armstrong, que ajudou Youd a se estabelecer-se como chefe da missão de Bartica, esteve no Essequibo para se certificar da situação exata da tribo indígena, que era a mais poderosa nação, os Macuxi.

grande pressão para que o Brasil abolisse a escravidão. Denúncias de Schomburgk e Youd sobre índios escravizados no Pirara, somada às menções feitas pelo explorador em seus relatórios sobre o tratamento destinado aos índios por venezuelanos, em decorrência de suas viagens pela região, devem ter gerado muita emoção na administração colonial britânica na Guiana. Ideais humanitários, de base antiescravista, que somados às ambições evangélicas de cunho protestante de Thomas Youd, visando à expansão dessa expressão religiosa na Guiana pela pregação evangélica, parecem ter sido a origem da disputa pela região do Pirara. Portanto, a somatória de pretensão humanismo de Schomburgk e as ambições de Youd em propagar o Evangelho, acrescido, obviamente, da pretensão colonial em assegurar terras para o Império, estiveram na origem da chamada questão Pirara e, do mesmo modo, a expansão da linha de fronteira para regiões sob domínio venezuelano. Havia uma confiança da parte de Henry Light, administrador da colônia, de que o relutante Youd junto com os militares enviados para região pudessem fazer o Pirara renascer novamente sob proteção de Sua Majestade (RIVIÈRE, 2006, p. 88).

Porém, nada indica existir um interesse direto da Guiana Britânica, em aguilhoar terras do Brasil (e mesmo da Venezuela.). Rivière depreende que havia uma falta de interesse e expectativas de qualquer ganho comercial com a região do Rupununi e, até mesmo, em termos de expansão territorial e soberania. O autor conclui que o território foi uma consideração secundária para a Grã-Bretanha, um meio para se atingir um fim: a proteção dos cidadãos britânicos que poderiam ser escravizados, se os brasileiros tivessem o controle do território (Idem, p. 170).

Assim, a legitimidade da definição da fronteira com o Brasil, baseada em sua ampliação, teria motivações humanitárias e não territorial, como, por exemplo, enfatizam os venezuelanos sobre a questão Essequibo. Nabuco reconhece tal pretensão ao citar trechos de uma carta de Schomburgk a Buxton, o ordenador de suas despesas e espécie de protetor de suas explorações pela Guiana Britânica:

Ce fait fut néanmoins d'un avantage considérable pour Schomburgk: il investit d'une mission devant l'opinion publique de l'Angleterre, lui

donna une conscience nouvelle, un grand intérêt moral à éveiller, sans parler de l'intérêt de l'expansion territoriale qui lui servait dès lors à fasciner la Colonie et, dans ce double intérêt extérieur, par la force de sa nature imaginative, disparaissait pour lui-même l'intérêt personnel qui avait donné naissance à tout son plan. Dès que le fait se produit, il saisit les conséquences qui devaient résulter pour le développement de l'oeuvre de Youd: « Cette circonstance, écrit-il à Buxton, le patron des grandes causes philanthropiques, favorisera sans doute la Mission de Pirara, et si des émissaires étaient envoyés parmi les tribus éparses, celles-ci répondraient à l'invitation qui leur serait faite de s'établir autour du missionnaire. » (Lettre citée.) Que la « descente » ait eu pour effet de réunir à Pirara un grand nombre d'Indiens et de créer pour Youd un rôle de protecteur, en le plaçant ainsi, pour la première fois, en antagonisme avec l'autorité brésilienne, le Capitaine Pedro Ayres nous le dit dans le rapport déjà cité: « Les descentes d'Indiens faites dernièrement du côté des montagnes de Quano-Quano ont aidé le missionnaire dans son établissement, attendu que ceux qui avaient pris la fuite se sont réunis dans ce nouveau village où, par suite des agissements du missionnaire et de quelques malfaiteurs qui ont déserté nos frontières, et sont aujourd'hui les émissaires et les interprètes de la Mission, ils sont devenus dangereux pour nous...<sup>41</sup>. (Aspas no original) (NABUCO, op. cit. V. I, 2<sup>a</sup> Mémoire, p. 23-24).

Outro aspecto que pode ser observado é se o Brasil do mesmo modo tinha interesse pela região, considerando ter aceitado as imposições de Schomburgk. Tudo indica que tanto o Brasil como a Venezuela, por serem nações jovens, emancipadas em datas recentes, poderiam não pretender contestar leituras sobre linha de fronteiras em locais remotos da região dos rios Rupununi e do Essequibo. Tanto que não é possível perceber na defesa de Nabuco sobre os direitos do Brasil pela região, dado o caráter jurídico-histórico da defesa por ele empreendida. Além disso, a dificuldade de explicar o silêncio sobre o assunto Essequibo na Venezuela, até ele ser despertado pela peça que ficou conhecida como *MEMORANDUM MALLET-PREVOST*, quase 100

---

<sup>41</sup> Este fato foi, no entanto, uma vantagem considerável para Schomburgk. Ele se investiu de uma missão diante da opinião pública da Inglaterra, dando-lhe uma nova consciência e um grande despertar moral, para não mencionar o interesse da expansão de terra que lhe serviu, portanto, para fascinar a Colônia e nesse duplo interesse externo, pela força da sua natureza imaginativa, desapareceu para ele o interesse pessoal que deu origem a todo seu plano. Uma vez que o evento ocorre, ele captou as consequências resultantes do trabalho de Youd: "Essa circunstância, escreveu a Buxton, dono das maiores causas filantrópicas, sem dúvida, para promover a Missão Pirara, tanto que seus emissários foram enviados para várias tribos, e eles responderam ao convite que lhes fora feita para se estabelecer em torno do missionário. "(Carta citada.) Que o "descimento" teve como o efeito reunir no Pirara, tendo Youd como seu protetor, criando assim pela primeira vez um antagonismo com uma autoridade brasileira, o capitão Pedro Ayres, como diz o relatório já citado: "os descimento de índios realizado recentemente do lado da montanhas Quano-Quano ajudou o missionário em seu estabelecimento, ao passo que os que haviam fugido, reuniram-se numa nova aldeia, como resultado das ações de alguns missionários criminosos que fizeram índios desertarem das nossas fronteiras, e agora são os mensageiros e intérpretes da Missão, que se tornou perigoso para nós..."

anos depois das viagens de Schomburgk, fica então uma lacuna que induz a pensar que ambos os países envolvidos na questão tinham no séc, XIX interesses mais prementes, como a fronteira Brasil/Bolívia, principalmente no caso do Acre, e a fronteira Brasil/Guiana Francesa ou, no caso da Venezuela, seu litígio com a Colômbia em torno da definição de linha fronteira entre os dois países.<sup>42</sup>

#### **4.5.1 A Questão Pirara: repercussões das explorações de Schomburgk no Brasil**

No Brasil, Joaquim Nabuco foi nomeado Ministro Plenipotenciário para a questão do Pirara. Considerado um estadista do império (RICARDO, 2003), foi convidado para chefiar a delegação brasileira a Londres, a fim de defender, perante a Grã-bretanha, a posição do Brasil, recém-convertido em República, a respeito da questão Pirara, na época em que o Presidente era Campos Sales. Na condição de Ministro Plenipotenciário, assinou com a Inglaterra o tratado que fixava o limite da área contestada do Pirara, de 33.200 quilômetros quadrados, quando Victor Emanuel III, Rei da Itália, foi escolhido como árbitro. Já como enviado extraordinário junto ao Rei da Itália, elaborou as Memórias do Brasil em relação às regiões que estavam diretamente relacionadas ao Pirara, perfazendo um total de dezoito volumes, escritos em francês, língua que melhor pensava, segundo dizia. A defesa de Nabuco sustentou a tese de que o Brasil tinha inteiro direito à região do contestado.

A alegação de que a demarcação de fronteira, através da Linha Schomburgk, serviria para a proteção dos índios, tribos independentes que reclamavam a proteção da Grã-bretanha, apresentada na Memória Inglesa, foi considerada por Nabuco ingênua e absurda (NABUCO, Vol. I, p. 66). A tese Britânica era a de que todo o Território Contestado foi conquistado pelos holandeses pela via da ocupação e, quando se deu a transferência da colônia para a Inglaterra, conservaram-se os direitos de ocupação holandesa, o que

---

<sup>42</sup> Sobre o distante interesse do Brasil e da Guiana Britânica por definir soberania sobre a região Pirara, Rivière manifesta um ponto de que definiu muito bem o quadro da disputa em torno da questão na ocasião: "It remains a mystery that Brazil as much as Britain failed to take advantage of this clause in the agreement. It is of course possible, even likely, that neither country's heart was much in the affair" (RIVIÈRE, Idem, p. 136).

poderia ser comprovado pelo assentimento dos índios. Diga-se que essa permissão foi verificada por Schomburgk, de acordo com a argumentação inglesa, e que permaneceu como uma das teses fundamentais da defesa britânica. Araújo Ribeiro, Ministro das Relações Exteriores, segundo Fauchille, propôs um acordo para permitir a livre circulação dos Macuxi do Pirara em área sob domínio do Brasil e o território da Guiana Britânica (FAUCHILLE, 1905, p. 14).

Farta documentação foi arrolada por Nabuco para provar os direitos do Brasil. Existe a prova, por exemplo, de que os holandeses que estiveram no Rio Negro não estavam sob a jurisdição da Companhia e praticavam um comércio clandestino (NABUCO, Memória Britânica, p. 21-42, *apud* LAPRADELLE e POLITIS, op. cit. p.34). Nabuco acusa a Contra-Memória Britânica de inversão dos principais documentos portugueses e apresentação contrária do que eles realmente significavam. Ainda acusa a dificuldade em compreender os documentos holandeses sobre o território contestado, quando se trata do baixo Mazaruni e depois o Potaro, o Siparuni, colocados como confluente do Rupununi.

Um outro assunto muito explorado por Nabuco, subtraído da Contra-Memória, relaciona-se à Guerra com os Manaos e ao episódio Ajuricaba. Para os ingleses havia uma aliança entre os Manaos e os holandeses. Segundo ele, a Companhia das Índias Ocidentais não exercia controle sobre os traficantes, e, por causa da guerra, os chefes indígenas recusavam a bandeira portuguesa. Com isso, os holandeses davam-lhes sua bandeira.

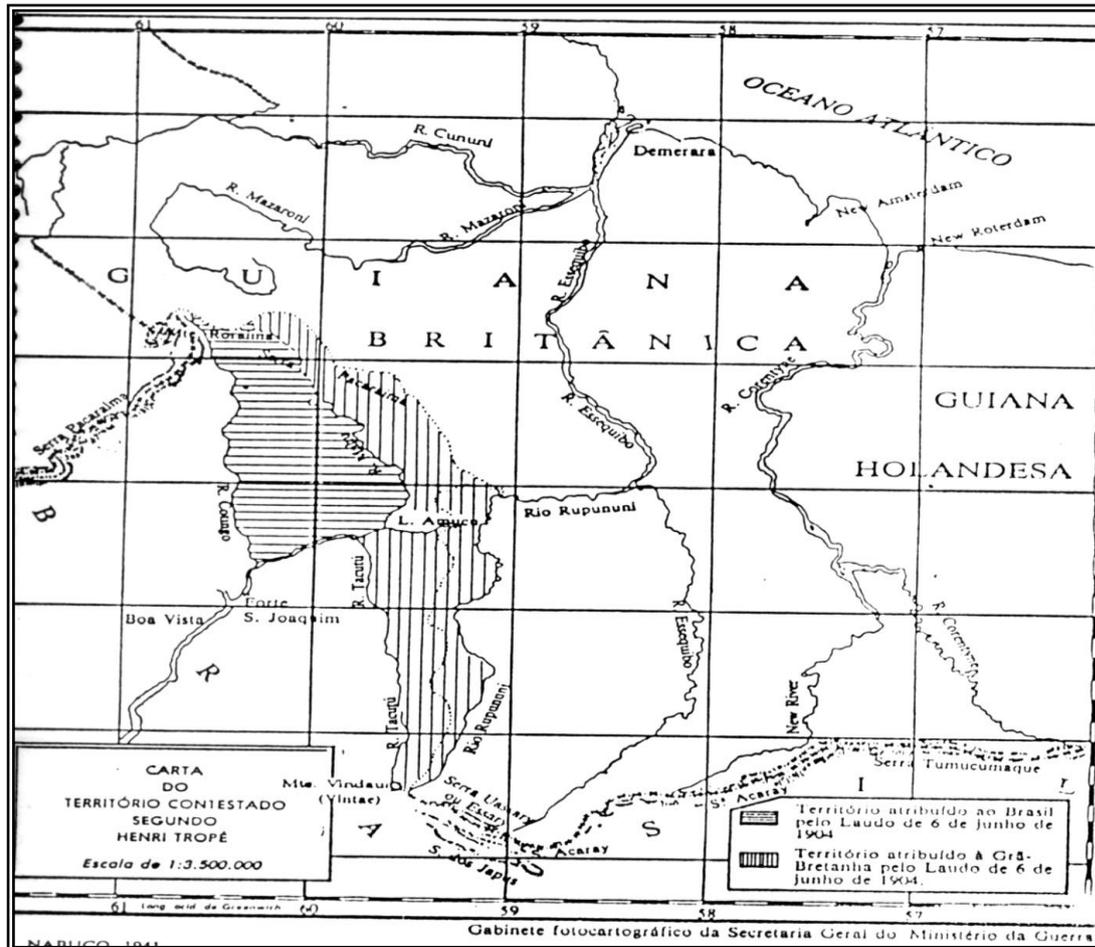
As fontes holandesas e portuguesas mostram que havia uma relação estreita dos Manaos com os traficantes. As autoridades do Essequibo, segundo sua avaliação, não tinham conhecimento de tais transações e, muito menos, do fato de os Manaos manterem contatos com os índios do Rio Corentine, mostrando ainda que os escravos eram diretamente oferecidos aos portugueses e, indiretamente, aos holandeses do Suriname. A possível aliança dos Manaos com os holandeses poderia ser inteiramente creditada aos traficantes do Pará e aos missionários do Rio Negro que queriam

exclusividade, não para o tráfico de escravos, mas o fim dos intermediários da influência dos holandeses sobre os Caribe. Com isso, sustenta Nabuco, as regiões situadas no vale do Rio Branco eram terras abertas ao tráfico holandês (Idem, p. 37-38).

O argumento, ainda de acordo com a análise de Nabuco, de que, em 1679, o Rupununi era centro do comércio holandês com a Amazônia, e que os holandeses se estabeleceram nessa região de forma permanente em 1700, além de o comércio na região se mostrar perfeitamente organizado, não é verdadeiro porque há uma confusão entre Penoene e Rupununi. Penoene não é o Rupununi, diz Nabuco. Esta observação teria passado despercebida pelos advogados americanos no litígio anglo-venezuelano. Tal confusão teria decorrido da visão mítica que os espanhóis tinham da região, por isso os nomes de rios eram outros. Também não se saberia exatamente onde era o posto holandês de Arinda, uma vez que van's Gravesande deu ordens para transferir o posto no Essequibo para quatro dias de viagem para cima, no vale do Rupununi, na rota direta das tribos que vinham do Orenoco e do Corentine, praticamente atravessando o país para comércio ou guerra. Nabuco aludiu a uma expedição dos Manaos, em 1723, como a primeira deles em terras do Essequibo.

Portanto, para Nabuco, o Brasil estava presente na região desde 1775, tendo enfrentado, nessa ocasião, vários estrangeiros que entravam em terras brasileiras, do Tacutu ao Rupununi, e sua presença se fazia ainda pelo povoamento ao redor do Forte de São Joaquim, pelo domínio sobre as tribos indígenas e pela ocupação da aldeia Pirara. Na primeira ocasião que o Governo Britânico percebeu a necessidade de ter respeitado seu ponto de vista sobre a região, um oficial brasileiro do Forte São Joaquim expulsou o missionário Youd, que havia se estabelecido no Pirara, levando o lugar a ser ocupado por tropas armadas em 1842. Em mais de um século, a soberania portuguesa, transmitida pelo Brasil depois da independência, nunca teria sido disputada por nenhuma nação vizinha.

Mapa 05 - Localização da área do contestado



Fonte: Nabuco, 1941.

Mas o que teria levado o Brasil a ceder à pressão britânica e encaminhar a proposta de neutralidade da região? Menck argumenta que:

A conduta inglesa, o uso de tropas regulares do exército inglês, assustou o governo brasileiro, que tinha consciência de que não estava em condições de enfrentar qualquer conflito armado, mesmo que localizado, com quem quer que fosse, muito menos com a maior potência comercial e militar mundial. Por outro lado, havia a pressão das autoridades brasileiras para darem uma resposta, qualquer que fosse, à invasão inglesa. O presidente do Grão-Pará chegou a escrever que conseguiria reocupar o vale do Pirara, mas não se atreveria a fazê-lo, sem prévia autorização do Rio de Janeiro, por saber que tal gesto poderia implicar desdobramentos outros desagradáveis para o país (bloqueio dos portos, paralisação (MENCK, op. cit. p. 95-96).

Como resultado, mesmo diante de farta documentação e provas arroladas por Joaquim Nabuco, em 1904, quando transcorria o governo de Rodrigues Alves, através do arbitramento do Rei Italiano, Victor Emanuel III, a região que cobre o rio Maú até o Cotingo coube ao Brasil, e a margem direita do Tacutu até o Rupununi aos britânicos, que tiveram vantagens por ficar com

uma maior porção de terra e ao mesmo tempo obter uma conexão, dada pelo Igarapé Pirara, com a bacia do Amazonas, através do Maú e Tacutu.

#### **4.6 O Memorandum Mallet-Prevost**

As explorações de Schomburgk na região do rio Essequibo gerou acirramento com a Venezuela, quando a Grã-Bretanha solicitou, por meio de missões diplomáticas em Madri e *La Haya*, cópias de documentos que pudessem contrariar as afirmações de Schomburgk. Os espanhóis argumentaram a respeito de seus direitos territoriais através de vários documentos históricos, encaminhados pelo Ministério das Relações Exteriores. Mas isso se deu num momento em que a reputação científica, que Schomburgk adquirira pelas suas expedições, já havia se espalhado pela Europa. Isso tudo fez surgir na Venezuela uma espécie de movimento anti-Schomburgk. Praticamente, todas as referências bibliográficas apontadas aqui sobre este assunto, dirigissem a ele de uma forma pejorativa, denotando uma mágoa patriótica relacionada aos feitos desse explorador na região do Essequibo.

Basicamente, Schomburgk justificou os marcos fronteiriços plantados por ele como os limites verdadeiros da Guiana Britânica, a partir de quatro argumentos: um primeiro, que é histórico, por justificar a ocupação pela ancestralidade da posse holandesa; um segundo, de natureza econômica, por dizer sobre as potencialidades econômicas da região; um terceiro que fala sobre o tratamento dispensado aos índios pelos venezuelanos e brasileiros (os brasileiros constam no memorando de trinta de novembro de 1841, considerados opressores e violentos contra os índios); e um quarto, relativo à segurança da Guiana Britânica, uma vez que o Punto Barima sempre fora, segundo ele, utilizado por piratas para saquear a região.

A partir de 1857, a região de Yuruari passa a ser interessante para os britânicos, em decorrência da descoberta de jazidas auríferas, quando em novembro de 1876, Eduardo Calcaño, Ministro de Relações Exteriores, enfatizou diante do Ministro Britânico os direitos limítrofes da Venezuela sobre o território ambicionado pelos Britânicos, recorrendo à Doutrina Monroe. Em

julho de 1882, o Secretário de Estado americano sugere o arbitramento internacional em torno da questão de fronteira entre Venezuela e Guiana Britânica, dentro do quadro da hegemonia norte-americana na América Latina (EL NIMER, 2013, pp. 4-7). Por isso,

In 1895 the United States finally succumbed to Venezuelan pressure and Secretary of State Richard Olney accused Britain of attempting to colonize new territories in the western hemisphere in contravention of the Monroe Doctrine. Olney indicated that the United States was prepared to safeguard her South American neighbors against "the forcible intrusion of European neighbors." He threatened war if Britain did not agree to settle its border dispute with Venezuela (GOMEZ, 1992, p. 15)<sup>43</sup>

A respeito desse assunto, Romero menciona que o conflito entre Venezuela e Grã-Bretanha, em particular a decisão desta última em recorrer à arbitragem como meio de solução à questão, deu ao governo norte-americano a chance de provar forças no hemisfério frente a sua ex-metrópolis. Isso, no momento em que os Estados Unidos haviam alcançado um importante desenvolvimento político e econômico, que lhes permitia competir com as potências europeias por sua esfera de influência (ROMERO, op. cit. p. 79).

O fato de as comissões não terem estado juntas durante os trabalhos, como previa o acordo, passará a alimentar as reclamações venezuelanas. As conversações culminaram na assinatura do Tratado de Washington, em 02 de fevereiro de 1897, levando a Venezuela a reestabelecer relações diplomáticas com a Grã-Bretanha (GOMEZ, op. cit. p. 14). Para celebrar a pretensa solução amistosa entre os dois países, formou-se o Tribunal de Arbitragem, constituído por: Melville Weston Fuller e David Josiah Brewer; pelos britânicos, Charles Barón Russel of Killowen (que fora substituído pelo Barón Herachell) e Sir Richard Henn Collins; e um outro, quem dirigiu o Tribunal, Frederic de Martens, da Rússia (Idem, ibidem, p. 15).

---

<sup>43</sup> Em 1895, os Estados Unidos finalmente sucumbiram à pressão venezuelana e o secretário de Estado Richard Olney acusou a Grã-Bretanha de tentar colonizar novos territórios no oeste do hemisfério, em plena violação da Doutrina Monroe. Olney indicou que os Estados Unidos estavam preparados para ela salvaguardar vizinhos sul-americanos contra "intromissão forçada de europeus." Ainda ameaçou entrar em guerra se a Inglaterra não concordasse em resolver o problema de fronteira com a Venezuela.

A Venezuela enviou para o Tribunal uma farta documentação, levantada pelos *experts* da comissão venezuelana. No dia 03 de outubro de 1899, o Tribunal de Arbitragem sentenciou, em Paris, a demarcação fronteira entre Venezuela e Guiana Britânica, de acordo com o Laudo de Paris, nos seguintes termos:

Da costa Punta Playa, a linha de demarcação seguia por linha reta até à confluência do Rio Barima com o Rio Mururuma, e continua por meio da corrente deste rio até sua cabeceira; e deste ponto à junção do Rio Haiowa com o Amacuro, e deste até sua cabeceira na Serra Imataca. Dali a sudoeste por cima da Serra Imataca até o ponto mais elevado da cordilheira principal da Serra Imataca em frente a cabeceira do Barima, seguindo pela dita cordilheira principal a sudeste, até a fonte do Acarabisi, e deste ponto pela corrente deste rio até o Cuyuni. Dali seguiu pela margem setentrional do Cuyuni a Oeste até sua confluência no Wenamu até sua fonte mais ocidental, e deste ponto por linha reta ao cume do Monte Roraima. De lá à cabeceira do Cotingo, continuando por ele até sua junção com o Tacutu, e seguindo pelo meio da corrente do Tacutu até sua cabeceira, e deste ponto por linha reta até a serra do Acarai, e continuando até o cume da Serra Acarai, à cabeceira do Corentine, chamado Rio Cutari<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Laudo de Paris. In:

[http://es.wikisource.org/wiki/Laudo\\_de\\_Par%C3%ADs\\_de\\_1899\\_sobre\\_los\\_L%C3%ADmites\\_d\\_e\\_Venezuela\\_con\\_la\\_Guayana\\_Brit%C3%A1nica](http://es.wikisource.org/wiki/Laudo_de_Par%C3%ADs_de_1899_sobre_los_L%C3%ADmites_d_e_Venezuela_con_la_Guayana_Brit%C3%A1nica). Acessado em 13/02/2013.



1950, e suas verificações publicadas no volume 44, nº 4 do *American Journal of International Law*, concluindo que nenhum documento, supondo um acordo entre a Grã-Bretanha e Rússia fora encontrado, os venezuelanos doravante o tomarão como verdadeiro. Anos antes, em 1944, os venezuelanos chegaram a conceder o título de libertador a Mallet-Prevost, pelos serviços que havia prestado no Tribunal de Arbitragem<sup>45</sup>.

#### 4. 6.1 Instabilidade Política e o *Memorandum Mallet-Prevost*

Até 1935, a Venezuela viveu sob a ditadura de Juan Vicente Gómez, que havia sido vice-presidente de Cipriano Castro, caudilho que tentou a integração dos Andes ao resto da República, em um momento que se proliferavam grupos rivais que disputavam o controle do poder na região da fronteira com a Colômbia. Cipriano Castro teve de enfrentar também o bloqueio naval imposto pela Inglaterra e Alemanha, para que a dívida externa fosse paga e contra confisco de bens de empresas estrangeiras.

Gómez havia conseguido popularidade ao liquidar as guerras civis na Venezuela em 1903 (DICÓN: 1999, p. 144) e, por meio de um golpe contra Cipriano Castro, quando este se encontrava em Paris, chegar ao poder. Sua ditadura durou vinte e sete anos, de 1908 a 1935. Em 1917, portanto, no período da metade da ditadura de Gómez, a Venezuela publicou um mapa de acordo com as linhas demarcatórias estabelecidas no Laudo de 1899, porém evitou contendas diplomáticas com a Grã-Bretanha, devido à crise provocada pela Primeira Guerra Mundial<sup>46</sup>. Em 1931, uma comissão de limites formada

---

<sup>45</sup> DELGADO, op. cit. p. 40, onde se lê também a íntegra do *Memorandum*. Mallet-Prevost assim se referiu: "Before going to Paris Justice Brewer and I stopped in London. While, there Mr. Henry White, charge d'Affaires for the United States, gave us a small dinner to which Lord Chief justice Russell was invited. I sat next to Lord Russell, and, in the course of the conversation, ventured to express the opinion that international arbitration should have their decision exclusively on grounds. Lord Russell immediately respond saying: "I entirely disagree with you. I Think that international arbitration should be conducted on broader lines and that they should take into consideration question of international policy". From that moment I knew that me could not count upon Lord Russell to decide the boundary question on the basis of strict right" (In: Schoenrich, Otto. "The Venezuela-British Guiana Boundary Dispute". *The American Journal of International Law*. Vol. 43, July, 1949, p. 521, apud KISSLER, Betty Jane. *Venezuela-Guyana boundary dispute, 1899-1966*. Texas: University of Texas, Ph. D. Tesis, 1971, p. 158.

<sup>46</sup> Carpeta Guayana 1966, documento S/N: *Informe que los expertos venezolanos para la cuestión de límites con Guayana Británica presentan al gobierno nacional*; Hermann González Oropeza y Pablo Ojer, Caracas, 18 de marzo de 1965. (Cit. por MIRABAL, 2011, p. 23).

por representantes da Grã-Bretanha, da Venezuela e do Brasil realizou observações astronômicas, geodésicas e topográficas no Monte Roraima para fixar os pontos específicos em que as fronteiras do Brasil, Venezuela e Guiana Britânica deviam ser implantadas<sup>47</sup>. A partir de então, constantemente o problema Essequibo passou a ser abordado em momentos de encontros de dignatários venezuelanos, na condição de representantes do governo (SOSA, 1982, p. 66-67). Porém, foi através de ações diretas do Estado venezuelano, que o problema começou a ser parte da agenda das relações exteriores do país.

Durante a “ditadura do petróleo” de Gómez, como assim a denominou Figueroa (FIGUEROA, 1996, p. 378-379), a exportação petrolífera aumentou significativamente a riqueza na Venezuela, o que permitiu excedente de capital para pagar a dívida externa e construir estradas, trazendo prosperidade e enriquecendo a burguesia comercial e burocrática. Toda uma clientela teve benefícios materiais que davam a sensação de bem estar, encontrando nesses grupos sólido apoio social, no qual as questões fronteiriças com a Colômbia e Guiana não eram parte da agenda de governo.

Para dar aparência constitucional ao seu governo, Gómez colocou na presidência seus amigos, José Gil Fortoul, Victorino Márquez Bustillos e Juan Bautista Pérez, em diferentes períodos, ao mesmo tempo em que eliminou os velhos partidos, conservador e liberal, forçando a oposição para a clandestinidade. No início da década de 30, foi criado o partido *Agrupación Revolucionaria de Izquierda* – ARDI –, constituído em Barranquilla, Colômbia, liderado no exílio por Rómulo Betancourt, Raúl Leoni e Villalba, com o propósito de enfrentar a ditadura de Gómez e democratizar a política venezuelana<sup>48</sup>. Os comunistas também aparecem no cenário político nessa

---

<sup>47</sup> Em 1928, em 1928, a Comissão de Inspeção de Fronteiras, chefiada por Cândido Rondon, implantou marcos no Monte Roraima na tríplice fronteira, que serviram como base de informação para as posteriores comissões de limites entre Brasil, Guiana e Venezuela (Ver: VIVEIROS, 1969).

<sup>48</sup> Logo depois a ARDI se transforma em el *Movimiento Organización Venezolana* – ORVE –, que em 1937 se fundiu ao *Partido Democrático Nacional* – PDN –, no qual aderiu o PRP e o *Bloque Nacional Democrático del Zulia*. Em 1941, essa união de partidos de oposição se fragilizará por conta de diferenças ideológicas. Dessa cisão, nasceu a ala marxista do *Partido Democrático Venezolano* – PDN – e a *Acción Democrática* – AD –, juntamente com a refundação do PCV. Na década de 40, surgem outros partidos como a *Unión Republicana Democrática* – URD – e o partido social cristão – COPEI. Porém, foram partidos praticamente

época (VITALE, 1991, p. 07). Com a morte de Gómez, em 1935, subiu ao poder o general López Contreras, em 1936, designado pelo próprio Gómez como seu sucessor e ratificado como Presidente dos Estados Unidos da Venezuela. No momento, o cenário europeu caminhava-se para a Segunda Guerra Mundial, e a Venezuela viu-se beneficiada com a política externa americana, visando à aproximação com os países latino-americanos, temendo que fossem cooptados pelo Eixo. Com isso, consegue, por pressões americanas sobre a Grã-Bretanha, a devolução da Isla de Patos, localizada no Golfo de Paria, sem, contudo, conseguir avanços em torno do problema Essequibo:

Los gobiernos de Caracas en diversas oportunidades exigieron la devolución de la Isla de Patos (...) así una delimitación del Golfo de Paria que pusiese a salvo los derechos de la República. Reiteradamente, Inglaterra se había negado, constituyendo ello motivo de fricción entre los dos países. A partir de 1940 la Gran Bretaña está acosada por la ofensiva nazi y ansiosa de consolidar y mejorar sus relaciones con Venezuela, cuyo petróleo había adquirido una importancia estratégica extraordinaria. Por ello, la corona Británica aceptó suscribir en febrero de 1942 dos tratados con Venezuela. El primero de ellos afirma que el gobierno de su Majestad "renuncia en favor de... Venezuela al título y a todos los derechos de soberanía sobre dicha Isla". El otro instrumento, suscrito el mismo día 26 de febrero de 1942, estableció que las áreas submarinas del Golfo entre Trinidad y Venezuela, tomando como base tres líneas que sería trazadas por una comisión mixta Británico-Venezolana (BOERSNER, 1978. p. 85)<sup>49</sup>.

No governo de Lopes Contreras (1936-41), marcado pela repressão à oposição, greves e manifestações (Jornal *Independiente*, nº 126, 1936, p. 03), foi criado o *Programa de Febrero*, uma espécie de inventário panorâmico das

---

inoperantes em função da ditadura posterior a Gómez, dois golpes militares e instabilidade política que antecedeu a ditadura de Marcos Pérez Jiménez, que de 1948 a 1958 teve na *Frente Electoral Independiente* – FEI – único partido oficialista de fato (TORRES e ROJAS G., 2008, p. 133-134).

<sup>49</sup> Os governos de Caracas em diversas ocasiões exigiram a devolução da Ilha de Patos (...) assim uma delimitação do Golfo de Paria, que deixasse a salvo os direitos da República. Repetidamente, a Inglaterra havia se recusado, constituindo, assim, uma fonte de atrito entre os dois países. A partir de 1940, a Grã-Bretanha foi acossada pela ofensiva Nazi e ansiosa para consolidar e melhorar as suas relações com a Venezuela, cujo petróleo tinha adquirido uma importância estratégica extraordinária. Por isso, a Coroa Britânica aceitou em fevereiro de 1942 assinar dois tratados com a Venezuela. O primeiro afirma que o governo de Sua Majestade "... renuncia em favor da Venezuela o título e todos os direitos de soberania sobre a ilha." O outro instrumento, assinado no mesmo dia 26 de fevereiro de 1942, afirmou que as áreas submarinas do Golfo entre Trinidad e Venezuela, com base em três linhas seriam traçadas por uma comissão mista britânica/venezuelana.

necessidades do país, como forma de acalmar os ânimos populares com projeto amplo que pretendia a reconstrução do país, culminando, em 1936, com uma nova constituição (PÉREZ C., 2006, p. 146). Momento no qual Contreras passou a governar sob a égide do regime bolivariano, ideia pretensamente voltada para a humanização da política, da educação, sobretudo, através da criação da *Universidad de los Andes*, bem como enfatizava a busca da paz pública e a proteção social dos trabalhadores (MOLINA e BARALT, 1998, p. 1-2).

Em 1936, um importante passo na mediação entre capital e trabalho foi dado por Contreras com a criação da Lei do Trabalho, que trouxe a fixação de jornada de trabalho de oito horas, direito às férias remuneradas, assim como descanso semanal e direito à organização sindical, além de abolir a tortura como método de lidar com as forças de oposição. Não obstante, segundo Souza (SOUZA, 2008, p. 70), Contreras entregou o país ao seu sucessor completamente dependente das exportações de petróleo e em vertiginoso processo de desaceleração econômica (MURZI, 1982, p. 413-414).

Nas eleições de 1940, foi eleito o General Isaias Medina Angarita, que seguindo os passos do antecessor, criou um Plano Quinquenal que dinamizou a economia ao implementar uma série de leis para ampliar a participação da Venezuela na atividade petrolífera e promover o crescimento econômico. Souza (SOUZA, op. cit. p.71) destaca que um dos importantes passos dados pelo governo de Medina foi o controle indireto da indústria petrolífera venezuelana, ocorrido em 1943, por meio da Lei dos Hidrocarbonetos que será alterada, somente em 1976, com a nacionalização do petróleo. Foram iniciativas que permitiram uma certa prosperidade econômica à Venezuela, ao mesmo tempo em que declarou a legalização dos partidos políticos, inclusive o partido comunista, e a liberdade de associação e de imprensa. Prosperidade e expansão econômica que acionarão a ambição venezuelana pela região do rio Essequibo, pois na gestão de Medina Angarita, em 1944, o Congreso Nacional pronunciou-se exigindo « *la reparación amistosa* » e a revisão das fronteiras com a Guiana (OROPEZA e OJER, 1996).

#### 4.6.2 A ditadura de Pérez Jiménez e as consequências do *Memorandum Mallet-Prevost*

A *Acción Democrática* – AD –, criada em 1941, como um partido nacionalista e interclassista dentro do quadro da social e da Internacional Socialista, teve entre seus fundadores, Rómulo Gallegos, Rómulo Betancourt, Raúl Leoni, Luis Prieto Figueroa, Gonzalo Barrios, Andrés Eloy Blanco, Leonardo Ruiz Pineda e Jesús Ángel Paz Galarraga (FERNANDEZ, 2000, p. 228). Em 1945, foi fundado o *Partido Unión Republicana Democrática* – URD –, liderado por Jóvito Villalba, tendo como base uma doutrina nacionalista em relação à Venezuela.

Em 1945, deu-se uma rebelião militar liderada pelo General Delgado Chalboud, Raúl Leoni y Rómulo Betancourt, Pérez Jiménez e seus partidários. A rebelião começou na Escola Militar, e Medina recusou-se a atacá-la para evitar mortes inúteis. Depois de entregar-se como prisioneiro, uma junta militar, intitulada *Junta Revolucionária de Gobierno* – JRG –, assumiu o governo, presidido por Rómulo Betancourt. O governo da JRG estendeu-se até 1948, quando o escritor Rómulo Gallegos saiu vencedor nas eleições de 1948 (ARCAY, 1978, p. 20).

Nesse período, o processo de sindicalização avançou no país, fortalecendo a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* – CTV –, que incorpora a luta política de trabalhadores e camponeses, gerando apreensão em alguns setores econômicos do país, sobretudo por verem na AD um partido sectário e influenciado por comunistas (DÁVILA, 1992, pp. 109-110). O registro importante de seu governo, no que diz respeito ao Essequibo, foi o pronunciamento de Betancourt em Bogotá, na ocasião da Nona Conferência Interamericana, ocorrida em 1946, em que disse o seguinte:

No negamos en forma alguna el derecho de ciertas naciones de América a obtener determinadas porciones de territorio hemisférico que en justicia les pueda corresponder, ni renunciamos a lo que los venezolanos, llegado el caso de una serena y cordial revalorización histórica y geográfica de lo americano, pudieran hacer valer en pro de sus aspiraciones territoriales sobre zonas hoy en tutelaje colonial y que antes estuvieron dentro de nuestro propio ámbito (MRE da

Venezuela. *El Reclamo a la Guayana Esequiba*. Caracas, 1988, pp. 110-111)<sup>50</sup>.

Em novembro de 1948, Gallegos e seus ministros são presos, e a constituição de nova Junta Militar de Governo foi formada, integrada por Delgado Chalbaud, Pérez Jiménez e Luis Felipe. Em novembro de 1950, Chalbaud, que havia dissolvido a AD e o PCV e enviado seus líderes para exílio, foi assassinado por Simon Urbina, assumindo como Presidente da Junta, Germán Suarez Flamerich, que convocou eleições em 1951, quando a URD saiu vencedora e Jóvito Villalba foi eleito presidente. Em 1952, o Coronel Marcos Pérez Jiménez, tirou-o do poder através de golpe militar, em nome das forças armadas, e decretou (FERNANDEZ, op. cit., pp. 293-294) o fim de todos os partidos políticos, iniciando na Venezuela o que Urbaneja chamou de a Década Militar (URBANEJA, 2003, Cap. VII ). Em 1953, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, que ratificou Pérez Jiménez como Presidente provisional, em seguida nomeado como presidente constitucional.

Embora tivesse sido um quadro de turbulência política, os ganhos decorrentes da exploração do petróleo por essa ocasião foram extraordinários na Venezuela. No ano de 1941, a produção petroleira venezuelana ampliou-se para 33.353.766 toneladas métricas, proporcionando ganhos astronômicos às empresas vinculadas à exploração do petróleo, principalmente americanas (FIGUEROA, idem, p. 423), somadas ao monopólio da exploração do ferro, principalmente da região do Delta Amacuro e do Estado Guyana, região vizinha do que se tornaria a *Zona en Reclamación*. Empresas como *Iron Mines Co.*, *Orinoco Mining Co.*, *Transwester de Venezuela*, *Freed Gotsseh*, *Oswaldo de Sola* e *Luis González Toro* detinham 26.893 hec. na região da bacia do Orinoco (Idem, p. 445).

Esse período de instabilidade política coincidiu com a morte de Mallet-Prevost e a posterior divulgação de seu *Memorandum*, em julho 1949, pelo juiz

---

<sup>50</sup> Nós não negamos de forma alguma o direito de certos países da América em obter determinadas partes do seu território hemisférico que por justiça possam lhes corresponder, nem renunciamos ao que os venezuelanos venham por uma apreciação pacífica e cordial revalorização histórica e geográfica do americano, puderem fazer valer aspirações territoriais sobre as áreas hoje em tutela colonial e que antes estiveram dentro de nosso próprio âmbito.

Otto Shoenrich, ocasião em que todos os delegados que participaram da arbitragem que levou ao Laudo de Paris já haviam falecido, momento em que Pérez Jiménez havia sido deposto. Essa época correspondeu a uma intensificação nacionalista contra pretensões coloniais britânicas pelo mundo no pós-guerra, como a tentativa, em 1956, de nacionalização do Canal de Suez por Gamal Abdel Nasser. Segundo Gerônimo P. Rescaniere, nesse momento, Pérez Jiménez teria encetado uma iniciativa de invasão ao Essequibo, dada sua aversão aos britânicos:

Pérez Jiménez, que era patológicamente antibritânico, viu la oportunidad de ejecutar una acción que venía planificando hace años: la recuperación del territorio Essequibo (que entonces era posesión colonial de Gran Bretaña), mediante una gran operación militar (...). Pensó que con una acción nacionalista, una versión suramericana del canal de Suez, podría permanecer en el poder por cinco años más (RESCANIERE, 2013)<sup>51</sup>.

A presença sistemática de empresas americanas na exploração dos recursos naturais venezuelanos e a aversão de Pérez Jiménez aos britânicos estão relacionadas, sem dúvida, à aceitação das denúncias de Mallet-Prevost. Do lado dos americanos, havia a ambição de estender a exploração de recursos naturais para a região Essequibo (JAGAN, 1954) e persistente interesse, após a II Guerra Mundial, em manter uma base militar na Guiana<sup>52</sup>. Para Pérez Jiménez a conquista do Essequibo se ligava ao seu interesse em permanecer mais tempo à frente da presidência como ditador, por mais 4 anos. Seu governo ditatorial se estendeu até 1958<sup>53</sup>, quando foi tirado do poder por

---

<sup>51</sup> Pérez Jiménez, que era patologicamente antibritânico, viu a oportunidade de executar uma ação que havia sido planejada há anos: a recuperação do território Essequibo (então possessão colonial da Grã-Bretanha), por uma grande operação militar (...). Pensou que com uma ação nacionalista, uma versão sul-americana do canal de Suez, poderia permanecer no poder por mais cinco anos.

<sup>52</sup> ISHMAEL, Odden. *The Trail Of Diplomacy: A Documentary History of the Guyana-Venezuela Border Issue*, 1988, disponível no sitio <http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter133.html>, acessado em 28/08/2014, às 19:20 h.

<sup>53</sup> Pérez Rescaniere demonstra que, a partir de 1956, em pleno clima da Guerra Fria, o líder egípcio Gamal Abdel Nasser nacionalizou o canal Suez, gerando reação imediata na Grã-Bretanha e França, países detentores de direitos de uso do canal. O autor diz que a coalizão anglo-francesa, com apoio de Israel derrotou as tropas Nasser, quando as grandes superpotências, Estados Unidos e a União Soviética, impuseram às ações militares da coalizão, o que para Pérez Jiménez soou como enfraquecimento da força política da Grã-Bretanha. Foi quando "Pérez Jiménez, que era patológicamente antibritânico, viu la oportunidad de ejecutar una acción que venía planificando hace años: la recuperación del territorio Essequibo (que entonces era posesión colonial de Gran Bretaña), mediante una gran operación militar – dice Pérez Rescaniere. Pensó que con una acción nacionalista, una versión

uma junta de governo, liderada por Wolfgang Larrazabal. Exilado na República Dominicana, foi extraditado a partir dos Estados Unidos, para cumprir cinco anos de prisão na Venezuela.

#### **4.6.3 Do *Memorandum de Mallet-Prevost* e a oficialização dos problemas fronteiriços**

As linhas de Schomburgk foram propostas de Lord Palmerston a Lord John Russell, em 18 de março de 1840. A partir de então, os governos da Venezuela, Brasil e Guiana deveriam oferecer suas defesas. Nasceram, assim, as demandas fronteiriças com o Brasil (a chamada Questão Pirara, resolvida em 1904, com o arbitramento do Rei Italiano, Victor Emanuel III (MENCK, 2009) e com a Venezuela (a respeito da região do Rio Essequibo, solucionada com o Laudo de Paris, em 1899, por um Tribunal de Arbitramento, que atribuiu 600.000 milhas quadradas da região do Rio Essequibo à Guiana Britânica, antes tidas como venezuelanas) (NUÑES, 1962, Cap. VI). Em 1949, depois da morte do advogado Severo Mallet Prevost, que defendeu o ponto de vista da Venezuela para o caso do arbitramento dessa fronteira, foi publicado um memorando na revista *The American Journal of International Law*, no qual se revelaram os bastidores da Comissão, e os motivos da decisão contrariavam os interesses da Venezuela.

A publicação do *Memorandum* ocorreu simultaneamente aos cinquenta anos do Laudo de Paris e à abertura dos arquivos públicos britânicos e americanos, tanto que na IV Reunião de Chanceleres Americanos, ocorrida em Washington no ano de 1951, o chanceler venezuelano Luis Gómez Ruiz fez registrar a insatisfação da Venezuela em relação ao Laudo, posição que se repetiu em 1954, na Conferência Interamericana em Caracas e, em 1956, quando se fundou a *British Caribbean Federation*<sup>54</sup>. A partir daí, iniciou-se a corrida diplomática, por parte da Venezuela para recuperar a região perdida em

---

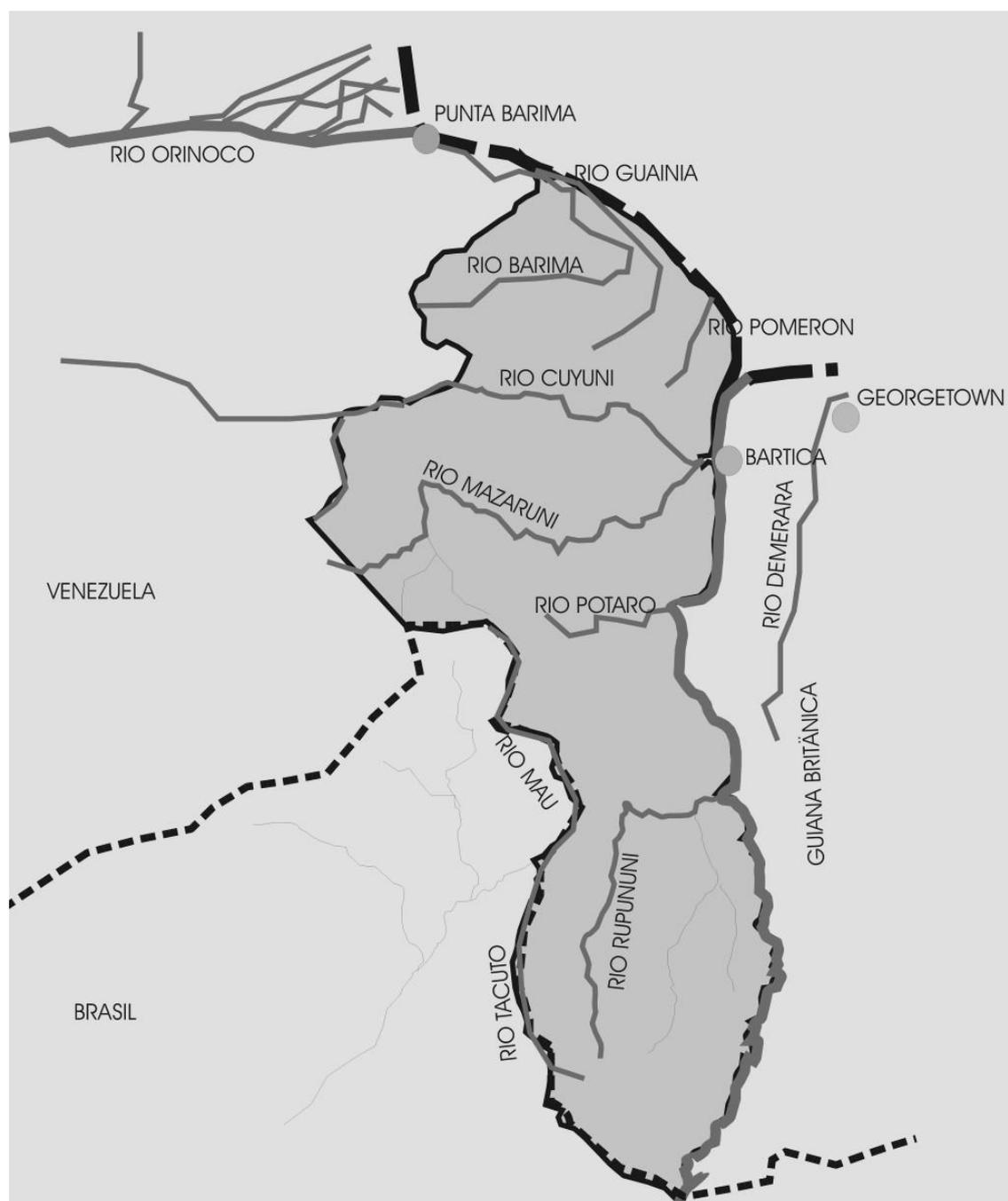
suramericana del canal de Suez, podría permanecer en el poder por cinco años más” (RESCANIERE, idem).

<sup>54</sup>Carpeta Guayana 1966, documento No. 3: El problema de los límites de Venezuela cota Guayana Británica y la posición venezolana ante la independencia de ese país; Caracas, enero de 1966 (Cit. MIRABAL, op. cit. p. 25).

decorrência do Laudo, origem da chamada *Zona em Reclamación*. A partir do início dos anos 60, passou a existir uma profunda preocupação nacional em torno da região do Essequibo, reivindicada em consequência do Laudo de Paris, tido como injusto e viciado em seus procedimentos.

As relações e as articulações políticas dessa década, referentes aos partidos como às instituições estatais, traziam uma forte presença da demanda venezuelana. Por outro lado, não se deve perder de vista que os anos 60 constituíram-se em uma década de institucionalização dos dois grandes partidos da Guiana: o PPP e PNC, representados por Cheddi Jagan e Forbes Burnham, respetivamente. Aquele governaria a Guiana até perto da independência; este, até 1985. A inclinação esquerdista de Jagan, de certa forma, afetava o governo venezuelano, motivado por preocupações a respeito de uma possível aliança entre a esquerda armada do país e o político guianense.

Quando se intensificou a diplomacia venezuelana com objetivo de recuperar a região do Essequibo durante os governos de Betancourt e Leoni, frequentemente a ideologia esquerdista de Jagan era associada à necessidade de se ter uma fronteira leste segura, incidindo justamente sobre a região reivindicada. No final dos anos 60, ficou evidente o fracasso do caminho diplomático para recuperar a região, momento em que a Revolta do Rupununi passou a ser utilizada como a última possibilidade para efetivar tal ambição, processo que permite visualizar as motivações venezuelanas em relação ao apoio armado à Revolta.

**Mapa 07 - Croqui sobre a definição de fronteira após o Laudo de Paris**

**Fonte:** Baseado nas linhas de Schomburgk, in <http://www.datuopinion.com/la-linea-schomburgk>, acessado em 23/04/2014

## **5 GUIANA: DE COLÔNIA A PAÍS INDEPENDENTE E A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO ESSEQUIBO.**

A definição das fronteiras coloniais da Guiana Britânica, com base no Laudo de Paris de 1899, manteve as linhas assinaladas pelo acordo, sem contestação até a década de 60. Porém, ainda não havia se estabelecido uma unidade territorial baseada numa população que se identificasse nacionalmente como guianense, em termos da institucionalização de forças políticas, a ponto de formar uma comunidade política estruturante do comportamento coletivo guianense, submetendo-o às exigências funcionais do sistema político na colônia. Seriam necessárias instituições capazes de estruturar a natureza e os resultados dos conflitos entre os grupos politicamente articulados na Guiana, a ponto de engendrar situações não só políticas, mas, principalmente, econômicas, peculiares a uma nação.

Para compreender como ações políticas ainda não partidárias na Guiana evoluíram para uma complexidade na estruturação política do país, envolvendo não só partidos, como define Krasner (KRASNER, 1984), é preciso ver como organizações burocráticas, como estrutura de governo e aparelhos estatais, e até as constituições se definem a partir de arranjos políticos no país. Depois de instituídos, tais arranjos geraram impactos sobre o comportamento dos agentes ou dos sujeitos partícipes no sistema político guianense, redundando em resultados que influenciaram também o problema EsseQUIBO. Porém, no caso da Guiana, em momento algum, houve uma unidade política que pudesse definir uma cultura nacional em termos de objetivos mais ou menos homogêneos, como na Venezuela. Primeiro, em função da presença de milhares de negros trazidos da África como escravos e, por segundo, pela forte carga imigratória que sucedeu a abolição da escravidão na colônia em 1834, instituindo um complexo mosaico étnico, como argumenta Orozco:

The formation of the Guyanese nation state and its development are in large part a function of the migrations that have surrounded this South American country's history. A mosaic of at least six ethnic and racial groups, Guyana was formed by the migrations of East Indians, Anglos, Africans, Chinese and other cultures and groups since the seventeenth century. These groups became true Diasporas, that is, people with a common national origin who reside outside a claimed or an independent home territory. The large majority of Guyanese retain

a diasporic identity of belonging to an imagined community of a far off ancestral nation (OROZCO, 2003, p. 02)<sup>55</sup>.

Soma-se ainda a essas características, o fato de a Guiana atual ter-se tornado também uma fonte contínua de emigração, constituindo-se, proporcionalmente, numa das maiores diásporas no subcontinente sul-americano, ocasionado pelas condições políticas e econômicas, principalmente encetadas após a independência, em 1966. Os números dessa dispersão não são totalmente conhecidos, mas estima-se que cerca de 700.000 vivam hoje em outras ilhas do Caribe e nos Estados Unidos (Idem, idem). Portanto, se não existe concretamente uma unidade nacional constituída na Guiana, a não ser a tentativa de reunir seis povos numa pretensa comunidade política, o país não teve forças político-militares para se opor diretamente às pretensões venezuelanas sobre seu território.

Sem lealdades pluralistas, arranjos constitucionais e definição das “regras de jogo”, influenciados pela cultura nacional que tornaria a política doméstica um campo de luta em constante construção, como menciona Hans Morgenthau (MORGENTHAU, 1948), a Guiana pode ser definida pela ausência de uma sociedade nacional integrada, com força para impor uma ordem mínima ou de valores mínimos que fossem capazes de conservar a ordem e a realização de preceitos morais dos limites do poder instituído.

Da independência aos dias atuais, a fragilidade das estruturas políticas guianenses não possibilitou rechaçar militarmente ou mesmo diplomaticamente as ambições venezuelanas sobre a região do rio Essequibo, que, do lado da Venezuela, contribuiu para formar no país um imaginário político-militar pró-essequibano. Conhecer como a Guiana, desde a colonização até o pós-independência, impôs-se às pretensões venezuelanas, permite entender a repercussão e a institucionalização na Venezuela do movimento pela

---

<sup>55</sup> A formação da nação guianense e seu desenvolvimento decorreram, em grande parte, das migrações que têm sido uma marca na história deste país sul-americano. Com um mosaico de pelo menos seis grupos étnicos e raciais, a Guiana foi formada pelas migrações de indianos, ingleses, africanos, chineses e outros grupos culturais, desde o século XVII. Esses grupos constituem-se em verdadeiras diásporas, isto é, povos com uma origem nacional comum ou que vivem fora ou em um território independente, mas reivindicado. A grande maioria dos guianenses mantém a identidade da diáspora, que é a de pertencer a uma comunidade imaginária e de uma nação distante ancestral.

recuperação do Essequibo, uma vez que fica evidente a fragilidade da resposta da Guiana a tal pretensão, principalmente na década de 60, período de intensa luta para a independência do país. Justamente nessa década, na Venezuela, institucionalizou-se a pretensão em torno da região essequibana, que a leva a ser desenhada no mapa venezuelano como *Zona en Reclamación*.

### **5.1 A formação da Guiana e a institucionalização de suas forças políticas**

Considerada uma aliada da Inglaterra, e por conta da Revolução Francesa, a Holanda foi invadida por franceses. Nesse contexto, a Guiana, por ser colônia holandesa, passou a fazer parte da França. Na ocasião, os ingleses chegaram a oferecer proteção aos colonos contra os franceses, mas recusaram-na (SMITH, 1964, p. 24). Como durante a guerra, os navios não puderam chegar à Guiana, impossibilitando os plantadores de comercializarem os seus produtos e, por consequência, impedindo-os de quitarem suas dívidas junto aos bancos britânicos e holandeses, o prejuízo na economia da colônia foi grande. Plantadores e banqueiros passaram a ter na retomada da Guiana pela Inglaterra, uma solução à sua desgraça financeira (Idem, *ibidem.*).

Durante o período de 1803 a 1814, plantadores ingleses, que eram donos da maior parte das terras da colônia, por conta de problemas climáticos, enfrentaram grandes prejuízos econômicos em função do fracasso da produção agrícola. Os plantadores ingleses perceberam que a situação só podia melhorar se definitivamente a colônia passasse a ser uma possessão inglesa, o que vai se efetivar formalmente em 1814, quando uma Convenção levou à assinatura do Tratado de Londres, que confirmou a incorporação das colônias de Demerara, Essequibo e Berbice à Grã-Bretanha. Foi nessa época, também, que a Inglaterra se apoderou da África do Sul, pagando uma enorme soma em libras esterlinas, um total de um milhão, para a Suécia que deveria ser investido para a proteção dos Países Baixos (RIOS, 2001, p. 471-475). Decisão que foi ratificada pelo Tratado de Paris, em 1815. O Tratado determinava ainda que os direitos territoriais britânicos fossem do Rio Orinoco ao Rio Essequibo.

Sob controle inglês, as colônias foram unidas com a denominação de Guiana Britânica, em 1831, tendo Benjamim D' Urban como primeiro governador. Essa época coincide com a independência da Venezuela, em 1830, que se torna República, separada da Colômbia. Novas diretrizes administrativas se impuseram ao jovem país e à Guiana, sob administração colonial britânica, gerando a necessidade de uma definição fronteiriça. Logo em seguida, em 1834, a abolição da escravatura vai desenhar uma nova estrutura social na Guiana pela redefinição das classes sociais. Os ex-escravos passaram a migrar em massa para as cidades, abandonando as plantações, por não estarem dispostos a trabalhar como assalariados dentro de um meio social que repudiavam. Também haviam incorporado a noção de que o trabalho nas plantações era degradante e inconsistente com o estado de liberdade (ROMERO, 1992, p. 62).

A partir de 1845, com a autorização de imigração da Índia, um grande fluxo de indianos passou a entrar no Caribe e na Guiana. Ishmael aduz que só no ano de 1847, chegaram mais ou menos 7.000 indianos trazidos de Calcutá e Madras, principalmente (ISHMAEL, 2000). Muitos desertaram das plantações, outros tantos se tornaram andarilhos ou passaram a viver na cidade.

Observa-se que até depois da Segunda Guerra Mundial não existirá no país grupos políticos bem estabelecidos, a não ser unidades frágeis como a *Reform Association*, que esteve presente nas tentativas de reformas constitucionais de 1891, ou mesmo o *Popular Party* – PP –, relativamente ativo nas demandas políticas na década de 1920. Mesmo essas agremiações nunca tiveram força política substancial, em decorrência de dissensão entre facções internas e de suas metas visando ao curto prazo (SMITH, idem, p 165). Após a Segunda Guerra Mundial, as pressões por mudanças na organização política das colônias, dominadas pela Grã-Bretanha, tornaram-se inevitáveis, e a Guiana Britânica não ficaria à margem desse processo, somando força às pretensões anticolonialistas das colônias das Índias Ocidentais, principalmente Jamaica, Barbados e Trinidad.

O primeiro sindicato fundado na Guiana Britânica deu-se em 1922, como uma demonstração da etnização da colônia, pois o *British Guiana Labour*

*Union*, como era chamado, representava os interesses de trabalhadores negros de Georgetown. Na mesma direção, foi fundado, em 1937, o *Man-Power Citizens Association*, este ligado aos interesses dos trabalhadores indoguianenses das plantações de açúcar. De acordo com Smith, o sindicato ambicionava reorganizar o Império Britânico, e seu fundador, Ayube M. Edun, propalava a ideia de um sistema político alternativo ao comunismo, fascismo, ghandismo e outros "ismos", no qual a Grã-Bretanha tornar-se-ia o centro de uma ordem mundial baseada no que ele chamou de *Rational-Practical Idealism* (Idem, ibidem, p. 166), uma espécie de *Kallipólis*, onde o lugar das pessoas e do trabalho seria definido por um conselho supremo. Contudo, o *Man-Power Citizens Association*, não obstante a utopia de seu mentor, estimulou a criação de outros sindicatos e organização que gerou uma maior politização, com conseqüente participação na vida política da Colônia, principalmente a partir das eleições de 1947, quando se sedimenta a ideia de uma Guiana multirracial (Idem, ibidem, p. 167).

Esse clima de disputas raciais e crise econômica se estenderam até as eleições de 1968, a primeira a ser realizada após independência da ex-colônia, que definitivamente confirmará a liderança de Burnham e a rivalidade permanente entre afroguianenses e indoguianenses. Com a divulgação dos resultados, de acordo com Silva, dos 369.088 eleitores, 314.246 votaram. O PNC obteve 174.339 contra 113.991 do PPP e 23.162 da UF. Burnham lograra obter vinte e sete cadeiras contra 26 da oposição. Jagan denunciou a eleição como fraudulenta:

In the 53-members National Assembly the number of seats now held by the PNC, PPP and UF are 30, 19 and 4 respectively; in 1964, the corresponding numbers were 22, 24 and 7. It has been clearly established that extensive fraud help PNC to "win" and to form the government alone. Without fabricated, padded voters lists, extensive proxy voting and ballot-box tempering, the PNC could not have secured 50.4 per cent of the votes inside Guyana, equivalent to a majority of one seat; without overseas votes the PNC would not have had a working majority of 7 seats. Through manipulations, the PNC secured 94 per cent of the overseas votes, absentee balloting being permitted for the first time in Guyana's history (JAGAN, op. cit. p. 390).<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Dos 53 membros da Assembleia Nacional, o número de assentos agora do PNC, PPP e UF são 30, 19 e 4, respectivamente; em 1964, os números foram 22, 24 e 7. Foi claramente visível uma extensa fraude perpetrada pelo PNC para "ganhar" e formar o governo sozinho. Sem a invenção de listas de eleitores, votos por procuração e de urnas frágeis, o PNC não poderia ter garantido 50,4 por cento dos votos no interior da Guiana, o equivalente a maioria

A diferença exagerada fez D'Aguiar afirmar ser o resultado uma grande fraude, e a consequência seria a comunização da Guiana<sup>57</sup>. Com a vitória de Burnham, estava assim encaminhada uma reação à hegemonia política de Jagan, que duraria até a metade da década de 80.

Após 1969, o alinhamento pró-ocidente da Guiana tornou-se patente diante da liderança de Forbes Burnham, principalmente resultado da aproximação à política norte-americana para a região, pela adesão à Aliança para o Progresso e a atração de investimentos externos e de infraestrutura, cujo resultado foi a elevação da dívida externa e aumento do desemprego (LIMA, 2011, p. 52). Burnham, de acordo com Lima, era declaradamente anticomunista, o que se rendeu a generosas ajudas por parte dos Estados Unidos (Idem, idem, p.48), quando a hegemonia americana sobre a América do Sul e Caribe determinava ajuda econômica a países pobres alinhados à política americana durante a Guerra Fria. Ishmael estima que a Guiana recebeu até 1970, não obstante a depressão econômica assinalada por Lima, volumosas somas de ajuda americana:

Clearly, up to 1970, Guyana's pro-western foreign policy was similar to that of countries of the English-speaking Caribbean. But in reality, Guyana's relations with the US were probably closer than the other Caribbean countries. This was reflected in the aid the US gave to Guyana. For instance, in 1969 Guyana received about 50 percent of the aid of USAID for the entire Caribbean region, and 93.4 percent of the total provided to the English-speaking Caribbean. As a matter of fact, in 1969, 76 percent of the development Loan Fund of USAID was disbursed to only eight nations: Chile, Colombia, India, Pakistan, Turkey, South Korea and Guyana. Further to this, other western countries, such as Great Britain, Canada, West Germany, Japan and Switzerland provided aid towards Guyana's economic development (ISHMAEL, 2013, pp. 21-22)<sup>58</sup>.

---

dos assentos; sem os votos do exterior, o PNC não teria mais do que 7. No entanto, o PNC garantiu 94% dos votos no exterior, tipo de votação permitida pela primeira vez na história da Guiana.

<sup>57</sup> Segundo Spinner, D'Aguiar teria ditto que: "The worst thing you can do is to give the communists a valid excuse for a violent revolution. And I can't think of a better excuse than a fraudulent election, than a partisan government that lives it up at the expense of the people. These excuses are being presented on a platter to the communists in Guyana (SPINNER, 1984. p. 128).

<sup>58</sup> Claramente, até 1970, a política externa pró-ocidental da Guiana foi semelhante ao de países do Caribe de língua Inglesa. Mas, na realidade, as relações da Guiana com os EUA foram, provavelmente, mais próximas do que a de outros países do Caribe. Isso se refletiu na ajuda que os EUA deram à Guiana. Por exemplo, em 1969 a Guiana recebeu cerca de 50 por cento da ajuda da USAID para toda a região do Caribe, e 93,4 por cento do total previsto para o Caribe de língua Inglesa. Por uma questão de fato, em 1969, 76 por cento do empréstimo do Fundo de desenvolvimento USAID foi desembolsado para apenas oito nações: Chile,

Com Burnham no controle do país, uma nova Constituição criou, em 1970, a *Cooperative Republic of Guyana*, cujo cooperativismo passou a ser a referência política para o país. De difícil definição, tal cooperativismo pretende ser “uma nova instituição de uma sociedade cooperativa, uma nova forma de arrecadação e planejamento econômico (...) um sistema de parceria entre produtores, consumidores e Estado. É um sistema em que a produtividade e o investimento são direitos do conjunto de consumidores administrados direta e indiretamente por representantes dos consumidores e associações de produtores com o Estado” (HOPE, 1975, p. 310). O próprio Burnham encontrou dificuldade para alinhar sua ideologia em termos de política externa, tanto preferiu aproximar-se dos chamados países não alinhados (BROTHERSON JR, idem, p. 14).

O cooperativismo é tido ainda como um sistema superior ao socialismo revolucionário porque nele não haveria a transferência dos resultados para empresas privadas, por ser inteiramente controlado por autoridades públicas. Este tipo de socialismo fora tido como veículo de desenvolvimento da Guiana, por ambicionar a conciliação da iniciativa privada à estatal, sendo esta gestora primordial daquela:

Até as instituições que se designam como cooperativas são fundadas, mantidas e operadas pelo Estado, como: *Guyana National Cooperative Bank, Guyana Agricultural Cooperative Development Bank, Guyana National Cooperative Bank Trust Company*. As cooperativas fundadas pela iniciativa privada operam como empresas capitalistas, utilizam da denominação “cooperativa” para obterem isenções (LIMA, op. cit, p. 57-58).

No artigo 16 da Constituição de 1980, o cooperativismo colocaria em prática o princípio dinâmico da transformação socialista e deveria penetrar e transformar todas as inter-relações na sociedade, ainda dizia ser o cooperativismo natural, porque já se encontraria arraigado na experiência histórica dos guianenses, capaz de liberar todas as energias produtivas das pessoas, servindo ao princípio unificador do desenvolvimento total da nação.

---

Colômbia, Índia, Paquistão, Turquia, Coréia do Sul e Guiana. Para além destes, outros países ocidentais, como a Grã-Bretanha, Canadá, Alemanha Ocidental, Japão e Suíça forneceram também ajuda para o desenvolvimento econômico da Guiana.

No plano da política, Burnham fixou-se em duas prioridades: internamente consolidar seu poder e estabelecer um sistema político autoritário (Idem, idem. p. 52.); e na política externa, empenhou-se em assegurar a integridade territorial diante de pretensões reivindicatórias territoriais da Venezuela e do Suriname. No caso da Venezuela, Burnham enfrentaria uma tentativa de secessão do país, antecedida por atos de invasão de seu território pela Venezuela, no que ficou conhecida como a Revolta do Rupununi. Tais ações configurarão atos institucionais e não institucionais por parte da Venezuela na região do rio Essequibo, assunto do próximo capítulo<sup>59</sup>.

Forbes Burnham, sob nova Constituição, a segunda após a independência, em 1980, e a hegemonia do PNC, além de transformar o cooperativismo em uma nova ideologia de Estado, impõe a presença incontestável dos afroguianenses nas instituições públicas do país, garantindo-lhe ser eleito presidente, cargo que permaneceu até seu falecimento em 1985. Desmond Hoyte, um dos quadros do PNC desde 1968, tornou-se líder da Guiana após seu falecimento, governando até 1992. Enfrentando constantes denúncias de fraudes eleitorais, entregou o poder a Cheddi Jagan, eleito em 1992 e faleceu em 1997, passando o poder a sua esposa, Janet Jagan, eleita no mesmo ano, governando até 1999, quando por sua vez, ainda dentro dos quadros do PPP, transferiu o poder, por motivos de doença, a Bharrat Jagdeo, cuja gestão será marcada por iniciativas de aproximação e colaboração com o presidente venezuelano, Hugo Chávez.

---

<sup>59</sup> Em 1969, o Suriname ocupou parte no New River, região reclamada pelo país. Depois de expulsos pela GDF, abre-se um conflito diplomático entre os dois países que somente se resolveria parcialmente em 1995, quando o Suriname foi admitido parcialmente como membro efetivo do CARICOM, plenamente apoiado pela Guiana. Porém, no ano 2000, o Suriname pediu a saída da plataforma de petróleo OGX com o argumento de estar em águas territoriais surinameses, em decorrência de disputas por águas territoriais. Outra vez a tensão entre os dois países voltou como assunto diplomático. Por pelo fato de ambos países serem membros não só do CARICOM, mas da UNASUL e CELAC (*Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños*); além de os dois países terem se tornado e signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, os conflitos tem se desenrolado através de argumentações diplomáticas. CELAC juntou, ao mesmo tempo em 2011 (ver: Economic and Technical Cooperation, in: *XXIV Meeting of International Cooperation Directors for Latin America and the Caribbean. Regional Cooperation in the area of Border Integration*. San Salvador, El Salvador, 30 e 31 de maio de 2013, N° 3-13.

## 5.2 As forças políticas na Venezuela no período posterior à ditadura de Pérez Jiménez.

O governo de Edgar Sanabria (presidente de novembro a fevereiro de 1958), interino depois do golpe de 1958, como forma de garantir governabilidade, aproximou-se dos partidos AD, COPEI e URD para formar o *Pacto de Punto Fijo*, que pressupunha a busca da democratização na Venezuela. Nas eleições que são convocadas, Rómulo Betancourt sai eleito, iniciando uma nova fase de democratização na Venezuela. Betancourt governou enfrentando constantes instabilidades, inclusive um atentado contra a sua vida, em 1960, na ocasião da comemoração da Batalha de Carabobo. Como consequência, rompeu relações diplomáticas com a República Dominicana<sup>60</sup> sob a acusação de que essa ilha caribenha tinha sido a base das operações contra seu governo.

Todavia, o *Pacto de Punto Fijo* alijou a esquerda das negociações e acordos políticos, o que irá lançá-los à luta armada, sobretudo, as Fuerzas Armadas de Liberación Nacional – FALN – (de Douglas Bravo), o Partido Comunista de Venezuela – PCV – e o *Movimiento de Izquierda Revolucionário* – MIR –, que surgiu em consequência da expulsão de importantes líderes da AD, que num momento posterior se fragmentará ainda mais, dando origem ao grupo da Alianza Revolucionária Socialista – ARS.

O ano de 1963 foi um ano eleitoral na Venezuela, depois de cinco anos de governo Betancourt. Raul Leoni foi eleito presidente e assumiu o governo em um clima de instabilidade política. Para reverter a crise, buscou o entendimento nacional e, com Jovito Villalba e Arturo Peitri, formou um governo de base ampla, tal como seu antecessor, deixando os partidos de esquerda fora dos acordos. Leoni governou de 1964 a 1969, apoiado pela AD e URD, Frente Nacional Democrático. O COPEI, que tinha participado com a AD no governo de Rómulo Betancourt, ficou na oposição. A AD, dividida desde o governo anterior, quando se formou a *AD-oposición*, transformou-se em *Partido Revolucionário Nacionalista* – PRN. Logo depois, junto com o MIR e parte da URD, formou-se o *Partido Revolucionário de Integración Nacionalista* – PRIN –

---

<sup>60</sup> A República Dominicana, governada por Leônidas Trujillo era acusada pela Venezuela de facilitar a penetração do comunismo na América Latina (GUDAT, 2013).

, que lançaria candidato próprio nas eleições de 1968. A divisão da AD, acentuada pela saída de Luis Beltrán Prieto Figueroa, que criou o *Movimiento Electoral del Pueblo – MEP* –, foi uma das principais causas de sua derrota naquelas eleições, abrindo caminho ao COPEI, que elegeu Caldera com 29% dos votos. Foi com Leoni que as demandas pelo Essequibo tornaram-se mais sistemáticas por transformar-se num apelo de força nacional na Venezuela<sup>61</sup>.

No campo político, Leoni atuou duramente contra a esquerda, mandando para a prisão ex-parlamentares, combatendo duramente as guerrilhas rurais e urbanas e enviando para o exílio líderes comunistas e do MIR. Ao mesmo tempo, cerceou a liberdade de imprensa, combateu as forças guerrilheiras no país e usou a repressão para calar a esquerda, que respondeu com o assassinato de Julio Iribarren Borges, partidário de Leoni e irmão do Ministro das Relações Exteriores, Ignacio Iribarren Borges<sup>62</sup> (a FALN foi acusada de tê-lo cometido) e com o sequestro do coronel americano Michael Smolen. A repressão de Leoni rachou o PCV, originando o Partido e a *Organización de Revolucionários*. Na Assembleia de 1967, o PCV decide abandonar a luta armada e participar das eleições de 1968. No ano seguinte, Rafael Calderas, do COPEI, assume o governo depois de ter vencido as eleições<sup>63</sup> e ter dado início à pacificação do país, acabando com a luta armada pela integração dos chefes guerrilheiros à vida política.

No plano de pacificação, colocou-se o *Protocolo de Port of Spain*<sup>64</sup> como necessário, definindo o encaminhamento da problemática em torno do Essequibo. A assinatura desse protocolo, em 18 de junho de 1970, pelos governos da Venezuela, Grã-Bretanha e da Guiana, completou o acordo de 1966 e colocou uma moratória de 12 anos sobre a disputa fronteiriça. O

---

<sup>61</sup> Ver: <http://www.cidob.org/es/content/pdf/1796>, acessado em 14/10/2013.

<sup>62</sup> Carlos Andrés Pérez acusou Cuba de estar envolvida no assassinato. Ver: *UPI*,04/03/1964.

<sup>63</sup>SILVA (2005) menciona que, no plano das disputas políticas, suspeita-se, provavelmente ter havido informações de Caldera a respeito do apoio militar informal à Revolta do Rupununi, que poderia influenciar de forma indireta a vitória da AD, por suspeitar que Leoni tivesse um interesse em trazer um general vitorioso pela conquista do Rupununi, provocando um nacionalismo na Venezuela a seu favor. Informação que será melhor esclarecida nos capítulos seguintes

<sup>64</sup>Acordo de paz assinado em 1970, entre Venezuela e Guiana, que praticamente congelou as disputas territoriais entre os dois países. Propunha a busca de uma solução para o fim do litígio.

protocolo previa discussões contínuas, suspensão de reivindicações territoriais e a renovação automática do protocolo que permaneceu incontestado por 12 anos. Em 1981, a Venezuela anunciou que não iria outra vez renová-lo. Neste mesmo ano, Herrera Campins, contextou a iniciativa do Banco Mundial em financiar um projeto elétrico no Mazaruni, argumentando que o Banco não teria competência com assuntos políticos, senão apenas econômico. Tal assunto fora proposto porque, pouco antes, a Venezuela, através de Carlos Andrés Pérez, em seu primeiro Governo (1974-1979) buscou aproximação com Caribe, o que o levou a vários encontros com Burnham, quando o problema do Essequibo foi parte da agenda de negociações.

Durante este período se cumplieron visitas oficiales del primer ministro guyanés, Forbes Burnham a Caracas en 1975 y de Carlos Andrés Pérez a Georgetown en 1978, con lo cual el manejo de la agenda bilateral se colocó en el más alto nivel, dentro de una naciente diplomacia directa aplicada por Venezuela. Por lo menos dos intentos de negociación directa sobre el contencioso territorial se produjeron durante el primer gobierno de Carlos Andrés Pérez (OTÁLVORA, 2002, p. 05)<sup>65</sup>.

Burnham tinha, portanto, compromisso com o Banco Mundial para financiar parcialmente o projeto hidroelétrico no alto curso do Mazaruni, justamente no território reclamado pela Venezuela. Para Burnham, a anuência da Venezuela seria potencial cliente para o consumo da energia gerada. Porém, Pérez e depois Campins viram essa proposta com muito ceticismo, considerando que encerraria a demanda do país pelo território (OTÁLVORA, idem, p. 06).

O desfecho desse evento levará a Venezuela a encerrar negociações em torno do problema Essequibo, tanto que a chegada à presidência do socialcristão, Herrera Campins (1979-1984), manteve a reclamação sobre o Essequibo e, por isso, manifestou-se pela não prorrogação do Protocolo de *Port of Spain* e pelo encerramento de qualquer outra negociação de finalidade econômica na região reclamada.

---

<sup>65</sup> Durante este período, foram realizadas visitas oficiais por parte do primeiro-ministro guianense, Forbes Burnham, a Caracas, em 1975, e de Carlos Andrés Pérez a Georgetown, em 1978, conseguindo, assim, que uma agenda bilateral de mais alto nível, se realizasse dentro de uma diplomacia direta aplicada pela Venezuela. Pelo menos duas tentativas de negociação direta sobre a disputa territorial ocorreram durante o primeiro governo de Carlos Andrés Pérez.

Por esse quadro, até 1993, praticamente não houve mudanças políticas significativas na Venezuela que pudessem acionar o nacionalismo em torno da demanda pela região do rio Essequibo, pelo simples fato de a AD e o COPEI não diferirem em suas políticas por causa do acordo *Pacto de Punto Fijo*, assinado, em 1958, por líderes políticos dos dois lados. Por esse pacto, os líderes políticos decidem uma agenda política antes da eleição, na qual concordaram em dividir os cargos entre os principais partidos, após a eleição, independentemente de qual candidato vencesse a eleição<sup>66</sup>.

Esse pacto começou a fracassar por conta da recusa de nomeações de afiliados políticos e do gasto público excessivo. Insatisfações que culminaram com motins, em 1989, chamado de Caracazo, resultando em centenas de mortos e em duas frustradas tentativas de golpe militar, em 1992, uma delas feita por Hugo Chávez<sup>67</sup>. O quadro político era de instabilidade devido à má gestão e corrupção, tanto que a:

Corruption is another source of criticism and disenchantment. The inability of the judicial system to guarantee equal treatment and to punish the public officials and private persons involved in administrative scandals has discredited the regime. Political parties have also been widely accused of manipulating the judicial system to protect their members and supporters. In response to growing critiques of the party system, debate has turned to the need for electoral and more general political reforms that would affect the party system, and the state, as well as the relationships among the state,

---

<sup>66</sup> Souza destaca que o período 1959/1973, durante os governos de *Rómulo Betancourt* (1959/1964), *Raul Leoni* (1964/1969) e o primeiro governo de *Rafael Caldera* (1964/1974), foram fortemente influenciados pelas teorias desenvolvimentistas da CEPAL. Daí a ênfase do Estado em executar um programa de industrialização pela substituição de importações, com forte participação de capital nacional proveniente do petróleo. Por essa diretriz, o gasto público foi ampliado visando implementar o mercado interno para a o desenvolvimento de indústrias nacionais (SOUZA, idem, pp. 77-78).

<sup>67</sup> Chávez, supostamente em reação à crise instalada por denúncias de corrupção e por um pendor nacionalista, acionado nas forças armadas por conta de uma menção de André Pérez, em Ureña, após reunião com seu consorte colombiano, César Gaviria, em fevereiro de 1992, ter afirmado ser direito colombiano uma parte do delta venezuelano, levará adiante uma tentativa de golpe (LUONGO, 2007, p. 346). Buzetto, por sua vez, diz o seguinte: "Em fevereiro de 1989 ocorre um levante popular contra a pobreza, a desigualdade social, o neoliberalismo e os acordos com o FMI. Em 1992, no mesmo mês, em homenagem aos que morreram e foram duramente reprimidos pelo governo de Carlos Andrés Peres três anos antes, membros do Movimento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR) tentam derrubar o governo através de um levante militar. Chávez é um dos comandantes desta operação. São derrotados no campo militar, mas tornam-se conhecidos por toda a nação através de um pronunciamento na televisão feito por Chávez, condição que o mesmo impõe nas negociações feitas com o governo para desmobilizar os revoltosos" (BUZETTO, idem, p. 180). Aqui se deve considerar que o ponto de vista de Buzetto é profundamente eivado de leituras oriundas da visão do MST sobre política continental.

parties, social organizations, and individuals (KORNBLITH E LEVINE, 1993, p.18)<sup>68</sup>.

O presente quadro agravar-se-ia sobremaneira com denúncias de desvio de 17 milhões de dólares do Ministério do Interior, desvio este atribuído a Carlos André Pérez. Como resultado, seu mandato foi cassado pela Suprema Corte, sendo eleito pela Assembleia, Ramón, J. Velásquez, incumbido de concluir o período constitucional de 1989-1994 e de preparar as eleições gerais seguintes<sup>69</sup>. A crise externa, o desemprego e a abrupta queda da capacidade financeira do Estado venezuelano levaram-no a aproximações com o Caribe, gerando um afrouxamento na demanda territorial contra a Guiana.

Em 1994, Rafael Caldera sagrar-se-ia presidente em uma aliança com um conglomerado de partidos chamado de Convergência Nacional – CN<sup>70</sup>. Foi a primeira vez, desde 1958, que a presidência fora conquistada por um candidato de um partido diferente da AD ou o COPEI<sup>71</sup>. Em seu governo, Chávez será libertado, depois de 26 meses de prisão.

No plano econômico, até o início da década de setenta, a renda *per capita* da Venezuela, por conta da abundância do petróleo, era uma das mais altas da América Latina (SOUZA, 2008, p. 85). O aumento do preço do petróleo na década de setenta permitiu significativo ingresso de divisas ao país estimulando a economia e projetando-o no cenário latino-americano, principalmente orientando a diplomacia do país a desarmar as contentas fronteiras da década passada, com destaque para o caso do litígio com a vizinha Guiana.

---

<sup>68</sup> A corrupção é outra fonte de crítica e desencanto. A incapacidade do sistema judicial em garantir a igualdade de tratamento e em punir os funcionários públicos e pessoas privadas envolvidas em escândalos administrativos desacreditou o regime. Os partidos políticos também têm sido amplamente acusados de manipular o sistema judicial para proteger os seus membros e simpatizantes. Em resposta às crescentes críticas do sistema partidário, o debate voltou-se para a necessidade de reformas políticas e eleitorais mais gerais que afetam o sistema partidário e do Estado, bem como as relações entre Estado, partidos, organizações sociais e indivíduo.

<sup>69</sup> Ver sítio <http://www.cidob.org/es/content/pdf/1795>. Acessado em 13/05/2013.

<sup>70</sup> Ver sítio [http://opeak.net/investigaciones\\_especiales/PVen3.pdf](http://opeak.net/investigaciones_especiales/PVen3.pdf). Acessado em 13/05/2013.

<sup>71</sup> André Pérez foi preso em 30 de maio de 1996, no mesmo ano da posse de Caldera, quando a Corte Suprema o declarou culpado de *malversación genérica agravada*, com uma pena de quatro anos. Por conta de sua idade, e cumprindo pena desde 1994, depois de quatro meses de prisão domiciliar, foi posto em liberdade (idem, p. 13)

A crise mexicana no ano de 1994, quando em dezembro, o governo mexicano desvalorizou sua moeda, visando estimular o plano externo, causando crises econômicas na Argentina, no Brasil e vizinhos latino-americanos, provocando na Venezuela saída maciça de capital, somado a uma sequência de pífio crescimento econômico, levarão o país a adotar como saída o modelo econômico neoliberal. Tal medida se constituirá de planos econômicos, como *El Gran Viraje*, durante a presidência de Carlos Andrés Pérez, e da *Agenda Venezuela*, na ocasião de Rafael Calderas. O resultado foi o aumento do desemprego e da economia informal, ao mesmo tempo em que os gastos públicos eram sistematicamente reduzidos.

Desde a crise do petróleo dos anos 70, a Venezuela inicia um ciclo de crises econômicas, estanhamente num momento de valorização dos preços do petróleo, a tal ponto de os anos 80 serem marcos de grandes dificuldades econômicas que projetarão para a década seguinte o fenômeno Chávez. Inflação, queda na produção econômica e diminuição de ganhos auferidos com o petróleo serão responsáveis, não somente pela crise político-social, como também por uma guinada diplomática em relação à região do rio Essequibo.

A abundância de petróleo garantiu à Venezuela a possibilidade de utilizar os recursos advindos da comercialização desse recurso natural para implantar uma sociedade basicamente consumista para setores da população. Como os recursos não eram distribuídos de forma equitativa, criou-se uma sociedade fundamentalmente marcada por diferenças sociais profundas, clima propício para o surgimento de partidos de cunho populista. Quando, no final dos anos 70, a crise do petróleo afetou essa fonte de recursos, a Venezuela não havia criado um sistema produtivo baseado na diversificação, confiando na permanência e na abundância de recursos naturais petrolíferos. Para frear a insatisfação de amplos setores populares, que nada se beneficiaram da fartura de riqueza oriunda do petróleo, o Estado se agigantou e com ele a ineficácia administrativa e a corrupção, acumulando problemas políticos, econômicos e sociais. Durante os anos de abundância, praticamente os partidos políticos puderam se revezar entre si, mas, com a nova realidade, a legitimidade dos partidos políticos começou a ser contestada.

O modelo bipartidário que predominou por mais de 40 anos e se alimentou de divisão de recursos e vantagens decorrentes do petróleo, começou a mostrar sinais de falência diante das expectativas da sociedade em torno de respostas de demandas básicas, voltadas para a assistência à saúde, à moradia, à segurança e à geração de empregos que se somavam à pressão pela otimização do modelo econômico por parte de trabalhadores, empresários e setores da classe média. Esse panorama levou a um gradual processo de esvaziamento institucional dos partidos políticos, manifestado pela ampla abstenção eleitoral e falta de confiança no sistema de partidos políticos em vigência.

Partidos novos surgiram a partir de movimentos políticos locais ou regionais, como a *Causa Radical*, originado nos anos 70, a partir de uma cisão no PCV, cujas bases estavam assentadas nas áreas mais carentes de Caracas. Outros, como o *Proyecto Venezuela* (nascido no Estado Carabobo), *Un Nuevo Tiempo* – UNT – (partido de Zulia), *Primero Justicia* (criado no Estado Miranda, por Julio Borges, Leopoldo López e outros nomes), que ambicionava conquistar a presidência da República (CASANOVA, 2012, p. 10), enfrentando fortes partidos tradicionais e, principalmente, o carisma de um novo personagem político, conhecido por uma tentativa de golpe contra Carlos André Pérez, em 1992, chamado Hugo Chávez Frias.

Nas eleições de 1993, a *Causa Re* e a *Convergencia* se destacam como partidos ao gosto do eleitor, importantes, juntos com outras pequenas organizações, os *chiriperos*, para a vitória de Rafael Caldera. Essas eleições sepultaram de vez o bipartidarismo da AD e COPEI. Outros pequenos partidos de base regional do mesmo modo foram se destacando em eleições seguintes, como o *Proyecto Venezuela*, em 1998, que conseguiu significativa projeção eleitoral, sendo derrocado pelo *Movimiento V República* (MVR), liderado por Chávez, ou ainda o *Primero Justicia*, que passou a ter Henrique Capriles como candidato de setores oposicionistas. Embora tenham conquistado projeções nacionais pelo fato de se destacarem como expressões locais, não galgaram a permanência de seu sucesso, retraindo-se às suas origens a cada nova derrota eleitoral. As turbulências internas vividas pela Venezuela nesse período incitaram uma baixa adesão às políticas reivindicatórias em torno da região do

rio Essequibo, quando a presença de interesses internos tornou-se maior que os externos.

## 6 RECLAMAÇÃO DA REGIÃO DO ESSEQUIBO COMO AGENDA DE ESTADO: VENEZUELA E GUIANA

No início dos anos 1960, tanto Caracas como Georgetown enfrentaram problemas políticos e econômicos internos. As tentativas de consolidar o caminho democrático, após anos de ditadura de Pérez Jiménez na Venezuela, bem como tentativas de galvanizar as forças políticas que amalgamassem diferenças raciais na Guiana, visando preparar a independência foram persistentemente obstadas. Na Venezuela, o foco voltou para a formação de uma força política sustentada por partidos que pudessem fazer a transição da ditadura para a democracia. Enquanto na Guiana, o período pós-independência torna-se agudo em decorrência do recrudescimento dos embates raciais, que praticamente gera um cismo político no país, na Venezuela, o esforço para definir uma unidade nacional começou a fracassar, quando partidos menores e de esquerda foram aliados das composições políticas.

As realidades políticas tão diferentes vividas pelos dois países na década de 1960 são perpassadas ainda pelo problema Essequibo. Na Venezuela, ele assume proporções nacionais e, de certa forma, chega a mobilizar alguns setores da sociedade venezuelana, principalmente intelectuais e militares, que viram a conquista do Essequibo como uma missão nacional. Na Guiana, a pretensão venezuelana assume uma natureza desestabilizadora, uma vez que, num primeiro momento, inviabiliza a independência por conta de litígio territorial e, segundo, quando se acentuam as diferenças ideológicas e políticas entre o PPP e PNC, em que este é acusado de aliar-se aos venezuelanos para se contrapor à ideologia comunista de Jagan.

Na década de 1950, os arquivos britânicos sobre a Guiana estiveram abertos às consultas públicas, assim como, por conta do pós-guerra, também os arquivos privados americanos tornaram-se acessíveis às averiguações. Essa informação faz-se necessária em decorrência de os venezuelanos poderem saber mais sobre as informações descritas no *Memorandum de Mallet-Prevost*, para confrontá-las àquelas geradas pela administração colonial britânica, a partir das informações prestadas por Schomburgk, gerando uma sequência de contestações que vão assumindo, pouco-a-pouco ações

diplomáticas mais contundentes por parte da Venezuela, como consequência do *Memorandum*. De Sola destaca, ao assinalar que as reclamações intensificam-se a partir de ações de representantes do governo:

La del Canciller Dr. Luis E. Gomez Ruiz ante la IV Reunion de Consulta de los Cancilleres Americanos en 1951; la del Dr. Ramon Carmona en la X Conferencia Interamericana de Caracas en 1954; la del Canciller Dr. José Loreto Arismendi en 1956 con ocasión de la creación de la Federación Británica del Caribe; la del Dr. Rigoberto Henriquez Vera, como vocero de la Cámara de Diputados, ante una delegación parlamentaria del Reino Unido que visitó nuestro país en 1960; la de nuestro Embajador e ilustre nuevo Académico, Dr. Carlos Sosa Rodriguez, ante las Naciones Unidas en 1962; la documentada exposicion del Canciller Dr. Marcos Falcon Bricefio ante el Comité Político Especial de la Asamblea de las Naciones Unidas en 1962, que puede considerarse como el punto del definitivo arranque de nuestra reclamación formal del territorio usurpado; y, por ultimo, en el año de 1965, las conversaciones en Londres del Canciller Dr. Ignacio Iribarren Borges, que parecían conducir a una solución del problema con anterioridad a la fecha de la independencia de la Guayana Británica (DE SOLA, 1983, pp. 66-67)<sup>72</sup>.

Somente a partir de tais eventos, a Venezuela passou a formalizar denúncias a respeito do Laudo, enfatizando o discurso de ele ter sido injusto. Fatos que sem dúvida influenciaram a Constituição de 1961, principalmente em seu artigo 7º, que alude ao território venezuelano com as fronteiras anteriores a 1810, portanto preterido em relação às linhas fronteiriças consoantes no referido Laudo. Por outro lado, a ideologia comunista de Jagan, bem como sua simpatia a Fidel Castro e à Revolução Cubana, geraram apreensões em Rómulo Betancourt, então presidente eleito em 1959, visto seu governo enfrentar guerrilhas urbanas e temer a influência de Cuba, através de Jagan, sobre grupos armados em ação no país (JOSEPH, 2010, p. 215), principalmente depois de o presidente venezuelano sofrer atentado contra sua vida, em 1960, e suspeita de envolvimento da República Dominicana. O atentado teria sido em decorrência da participação de Betancourt no evento

---

<sup>72</sup> ... A do Chanceler Dr. Luis E. Gomez Ruiz ante a IV Reunião de Consulta dos Chanceleres das Relações americanas, em 1951; A do Dr. Ramon Carmona na X Conferência Interamericana de Caracas, em 1954; a do Chanceler Dr. José Loreto Arismendi em 1956, na ocasião da criação da Federação Britânica do Caribe; a do Dr. Rigoberto Henriquez Vera, como porta-voz da Câmara dos Deputados diante de uma delegação parlamentar do Reino Unido que visitou o nosso país em 1960; a do nosso embaixador e ilustre novo acadêmico Dr. Carlos Sosa Rodriguez, ante as Nações Unidas em 1962; a documentada exposição do Ministro Dr. Marcos Falcon Briceño perante o Comité Político Especial da Assembléia das Nações Unidas em 1962, que pode ser considerada como o ponto de partida definitivo de nossa reclamação formal do território usurpado; e, finalmente, no de 1965 as conversações em Londres do Chanceler Dr. Ignacio Iribarren Borges, que pareciam levar a uma solução do problema antes da data da independência da Guiana Britânica.

que levou ao golpe de 1945, culminando com o exílio do presidente Medina Agarita na República Dominicana e posterior julgamento de Lopes Contreras, que havia passado o cargo de presidente para Medina (GUDAT, 2013). Por amizade a Medina Agarita, Trujillo teria planejado o atentado (Idem, idem).

Os anos seguintes serão marcados pela intensificação de pronunciamentos do governo e da assembleia em torno do problema Essequibo, bem como sobre o comportamento diplomático da Venezuela em torno da iminência da independência da Guiana. A leitura posta em evidência foi a de que não se poderia reconhecer a independência da colônia com o problema Essequibo não solucionado. Em 1962, Marcos Falcón Briceño, então Chanceler, apresenta à ONU a reclamação venezuelana:

... o chanceler venezuelano, Marcos Falcón Briceño, levou o caso à ONU para que a Inglaterra aceitasse rever a questão do Essequibo, e um memorando sobre a posição circulou entre os membros das Nações Unidas. A partir daí, decidiu-se designar uma comissão com representantes da Venezuela, Inglaterra e Guiana, que teria 04 anos para buscar uma solução pacífica para o caso. Briceño se reuniu, nesse mesmo ano, com o embaixador britânico, Sir Douglas L. Busk, para dar uma possível solução ao problema da disputa fronteira. Ainda neste mesmo tempo, o embaixador venezuelano Ignacio Iribarren Borges viajou a Londres para levantar documentos que pudessem justificar a demanda do país. Em meados de 1962, a questão da fronteira entre Venezuela e Guiana foi incluída na XVII Assembleia Geral da ONU, justamente quando o país fora indicado como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, cargo que ocuparia até 1964 (SILVA, op. cit., p. 148).

Outro argumento que diretamente se remete à posição diplomática da Venezuela em relação à Guiana diz respeito à afirmação de que a proposta submetida à ONU de independência da colônia britânica e a posterior aceitação dessa demanda pela Organização deveram-se ao apoio recebido por Jagan de países comunistas. Por outro lado, segundo menciona Joseph, havia interesses econômicos da Venezuela com a Grã-Bretanha a respeito de petróleo que a levaria aceitar a independência, mas essa posição estaria condicionada à revisão do Laudo de 1899:

Brandt had also stated specifically that Venezuela's contemplated action was based on the fact that independence for British Guiana had been introduced in the United Nations "unexpectedly" by Dr Jagan and had been it supported "by the communist and communist-leaning countries such as Cuba and Mali." He further said that Venezuela had hoped for many years that the British Government might be inclined to negotiate a revision of the boundary to generate better relations between the two countries in view of British investments in Venezuela,

such as, Shell in petroleum. The State official reporting the conversation, Harvey Wellman, explained that Venezuela was not questioning the legality of the arbitral award but felt that the award should be revised since it was handed down by a tribunal of five judges that did not include any Venezuelan. Venezuela believed, the report went on, that the two British judges and the "so-called neutral" Russian judge had colluded in arriving at a decision to support British claims, and only the valiant action by the two United States judges prevented the award from recognizing the extreme British claim. Venezuela therefore considered the award to have been inequitable and questionable from a moral point of view; the Spanish word "viciado" was used (JOSEPH, op. cit. p. 261-262<sup>73</sup>).

Em seguida, no 348º encontro do Comitê Especial de Política, a Venezuela consegue colocar na agenda o item 88, "Questão de fronteira entre Venezuela e o território da Guiana Britânica" (CLYDE, op. cit. p. 81), sem contudo ter conseguido conquistar simpatias à sua causa entre alguns países latino-americanos, como Chile, Brasil e México (JOSEPH, idem. p. 278), votantes na 17ª Assembléia da ONU, em 1962, e principalmente os Estados Unidos, empenhados em evitar obstáculos à independência de uma colônia europeia nas américas, questão sensível à hegemonia americana na região. Porém, internamente, Betancourt via como provável a proposição junto à ONU, visando conquistar simpatias e apoio político, principalmente da parte dos militares. Havia, assim, uma pressão por parte da Venezuela para que a independência da colônia britânica não se desse fora de uma agenda para a solução do problema Essequibo. Contudo, como demonstrou a comunicação do Chanceler Carlos Sosa Rodrigues, a posição venezuelana era a de que toda

---

<sup>73</sup> Brandt também declarou especificamente que a ação contemplada da Venezuela foi baseada no fato de que a independência para a Guiana Britânica tinha sido levada às Nações Unidas "inesperadamente" pelo Dr. Jagan, e para isso ele teria sido apoiado "pelos países comunistas e com tendências comunista, como Cuba e Mali ". Disse ainda que a Venezuela tinha esperado por muitos anos que o Governo britânico pudesse estar inclinado a negociar uma revisão do limite para proporcionar melhores relações entre os dois países, tendo em vista os investimentos britânicos na Venezuela, como em petróleo pela Shell. O funcionário de Estado, Harvey Wellman, em conversa explicou que a Venezuela não estava questionando a legalidade da decisão arbitral, mas considerava que a decisão deveria ser revista, uma vez que foi proferida por um tribunal de cinco juízes que não incluía nenhum venezuelano. Venezuela acreditada, o relatório dos dois juízes britânicos e o juiz russo "chamado de neutro" tinha conspirado para se chegar a uma decisão favorável às reivindicações britânicas, e apenas a ação corajosa dos dois juízes dos Estados Unidos impediu a concessão de reconhecimento da extrema pretensão britânica. Portanto Venezuela considera a decisão injusta e questionável do ponto de vista moral; a palavra espanhola "viciado" foi utilizada.

negociação não transcendesse o direito internacional, e que o fórum de discussão seriam as Nações Unidas<sup>74</sup>.

Em fevereiro de 1962, Carlos Sosa Rodrigues endereça carta ao 4º Comitê dizendo que a evolução pacífica para a independência da Guiana Britânica era também importante para a Venezuela para se definir o fim de todo sistema colonial nas Américas, mas sem deixar de mencionar que seu país não deixaria de se empenhar para ajustes nas suas fronteiras, arbitrariamente tomada pelo Laudo de 1899<sup>75</sup>.

Diante das pressões norte-americanas e sem outra opção, a não a ser o reconhecimento do direito à independência da Guiana, também pressionado por forças políticas de oposição, o governo de Betancourt encaminha moção à Assembleia, que de imediato assente todas as negociações do governo junto à Grã-Bretanha, simultaneamente anuindo também à posição favorável ao fim do domínio colonial na Guiana (DELGADO, 1984, p. 45.). Não se sabe ao certo se a decisão de Betancourt deveu-se a um arranjo com a diplomacia americana ou se fatores mais obscuros estiveram subjacentes ao processo. Joseph menciona uma comunicação do chanceler Busk a Betancourt, cujo teor traz Fidel Castro como possível aliado de Jagan, o que atrairia simpatias de grupos guerrilheiros atuantes na época em território venezuelano (JOSEPH, op. cit., p. 214-215). Argumento reforçado por Silva, quando afirma que "...havia um temor militar de que Jagan pudesse abastecer a guerrilha venezuelana com armas e oferecer-lhe o território como base de operações" (SILVA, op. cit., p. 150).

O que parece mais provável é o jogo geopolítico que estava em andamento nos anos 60, período de intensificação da Guerra Fria, que sem dúvida lançava um temor de que a Guiana, sem a concessão de sua independência, pudesse seguir os passos de Cuba, visto ter sido Jagan declaradamente comunista. Somando-se ainda o fato de a Baía dos Porcos e a crise dos mísseis de 1962 serem acontecimento ainda vivo no imaginário diplomático americano. O zelo com a questão da independência da Guiana

---

<sup>74</sup> Ver anais da 16ª Sessão do 4º Comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas, principalmente o item 39 da agenda.

<sup>75</sup> Ver: Anexos 11 e 111 da Carta da Representação Permanente da Venezuela ONU, do dia 14 de fevereiro de 1962, encaminhada à Secretaria Geral.

decorreu de um tratamento delicado em termos diplomáticos do jogo da ordem bipolar no mundo no contexto da Guerra Fria. Sem outra alternativa política possível, Betancourt deixou o imbróglia fronteira com a Guiana para o próximo presidente a ser eleito.

Porém, o clamor patriótico em torno do problema Essequibo estava ganhando dimensões pelo país. O *Movimiento Bolivariano de Mérida*, fundado por professores da *Universidad de Los Andes* foi uma das primeiras iniciativas na Venezuela com finalidade de criar um imaginário em torno da reclamação venezuelana. Por isso, sua meta era reunificar o “território Essequibo” (TORREALBA, op. cit. pp.175-179), utilizando para isso o que se constituirá em bandeira ideológica dentro e fora da Venezuela: o bolivarianismo. Outras iniciativas de caráter equivalente se concretizaram através de pronunciamentos<sup>76</sup> e simpatias à causa Essequibo<sup>77</sup>.

### **6.1 O governo de Raul Leoni e o *Acuerdo de Ginebra*: a questão Essequibo como assunto de Estado**

Raul Leoni assumiu a presidência em 1964, substituindo Betancourt. Em seu governo, que se estendeu até 1969, o problema Essequibo ganhou dimensão nacional, tanto nos aspectos formais, desencadeados através da mediação das instituições do Estado venezuelano, como também informais, por intermédio de ações desencadeadas clandestinamente, como foi o suporte dado à chamada Revolta do Rupununi. Visando ao interesse em torno do Essequibo, foi criada, em 1965, a *Comisión Consultiva de Guayana*<sup>78</sup>, de

---

<sup>76</sup> Como o pronunciamento da *Academia de la Historia* acontecido em 1965.

<sup>77</sup> Um exemplo foi a criação em agosto de 1965 da Comisión Nacional Pro-Guyana Essequibo.

<sup>78</sup> Delgado menciona que “no todo provino del sector oficial, prominentes venezolanos de posiciones político-ideológicas diferentes crean en 1965 la Comisión Nacional pro Guayana Essequiba y allí participan Miguel Zúñiga Cisneros, el Senador René Esteves, Espíritu Santos Mendoza, el Embajador Héctor Santaella, Efraín Schacht Aristeguieta, Arturo Valery Pinaud, Pedro Aguaje Montell, Eduardo Blanco Uribe, el Concejal Rafael Ravard, el Senador Armando Soto Rivera, el Diputado Alberto Bustamante, Héctor Tosta Ojeda, Luis Fernández Adrianza y el Diputado Silvio Montañó. Y van a hacerse presentes también en esa Gran y Patriótica Comisión el Cardenal José Humberto Quintero; presidentes de Academias y colegios profesionales; el Ilustre Rector Jesús María Bianco en representación de las Universidades; delegados de los trabajadores y campesinos; cámaras de comercio, voceros de todos los periódicos, de escritores, periodistas y publicistas, la Iglesia Católica, partidos políticos como el FND, AD, COPEI, URD, FDP, MAN, MENI, ON, Socialista Venezolano y Vanguardia Popular

natureza interinstitucional que envolvia o ministério de relações exteriores, justiça, comunicação, minas, saúde, até obras públicas e assistência social. Posteriormente, elevada à condição de *Oficina para la Cuestión de Límites con la Guayana Británica*, essa comissão foi responsável pelo mapa venezuelano em que aparece hachurada a região reclamada pela Venezuela, apontada como *Zona en Reclamación*. O referido mapa foi aprovado pela Assembleia Nacional e passou a figurar como mapa oficial da República da Venezuela. Segundo Delgado, nesse momento, intensificou-se a propaganda estatal em torno do Essequibo:

Por su parte la Dirección de la Renta Interna de Hacienda lanza a circulación una emisión de estampillas de correo reproduciendo el mapa contentivo del Territorio Essequibo con los lemas: "Venezuela. Reclamación de su Guayana" y "Nuestra Guayana hasta el Essequibo" y en los sobres del primer día de emisión apareció impreso: "Este bello y rico país se extiende por la mar del norte desde el río Essequibo a los confines de la Provincia de Guayana". Para darle aun mayor auge a la controversia se reproducen numerosos mapas antiguos demostrativos que el Essequibo formaba parte indisoluble de Venezuela. Igualmente en este año la OCI edita el Boletín N° 1 de "Carta de Venezuela" reproduciendo el invaluable trabajo del Embajador Armando Rojas titulado "Venezuela limita al Este con el Essequibo" en más de 200 mil ejemplares... (Idem)<sup>79</sup>.

Mesmo nesse contexto conturbado, as conversações entre Venezuela e Grã-Bretanha continuaram em Londres, não obstante, persistentes protestos britânicos por essas iniciativas isoladas da parte da diplomacia venezuelana (JOSEPH, op.cit. p. 855), recusando negociar de acordo com os critérios propostos pela diplomacia de Leoni. Burnham manifestou, inclusive, preocupação de possível hostilidade militar por parte da Venezuela após a independência, possibilidade inclusive que se desenhou entre venezuelanos quando "... no calor patriótico que se espalhou pela Venezuela, naquele ano de 1965, as pressões para resultados passaram a se intensificar e cogitou-se,

---

Nacionalista. (DELGADO em: <http://lilianafasciani.blogspot.com.br/2007/02/el-essequibo-y-la-verdad-documental.html>, acessado em 12/07/2014)

<sup>79</sup> Por sua vez, a Diretoria de Receita Interna do Tesouro lança um movimento para a emissão de selos postais que reproduzem o mapa do Território Essequibo com os *slogans*: "Venezuela. Reclamação de sua Guiana "e" Nossa Guiana até o Essequibo "e nos envelopes do primeiro dia de emissão apareceu impreso: "Este país belo e rico se estende pelo Mar do Norte a partir do rio Essequibo até os confins da província da Guiana". Para dar ainda maior destaque a controvérsia, numerosos mapas antigos do Essequibo foram reproduzidos, demonstrando que o Essequibo era uma parte indissolúvel da Venezuela. Também neste ano, a OCI (Oficina Central de Información) publica o Boletim n° 1 de "Carta de Venezuela", reproduzindo o inestimável trabalho do Embaixador Armando Rojas intitulado "Venezuela limita-se a leste com o Essequibo", com mais de 200 mil exemplares.

inclusive, caso fracassassem as negociações em Londres, uma invasão militar ao Essequibo” (SILVA, op. cit. p.154) Certamente, foi colocada em questão a desvantagem de enfrentar militarmente uma potência militar como a Grã-Bretanha, visto ser a Guiana ainda um território colonial<sup>80</sup>. A Guiana estava ciente dessa possibilidade e, ao que parece, procurou adiar qualquer solução ao imbróglia fronteiriço, acreditando no bom-senso do país vizinho.

Foi nesse clima que especialistas venezuelanos e britânicos reuniram-se em Mead, Londres, em fevereiro de 1964, para troca de informações. Outra reunião aconteceu em agosto de 1965, quando relatórios detalhados da leitura dos direitos sobre o Essequibo foram trocados<sup>81</sup>. Os venezuelanos, sobremaneira, apoiaram-se em forte documentação organizada pelos jesuítas Pablo Ojer e Gonzales Oropeza, especialistas contratados pela Comissão que realizaram levantamento histórico, econômico e social da região, posteriormente motivo de homenagens na Venezuela<sup>82</sup>.

No dia 3 de agosto de 1965, houve a troca formal de relatórios entre peritos venezuelanos e britânicos, acompanhados pelo ministro das Relações Exteriores, da Guiana Britânica, Michael Stewart e o embaixador venezuelano, Hector Santaella, sem antes que este enfatizasse a disposição da Venezuela em não desistir de reclamar e recuperar, dentro das leis internacionais, a região do rio Essequibo<sup>83</sup>. A Venezuela ainda sugeriu uma administração conjunta do Essequibo, proposta prontamente recusada por Burnham. Em outubro de 1965, os dois chegam a uma proposta de agenda baseada nos seguintes tópicos: do lado da Guiana, (1) troca de opiniões entre peritos sobre os relatórios; (2) elaboração de relatório conjunto para o Comité Especial das Nações Unidas; e (3) comunicação entre as partes. Do lado venezuelano, as propostas foram: (1) discussão sobre as análises dos documentos; (2) necessidade de resolver a questão da fronteira, como forma de buscar soluções práticas para a questão; (3) planos concretos de colaboração para o desenvolvimento da Guiana; e (4)

---

<sup>80</sup> Ver: Memorandum by the Attorney General *British Guiana/Venezuela Border Question*. Arquivo Nacional de Georgetown, 04 de janeiro de 1966.

<sup>81</sup> MRE da Venezuela, Carta ao Governador da Guiana Britânica, 03 de agosto de 1865.

<sup>82</sup> Ver por exemplo, Estudios reunidos em homenaje a Hermann Gonzáles Oropeza, *Montalban*, 1999.

<sup>83</sup> MRE da Venezuela. Carta de embaixador Santaella a Stewart de 16 de setembro de 1965.

determinação de prazos para o cumprimento de tudo o que foi acordado (JOSEPH, op. cit. p. 906-907). Enquanto na Guiana seguiram-se tentativas de mudar a severidade de alguns itens, na Venezuela, o Congresso Nacional, em 13 de agosto, manifestou apoio unânime à posição e à proposta do governo Leoni (Idem, p. 1108). Estavam dados os passos para o que ficou conhecido como *Acuerdo de Ginebra*, assinado entre Venezuela, Grã-Bretanha, Irlanda do Norte e Guiana Britânica:

The first phase of the discussions between the experts was subsequently completed in the first half of 1964, with each side exchanging their reports on 3 August 1965. In the meantime, the Venezuelan Ambassador in London was engaged in negotiations between October and December 1965. Neither side found the reports of each other's experts acceptable at the ministerial meeting held on 9 and 10 December 1965. As such it was agreed that there would be another meeting in Geneva from 16- 17 February 1966. It was at this meeting that what became known as the "Geneva Agreement" was signed by Britain, British Guiana and Venezuela (CLYDE, op. cit. p. 87).<sup>84</sup>.

Portanto, assinado pouco antes da Independência da Colônia Britânica, o acordo previa a solução negociada para a resolução do problema fronteiriço, tal como assinalado em seu preâmbulo:

El Gobierno de Venezuela y del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte en consulta con el Gobierno de Guayana Británica.

Considerando:

La próxima Independencia de Guayana Británica;

Reconociendo:

Que uma mais estreita cooperação entre a Venezuela e a Guiana Britânica redundará em benefício para ambos os países<sup>85</sup>.

<sup>84</sup> A primeira fase das discussões entre os especialistas foi posteriormente concluída no primeiro semestre de 1964, com cada lado trocando seus relatórios em 3 de agosto de 1965. Enquanto isso, o embaixador venezuelano em Londres estava envolvido em negociações entre outubro e dezembro de 1965. Nenhum lado encontrou relatórios aceitáveis entre os especialistas na reunião ministerial realizada em 9 a 10 de dezembro de 1965. Como tal, foi acordado que haveria outra reunião em Genebra entre 16 e 17 de fevereiro de 1966. Foi esta reunião que ficou conhecida como o "*Acuerdo de Ginebra*", assinado pela Grã-Bretanha, Guiana Britânica e Venezuela.

<sup>85</sup> De um modo geral, este acordo instituiu o quadro para todas as negociações, desde então, sobre a disputa. Mas não foi um processo fácil, uma vez que ambos os lados ofereceram diferentes interpretações sobre alguns pontos-chave. Para a Guiana, o *Acuerdo de Ginebra* preservou o *status quo*, ou seja, seu domínio sobre o Essequibo. A validade da sentença arbitral estaria salva se a Comissão Mista, ou um terceiro por ela designado, determinasse que ela era de fato nula e sem efeito. Por outro lado, a Venezuela afirma que o acordo deixava implícita a invalidade da decisão, portanto seria nula e sem efeito, e a Comissão Mista deveria procurar uma solução amigável, prática e satisfatória. Ao longo dos anos, enquanto Guiana indicou sua preferência por alguma forma de arbitragem, a Venezuela, por outro lado, preferia negociações de modo direto ou indireto.

(Ver sítio <http://www.pgr.gob.ve/dmdocuments/1966/28008.pdf>. Acessado em 12/02/2014).

Do mesmo modo, negociações através de uma comissão mista deveriam resultar em soluções aceitáveis para as duas partes envolvidas na controvérsia, como está assinalado no artigo I do referido acordo:

Se establece una Comisión Mixta con el encargo de buscar soluciones satisfactorias para el arreglo práctico de la controversia entre Venezuela y el Reino Unido surgida como consecuencia de que el Laudo arbitral de 1899 sobre la frontera entre Venezuela y Guayana Británica es nulo e írrito (Idem)<sup>86</sup>.

A presente Comissão teria um prazo de quatro anos para encaminhar uma solução ao contencioso. Em abril de 1966, a Assembleia Nacional da Guiana aprovou o acordo e, em maio, a colônia torna-se um país livre<sup>87</sup>. Porém, nas etapas seguintes, Venezuela e Guiana prosseguiram, tal como nos momentos anteriores a ele, fazendo leituras próprias de seu conteúdo. Para o jovem país, o fato de o Laudo, como consta no Acordo, ser nulo e írrito, pressupõe dar à questão um caráter essencialmente jurídico, e a referência basilar para a solução seria o Tratado de Washington de 1897<sup>88</sup>, assinado entre Venezuela de um lado, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, de outro, sob mediação Estados Unidos, que já firmava compromisso de solução via arbitramento internacional. Já na Venezuela a Comissão Mista, tal como proposta, não poderia fundamentar argumentos jurídicos, dado seu caráter essencialmente político. Entre a argumentação jurídica e política haveria o elemento determinante imposto pela argumentação jurídica, determinação que, por sua vez, não abarcaria discussões políticas (SERBIN, 1983, p. 198-199).

Na Guiana, o Acordo foi visto com grande desconfiança pelos partidos políticos que faziam oposição a Burnham, a ponto de *Working People's Alliance* (WPA) ter afirmado que

---

<sup>86</sup> Se estabelece uma Comissão Mista com a tarefa de buscar soluções satisfatórias para uma negociação prática da controvérsia entre Venezuela e Reino Unido, problema que surgiu como consequência do Laudo Arbitral de 1899 sobre a fronteira entre a Venezuela e a Guiana Britânica ser nulo e sem efeito.

<sup>87</sup> Um mês antes da independência, a Venezuela enviou uma missão a Georgetown, composta por Jaime Lusinchi e Adolfo Taylhardat, com a finalidade de fazer saber que a Venezuela, embora reconhecesse independência da colônia, não abandonaria seus direitos sobre a região do rio Essequibo, que reconhecia como parte do novo Estado, a margem direita desse rio, desde suas fontes até a embocadura (MRE, *Memorandum* (Arquivos), Caracas, 10 de maio de 1966).

<sup>88</sup> Para informação sobre o Tratado, ver sítio <http://www.laguayanaesequiba.org/detalle.php?cid=40&id=58>. Acessado em 12/02/2014.

...o *Acuerdo de Ginebra*, por parte da Guiana, põe nosso país numa situação que limita consideravelmente nossa liberdade de ação. (...) Para o governo guianense dizer que considera o Laudo de 1899 como uma solução definitiva e depois oferecer, no *Acuerdo de Ginebra*, de trabalhar por uma solução prática aceitável para ambas as partes foi muito pouco inteligente. Nenhum encobrimento pode ocultar o fato que o regime cometeu um sério erro (SADIO, 1991, p. 70).

Do mesmo modo, o PPP manifestou insatisfação com o acordo, considerando-o nocivo ao país por propor revisão de fronteiras de uma nação jovem, cujo povo não havia sido consultado em relação à decisão do governo. Jagan chegou inclusive a levantar suspeitas de que o acordo tenha sido uma imposição dos Estados Unidos a Burnham, como parte da agenda de sabotagem da CIA aos interesses de seu partido. Por esse ponto de vista, Jagan acreditava que o Acordo era uma extensão ou continuidade da posição americana contrária ao seu partido (JAGAN, op. cit, p, 379-421). Por conta desse ponto de vista, Jagan prometeu trabalhar arduamente para reverter o Acordo, para ele absolutamente espúrio (Idem, p. 395-396). Estava implícita entre os dois países a ideia de que o Acordo não faria avançar as discussões em torno da região:

Generally speaking, this agreement has provided the framework for all negotiations since then over the dispute. But it has not been an easy process, since both sides offer different interpretations over what it implies in some key points. For Guyana, the Geneva Agreement preserved the status quo, i.e. her dominion over the Essequibo and the validity of the Arbitral Award would stand unless the Mixed Commission, or a third party designated by it, determined it was indeed null and void. On the other hand, Venezuela contends that the Agreement implied that, since she considers the Award null and void, the Mixed Commission should seek an amicable, practical and satisfactory solution. Over the years, while Guyana has indicated her preference for some form of arbitration Venezuela, on the other hand, has preferred negotiations, direct or otherwise (DAVIS, 2002, p. 34).

<sup>89</sup>.

---

<sup>89</sup> De um modo geral, este acordo instituiu o quadro para todas as negociações, desde então, sobre a disputa. Mas não foi um processo fácil, uma vez que ambos os lados ofereceram diferentes interpretações sobre alguns pontos-chave. Para a Guiana, o *Acuerdo de Ginebra* preservou o *status quo*, ou seja, seu domínio sobre o Essequibo. A validade da sentença arbitral estaria salva se a Comissão Mista, ou um terceiro por ela designado, determinasse que ela era de fato nula e sem efeito. Por outro lado, a Venezuela afirma que o acordo deixava implícita a invalidade da decisão, portanto seria nula e sem efeito, e a Comissão Mista deveria procurar uma solução amigável, prática e satisfatória. Ao longo dos anos, enquanto Guiana indicou sua preferência por alguma forma de arbitragem, a Venezuela, por outro lado, preferia negociações de modo direto ou indireto.

Do lado da Venezuela, era visível a pressão dos Estados Unidos para que o país reconhecesse a independência da Guiana, uma colônia britânica em terras americanas, e com fartos recursos naturais, sem contar sua posição geográfica estratégica (COLOMINE e HERNÁNDEZ, 2008, p. 26-27). Para a Guiana, o reconhecimento por parte da Venezuela era passo fundamental para a independência. As primeiras reuniões da Comissão Mista foram marcadas por essas tensões, tanto que:

Fora das casas legislativas, os jornais estamparam várias notícias de políticos e intelectuais sugerindo uma ação armada no Essequibo, como alternativa ao Acordo, tido como fraco e distante dos interesses do país (SILVA; op. cit. p. 158).

Porém, o novo status da Guiana, país independente, colocá-la-ia sob proteção de acordos regionais e continentais. Qualquer aventura armada na região resultaria na violação, principalmente o artigo 1 do pacto do Rio de Janeiro, de 1948. As soluções, portanto, continuaram a ser procuradas através da Comissão Mista, que, entretanto, esbarrava na persistente posição venezuelana de pedir a anulação completa do Laudo de Paris. Esse foi o período que *experts* venezuelanos acumularam quantidades de documentação para justificar essa posição, apresentados no transcorrer das dezesseis reuniões formais da Comissão, em seus quatro anos de duração. Porém, a Guiana argumentava que a Venezuela mantinha sua posição anterior ao Acordo, sem subtrair nenhum ponto. Para a Venezuela, a Guiana fazia vistas grossas diante do conjunto de provas colhidas por seus *experts*.

Durante los cuatro años de operación de la Comisión Mixta, entre 1966 y 1970, Guyana obstinadamente rehusó considerar cualquier posibilidad de dar una solución práctica y satisfactoria a la disputa; se limitó a declarar que la Decisión de 1899 era un hecho consumado y que en tanto Venezuela no obtuviese su anulación no había nada más que discutir (Cit. por OTÁLVORA, 2002, p. 04)<sup>90</sup>.

Quando Ramón J. Velásques chegou à presidência, por meio de uma designação do Congresso Nacional, a política externa venezuelana já estava em clima de transição, e a prioridade voltou para os grandes temas da crise social. O entendimento era o de que somente um governo legítimo, proveniente

---

<sup>90</sup> Durante os quatro anos de operação da Comissão Mista, entre 1966 e 1970, a Guiana obstinadamente se recusou a considerar qualquer possibilidade de dar uma solução prática e satisfatória para a disputa; limitou-se a declarar que a decisão de 1899 foi um fato consumado e que, enquanto a Venezuela não obtivesse sua anulação não havia mais nada a discutir.

da simpatia popular, poderia encaminhar soluções comprometedoras para o futuro da Venezuela, como seus problemas fronteiriços com a Guiana e Colômbia, daí a opção por um discurso discreto com a comunidade internacional, uma espécie de diplomacia direta (OTÁLVORA, op.cit. 2002, p. 06).

No período pós Caldera, já no início do séc. XXI, o foco da disputa de fronteira passa a ser a Colômbia, principalmente depois que a guerrilha colombiana do ELN passou a atacar um posto de fronteira da Venezuela, como em Carabobo, no ano de 1995<sup>91</sup>. Assim, a partir do ano 2000, as reclamações passaram a ser dirigidas em grande parte por conta de concessões de recursos naturais e florestais na região, pelo menos até 2013, ocasião em que se abre outra vez o debate, porém numa circunstância relacionada à plataforma marítima, apropriada pela Venezuela durante o governo de Leoni. Acontecimento que decorreu da ausência de entendimento nas reuniões da Comissão Mista, que será respondida através de ações militares na região, agravando sobremaneira naquele momento as relações diplomáticas entre os dois países. A primeira dessas ações deu-se na Ilha de Anacoco (Ankoko).

## **6.2 Unilateralidade da diplomacia venezuelana frente à comissão mista: o caso Anacoco.**

Dois fatores são importantes para serem considerados a respeito dos andamentos das reuniões da Comissão Mista. O primeiro é a quantidade de documentação juntada pelos venezuelanos, a partir do trabalho dos chamados *experts*, servindo para subsidiar com informações, principalmente histórica, as reuniões da Comissão Mista. O segundo, é que a partir das leituras dessas informações, perceberam-se erros na definição da linha de fronteira, outrora determinada pelas comissões de fronteira dos dois países. O segundo ponto foi fundamental para desencadear a chamada “crise Anacoco”, evento que aconteceu no transcorrer da segunda reunião da Comissão Mista (em Georgetown). Tratou-se da ocupação militar, por parte da Venezuela, da

---

<sup>91</sup> Para mais informação sobre a cronologia de outros ataques na região de fronteira entre Venezuela e Guiana, ver <http://www.semana.com/nacion/articulo/zona-de-candela/25121-3>, acessado em 13/04/2014.

metade da Ilha de Anacoco (na Guiana é conhecida como Ankoko), ocorrida no dia 12 de outubro de 1966.

Após a segunda reunião da Comissão Mista ter deixado evidente a posição meramente formal em termos jurídicos por parte da Guiana, cujo foco era a discussão tão só da legalidade ou não do Laudo de Paris, ficou evidente que as expectativas para uma solução por parte dos venezuelanos haviam sido frustradas. Essa posição foi recebida como convite a uma beligerância contra a Venezuela, dada sua convicção de alguma solução a partir da Comissão Mista. A ressonância desse fato na Venezuela atingiu principalmente as forças armadas, a ponto de o Estado Maior em conjunto com o Ministério da Defesa declararem que a posição guianense na Comissão levaria o país a práticas econômicas e militares<sup>92</sup>. Com isso, estavam abertas as iniciativas militares na região do rio Essequibo, que se iniciaria com a ocupação militar de metade da Ilha de Anacoco.

Anacoco é uma minúscula ilha de 28 km<sup>2</sup>, localizada entre os rios Venamo e Cuyuní, que não teve claramente a linha demarcatória definida pela comissão de limites, também não tratada no Laudo de Paris de 1899. Por conta disso, leituras sobre linha de fronteira em relação à ilha estavam abertas a interpretações. Para a Guiana, a posse da ilha pertencia-lhe em decorrência dos tratados a partir da Linha Schomburgk, embora não a ocupasse em termos populacionais. Os venezuelanos passaram a argumentar que a posse da ilha era do país bem antes do *Acordo de Genebra*, e a prova era a presença de atos de soberania por parte da Guarda Nacional definida pela presença de uma bandeira do país.

A ilha se torna então um espaço para a Venezuela demonstrar à Guiana, cinco meses após sua independência e retirada das tropas britânicas, que o país poderia, na hipótese de fracassos da Comissão Mista, utilizar recurso militar para uma solução ao problema Essequibo. Tanto que após terminada a primeira reunião da Comissão, representantes venezuelanos passaram a afirmar a necessidade de instalar postos militares na fronteira

---

<sup>92</sup>Carpeta Guayana 1966, documento No. 87: *Gestión para Información Estratégica. Visita a Georgetown Guyana, como asesor de los comisionados de Venezuela en la Comisión Mixta prevista en el Acuerdo de Ginebra*, 26 de septiembre de 1966 (MIRABAL; op. cit. p. 52



Nos passos seguintes, reuniões conjuntas no dia 11 de agosto entre o Ministro de Relações Exteriores com representantes da Comissão Mista, Ministro das Relações Interiores, Obra pública, Secretaria da Presidência, Chefe do Estado Maior, chefes de divisões das regiões de fronteiras com a Guiana, autorizados pela presidência da República, recomendaram a “creación de un comando de área para la frontera, que se ocuparía de realizar todos los preparativos necesarios para una eventual recuperación del territorio reclamado por las vías de hecho” (MIRABAL, op. cit. p. 67.), o que significava a utilização também da pressão militar sobre a fronteira com Guiana, tanto que, enquanto acontecia em setembro a segunda reunião da Comissão Mista, postos fronteiriços estavam sendo implantados em Araguay e Acarabisi, ao mesmo tempo em que uma estrada foi aberta ligando Tumeremo e Bochinche, e a construção da pista em Anacoco estava em estágio avançado (Idem, ibidem).

A invasão à ilha teria sido comunicada às autoridades guianenses por um garimpeiro de diamantes que se encontrava na região de mata da ilha. Uma equipe de funcionários do governo foi encaminhada ao local, em 12 de outubro, para constatar a presença de forças venezuelanas, momento em que a construção da pista de pouso havia sido concluída. No dia seguinte, notas de protesto foram enviadas ao ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Ignacio Iribarren Borges, exigindo o imediato fim das ocupações. Após reuniões com Cheddi Jagan, Burnham fez um comunicado à nação, conclamando a soberania do país por meios pacíficos<sup>93</sup>. Ao mesmo tempo, membros do *Progressive Youth Organization* (PYO) e do *Young Socialist Movement* (YSM), junto com a juventude do PNC e PPP realizaram protestos em frente ao Consulado Geral da Venezuela, culminando com a invasão à parte externa da representação e a queima da bandeira venezuelana retirada pelos manifestantes. A resposta venezuelana em 18 de outubro foi taxativa no sentido de afirmar a soberania da Venezuela sobre a ilha<sup>94</sup>. Para a Guiana

---

<sup>93</sup>De acordo com citação de ISHMAEL, o discurso de Burnham foi enfático em mostrar que a Guiana não aceitaria soluções fora da Comissão Mista (ver ISHMAEL *The Trail Of Diplomacy: a documentary history of the Guyana-Venezuela border issue – the invasion of Ankoko*. In: [http://www.guyana.org/features/trail\\_diplomacy\\_pt5.html#chap20](http://www.guyana.org/features/trail_diplomacy_pt5.html#chap20), cap. 20, 1998. Acessado em 15/04/2014.

<sup>94</sup> Ver <http://www.guyanajournal.com/ankoko.html>. Acessado em 15/4/2014.

restava apenas o caminho diplomático, conversações que pudessem desenrolar o problema sem recorrer a uma solução militar, uma vez que a *Guyana Defense Force*— forças armadas guianense – era composta de 3.000 soldados apenas (MIRABAL, op. cit. p. 67.). Todavia a opção diplomática, através de troca de cartas e reuniões de chanceleres, não se mostrou eficiente diante da posição persistente da Venezuela em manter a ocupação da ilha e delegar soluções pela Comissão Mista.

A Venezuela aproveitando-se da fragilidade institucional da Guiana, que era um país recém independente, com baixa população, economia ainda se constituindo, forças armadas precárias, que havia aderido à ONU em setembro de 1966 (a adesão a OEA só ocorreria em 1991), portanto sem alianças continentais, manteve firme a ocupação da ilha, mesmo diante de tentativas de Burnham de atrair simpatia dos Estados Unidos. No cenário interno, Burnham buscou apoio na Assembleia e, principalmente, da oposição ao seu partido, formada pelo PPP. No dia 25 de outubro, em sessão na Assembleia, Jagan foi veemente ao acusar Burnham de entreguista (Idem, ibidem, p. 71) e propôs forçar uma solução através da ONU (Idem, ibidem.), posição recusada por Burnham, sob alegação de que o caminho seria pelos fóruns da Comissão Mista, situação que se consolida depois de reunião conjunta no dia 29 de novembro, em Bridgetown, Barbados, quando uma declaração dos dois países aponta a Comissão como instância de solução da beligerância (Idem, Ibidem, p. 72).

Mas em relação ao caso Anacoco, qual a efetiva vantagem para a Venezuela em desencadeá-lo? Certamente, em primeiro lugar, estavam as vantagens políticas para Leoni, em termos de assumir a demanda pelo Essequibo como uma ação de Estado. Em segundo lugar, assim sendo, a iniciativa venezuelana em Anacoco colocou o problema Essequibo como uma disputa fronteira de fato. Um fator e outro impulsionaram iniciativas práticas na região que se tornaram permanentes até os dias atuais, como, por exemplo, atividades de grupos pró-essequibo, seja através de reuniões de reavivamento da demanda, seja pelas entradas clandestinas à região, ou ainda, a permanência do assunto na agenda de debates de políticos, como ocorreu nas

últimas eleições através do candidato de oposição, Henrique Capriles, assunto que será melhor explorado nas páginas seguintes.

Outra questão diz respeito à conjuntura interna da Guiana, na ocasião do Caso Anacoco, e sua relação com a geopolítica da Guerra Fria. Jagan, declaradamente comunista, simpático ao bloco soviético, não era bem visto pelos Estados Unidos. Em função disso, a posição americana em relação ao conflito será mais simpática à Venezuela do que a Guiana (JOSEPH, op. cit. p. 1187), por considerar que um conflito armado na região poderia ser manipulado por Jagan, a ponto de a representação americana dizer ser desnecessário recorrer à ONU, segundo a proposição de Jagan na reunião na Assembleia em 1966. Uma vez na ONU, o conflito seria parte da agenda da Guerra Fria pelo fato de o assunto poder atrair a simpatia de países comunistas. Burnham sabia, certamente, que Jagan poderia manipular a situação a seu favor, como ocorrera diante da aproximação de independência, quando o acusou de embaralhar o processo temendo uma independência sob Jagan (JAGAN, 2004, p. 339-340). Por fim, o Caso Anacoco se desdobrará em outras iniciativas de ocupação venezuelana da região do rio Essequibo. Trata-se do decreto de posse da Faixa Marítima Atlântica, em 1968, e, no mesmo ano, a chamada Revolta do Rupununi.

Mesmo tendo transformado o consulado em Embaixada no início de 1967, a partir do incidente Anacoco, acontecido meses após, e a persistência guiananense de fazer somente uma revisão jurídica do Laudo de Paris nas reuniões da Comissão levaram a Venezuela, visando a um desfecho diplomático para a problemática aparentemente sem solução, a propor uma administração conjunta da região reclamada nas quatro reuniões que aconteceram em 1967, que deveria ser respondida pela Guiana na quinta reunião conjunta. Iniciada em julho, a Guiana apresentou veementes protestos condenando a invasão de um diplomata venezuelano à região, fato que teria ocorrido em abril<sup>95</sup>. O acontecido teria se dado durante uma reunião de líderes

---

<sup>95</sup> Em declaração à imprensa, o governo da Guiana divulgou a seguinte nota: "The Government of Guyana regards the Government of Venezuela as its friend. This was stated this morning by the Principal Assistant Secretary to the Ministry of Information. He said that Guyana wishes at all times to maintain friendly relations with neighbouring Venezuela and the question of Señor Leopoldo Talyhardat being unacceptable to the Government should not be regarded as an

indígenas na região dos rios Kabakaburi e Pomeroon, locais a oeste do rio Essequibo.

O diplomata era o vice-cônsul, Leopoldo Taylhardat, que estaria na região, justamente para convencer os indígenas a assinar uma moção anuindo o desenvolvimento conjunto para a região reclamada de acordo com as intenções sugeridas pela Venezuela à Comissão Mista (SILVA, op. cit. p. 162)<sup>96</sup>. O encontro teria reunido trinta pessoas arregimentadas através de contatos de Taylhardat, que por uma avioneta movimentou-se por várias aldeias na região para esse propósito. Surpreendido pelos guianenses, Taylhardat foi expulso da Guiana, e a associação ameríndia convidada a dar explicações em Georgetown.

Os preparativos da reunião teriam começado depois do encontro da Comissão em Georgetown e do início da proposição Venezuelana de administração conjunta. O objetivo seria apresentar nas reuniões posteriores da Comissão uma suposta vontade de indígenas na reunião, em favor da administração conjunta. Para os representantes venezuelanos isso poderia significar que a negação da administração conjunta pela Guiana contrariava a vontade dos habitantes naturais na região: os indígenas. A simulação venezuelana gerou maior resistência por parte dos Guianenses em aceitar a proposta venezuelana de administração, o que vai fazer a Venezuela endurecer sua posição através de eventos mais agressivos na região reclamada, como foi o suporte dado à Revolta do Rupununi. O evento culminou com a expulsão do diplomata venezuelano do país:

... no dia 16 de junho de 1967, o embaixador da Venezuela em Georgetown, Walter Brandt, havia se encontrado duas vezes com o Secretário de Estado SS Ramphal, em relação aos fatos da Cabacaburi. Neles, o tema principal foi a participação da Venezuela na Conferência, e a influência que exerceria diplomatas venezuelanos em Georgetown em relação aos ameríndios. Naquele dia, o mais alto funcionário da Guiana deu comunicado ao representante venezuelano a decisão do governo da Guiana de não tornar pública a participação do vice-consul na Conferência Ameríndia, mas deixando-lhe saber que a partir desse momento não era aceitável a presença de Taylhardat em Georgetown (MIRABAL, op. cit. pp.88-89).

---

indication of any new policy on the part of Guyana towards Venezuela". Ver. ISHMAEL, op. cit. 1998.

<sup>96</sup> Para o autor esse evento será fundamental para o início da organização do que ficou conhecido como a Revolta do Rupununi (Idem, pp. 162-163)

Doravante, a posição guianense será de profunda desconfiança às propostas de administração conjunta da parte oeste do rio Essequibo. Tanto que a ideia de criação do partido ameríndio manteve-se ativa e, para evitar acidentes diplomáticos como então ocorrera, o chanceler Iribarren assumiu, a partir de Caracas, a coordenação dos contatos e ações venezuelanas na região reclamada (Idem, p. 89), destinando inclusive mais recursos financeiros, garantidos por conta secreta, criada para financiar ações na área, visando à criação do partido ameríndio e atividades do *Democratic Action Committee* – DAC –<sup>97</sup>, dirigido por Tommy Bourne, como também rede de agentes venezuelanos guianenses simpáticos à Venezuela, escolas e propagandas na região<sup>98</sup>.

Sob o clima da invasão de Anacoco e do caso Kabakaburi, envolvendo Taylhardat, deu-se em Georgetown a sétima reunião da Comissão Mista com a finalidade de juntar elementos de discussão para uma sub-comissão criada para o projeto de administração conjunta, resultado de um acordo tirado na sexta reunião da Comissão, logo após os incidentes no Essequibo. Como havia se comportado antes, a Guiana permaneceu insistindo nos aspectos jurídicos do Laudo de Paris, levando o chanceler venezuelano a emitir um depoimento assinalando a impossibilidade da administração conjunta, dados os interesses canadenses<sup>99</sup> ligados às concessões na região Essequibo:

---

<sup>97</sup> Partido constituído por negros e indianos, a quem a Venezuela teria financiado a criação e ação política (ver: Carpeta Guayana 1967, documento No. 28: *Memorandum. Asunto: Necesidad de una partida secreta en el Presupuesto del Ministerio de Relaciones Exteriores*. Caracas, 20 de junio de 1967, cit. por MIRABAL, op. cit. p. 89)

<sup>98</sup> Para el 16 de junio de 1967, el Embajador de Venezuela en Georgetown, Walter Brandt, se había reunido en dos oportunidades con el Secretario de Estado S.S. Ramphal, en relación con los hechos de Cabacaburi. En ellas, el principal tema tratado fue la participación venezolana en la Conferencia, y la influencia que estaría ejerciendo el personal diplomático venezolano acreditado en Georgetown sobre los Amerindios. Ese día, el alto funcionario guyanés le entregó al representante venezolano una comunicación informándole la decisión del gobierno de Guyana de no hacer pública la participación del Vicecónsul en la Conferencia Amerindia, pero dejándole saber que a partir de ese momento no era aceptable la presencia de Taylhardat en Georgetown (Idem, idem).

<sup>99</sup> Em maio de 1968, a chancelaria venezuelana, diante de suspeita de concessões na região publicou o seguinte comunicado: “Por informaciones oficiales, procedentes del deparainento de Geología y Minas (Ministerio de Rosques, Tierras y Minas) del Gobierno de Guyana, el Gobierno de Venezuela ha tenido conocimiento de que con ayuda, en equipo y personal, de las Naciones Unidas y de los Estados Unidos de América, recientemente se han intensificado las exploraciones mineras en diversas regiones de la Guayana Esequiba”. Ver: Carpeta D03.1.

Si Venezuela no pasa a ejercer las presiones de tipo político, militar y económico sobre Guyana, directamente, o a través de los intereses británicos y norteamericanos (ya que sobre Canadá, dadas las características de nuestro comercio con este país, no nos es posible ejercer presión alguna), no será posible forzar a Guyana a entrar a ningún plan de desarrollo de la Guayana Essequiba bajo fórmulas de administración conjunta (Carpeta D03.1, documentos No. 5: *Cronología de la Comisión Mixta de Límites. Reuniones*; Caracas, 17 de febrero de 1968 cit. por MIRABAL, idem, p. 96). Ver también em CLYDE (op. cit. p. 117)<sup>100</sup>.

Após isso, haverá o entendimento por parte da Venezuela da impossibilidade de sua reclamação pela via diplomática, havendo então necessidade de iniciativas mais contundentes na região, como o apoio dado ao Partido Ameríndio, que não sobreviveu muito tempo dado suas relações de intimidade com a Venezuela (ISHMAEL, idem. ), mesmo com investimentos através de pagamento a líderes indígenas do Essequibo e cursos de formação educacional para residentes na região, em Tumeremo, de onde também era direcionada transmissão radiofônica em inglês e espanhol (MIRABAL, op. cit. p. 103).

Como etapa máxima do esgotamento das soluções diplomáticas em relação à região, em junho de 1968, faz publicar um decreto incorporando a faixa do mar territorial da bacia oeste do rio Essequibo. Pelo decreto (*Gaceta Oficial* nº 28.672, de 09 de setembro de 1968.), a linha territorial que passaria a ser de posse Venezuelana, correspondendo a um total de nove milhas. Essa outra ação venezuelana foi novamente contestada pela Guiana através de Burnham e a Assembleia, tendo Jagan o argumento, consoante Silva, de que a solução seria encaminhar o problema da contenda a ONU:

Através de protestos, a Guiana alegou ser o ato uma violação da Constituição das Nações Unidas, e que a solução desse problema transcendia as discussões fronteiriças devendo ser levado ao Conselho de Segurança da ONU, posição persistentemente defendida por Jagan. Burnham expôs o problema à Assembléia Nacional, argumentando que todo o país tem soberania total sobre a sua costa, e que essa era uma outra tentativa de a Venezuela se apoderar do Essequibo fora das negociações da Comissão Mista, que

---

documento No. 21: *Comunicado del Ministerio de Relaciones Exteriores*. Caracas. 14 de mayo de 19611 (Cit. por MIRABAL, op. cit. p. 108).

<sup>100</sup> Se a Venezuela não passa a exercer as pressões de natureza política, militar e econômica sobre a Guiana, diretamente ou através dos interesses britânicos e norte-americanos (já que com o Canadá, dadas as características do nosso comércio com este país, não somos capazes de exercer pressão alguma), não será possível forçar a Guiana a participar de qualquer plano de desenvolvimento da Guiana Essequiba sob forma de administração conjunta.

ela própria havia feito frustrar dias antes. A Assembléia, por unanimidade, condenou o Decreto Presidencial venezuelano (SILVA, op. cit. op. 166).

Segundo o mesmo autor, após o decreto de Leoni, aconteceram em Georgetown, no dia 26 de setembro de 1968, protestos na ocasião da sétima reunião da Comissão Mista, quando a juventude do PPP recebeu a comissão venezuelana com um protesto contra a ineficácia das reuniões e as iniciativas de agressão contra o território guianense (Idem, idem). Devido ao fato de o Decreto ter sido justificado por concessões dadas pela Guiana a companhias estrangeiras (CLYDE, op. cit. p.120; MIRABAL, op.cit. p. 126), o Canadá entregou um *Aide Memoire* à chancelaria venezuelana. Os passos seguintes da diplomacia unilateral da Venezuela com a Guiana se desdobrarão na Revolta do Rupununi, evento máximo das tentativas de recuperação da zona reclamada pela Venezuela, e também o ocaso das tentativas de resolução do imbróglio fora das vias diplomáticas.

### **6.3 A radicalização da diplomacia unilateral da Venezuelana: a revolta do Rupununi.**

A Revolta do Rupununi foi um acontecimento que se desenrolou em uma pequena vila chamada Lethem, localizada no Sul da Guiana, às margens do rio Tacutu. Hoje é uma pequena cidade vizinha de Bonfim, localidade brasileira na fronteira que se acessa pela BR 401, partindo de Boa Vista, num percurso de 128 Km. Por conta de relações comerciais, culturais e educacionais, por exemplo o ensino belíngue, nos dias atuais as duas cidades mantem relações de intenso intercâmbio. Porém, na ocasião da Revolta, Bonfim era somente um lugarejo com um escola e duas casas.

A região do rio Rupununi destaca-se de outras regiões da Guiana por conta de ser essencialmente formada por savanas, mostrando-se apropriada para a criação de gado, tal como ocorria nos campos do rio Branco, com fisiografia similar. Até o dia da Revolta, a *Rupununi Development Company*, baseada num sítio conhecido como Dadanawa, criava cerca de 25.000 cabeças de gado, numa área de mais ou menos 2.600 milhas quadradas. Lethem possuía um matadouro, aeródromo, hospital com médico do governo, enfermeiros e um dispensário complementar para os serviços médicos,

missionários, delegacias de polícia, escolas primárias, seção de Obras Públicas e Minas, loja de comércio, planta de geração elétrica e um serviço aéreo postal (GRANGER, 2009.). Também dispunha de um abatedouro e a companhia *Guyana Meeting Market*, de propriedade dos fazendeiros, voltada para a comercialização de carne bovina (SILVA, op. cit. 45).

Os fazendeiros puderam educar seus filhos em escolas no litoral e, até antes da revolta, formavam um extrato social privilegiado se comparado aos demais guianenses, pois, além de boa educação, também dispunham de contatos políticos, principalmente com a United Force – UF. Hoje, Lethem, movimentada em finais de semana, em decorrência do comércio que atrai brasileiros, diferencia-se muito do que era em 1968, ano em que se deu a Revolta. Silva diz que naquela ocasião:

Lethem era uma referência para o comércio em todo o vale do Rio Branco, sendo base para negócios ilegais que proviam Boa Vista com *whiskys*, perfumes, motocicletas, carros e batatas. A economia do Distrito do Rupununi – hoje *Upper Takutu e Upper Essequibo* – era dinamizada, principalmente, pelas fazendas de criação de gado, num momento em que a ligação com a capital, na maioria das vezes, era feita através de avião DC-3. Na época do apogeu do comércio com a capital, três vôos semanais eram necessários para suprir a demanda de carne dos armazéns de Georgetown e encomendas de comerciantes de Boa Vista. Bonfim, por sua vez, era formada tão somente por três ou quatro casas (Idem, p. 10).

O que teria levado a população de Lethem à revolta foi, até recentemente, assunto pouco explorado em decorrência da falta de informações sobre o evento, tanto na Venezuela como na Guiana. Somente a partir do ano 2000, após publicações de trabalhos a respeito do assunto, alguns esclarecimentos foram se destacando. O primeiro deles diz respeito à participação da Venezuela no movimento, temática de uma monografia escrita por Carlos Edsel<sup>101</sup>, composta a partir de entrevistas com Valerie Hart, apontada como mentora do movimento. Disponível na rede mundial desde sua apresentação, o autor do texto procurou apresentar argumentos isentando a Venezuela de financiadora e organizadora do movimento tal como fora denunciado à ONU pela Guiana, através do embaixador Ramphall

---

<sup>101</sup> Disponível no sítio: <http://www.monografias.com/trabajos/rupununi/rupununi.shtml>, acessado em 18/05/2014.

(RAMPHALL, 1969, p. 10), em outubro de 1969<sup>102</sup>. Se a Venezuela teve participação ou não, o assunto será mais bem explorado nas linhas seguintes.

O segundo esclarecimento se volta à explicação das partes envolvidas na Revolta. O primeiro trabalho que lança luz sobre o assunto é o de Farage (FARAGE, 2003). Para a autora estiveram ativos no movimento vários indígenas da etnia Wapixana que, com o fracasso do evento e posterior repressão empreendida por Burnham nas aldeias, deslocaram-se para o Brasil. Em 2003, um texto minucioso, escrito pelo ex-embaixador da Guiana na Venezuela, Odden Ishmael (ISHMAEL, op. cit ), destaca como o movimento repercutiu em termos de política externa, tanto na Guiana como na Venezuela. Em seguida, uma tese de doutorado, escrita por Silva (SILVA, 2005), além de esclarecer a participação de indígenas no movimento, dá os detalhes de outros agentes ativos no movimento, como o grupo de fazendeiros de duas grandes famílias da região, bem como os venezuelanos responsáveis pelo treinamento de indígenas e membros das duas famílias em território venezuelano. Também em um texto de Pereira (PEREIRA, 2006), procura-se reconstruir certos aspectos da revolta através da memória de indígenas que direta ou indiretamente estiveram nela envolvidos. Outros textos ainda consagraram menções à revolta (CLYDE, 2002; BAINES, 2012). No ano de 2009, um texto esclarecedor sobre a Revolta foi publicado no *stabroeknews*, escrito por David Granger (GRANGER, 2009)<sup>103</sup>. Além disso, em 2011, uma dissertação de mestrado sobre o Essequibo (MIRABAL, 2011), baseada em documentações até então desconhecidas, pertencentes ao diplomata Ignacio Iribarren Borges, revela o envolvimento direto da Venezuela na Revolta e seus desdobramentos. A partir de leituras feitas nos trabalhos acima relacionados, tentar-se-á perceber todos os aspectos que vinculam o movimento revoltoso à reclamação venezuelana pelo Essequibo.

---

<sup>102</sup> Ramphall acusa diretamente a Venezuela de armar, treinar e abastecer um grupo de homens para uma rebelião contra a Guiana.

<sup>103</sup> Pelo fato de autor do artigo ser hoje uma importante liderança do PNC, que sempre se posicionou como vítima da Revolta, diferente do PPP que a via como resultado da fraqueza política de Burnham a leitura de Granger pode ter sido influenciada pela visão do PNC a respeito desse corrido.

A Revolta deu-se no dia 31 de dezembro de 1968 e desenrolou-se até primeiro de janeiro de 1969, quando se iniciou a transferência de revoltosos do Boqueirão da Lua, no Brasil, onde tinha uma pista de aviação utilizada por garimpeiros, para a cidade de Santa Elena do Uairen (SILVA, op. cit. p. 125). Organizada por um grupo de fazendeiros, ligados a *United Force* – UF –, insatisfeitos com a vitória de Burnham nas eleições de 1968, que temiam a demarcação de suas terras pela *Amerindian Lands Commission*, posição manifestada por Burnham durante as eleições. O fracasso da Revolta tem como cenário as eleições de primeiro de dezembro de 1968, na Venezuela, e de 16 de dezembro do mesmo ano na Guiana. Na Venezuela, a vitória de Calderas, do COPEI, desmobilizará a diplomacia unilateral com a Guiana em função do Essequibo; e na Guiana, a vitória de Burnham empurrará os fazendeiros à Revolta no justo momento em que o novo governo da Venezuela não demonstrou simpatias pelas ações no Essequibo, durante os momentos finais do governo de Leoni.

Numa transmissão por rádio, no dia 04 de janeiro de 1969, Burnham dá, por meio de um comunicado à nação, detalhes do movimento revoltoso:

On Thursday, 2nd January, 1969, at about eleven o'clock in the morning, the township of Lethem-which is the principal centre of Government administration in the Rupununi District- came under heavy gun fire attack. The main target of the attack was the police station which was manned by twelve members of the Guyana Police Force and a number of civilian employees and which had radio communication with Police Headquarters in Georgetown (BURNHAM, 1970, p. 171)<sup>104</sup>.

Em seguida, Burnham descreve os fazendeiros como autores dos ataques que teriam começado na Fazenda Pirara, pertencente à família Hart, uma das mais importantes da região. Burnham os tinha como grupos privilegiados no contexto social da Guiana, por terem um padrão de vida incomum no jovem país<sup>105</sup>. Diz ele que:

---

<sup>104</sup> Na quinta-feira, 2 de janeiro, 1969, por volta das onze horas da manhã, o município de Lethem, principal centro de administração do governo no Rupununi District, ficou sob fogo pesado de armas de ataque. O principal alvo do ataque foi o posto policial que foi ocupado por doze membros da Guyana Police Force e um número de funcionários civis que tinham comunicação de rádio com a sede da polícia em Georgetown.

<sup>105</sup> O padrão de vida mencionado por Burnham assim é descrito por Silva (op. cit. p. 49): Foi a carne transportada nos aviões que fez a riqueza dos fazendeiros, possibilitando-lhes viver em casas confortáveis e enviar filhos para estudar na capital ou mesmo fora da Guiana. Este sistema, baseado na criação de gado, no ponto de vista dos fazendeiros, só poderia ter

It is now known that the attack was made by a band of heavily armed ranchers of the Rupununi District, drawn mainly, but not exclusively, from the Hart and Melville families. The Hart ranch is at Pirara, 15 miles from Lethem- and the control centre of the operation. It was from Pirara that the terrorists had set out earlier in the morning for Lethem (BURNHAM, *Idem, ibidem*).<sup>106</sup>.

Portanto, pela declaração de Burnham, o movimento foi organizado por fazendeiros ligados à família Hart, que tinha relações com venezuelanos interessados em recuperar a região oeste do rio Essequibo, incluindo a região do rio Rupununi, pertencente ao antigo Distrito do Rupununi, hoje Upper Takutu-Upper Essequibo, que conta com uma população de 24.212 hab.<sup>107</sup>, quantia bem superior aos 14.200 que habitavam a região em 1968, quando mais de 90% dela eram indígenas (SILVA, *op. cit.* p. 30.).

Assim, a Revolta teria sido acionada quando os fazendeiros se viram diante da possibilidade de perderem suas terras, em decorrência da nova política fundiária para a Guiana pensada por Burnham. Ideias que foram colocadas em discurso durante uma comemoração pela vitória eleitoral, em 22 de dezembro de 1968, quando disse:

We must make Guyana a country in which farmers enjoy secure marketing facilities, favourable prices that are guaranteed and subject to increase in scarce periods. At the same time, we must ensure that a regime of cheap food in Guyana is established. We have already started to make this possible by a programme of increased buying of farmers' produce and we intend to set up a great number of retail outlets in the rural and urban areas. We know, of course, that we cannot control all of our consumer prices, but we do promise that a great deal of attention will be directed to the whole issue. A new land policy must be evolved. One of our pre-occupations is that there must come to an end the non-beneficial holding of land and the rapacious adventures of speculators. We intend to make sure that all persons who work land have land to work. Limitations must be placed upon the

---

continuidade dentro do sistema colonial ou de acordo com a ideologia dos brancos da Guiana, representada na UF; as ideologias políticas do PPP e do PNC, dentro deste contexto, significaria uma ameaça aos seus privilégios como criadores de gado. Ver também a descrição de SWAN (1961) sobre a vida dos fazendeiros das savanas do Rupununi.

<sup>106</sup> Sabe-se agora que o ataque foi feito por um grupo de fazendeiros fortemente armados do Rupununi District, elaborado principalmente, mas não exclusivamente, no rancho das famílias Hart e Melville. O rancho dos Hart localiza-se no Pirara, a 15 milhas de Lethem, - onde foi o controle central da operação. Foi a partir Pirara que os terroristas chegaram cedo de manhã a Lethem.

<sup>107</sup>Ver:

[http://www.statisticsguyana.gov.gy/pubs/Chapter3\\_Population\\_Redistribution\\_Internal\\_Migration.pdf](http://www.statisticsguyana.gov.gy/pubs/Chapter3_Population_Redistribution_Internal_Migration.pdf). Acessado em 14/04/2014.

extent of land a person or persons may hold in order to prevent the emergence of a class of 'Latifundistas' (BURNHAM, op. cit, p. 172)<sup>108</sup>.

Para os fazendeiros do Rupununi, a fala de Burnham na *Independence Square* somente confirmava o que há tempo a UF já dizia, a ponto de Peter D'Aguiar, então ministro de finanças e líder da UF, renunciar e romper acordos políticos com Burnham. Embora, a campanha de Burnham para as eleições tenha focado o anticomunismo contra Jagan, havia a suspeita de que, por parte dos fazendeiros, como fim da aliança com a UF, não seria mais possível confiar em presidente-candidato que abertamente defendia reformas na estrutura fundiária do país. Eleições na qual Valerie Hart era candidata pela UF (SILVA, op. cit. p. 88.). Porém, até o desfecho da Revolta, no final de dezembro, eventos anteriores, relacionando os fazendeiros do Rupununi aos venezuelanos, decorreram das iniciativas mais intensivas da diplomacia na região em litígio.

Primeiramente, o fato de os fazendeiros constituírem-se numa sociedade mestiça, em decorrência de casamentos interétnicos com mulheres indígenas, pelo padrão filial Wapixana, tornar-se-iam indígenas. Tanto é que parte considerável dos vaqueiros e funcionários das fazendas eram indígenas (Idem, p. 44.). Dessa forma, para os venezuelanos todos eram ameríndios, portanto deveriam ser incluídos como parte da população originária da região essequibana e que poderiam reclamar, dadas as propostas de administração conjunta, levados pela Venezuela às reuniões da Comissão Mista.

Por segundo, diante da inevitável pressão de Burnham sobre eles, somado ao fracasso da UF nas eleições, os venezuelanos poderiam significar uma alternativa muito viável contra Burnham, considerando as dificuldades

---

<sup>108</sup> Devemos fazer da Guiana um país em que os agricultores possam desfrutar de comodidades de mercados seguros, preços favoráveis garantidos e não sujeitos a aumentar em períodos de escassez. Ao mesmo tempo, temos de assegurar que um regime de alimentos mais baratos na Guiana seja estabelecido. Nós já começamos a tornar isso possível com um programa de aumento da compra de produtos dos agricultores, para tanto temos a intenção de criar um grande número de lojas de varejo nas áreas rurais e urbanas. Sabemos, é claro, que não podemos controlar todos os nossos preços ao consumidor, mas nós prometemos que toda atenção será dada essa questão. A nova política de terras deve avançar. Uma de nossas preocupações é que deve chegar a um fim concessões de terras e as aventuras de especuladores gananciosos. Temos a intenção de certificar-se de que todas as pessoas que trabalham a terra terão terra para trabalhar. As restrições devem ser colocadas em relação à extensão da terra que a uma pessoa ou pessoas podem ter, a fim de evitar o surgimento de uma classe de 'latifundiário'.

impostas pelos guianenses das reuniões da Comissão em torno da proposta de administração conjunta. Pode-se deduzir que a Venezuela, diante de sua reivindicação, poderia ser uma aliada oportuna diante da adversidade fundiária imposta por Burnham, motivo que os levará a buscar ajuda em Caracas, em 23 de setembro de 1968, quando representantes de produtores do Rupununi encaminharam uma comunicação ao governo da Venezuela com seguintes termos:

- I- Nós, os moradores do Distrito Rupununi da Guiana, (...) estamos ansiosos para sermos incluídos dentro da estrutura do Governo da Venezuela.
- II- Incorporação como um estado venezuelano, com governo autônomo.
- III- Uma carta semelhante ao Bill Federal de Direitos (Federal Bill of Rights) dos Estados Unidos da América (...).
- IV- Representação em todas as questões relacionadas às atribuições de um cidadão ou cidadãos do referido estado<sup>109</sup>.

A partir de então, representantes da associação de criadores declararam a intenção de se separar da Guiana, criando um país independente antes da incorporação à Venezuela, e foram acolhidos com simpatia por representantes do governo venezuelano.

... la Asociación de Productores y los Amerindios han decidido llevar a cabo la secesión de la región (del Rupununi), del territorio de Guyana y constituir un estado independiente provisionalmente previo a la incorporación a Venezuela. (Nuestro) deseo es efectuar esta secesión e inmediatamente después de haberla efectuado, pedir la protección a Venezuela a fin de que se les ayude a garantizar su independencia. Tienen la convicción de que (...) es posible lograr una secesión efectiva no podrán mantenerse en forma independiente por largo tiempo ante la irrupción de las fuerzas armadas guyanesas (Idem, ibidem)<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> Nosotros, los residentes del Distrito Rupununi de Guyana, (...) estamos deseosos de ser incluidos dentro de la estructura del Gobierno de Venezuela.

I-Incorporación como un estado venezolano, con gobierno autónomo.

II-Una carta de derechos similar a la Carta Federal de Derechos (Federal Bill of Rights) de los Estados Unidos de América (...).

III-Representación en todos los asuntos concernientes a la tributación de un ciudadano o ciudadanos del referido estado. (Carpeta D03.4, documento No. 123: Planteamiento presentado por directivos de la Asociación de Productores del Rupununi; 23 de Septiembre de 1968, cit. por MIRABAL, op. cit. p. 136).

<sup>110</sup> ... a Associação dos Produtores e Ameríndios decidiram realizar a secessão da região (do Rupununi) do território da Guiana e formar um Estado independente provisoriamente previo a incorporação à Venezuela. (Nosso) desejo é efetuar essa secessão e imediatamente depois de tê-la efetuado, pedir proteção à Venezuela a fim de que ajude a garantir sua independência. Tem-se a convicção de que (...) é possível conseguir a secessão efetiva, mas não se manter de forma independente por um grande período de tempo, devido a ação das forças armadas guianenses.

No dia seguinte, primeiro de novembro, fechou-se um documento final no qual os fazendeiros se comprometeram a rebelar todo o sul do Essequibo, declarar a secessão e solicitar apoio da Venezuela, além de dirigir eles próprios o movimento<sup>111</sup>. Do lado da Venezuela, a resposta foi a de que a revolta não poderia se dar antes das eleições de primeiro de dezembro<sup>112</sup>.

Tudo indica, pelo menos no material coligido por Mirabal (MIRABAL, op. cit.), nos arquivos pessoais de Iribarren Borges, que os venezuelanos tinham franca ideia de que a Revolta dos fazendeiros do Rupununi poderia se somar à revolta dos indígenas da região do Essequibo, supostamente organizados no Partido Ameríndio. Porém, o que se sabe é que a Venezuela, consoante Silva, mantinha contato com Stephen Campbell, um indígena Aruak, professor e catequista que havia sido eleito deputado, em 1957, pelo *National Labour Front Party*, e que estivera à frente da *Amerindian Association of Guiana* (AAG), fundada em 1963. Na década de 60, durante a coalizão PPP-PNC, foi-lhe dado o *Special Department for Amerindian Affairs* (BULKANA, 2013, p. 07). O líder Aruak faleceu dois meses antes da independência e teria sido o responsável pelos contatos com diplomatas venezuelanos, segundo Ishmael (ISHIAMEL, op. cit.) e Silva (SILVA, idem, pp. 160 e 218), na organização da reunião Kabakaburi, porém tais informações conflitam com o fato de Campbell ter falecido em 1966, e a reunião com líderes indígenas ter acontecida em 1967.

A verdade é que havia a ideia de que se pudessem conclamar os indígenas do Essequibo a se empenhar por uma maior autonomia da região, devido à desatenção pelo governo guianense da inserção deles na economia do jovem país (Idem, idem, pp.4-7). De certa forma, a representatividade política indígena era proporcionalmente muito reduzida, pois se no contexto das outras etnias da Guiana, o quantitativo indígena atual corresponde a menos de 10% do conjunto, tendo se expandido em decorrência da forte

---

<sup>111</sup>Idem, ibidem.

<sup>112</sup> Carpeta D03.3, documento No. 113: *Situación y perspectivas en Guayana Esequiba. Modo de proceder que se sugiere en el caso del territorio Esequibo*: 19 de noviembre de 1968 (Idem, p. 134).

emigração de afros e indoguyanenses, na década de 60 também correspondia, em linhas gerais, a esse mesmo quantitativo<sup>113</sup>.

De certa forma, embora existam fatores econômicos, étnicos, políticos, jurídicos e estratégicos na deflagração da Revolta (SANDERS, op. cit.), para a Venezuela o fator preponderante foi, sem dúvida, a conjunção entre o jurídico e o estratégico, pois interessava ao país consagrar a propalada administração conjunta desenhada nas reuniões da Comissão Mista. Para tanto, importante para definir esse salto, era preciso o argumento de que havia um sentido pró-essequibo na Guiana manifestado por populações nativas, contrárias às políticas étnicas do PNC e PPP. Para conquistar o Essequibo, a estratégia venezuelana foi sabiamente planejada tendo em vista alcançar a simpatia dos indígenas da região do rio Essequibo, principalmente devido ao fato de, na distribuição étnica no país, os indígenas constituírem-se em uma população formada por diversos grupos étnicos no país.

<b>Distribuição da população por nacionalidade étnica na Guiana entre 1980-2002</b>						
Grupos Étnicos	População			Porcentagem		
	2002	1991	1980	2002	1991	1980
Africanos/negros	227.062	233.465	234.094	30.20	32.26	30.82
Indígenas	68.675	46.722	40.343	9.16	6.46	5.31
Chineses	1.392	1.290	1.864	0.19	0.18	0.25
Indianos	326.277	351.939	394.417	43.45	48.63	51.93
Mestiços	125.727	87.881	84.764	16.73	12.14	11.16
Portugueses	1.497	1.959	3.011	0.20	0.27	0.4
Branços	477	308	799	0.06	0.04	0.1
Outros	112	107	294	0.01	0.01	0.04

**FONTE:** Guyana's National Development Strategy, <http://www.guyana.org/NDS/>. Acessado em 12/03/2013.

<sup>113</sup> Dados de entrevista com Leopoldo Talhardart em 2002. (Ver TORREALBA, op. cit., 2003).

MAPA 09 - Localização das populações indígenas na região em litígio<sup>114</sup>.



Fonte: Mapa elaborado por Barnett et al (2000) e adaptado pela autora..

<sup>114</sup> Em termos gerais, os Akawaio (Kapon) somam 5.000 indivíduos, os Arekuna (Pemon) 500, os Aruac (Lokono) 15.500, os Macuxi 7.000, os Wapixana 6.900, os Patamona (Kapon) 5.000, os Wai-Wai 200, os Warrau 5.000 e os Carib (Karinya) 3.000, totalizando 48.850 indígenas (ver COLCHESTER et ali 2002).

Para a Venezuela a sublevação de indígenas do Essequibo seria um passo importante até a anexação total da região disputada, e o momento deveria ser durante o ambiente racialmente conflituoso entre PNC e PPP da eleição de 16 de dezembro na Guiana. Para Caracas, os conflitos decorrentes de qualquer resultado eram inevitáveis.

[Si] piensa que la oportunidad más conveniente, por no decir la única, para realizar la acción es entre el 16 de diciembre de 1968 y los primeros días de enero de 1969 (Carpeta D03.3, *documento No. 113*, *idem, idem*).<sup>115</sup>.

Momento este em que na Venezuela o processo eleitoral teria sido concluído, cabendo ao novo presidente conduzir o plano de anexação, num momento em que, no plano das relações internacionais, um novo governo também estaria definido nos Estados Unidos (eleição que o republicano Richard Nixon logrou vitorioso), consoante a Mirabal, facilitando, portanto, negociações internacionais de interesse da Venezuela, num momento de transição também na ONU:

De cara al proceso de cambio de gobierno en los Estados Unidos, para el momento de la acción no habría tomado posesión todavía el gobierno del republicano Richard Nixon, del que se esperaría una actitud más firme con respecto al tema de Guyana, que del entonces gobierno demócrata de Lyndon B. Johnson. Por último, en el plano internacional, habría terminado o estaría en receso la Asamblea General de las Naciones Unidas, donde el peso del grupo afroasiático, que con certeza apoyaría a Guyana, es mayor que en el Consejo de Seguridad. Sin contar, además, que las relaciones de Venezuela con el resto de los países de las Naciones Unidas estaban en su punto más alto y que se podría contar con la simpatía de la mayor parte de los países latinoamericanos, especialmente los que tenían en ese momento reclamaciones pendientes con Gran Bretaña (MIRABAL, *idem*. p. 142)<sup>116</sup>.

Diante dos diferentes climas eleitorais na Venezuela e Guiana, havia uma preocupação de que as iniciativas não ocorressem no transcorrer da

---

<sup>115</sup> Sim] pensa que a oportunidade mais conveniente, para não dizer a única, para executar a ação é entre 16 de dezembro de 1968 e início de janeiro 1969.

<sup>116</sup> Analisando o processo de mudança de governo nos Estados Unidos, para o momento da ação não teria tomado posse ainda o governo do republicano Richard Nixon, do que se esperaria uma atitude mais firme com respeito ao tema da Guiana, do que o então governo democrata Lyndon B. Johnson. Finalmente, em nível internacional, havia terminado ou estava em receso a Assembleia Geral das Nações Unidas, onde o peso do grupo afro-asiático, que certamente iria apoiar a Guiana, era maior do que no Conselho de Segurança. Sem contar que as relações da Venezuela com outros países nas Nações Unidas estavam no seu ponto mais elevado e que se poderia contar com a simpatia da maior parte dos países latino-americanos, especialmente aqueles que tinham naquele momento reclamações pendentes com a Grã-Bretanha.

campanha eleitoral venezuelana, exatamente por temer a repercussão de qualquer evento no processo eleitoral em andamento. Portanto, se alguma ação venezuelana na região do Essequibo fosse levada a cabo, teria de ser secreta:

Todo indica que la decisión del Presidente Leoni fue la de seguir adelante con los preparativos de acción con respecto al apoyo a la secesión de la Guayana Esequiba. En los días posteriores, se preparó el documento Plan de levantamiento de la población de la Guayana Esequiba, en el cual se trazaron las líneas generales de acción para el levantamiento de los habitantes de la región. El plan contemplaba que el levantamiento podría llevarse a cabo dentro de un plazo de cuatro a seis semanas a partir de la orden de ejecución, que involucraría a dos regiones de la Guayana Esequiba: la parte meridional, por un lado; y por el otro, las regiones Noroccidental y Occidental. La región meridional comprendía la región del Rupununi, que contaba con población compuesta por una minoría de rancheros y agricultores y la población indígena. En esta zona, los rancheros y agricultores tenían ya elaborado un proyecto que incluía tomar las estaciones de policías, carreteras, pistas de aterrizajes y aviones, y neutralización de ciertos puntos críticos. Las regiones Noroccidental y Occidental comprendían las zonas de Pomerón, Moruca, Noroeste, y Mazaruni-Camarang, integrada por mayoría amerindia. Los dirigentes y activistas del Partido Amerindio estaban resueltos a participar en las revueltas, y los dirigentes tenían instrucciones de preparar grupos que se encargarían de los mismos puntos críticos, además de controlar vías de acceso terrestre y fluvial para neutralizar los grupos armados guyaneses de la zona (Idem, pp. 144-145).<sup>117</sup>.

De acordo com informações do Ministério de Relações Exteriores da Venezuela à época, compulsadas do arquivo do antigo chanceler Iribarren Borges, a proposta secreta venezuelana almejava criar dois territórios distintos na região essequibana:

(...) un estado al norte que incluiría las zonas del Noroeste y Mazaruni Camarang, se llamaría Amerindia, (y) su capital estaría en Camarang (...); otro estado al sur, formado por la zona del Rupununi, (...) se

---

<sup>117</sup> Tudo indica que a decisão do Presidente Leoni era a de seguir em frente com os preparativos para a ação no que diz respeito ao apoio à secessão da Guiana Essequiba. Nos dias seguintes, preparou-se um plano do levantamento da população da Guiana Essequiba, no qual se traçaram as linhas gerais da ação para o levantamento dos habitantes da região. O plano previa que o levantamento poderia ocorrer dentro de quatro a seis semanas a partir da ordem de execução, o que envolveria duas regiões da Guiana Essequiba: a parte sul, por um lado; e, por outro, as regiões Noroeste e Oeste. A região Sul incluía a região do Rupununi, que tinha uma população composta por uma minoria de fazendeiros, agricultores e povos indígenas. Nesta área, os fazendeiros e os agricultores já tinham desenvolvido um projeto que incluía tomada dos postos policiais, estradas, pistas de pouso e aviões, e a neutralização de certos pontos críticos. As regiões Noroeste e Oeste incluiriam as áreas Pomerón, Moruca, Noroeste e Mazaruni-Camarang, compostas principalmente por ameríndios. Os dirigentes e ativistas do Partido Ameríndio estavam decididos a participar das revoltas, e os líderes foram instruídos a preparar os grupos que se encarregariam dos mesmos pontos críticos, além de controlar vias de acesso terrestres e fluviais para neutralizar os grupos armados da Guiana na região.

llamaría Rupununi y su capital sería Lethem (Carpeta D03.4, documento No. 128, idem, idem, cit. por MIRABAL, idem, idem)<sup>118</sup>.

No caso do suposto Estado Ameríndia, contatos haviam sido feitos com James Lowe, que fora eleito Secretário Geral do *Guyana National Party*, criado como resultado da reunião em Kabakaburi, levando à expulsão do vice-consul venezuelano Taylhardat e à proscrição do referido partido. Por conta desse ocorrido, não fora incluído nas eleições marcadas para 16 de dezembro na Guiana<sup>119</sup>. Em território antes pertencente ao Brasil e perdido na chamada Questão Pirara, na proposta República do Rupununi, os fazendeiros mestiços da região eram o contato dos venezuelanos. Dessa forma os venezuelanos estavam dispostos então a investir em duas frentes visando levar a cabo o projeto secreto para o Essequibo. De tal maneira, que já existia até um conselho de estado com nomes das duas regiões essequibanas:

Los nuevos estados estarían presididos por sendos Consejos de Gobierno. El Estado Amerindio estaría regido por el Capitán Johnatan Jackson, el señor James Lowe y el Capitán Joseph Isaacs. El Consejo de Estado de Rupununi estaría compuesto por los señores Edward (Ted) Melville, Monis Mitchell y Tushau Kinshin (MIRABAL, op.cit, p. 146)<sup>120</sup>.

Os primeiros nomes eram de indígenas da parte norte do Essequibo, os demais, fazendeiros do sul. Das reuniões na Venezuela com os fazendeiros do Rupununi, delineou-se um plano de ação com vistas à anexão da região do Oeste do Essequibo. Determinou-se a fazenda Santa Teresa, como base de treinamento e abrigo de revoltosos, e estipularam-se líderes, sendo eles os fazendeiros Morris Mitchell, Harry Hart, Elmund Hart, Laurence Hart e Harold Melville, tendo Teddy Melville como líder dos ameríndios. Uma estação de rádio

---

<sup>118</sup> (...) Um estado ao norte que incluiria áreas do noroeste e Mazaruni/Camarang, se chamaria Ameríndia, (e) sua capital seria Camarang (...); outro estado ao sul, formado pela região do Rupununi, (...) se chamaria Rupununi e sua capital seria Lethem.

<sup>119</sup> Dado subtraído de entrevista com Leopoldo Talhardart em 2002. TORREALBA, Idem, p. 272.

<sup>120</sup> Os novos estados seriam presididos pelos respectivos Conselhos de Governo. O Estado ameríndio seria regido pelo capitão Johnathan Jackson, Mr. James Lowe e Capitão Joseph Isaacs. O Conselho de Estado do Rupununi seria composto pelos senhores. Edward (Ted) Melville, Monis Mitchell e tuxaua Kinshin.

também foi instalada e quatro mil dólares americanos destinados à Associação de Criadores do Rupununi<sup>121</sup>.

A ideia era levar o plano de secessão antes do dia de independência da Guiana, 26 de maio, e, para tanto, certas providências foram tomadas, como data de deslocamento de tropas militares para a fronteira e ações diplomáticas junto a países vizinhos, visando ao reconhecimento da secessão. Por último, no décimo primeiro dia, o reconhecimento do movimento de separação por parte da Venezuela e elaboração de um plano de ajuda econômica aos territórios secessionados (Idem, p. 60).

Entre os meses de novembro e dezembro, treinamentos militares foram realizados em Tumeremo, do qual participaram indígenas do norte do Essequibo e da região Rupununi, levados por um avião custeado pela Venezuela (TORREALBA, op. cit. p. 275). Todo o treinamento foi coordenado por militares venezuelanos, assim como armas clandestinas foram utilizadas:

Depois que os Hart manifestaram seus interesses na Embaixada Venezuelana nos Estados Unidos, consultamos o Presidente Leoni que, através do Ministério do Interior, sugeriu levar a frente à ajuda às pessoas do Rupununi. Fui eu quem comprou as armas e conseguiu os locais para o treinamento. Depois chegaram outros mais, mas quem estava à frente era eu. Taylhardat estava concentrado com o pessoal do Essequibo, eu com o Rupununi. As armas que consegui foram para treinamento, não para serem usadas em batalha. Infelizmente foram essas as armas levadas para a Guiana<sup>122</sup>

Porém, no dia 26 de dezembro, Taylhardat fora informado que o movimento deveria ser abortado em decorrência de pressões dos Estados Unidos que já havia sido informado sobre ação, e que “Incluso que havian informado a la “CIA”, y le habían informado aos EEUU, y los Estados Unidos presionaron ao gobierno viejo (AD) y al gobierno nuevo (COPEI) (TORREALBA, op. cit. p. 276). Evento ocorrido depois da vitória de Calderas sobre Leoni, num momento, portanto, de transição para posse do presidente vitorioso. De outro lado, mesmo com fonte de fraude, Burnham logrou a reeleição.

---

<sup>121</sup> Carpeta D.O 3.4, documento nº 130. *Parte correspondiente a Cancellaría, S/D.* (Cit por MIRABAL, idem, p. 150.

<sup>122</sup> Entrevista concedida a Silva pelo general venezuelano, Yépez Daza (SILVA, op. cit. pp. 96-97)

Segundo a mesma fonte (Idem, idem), os fazendeiros decidiram levar o movimento à frente, mesmo com armamentos provisórios, desde que os venezuelanos garantissem-lhes o transporte até a fronteira do Brasil. Assim, em

Em 23 de dezembro de 1968, vários fazendeiros se reuniram na fazenda de Harry Hart no Moreru onde um plano para capturar os principais postos do governo e declarar a secessão do Rupununi da Guiana se desenrolou (GRANGER, op. cit.).

No dia 31 de dezembro, a revolta, mesmo diante de uma adversa circunstância, foi iniciada e seu desfecho seguiu um padrão de violência e destruição. O primeiro tiro teria sido disparado acidentalmente por um grupo de jovens abrigados sob o Igarapé Tabatinga (SILVA, op. cit. pp 101-106). Um jipe com dois jovens do Rupununi e um venezuelano foram os responsáveis pela explosão do posto policial. Os policiais foram surpreendidos quando dormiam. Entre oito e nove horas da manhã, tiros de bazuca foram disparados a menos de cinquenta metros do posto, quando a primeira morte ocorreu. Os demais policiais foram desarmados e presos em frigorífico que era utilizado para armazenar carne de gado.

Muitos não haviam sido avisados do início do movimento, que, pela descrição feita a partir de entrevistas por Silva, aponta para a existência de dois grupos de pessoas envolvidas: um grupo que estava à frente da organização e contato com os venezuelanos; e outro que sequer imaginava a data de início do levante, tendo um envolvimento não compulsório. Estavam, neste último grupo, um membro da família Hart e boa parte de indígenas que trabalhavam em casas ou comércio de Lethem.

O próximo alvo, o *Post-Office*, quando um inspetor foi morto com tiro de M-1, ao manifestar reação contra a invasão do escritório. A partir desse momento, os equipamentos venezuelanos, usados para o treinamento em Tumeremo, começaram a mostrar falências no funcionamento, desde armas a rádio de comunicação. No final da tarde, já havia certeza do fracasso do movimento, devido à dificuldade de comunicação e à ausência de liderança. Também dois padres que tinham sido aprisionados pelos revoltosos fugiram e conseguiram liberar a pista de aviação e, havendo o temor de pouso de avião

procedente de Georgetown com policiais, alguns revoltosos começaram a abandonar Lethem em direção ao Brasil, através do rio Maú.

O grupo designado para ocupar o posto policial do Annai encontrou pouca resistência, e depois de aprisionar funcionários do governo e policiais, retornou a Lethem com os prisioneiros que foram encarcerados no frigorífico e depois, do mesmo modo, seguiu para o lado brasileiro da fronteira. Da mesma forma, indígenas de Lethem e de aldeias próximas, não diretamente envolvidas no movimento, atravessaram o Tacutu em direção ao que hoje é a cidade de Bonfim, no lado brasileiro. Teddy Melville, um dos líderes do movimento, foi um dos últimos a deixar o local da revolta, quando foi encontrado, no dia 02 de janeiro, em Bonfim, por soldados do exército brasileiro que haviam se deslocado para a fronteira, no dia 02, depois de informados em Boa Vista a respeito do movimento. Outras lideranças do movimento, juntamente com suas famílias, foram transportadas em avião venezuelano, a partir de uma pista de aterrissagem no Boqueirão da Lua, lugar próximo do que hoje é a cidade de Normandia, para Santa Helena, e de lá até Ciudad Bolívar, ambas localizadas na Venezuela.

Armas, munições e automóveis foram sendo deixados no caminho de fuga, até avião, posteriormente recuperados pelo exército brasileiro. Membros das famílias Melville e Hart que não conseguiram chegar ao Boqueirão da Lua, foram aprisionados e levados para Boa Vista em caminhões do exército brasileiro. Depois, conduzidos ao Rio de Janeiro para depoimentos com membros da inteligência brasileira e, uma vez liberados, retornaram para Boa Vista. Alguns aqui permanecendo, outros seguiram para Ciudad Bolívar, onde o governo venezuelano havia destinado um conjunto de apartamentos para abrigar todos aqueles provenientes da região do Rupununi. Os indígenas que não permaneceram nos apartamentos foram instalados em uma pequena vila agrícola, nas proximidades de Santa Helena, e muitos deles, como seus descendentes, ainda permanecem na localidade.

Em linhas gerais, o movimento revoltoso não durou mais do que um dia. Caracterizou-se por uma explosão de violência contra guianenses negros, e pela absoluta falta de organização das etapas do movimento. Tudo indica que havia da parte dos revoltosos a nítida impressão de que os treinamentos

iniciados em Tumeremo, conduzidos por oficiais venezuelanos, eram um caminho sem volta. A retirada do apoio venezuelano deixou-os sem outra alternativa, a não ser destruir aquilo que, no ponto de vista dos líderes do movimento, Burnham tiraria através de medidas políticas e econômicas contra seus interesses.

Na descrição de Granger (GRANGER, op. cit.), alguns vaqueiros foram levados à Venezuela para treinamento militar durante sete dias, retornando à fazenda Pirara (que dispunha de um campo de pouso) no dia dois de janeiro de 1969, e de lá saíram em direção a Lethem, ocasião em que Valerie Hart teria voado para a Venezuela para se apresentar como presidente do Estado Essequibo Livre. O movimento dos revoltosos em Lethem, tal como descrito pelo autor do artigo em questão, não se distingue da descrição feita por Silva (SILVA, idem), a não ser a informação adicional de que a única pista livre de bloqueio na região era do Manari, um hotel distante 9 Km de Lethem. Granger apresenta ainda números que permitem perceber a dimensão: 300 indígenas teriam cruzado o rio Tacutu a partir de Santo Inácio, pequena vila nas proximidades de Lethem, e noventa e cinco membros da família Melville e Hart teriam saído pelo Maú em direção a Santa Elena, na Venezuela.

A imprecisão da data, se o movimento começou de fato no dia 31, ou no dia 02, como aduz Granger (GRANGER, idem), pode ser dirimida através dos dados constantes no arquivo de Iribarren Borges, compulsados por Mirabal (MIRABAL, op. cit. p. 65) e nas entrevistas com revoltosos feitas por Silva. Mirabal, através de informações tiradas dos relatórios do ex-ministro das relações exteriores, assinala a data do início do movimento como sendo o dia 02 de janeiro de 1969. Silva assevera ser dia 31 de dezembro de 1968. A data oferecida por Mirabal deve ser aquela resultante de relatórios sobre o movimento, que destaca os momentos finais da Revolta, quando parte da população de Lethem encontrava-se em Bonfim, no justo momento em que um dos líderes do movimento, Teddy Melville, ter sido aprisionado por brasileiros na fronteira. Silva, de seu lado, aponta a data do dia 31 de dezembro, a partir de informações de participantes do evento. Também se baseia em datas dadas por militares brasileiros, quando comunicados em Boa Vista sobre o ocorrido na fronteira.

Tudo leva a crer que, de fato, o movimento começou no dia 31 na parte da manhã e terminou no mesmo dia, em termos das operações militares, quando as duas famílias se deslocaram para Santa Elena, mas teve continuidade, dada a falta de comunicação, nas regiões mais interiores, onde vinte e duas pessoas foram aprisionadas (GRANGER, idem) pela *Guyana Defense Force*– GDF.

A mobilização militar para restaurar a ordem na região começou no dia 03 de janeiro, através da pista do Manari, com ordem para a retomada de Lethem, posições ocupadas pelos revoltosos no norte e savanas do sul e a restauração da autoridade do governo em todo o distrito (Idem, idem). Porém, as tropas não encontraram nenhuma resistência, a não ser fazendas, aldeias e Lethem inteiramente abandonadas. As fazendas e as aldeias de simpatizantes dos fazendeiros foram bombardeadas, e, lentamente, indígenas moradores da vila foram retornando.

#### **6.4 Consequências da Revolta do Rupununi diante da ambição venezuelana de anexar a região reclamada**

Para os revoltosos, o movimento terminou no mesmo dia em que começou. Pela parte da tarde, famílias inteiras foram levadas para Santa Elena do Uiarén a partir do Boqueirão da Lua. Armas foram abandonadas, carros deixados nas cercanias das fazendas, animais e bens domésticos foram abandonados por pessoas que rumaram para a Venezuela, doravante para experimentar uma sorte incerta. Alguns indígenas empregados nas fazendas seguiram o mesmo destino; outros fugiram para o lado brasileiro da fronteira, onde hoje é Bonfim. Os que permaneceram nas aldeias sentirão em seguida a fúria da *Guyana Defense Force*. “As fazendas tiveram suas sedes destruídas, parte do gado morta, índios e jovens Melville, suspeitos, foram presos e levados a Georgetown para julgamento” (SILVA, idem, p. 199; GRANGER, op. cit.). Burnham, no dia 03 de janeiro, anuncia em um programa de rádio a derrota do movimento:

By then, of course, Lethem was under the control of the security forces and, on discovering this, on their return journey, the terrorists dumped the bound policemen and fled. Today, the security forces

have continued their operations to restore all points in the area to normal governmental control and to pursue and capture these criminal elements that are already responsible for the loss of nine lives. The police posts at Annai and Good Hope have been relieved and the centres of terrorist activity at Pirara, Good Hope and Sunnyside have been razed to ground by our forces. A number of persons have been arrested in the area, and this afternoon word was received from the police authorities at Boa Vista (Brazil) that seven of the terrorists have been taken into custody there in the flight from Guyana. Steps are being taken to bring these fugitives to face trial under the criminal law of the land they have defiled and betrayed (BURNHAM, op. cit. 172).<sup>123</sup>.

Os fugitivos aos quais Burnham se referiu em seu discurso foram os capturados em Bonfim pela guarnição do Exército Brasileiro de Boa Vista, que posteriormente foram conduzidos a Manaus e de lá para o Rio de Janeiro, como anteriormente foi mencionado:

Jimmy, Dick e Harry passaram, a partir do Boqueirão da Lua, a coordenar a evacuação dos soldados revoltosos. Aqueles que não conseguiram chegar ao lugar para serem resgatados pelos venezuelanos atravessaram o Rio Tacutu em direção ao Brasil. No segundo dia da Revolta, um pelotão da companhia de fronteira do Exército Brasileiro em Boa Vista foi deslocado para Bonfim, já no final da tarde, depois que um brasileiro havia saído de Bonfim, em uma motocicleta, para informar os militares do acontecimento na fronteira e sobre os refugiados que se encontravam na vila. Foi esse grupo de militares que capturou Edward E. Melville, Tonny I. Melville, Kenneth M. Melville, Olaf Melville, Winston Melville, Ivan Melville, Ronald Melville, John A. Melville (Big John), Neville Júnior e Bendy Hart na margem esquerda do Rio Tacutu, e os levou para Boa Vista (SILVA, idem, pp. 106-107.).

No plano da política interna da Guiana, o líder da UF, Peter D'Aguiar, havia visitado os fazendeiros poucos dias antes da revolta (ISHMAEL, idem, idem ), mas que se encontrava na Inglaterra no dia da Revolta, negou veemente seu envolvimento nela e, em seguida, renunciou seu assento na Assembleia, saindo da vida política. Valerie Hart, que tinha sido candidata e não logrou vitória nas eleições de 1968, cinco dias depois da rebelião, foi

---

<sup>123</sup> Até lá, é claro, Lethem estava sob o controle das forças de segurança e, ao descobrir isso, em sua viagem de retorno, os terroristas despistaram os policiais e fugiram. Hoje, as forças de segurança continuam suas operações para restaurar a normalidade em todos os pontos na área de controle governamental, para perseguir e capturar esses criminosos que responsáveis pela perda de nove vidas. Os postos policiais em Annai e Good Hope foram recuperados e os centros de atividade terrorista no Pirara, Good Hope e Sunnyside foram destruídos por nossas forças. Uma quantidade de pessoas foi presa na área, e logo à tarde fomos informados pelas autoridades policiais de Boa Vista (Brasil), que sete dos terroristas foram levados em custódia num voo a partir da Guiana. Providências estão sendo tomadas para trazer esses fugitivos para que sejam julgados no âmbito do direito penal da terra que contaminaram e traíram.

expulsa pelo partido UF, sob a acusação de agir de forma hostil à integridade territorial da Guiana (GRANGER, op. cit.). Depois de viver um tempo na Venezuela, mudou-se para Estados Unidos, abandonando a vida política guianense. Os demais revoltosos foram abrigados em conjunto popular, em Ciudad Bolívar, e instruídos a não se envolver em ações políticas antiguianeses. Aos indígenas partícipes do movimento foi cedida uma vila agrícola, como já se disse, nas proximidades de Santa Elena do Uiarén, como anunciado pelo Ministro do Interior Reinaldo Leandro Mora, em 08 de janeiro. A todos teriam ainda sido concedidas cédulas de identidade venezuelana, bem como facilidades para trabalhar no país (ISHMAEL, idem: SILVA, op. cit. p. 176).

Em Georgetown, o PNC, por meio da *Young Socialist Movement and Women's Auxiliary*, organizou, no dia 12 de janeiro, uma manifestação no *Independence Park*, pedindo punição aos revoltosos e armas para se defender de uma possível invasão venezuelana. O PPP manifestou a opinião de que a revolta fora uma manifestação de insatisfação contra Burnham (GRANGER, op. cit.). Porém, bem antes, no dia 07 de janeiro, de acordo com um relatório *Reuter*, Braithwaite, então embaixador da Guiana em Caracas, disse que seu país estava absolutamente certo de que a Venezuela esteve envolvida na insurreição e que, de suas conversas com Iribarren Borges, ficou a impressão de sua surpresa ao saber da confissão dada pelos revoltosos presos<sup>124</sup>. Ao Diretor da Área Colômbia, Venezuela e Guiana, John C. Hills, a Guiana havia dito que

... las autoridades de defensa de Guyana alegan tener fotografías de un supuesto avión militar venezolano aterrizando esa área y con cual presumiblemente, según dichas autoridades, ha transportado armas y hombres que tomaron parte en esa rebelión (Carpeta 003.4, documento 135: *Entrevista sostenida con el señor Embajador de los Estados Unidos de América*. el 4 de enero 1969, cit. por MIRABAL, op. cit. p. 165)<sup>125</sup>.

Dessa forma, tornara-se difícil para a Venezuela, diante de tantas evidências, negar sua participação no movimento. Foram apreendidas armas

---

<sup>124</sup> ISHMAEL, op. cit.

<sup>125</sup> ... as autoridades de defesa da Guiana alegam ter imagens de um suposto avião militar venezuelano que aterrissando nessa área e com o qual, presumivelmente, de acordo com autoridades, transportava armas e homens que tomaram parte nessa rebelião.

das forças armadas venezuelanas, um avião da aeronáutica venezuelana também foi deixado para trás no Boqueirão da Lua, além da confissão dos que foram levados presos. No dia 08 de janeiro, em Georgetown, foi convocado o encarregado de Negócios da Embaixada da Venezuela, Luis Martinez, para quem a Guiana entregou uma nota de protesto alegando conhecer todas as vinculações da Venezuela com o movimento e que levaria essas informações para o conhecimento da comunidade internacional, o que de fato ocorreu com uma comunicação da Guiana junto à ONU, no dia 09 de janeiro de 1969<sup>126</sup>.



**Fonte:** fotos cedidas à pesquisadora por pessoas da família envolvidas na Revolta. Prisioneiros capturados pela GDF desembarcando em Georgetown.



**Fonte:** fotos cedidas à pesquisadora por pessoas da família envolvidas na Revolta. Prisioneiros capturados pela GDF desembarcando em Georgetown.

<sup>126</sup> O governo brasileiro, no dia 07 de janeiro de 1969, também emitiu uma nota sobre o ocorrido na fronteira com a Guiana: O governo brasileiro está seguindo desde os primeiros momentos e com o maior interesse a recente ocorrência na região do Rupununi, em áreas próximas às fronteiras do território da Guiana e Roraima, e imediatamente tomou medidas para intensificar o controle da fronteira, e evitar qualquer violação do território brasileiro. O governo brasileiro, de acordo com seus princípios de não-intervenção nos assuntos internos de outros países, tem manifestado ao Governo da Guiana, neste momento difícil sua convicção de que esta fronteira e nação amiga vai superar completamente o movimento que perturbe a sua segurança interna e ameças sua integridade territorial (ISHMAEL, op. cit). Porém, no plano internacional, Burnham não obteve o apoio esperado à sua refutação em relação ao apoio venezuelano à causa do revoltados do Rupununi, tanto que sua alegação sobre o Commonwealth ter feito vistas grossas sobre o que se passava em seu país, soou-lhe como desilusão diante de um irmão. Mesmo em relação à política exterior do Itamarati com a Guiana havia assinado vários acordos de cooperação, houve um distanciamento depois dos distúrbios em Lethem (CLYDE, idem, p.172 e 174, respectivamente),

	
<p><b>Fonte:</b> Foto cedida por pessoas da família Melville. Vaqueiros do Rupununi.</p>	<p>Membros de uma família Melville no Rupununi. <b>Fonte:</b> facebook, 2014.</p>

Sob protestos do PPP, no início de 1969, Burnham logrou aprovar na Assembleia, a *National Security Act*, alegando a necessidade de combater a subversão no país. A nova lei limitava a circulação de pessoas, e, por conta dela, o Rupununi tornou-se uma área restrita. Ainda diante do calor da revolta, integrantes do PPP e da igreja católica foram convidados para visitar a região com o objetivo de desmentir as acusações de que a GDF teria promovido contínuos massacres em aldeias e vilas da região. No mesmo clima, Burnham criou a *Defence Law*, um imposto de três por cento sobre todos os bens importados com a finalidade de obter recursos para aumentar a capacidade de defesa da Guiana. Ainda no mês de fevereiro, Burnham organiza uma grande conferência de quatro dias com líderes indígenas da Guiana para assinatura de um pacto de fidelidade ameríndia ao país e contra qualquer pretensão estrangeira (ISHMAEL, *idem*). Iniciativa que definitivamente incluiu os indígenas no espectro político da Guiana, tanto que, doravante, nas eleições seguintes, partidos políticos, essencialmente indígenas, passaram a disputar eleições no país (BULKANA, *idem*, p. 367-380). Do mesmo modo, Burnham incluiu indígenas como parte dos debates sobre problemas nacionais, com argumentos, refutando a acusação de venezuelanos sobre descaso com os indígenas, sobre a presença ameríndia na *Session of the Assembly the*

*Parliamentary Secretary for Amerindian Affairs* um ameríndio, membro do parlamento e do governo (CLYDE, op. cit. p. 170).

Embora Valerie Hart continuasse, em Caracas, explicando o movimento e ainda tentando apoio governamental para uma política destinada à recuperação do Rupununi, o governo de Caldera havia decidido encerrar a diplomacia unilateral em relação à Guiana. Uma carta do Padre Hermann González Oropeza S.J., de 06 de fevereiro de 1970, escrita em Genebra e endereçada ao ex Chanceler Ignacio Iribarren Borges, traz a seguinte informação:

Yo no creo que para este gobierno será fácil tomar la decisión de arreglar el asunto mediante vías de hecho. Recuerdo muy claramente la actitud del doctor Caldera cuando le informé sobre lo que pasaría en Rupununi. En esa oportunidad le llevé todos los documentos, informes, opiniones, proyectos, planes. etc. Ud. sabe todo esto (...). El gobierno de Leoni no podía ordenar ninguna acción sin la expresa aceptación de Caldera y este no se manifestó a favor de la acción venezolana, habiéndose limitado a comunicarme telefónicamente que le parecía un asunto muy peligroso. Si Caldera hubiera estado de acuerdo, como Presidente electo le habría bastado ponerse de acuerdo con el Presidente Leoni para ejecutar las acciones que consideraran conveniente (era muy sencillo hacerlo pues ya habla tomado la iniciativa de pedirle su opinión a través de mí). Esto no sucedió y no fue porque yo me hubiese opuesto, que no lo hice. No pretendo criticar a Caldera ni a ningún otro de no haber tomado la decisión de proceder con aquella oportunidad que, indudablemente, era muy favorable para las aspiraciones venezolanas. Comprendo las responsabilidades que asumirían. Únicamente estoy recordando la actitud de Caldera y la forma que adoptó para no mezclarse en un asunto cuyo curso dependía de su decisión (Carpeta D03.5, documento No. 13: *Cano para el Padre Hermano González*: Ginebra. 6 de febrero de 1970, cit. por MIRABAL, op. cit. p. 173)<sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> Eu não acho que para este governo vai ser fácil tomar a decisão de resolver a questão por vias de fato. Lembro-me muito claramente a atitude do Dr. Caldera quando o informei sobre o que aconteceria em Rupununi. Naquela época, eu trouxe todos os documentos, relatórios, avaliações, projetos, planos etc. Você sabe de tudo isso (...). O governo de Leoni não poderia ordenar nenhuma ação sem a expressa aceitação de Caldera e este não se manifestou a favor da ação venezuelana, limitando-se a comunicar-me por telefone que lhe parecia um assunto muito perigoso. Se Caldera estivesse de acordo, como presidente eleito bastaria que entrasse em um acordo com o presidente Leoni para executar as ações considerassem convenientes (era muito fácil de fazer já que havia tomado a iniciativa de pedir sua opinião através de mim). Isso não aconteceu e não era porque eu tinha me oposto, eu não o fiz. Não tenho a intenção de criticar Caldera ou qualquer outro de não ter tomado a decisão de prosseguir com esta oportunidade que, sem dúvida, foi muito favorável para as aspirações da Venezuela. Eu entendo as responsabilidades que assumiram. Unicamente estou recordando a atitude de Caldera e a posição que ele assumiu para não interferir em uma questão que dependia de sua decisão.

Ficou evidente que as relações diplomáticas da Venezuela com a Guiana seguiriam outro caminho no governo de Calderas. Certamente se deveu a um novo cenário internacional decorrente da política externa dos Estados Unidos com Richard Nixon, que se estendia ao apoio ao Xá do Irã, ao *apartheid* à política linha dura de Pinochet. Além de total apoio contra Allende, no Chile, somado ainda à aproximação com a China, decorrente de uma visita que fez ao país comunista, quando se encontrou com Mao Tse Tung, em 1972, principalmente sua posição em relação ao enfrentamento bélico americano no sudeste asiático (SLANTCHEV, 2014, p. 03), quando negociou a saída de soldados americanos do Vietnã. Fatores que definiam um campo de ação política totalmente voltada ao combate do comunismo em todas as frentes, logo a América Latina, considerando que o fenômeno Cuba poderia se repetir em países da região.

Por conta desse novo cenário, havia a preocupação com eventos militares da Venezuela contra a Guiana, podendo gerar uma reação popular pró-Jagan, fortalecendo-o politicamente. Jagan, que já havia manifestado simpatias pró-soviéticas e proferira ideias socialistas para a Guiana<sup>128</sup>, representava um potencial perigo para a América Latina e Caribe, sinalizando um risco de levar a Guiana a uma nova Cuba. Rafael Caldera buscou aliar-se aos Estados Unidos em termos de política externa. Para tanto, procurou abrandar o isolamento externo da Venezuela, principalmente em relação ao Caribe, por conta justamente da reclamação pela região do rio Essequibo. Para tanto,

... Caldera reformuló su política exterior, en torno a Estados Unidos, con la llegada a la presidencia de ese país de Richard Nixon en 1969 y con él, como secretario de estado Henry Kissinger. Todos estos acontecimientos, transcurren en el desarrollo de grandes cambios a nivel latinoamericano, como el fortalecimiento de los nexos existentes entre Cuba y la Unión Soviética, la experiencia chilena de Allende, el gobierno militar en Perú y el activismo internacional de los países

---

<sup>128</sup>A título de exemplo, ver. JAGAN, 2004, idem, Cap. XVIII. Também consultar vídeo com palestra do professor de história, Clem Seecharan, da London Metropolitan, Professor University intitulado *The subversion of Cheddi Jagan: the Cold War*, in: <http://media.nationalarchives.gov.uk/index.php/the-subversion-of-cheddi-jagan-the-cold-war-in-british-guiana-1953-64/> e igualmente Loza (op. cit., p. 114).

angloparlantes, respecto a los caribenhos (VILLEGAS V., 2012, p. 11).<sup>129</sup>

Portanto, o contexto histórico político exigia da Venezuela uma redefinição de sua política no governo Caldera, e a demanda pelo Essequibo já não tinha espaço na nova agenda de política exterior. Uma nova etapa nas relações com a Guiana teria início em 1970, com a assinatura do Protocolo de *Porto of Spain* (chamado pelos venezuelanos de *Puerto España*). Novo contexto que

... promovió un acercamiento con los nuevos países del Caribe, comenzó a establecer las pautas para lograr un *modus vivendi* con Cuba, firmó el Protocolo de Puerto España a fin de congelar con Guyana con doce años la controversia sobre la reclamación venezolana (del Territorio Essequibo) con base a lo estipulado en el Acuerdo de Ginebra, promovió unas negociaciones con Colombia a fin de estudiar el contencioso que mantenía con ese país sobre el diferendo de áreas marinas y submarinas en el Golfo de Venezuela (iniciadas en 1969 e interrumpidas en 1973), promovió la aceptación de Venezuela en el naciente Acuerdo de Cartagena (Pacto Andino) y finalmente restableció relaciones diplomáticas con gobiernos autoritarios, dejando de lado la doctrina de Betancourt y lanzando la tesis del —pluralismo ideológico—. Este —pluralismo ideológico— consistió en la promulgación de unos principios contrarios a la Doctrina Betancourt, en donde se partía de la base de que era posible convivir regionalmente con regímenes y sistemas económicos diversos en sus ideas y formas políticas (CALVANI, 1976, cit. por VILLEGAS V., idem, pp. 11-12)<sup>130</sup>

Essa nova etapa definitivamente estabeleceu uma ruptura com a chancelaria que se notabilizou por documentar e planejar ações diplomáticas e militares pela recuperação do Essequibo. Com a desmobilização da estrutura

---

<sup>129</sup> Caldera redefiniu sua política externa em torno dos Estados Unidos, com a chegada a presidência desse país de Richard Nixon em 1969, e com ele o secretário de Estado Henry Kissinger. Todos estes eventos transcorrem no desenvolvimento de grandes mudanças em toda a América Latina, como o fortalecimento dos laços entre Cuba e União Soviética, a experiência chilena de Allende, o governo militar no Peru e o ativismo internacional de países anglófonos, no que diz respeito aos caribenhos.

<sup>130</sup> ... promoveu uma aproximação com os novos países do Caribe, começou a estabelecer orientações para alcançar um *modus vivendi* com Cuba, assinou o Protocolo de Port España para congelar com a Guiana doze anos de controvérsia sobre a reclamação venezuelana (Território Essequibo) com base nos termos do *Acuerdo de Ginebra*, promoveu negociações com a Colômbia para estudar a disputa com esse país sobre áreas marinhas e submarinas no golfo da Venezuela (iniciada em 1969 e interrompidas em 1973), promoveu a aceitação da Venezuela no Acordo de Cartagena (Pacto Andino) e, finalmente, reestabeleceu relações diplomáticas com governos autoritários, deixando de lado a doutrina Betancourt e lançando a tese do pluralismo ideológico. Esse pluralismo ideológico consistiu na promulgação de princípios contrários à Doutrina Betancourt, que iniciou a partir da base de que era possível conviver regionalmente com vários regimes e sistemas econômicos diversos em suas ideias e formas políticas.

voltada para realização desse interesse, o apoio destinado aos revoltosos do Rupununi foi totalmente retirado, deixando-os à própria sorte. Depois de dezessete sessões da Comissão Mista e o não cumprimento do tempo, 4 anos, como previsto no *Acordo de Genebra*. No dia 18 de junho de 1970, o *Protocolo de Port of Spain* congela a discussão sobre o Essequibo por doze anos, coincidindo com a transformação da Guiana de uma monarquia constitucional para República Cooperativa, fato que permitirá a Burnham uma ideologia socialista de terceira via, um socialismo que os Estados Unidos, embora vissem com desconfiança, tinham-no como alternativa a Jagan na Guiana (CLYDE, op. cit. 186).

Dias antes da assinatura do *Protocolo de Port of Spain*, deu-se um incidente, no dia 21 de fevereiro de 1970, em um posto militar da Guiana, em Eteringbang, próximo da ilha de Anacoco, quando militares venezuelanos dispararam tiros de metralhadora e bazucas, justamente dois dias antes de o país tornar-se república. Os ataques teriam durado o dia todo sem que a Guiana tenha revidado em nenhum momento (ISHMAEL, op. cit.). Sobre o incidente, no dia 22 de fevereiro, a Guiana apresentou nota de protesto à Venezuela, solicitando inclusive compensações aos danos causados, reforçando as denúncias de aumento de presença militar em outras regiões da fronteira. Posteriormente, levado ao Conselho de segurança da ONU, o incidente foi negado por Caldera e aconteceu quando a Comissão Mista havia realizado, em dezembro de 1969, a última sessão em Buenos Aires, na Argentina, para novamente se reunir em *Port of Spain*, sob auspício do ministro trinitino Eric Williams para assinatura do Protocolo (CLYDE, op. cit. p. 182). A sessão de trabalho final aconteceu entre os dias 13 e 16 de fevereiro. Após mais duas reuniões, no dia 18 de junho de 1970, o relatório final foi assinado e submetido aos respectivos governos (TURNO A, op. cit. p. 70). No dia 18 de junho, foi assinado o Protocolo, que em linha gerais prevê que

...se suspenderá el funcionamiento del Artículo IV del Acuerdo de Ginebra. En la fecha en que este Protocolo deje de tener vigencia, el funcionamiento de dicho Artículo se reanudará en el punto en que ha sido suspendido, es decir, como si el Informe Final de la Comisión Mixta hubiera sido presentado en esa fecha, a menos que el Gobierno de Venezuela y el Gobierno de Guyana hayan antes declarado conjuntamente por escrito que han llegado a un acuerdo completo para la solución de la controversia a la que se refiere el Acuerdo de Ginebra o que han convenido en uno de los medios de

arregló pacífico previstos en el Artículo 33 de la Carta de las Naciones Unidas (Idem, idem, p. 71)<sup>131</sup>.

Com a assinatura do Protocolo, uma nova fase das relações diplomáticas entre os dois países fora de uma agenda Essequibo só ocorreu em 1971, quando foram discutidas possibilidades de cooperação econômica entre os dois países:

It appears that the April 21 to 26 [1971] visit of Guyanese...Ptolemy Reid and his high-level mission to Venezuela accomplished what both sides had hoped for, in that a general atmosphere of cordiality and mutual respect was noteworthy on both sides. Substantive discussions of possible economic cooperation in a number of fields were the central feature of the visit, but apparently no definite agreements were reached (CLYDE, idem, p. 189)<sup>132</sup>.

Embora nenhum acordo tivesse sido assinado, o encontro significou uma nova realidade diplomática entre os dois países, principalmente no ano seguinte, em 1972, quando em novas reuniões foram discutidas cooperação econômica, política e cultural. Essa agenda levou, em 1974, à visita do ministro das Relações Exteriores da Guiana a Caracas e, posteriormente, em abril de 1975, a do então Ministro do Desenvolvimento Econômico da Guiana, Desmond Hoyte, e de Fred Wills, ministro das Relações Exteriores da Guiana, em 1977, culminando com um encontro entre Burnham e Carlos Andrés Pérez em Georgetown, em outubro de 1978. Foram discutidas as limitações da Guiana em relação ao acesso para o Atlântico:

... .. the theme of the land/sea concession first mooted during the negotiations that led to the Protocol to the Geneva Agreement. This centred on Venezuela reducing its claim significantly in exchange for an outlet to the Atlantic which would involve Guyana ceding a relatively small amount of territory adjacent to the sea. Guyana would in turn have received development assistance from Venezuela (Idem, idem, p. 190)<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> ..se suspenderá o funcionamento do artigo IV do *Acuerdo de Ginebra*. Na data que este Protocolo deixe de estar em vigor, o funcionamento de tal artigo será retomada no ponto em que foi suspenso, ou seja, como se o Relatório Final da Comissão Mista fosse apresentado nessa data, a menos que o governo da Venezuela e o governo da Guiana façam uma declaração conjunta por escrito que chegaram a um acordo completo para a solução da controvérsia a qual se refere o *Acuerdo de Ginebra* ou que entraram em acordo em um dos meios de resolução pacífica previstos no artigo 33 da Carta das Nações Unidas.

<sup>132</sup> Parece que a visita dos guianenses de 21 a 26 abril [1971]. Ptolomeu Reid e sua missão de alto nível a Venezuela conseguiu o que ambos os lados esperavam, uma atmosfera geral de cordialidade e respeito mútuo foi notável em ambos os lados. Discussões substantivas de possível cooperação econômica em vários campos foram o tema central da visita, embora, aparentemente, nenhum acordo definitivo tenha sido alcançado.

<sup>133</sup> ... O tema da concessão terra / mar foi primeiro debatido durante as negociações que levaram ao Protocolo do *Acuerdo de Ginebra*. Foi proposto à Venezuela reduzir

Porém, as definições estabelecidas no Protocolo eram impeditivas para qualquer acordo que pressupusesse concessões territoriais. Mas o clima de 1978 mostrava que o período de contendas diplomáticas e violação de território por parte da Venezuela haviam ficado para trás.

Não obstante, a vigência do Protocolo tivesse estabelecida para doze anos, podendo ser renovado por períodos sucessivos iguais ou menores, e negociações mais amistosas entre os dois países tenham se desenrolado, o tipo de incidente como o de Eteringbang tornar-se-á rotina nos anos seguintes. Principalmente, em datas comemorativas relacionadas à reclamação, nas quais a Guiana por vezes reclamou em fóruns internacionais, outras vezes através de manifestação diplomática direta à Venezuela (DAVIS, op. cit., loc. cit.).

Tensão que ganha novas roupagens com Luis Herrera Campins, do COPEI, eleito em março de 1979, devido a mudanças nas relações com a Guiana, tal como herdara de seu antecessor, Carlos Andrés Pérez, (1974-1979), imprimindo novos rumos ao caminho da cooperação antes pressuposta na diplomacia entre os dois países, principalmente à sua resistência em renovar o Protocolo, dado o vencimento do prazo de doze anos. Campins determinou que a reclamação pelo Essequibo passasse às mãos do Secretário Geral da ONU, como previsto no *Acordo de Genebra* (LUONGO, op. cit. pp. 103-104), afetando decisões tomadas na gestão anterior, como o projeto de construção de uma hidroelétrica no Alto Mazaruni, obstando recursos que o Banco Mundial destinaria ao empreendimento. No dia 11 de dezembro de 1981, seis meses antes da expiração do Protocolo, Campins comunica a Burnham a decisão de não mais renovar o Protocolo (CLYDE, op. cit. p. 206).

En este sentido, el 2 de julio del corriente año, el gobierno venezolano se dirige al gobierno Guyanés una comunicación invitándole a reanudar al dialogo y acudir a la negociación directa como forma de encontrar una solución satisfactoria a la disputa territorial. Sin embargo la respuesta del Gobierno guyanés llegará el 20 de agosto de ese mismo año, casi mes y medio después, lo cual representa en

---

significativamente sua pretensão em troca de uma saída para o Atlântico, que envolveria a Guiana ceder uma quantidade relativamente pequena do território adjacente ao mar. A Guiana, por sua vez receberia assistência para o desenvolvimento por parte da Venezuela

el plano de la diplomacia internacional un plazo de tiempo significativamente extensor (PEROZO, 2012, p. 45).<sup>134</sup>.

A proposta venezuelana de negociação direta foi refutada pela Guiana na ONU, através de seu embaixador Noel Sinclair. Ainda dentro do prazo de três meses para o vencimento do Protocolo, a Venezuela organiza na fronteira com a Guiana e com a Colômbia manobras militares que simularam a defesa do país. Porém, diante da Guiana pela negociação direta, a Venezuela, com base no *Acordo de Genebra*, propõe que o assunto seja levado à frente pelo Secretário General da ONU, Javier Pérez de Cuellar, que deveria definir os caminhos previstos no artigo 33 da Carta desse organismo, de acordo ao que diz respeito às controvérsias territoriais.

Porém, será no governo de Jaime Lusinchi (1984-1989), da AD, que a Venezuela passa a viver uma profunda crise na qual, em decorrência da dívida externa, a capacidade financeira venezuelana é drasticamente reduzida, atenuando suas ambições em torno da região do Essequibo e, assim, reduzindo suas contendas com a vizinha Guiana<sup>135</sup>. Nesse ambiente, a reclamação venezuelana é deixada sob responsabilidade do Secretário Geral das Nações Unidas, proporcionando um clima de distensão em torno do contencioso com a Guiana. Por essa época, um acordo bilateral permitiu a Venezuela fornecer hidrocarboretos à Guiana, em condições equivalentes a do *Pacto de San José*<sup>136</sup>. Todavia, a referida proposta só se efetivou durante a

---

<sup>134</sup> Neste sentido, no dia 2 de julho do corrente ano, o governo venezuelano dirige ao governo da Guiana uma comunicação convidando-o a retomar o diálogo e assumir a negociação direta como uma forma de encontrar uma solução satisfatória para o litígio territorial. No entanto, a resposta do governo guianense chegará em 20 de agosto deste mesmo ano, quase um mês e meio depois, que ao nível da diplomacia internacional é um prazo significativamente longo.

<sup>135</sup> Em 1985, Burnham havia falecido em seu escritório. Seu substituto foi Desmond Hoyte (PNC), que governou de 1985 a 1992.

<sup>136</sup> Convenção de Direitos Humanos, assinada em San José da Costa Rica, em 1969. Clyde menciona um encontro clandestino entre Lusinchi e Hoyte, no qual, "The first indication that such meetings would be held can be deduced from the following newspaper report which states: "At the end of a four-day visit here [Caracas], Hoyte told a news conference he and President Jaime Lusinchi agreed to increase direct contacts to resolve the controversy over the mineral-rich Essequibo region which Venezuela claims" (op.cit, p. 267). O encontro provavelmente facilitou acordos comerciais entre os dois países, que... included trade in petroleum products and bauxite, and a financial scheme for facilitating the exchange of goods and services. The arrangement provided for the supply of petroleum products from Venezuela to satisfy Guyana's consumption needs. To this end, the Venezuelan oil company, Maraven S.A., agreed to provide these products to the Guyana National Energy Authority. With respect to bauxite, the Bauxite Industry Development Company (BIDCO) of Guyana reached an agreement with Interamericana De Alumina C.A. (Interalumina) of Venezuela, under which Guyana would supply directly to Venezuela 100,000 tons of metallurgical-grade bauxite during

presidência de Carlos Andrés Pérez, em 1989, quando foi designado o granadino Alister McIntye para desempenhar o papel de mediador entre as duas partes (PEROZO, op. cit. p. 47-48). Em 1990, a Guiana foi admitida como membro pleno da OEA, e, em 1993, Andrés Pérez sofreu um *impeachment* depois de longa crise política, responsável pela origem de Hugo Chávez no cenário político venezuelano<sup>137</sup>. Em tal quadro de fragilidade institucional, o problema Essequibo só poderia ser resolvido pela vontade popular:

La política exterior no podía privar sobre los graves problemas nacionales. Los aspectos críticos en materias limítrofes debían posponerse hasta que existiera un nuevo gobierno nacido de la voluntad popular, los compromisos internacionales debían honrarse, la apertura económica debía respaldarse, y el país debería mantener un perfil discreto y serio ante la comunidad internacional. El Ministerio de Relaciones Exteriores volvería a ser el operario de la política exterior y se declaraba el receso definitivo de la diplomacia directa, en tanto significara la salida reiterada del Presidente de tierra patria (OTÁLVORA, op. cit)<sup>138</sup>.

Exatamente nesse momento de crise interna, o *buen oficiante* Alister McIntyre iniciou uma série de visitas à Venezuela e à Guiana, que se repetirá em 1994, 1995, 1996, 1997 e 1999 para se reunir com representantes dos dois lados, quando em março de 1995, em Georgetown, a chancelaria venezuelana propõe o conceito de globalidade como solução ao contencioso, podendo, assim, ser definido:

---

1986 and 540,000 tons in 1987. In relation to the financial aspects, the Venezuelan Investment Fund and the Bank of Guyana negotiated a deposit agreement designed to facilitate these transactions (ISHMAEL, op. cit). Ver também (OTÁLVORA, 2002).

<sup>137</sup>A relação entre a crise econômica no governo de Andrés Pérez e a tentativa de golpe sofrida por ele em 2002, assim é explicada por Romero e Curiel, (2009: 44, *apud* Cardozo, 1988). Durante la segunda presidencia de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) se adoptaron las políticas en boga dentro del Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial, (aunque se originó una profunda reacción negativa en la población), y se retomó el activismo de la política exterior de Venezuela, sin sacrificar las múltiples identidades de Venezuela en el exterior. De hecho, el presidente Carlos Andrés Pérez volvió a practicar la política de las “dos manos”; vale decir, osciló entre un internacionalismo más “tercermundista” y orientado hacia los temas comerciales, de cooperación Norte-Sur y de integración, y un regionalismo hemisférico más comprometido con la apertura económica y la democratización. Esto dio lugar a una política exterior hiperactiva que provocó mucha irritación en Venezuela, lo que se constituyó en una de las principales causas que provocaron los dos intentos de golpe de Estado em 1992.

<sup>138</sup> A política externa não podia se privar sobre os graves problemas nacionais. Os aspectos críticos em materiais limítrofes deveriam ser propostos até que exista um novo governo originado da vontade popular, os compromissos internacionais deveriam ser honrados, a abertura econômica deveria ser respaldada, e o país deveria manter um perfil discreto e serio diante da comunidade internacional. O Ministério das Relações Exteriores voltaria a ser o operário da política exterior e se declarava o receso do Presidente de terra pátria.

La nueva estrategia de la globalidad en las negociaciones con Guyana, aplicada a Colombia y Brasil, no era más que una corriente y metodología de negociaciones, conocida como negociación integrativa y no es otra cosa que la complementariedad de interés. Si éstos son definidos, aprovechados y coordinados por las partes, todos saldrán conformes de la negociación. Es lo que algunos teóricos llaman negociar sin ceder y otros el juego de ganar-ganar, que no es muy frecuente ni ocurre espontáneamente en la realidad. Mecanismo y método que se aplican debido a la naturaleza y características de la negociación de mutuo acuerdo, al fijar una agenda global de asuntos comunes pendientes, definiéndolos adecuadamente para su tratamiento y posible solución, a través de un *modus operandi*. Con esta globalidad, aparentemente, no se pretendía incluir todo en un solo paquete para ser tratado en una misma mesa de negociaciones. Se trata más bien de resaltar los diversos elementos cooperativos en las relaciones bilaterales, a fin de que los aspectos conflictivos por la reclamación del Esequibo disminuyan, buscando un mejor momento político para su solución (MÁRQUEZ, 2002, p. 20)<sup>139</sup>.

Desse modo, a ideia de globalidade (REY, 1988, p. 177), como caminho a ser percorrido nas negociações, implicava ressaltar as potencialidades bilaterais entre os dois países em termos de cooperação econômica, por exemplo. Pretendia-se que o problema Essequibo não fosse o ponto fundamental da agenda, e, diante de eventuais desacordos ou conflitos na fronteira, a ONU seria o fórum, tal como antes fora acordado. Em síntese, a reclamação venezuelana em relação ao território na Guiana havia experimentado uma agenda bilateral focada num estatuto de fronteira, no qual, após Mallet-Prevost, tornar-se-ia emblemático em relação à região do Essequibo. Por conta dessa fronteira, uma agenda de ação bilateral comum na década de 60 e, finalmente, a partir de 1989, levou ao envolvimento de diferentes atores governamentais.

Tal ideia se desdobra em um novo cenário político mundial, marcado pelo esvaecimento da Guerra Fria e da bipolaridade em termos de destruição

---

<sup>139</sup> A nova estratégia da globalização nas negociações com a Guiana, aplicada a Colômbia e Brasil, não era mais que um elo e metodologia de negociadores, conhecida como negociações integrativas e nada mais que a complementaridade de interesses. Se estes são definidos, aproveitados e coordenados pelas partes, todos estarão de acordo na negociação. É o que alguns teóricos chamam de negociar sem dar aos outros o ganhar-ganhar, o que não é muito comum e nem ocorre espontaneamente na realidade. Mecanismo e método que se aplicam devido à natureza e características da negociação de comum acordo, ao definir uma agenda global comum de casos pendentes, definindo-os adequadamente para o tratamento e possível solução através de um *modus operandi*. Com essa globalidade, aparentemente não se pretendia incluir tudo num único pacote a ser tratado numa mesma mesa de negociações. Trata-se mais em destacar os vários elementos das relações de cooperação bilateral, a fim de os aspectos conflitantes da reclamação do Essequibo diminuíam, buscando um melhor momento político para a solução.

do poder mundial. Condição que abriu possibilidade para o estabelecimento de mercados regionais e cooperação mundial, em consonância com a proposição de política mundial, tirada em Washington em 1989, conhecida como Consenso de Washington<sup>140</sup>. Com a vigência do conceito de *globalidad*, em termos das relações diplomáticas entre os dois países se experimentarão um período de calma<sup>141</sup>, permitindo à Guiana maior tranquilidade para voltar-se aos problemas internos. Em julho de 1998, Janet Jagan, como presidente da Guiana visitou, na Venezuela, Rafael Caldera, para levar adiante a *Comisión Binacional de Alto Nivel* (COBAN), que deveria substituir a Comissão Mista, justamente de acordo com o preceito da globalidade. Como as conversações não prosperaram, Caldera propôs a delimitação do mar territorial como passo para outros entendimentos (OTALVÓRA, op. cit.). Porém, mesmo diante da falta de entendimento, não se verificaria controvérsias diplomáticas ou ações militares da região do rio Essequibo, até a eleição de Hugo Chávez.

Assim, o problema Essequibo, amplamente debatido e motivo de rusgas militares entre Venezuela e Guiana, durante toda a metade do séc. XX, passou para o séc. XXI como uma agenda aberta e sem direção definida, até no momento posterior a 2002, após tentativa de golpe contra seus governos. Hugo Chávez inclui o bolivarianismo como solução para o litígio, apostando na cooperação econômica com países das Américas Central e Sul, além da colaboração política no sentido de difundir internamente nos países bolivarianos uma agenda com propostas socializantes. Diante desse quadro, o problema Essequibo torna-se matéria de ações de grupos pró-essequibo,

---

<sup>140</sup> A primeira avaliação sobre o Consenso foi “feita em conjunto por funcionários das diversas entidades norte-americanas ou internacionais envolvidos com a América Latina, registrou-se amplo consenso sobre a excelência das reformas iniciadas ou realizadas na região, exceção feita, até aquele momento, ao Brasil e Peru. Ratificou-se, portanto, a proposta neoliberal que o governo norte-americano vinha insistentemente recomendando, por meio das referidas entidades, como condição para conceder cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral (BATISTA, 1994, p. 05).

<sup>141</sup> Se após o Protocolo de Puerto España, a Guiana aproveita esse momento de calma para dar, primeiro um giro à esquerda, quando se aproximou de países do Caribe e intensificou políticas de aproximação com países africanos, e assumiu o não alinhamento em termos da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, não obstante tenha aberto relações com países socialista, distanciando da influência americana e praticamente ignorando aproximações mais contundentes em termos de cooperação com o Brasil. Depois, no final dos anos setenta e início dos oitenta, para dar um outro giro, dessa vez à direita, momento que busca aproximação com o Brasil para a construção de uma ponte sobre o rio Tacutu, que hoje une Bonfim a Lethem, na qual o Brasil arcou com a totalidade do custo da construção (SADIO A., op. cit. cap. VIII).

formados por estudantes, intelectuais, militares e entusiastas nacionalistas venezuelanos. Fase que será mais bem compreendida na etapa seguinte desta tese.

## 7 A ASCENSÃO DE HUGO CHÁVEZ E A POLÍTICA DO *BUEN OFICIANTE*

Hugo Chávez assumiu a presidência da República, eleito pela primeira vez, em 1998. No ano seguinte, logrou a aprovação da Constituição<sup>142</sup> por um *referendum*, rompendo, definitivamente, o modelo político tradicional de política, que já durava 42 anos, baseado no chamado *Pacto de Punto Fijo*. Em termos da política exterior para com a Guiana, num primeiro momento, Chávez pareceu manter as iniciativas de Estado em relação à região do rio Essequibo, idênticas a de seus predecessores. Empreendeu reações quando a Guiana ofereceu os blocos petrolíferos da faixa atlântica às multinacionais CGX, *Stabroek Exxon*, ação que foi contestada através de uma nota de protesto, de 13 de julho de 1999, e denunciada permanentemente em Congressos Mundiais de Petróleo, culminando com a paralisação dos trabalhos. Do mesmo modo, contestou a concessão, dada pela Guiana à empresa *Beal Aerospace Technologies Inc.*, para instalação de lançadores de foguetes espaciais na região, quando Chávez teria dito ser o fato um “cavalo de Tróia” a ameaçar a segurança da Venezuela com a presença americana na fronteira oriental do país. Enfático, teria afirmado: “isso é nosso território” (ROHTER, 2000). Por essa época, circularam artigos em jornais venezuelanos, enfatizando a legitimidade da reivindicação do país sobre esse território, argumentando que a presença de americanos, em questão, contrariava os anseios patrióticos e direitos históricos venezuelanos<sup>143</sup>.

Naquela ocasião, a Venezuela retomou o fervor patriótico em torno de sua reivindicação, a ponto de provocar uma reunião de chanceleres entre Caracas e Georgetown, em agosto daquele ano, com a intenção de resolver

---

<sup>142</sup> Do mesmo modo, logrou aprovar na nova Constituição o Artigo 10, que, em linhas gerais, reproduzia o mesmo argumento do Artigo 7 da Constituição de 1961 (ano em que se iniciou a formalização da reivindicação venezuelana sobre a *zona en reclamación* como uma ação de Estado), mantendo ativa a reivindicação secular do país sobre essa região, que passou a ser mais uma estrela incluída na bandeira do país. O referido artigo diz o seguinte: “El territorio y demás espacios geográficos de la República son los que correspondían a la Capitanía General de Venezuela antes de la transformación política iniciada el 19 de abril de 1810, con las modificaciones resultantes de los tratados y laudos arbitrales no viciados de nulidad”.

<sup>143</sup> Ver a título de exemplo: [http://www.eluniversal.com/2000/08/13/pol\\_art\\_13174AA](http://www.eluniversal.com/2000/08/13/pol_art_13174AA) e <http://analitica.com/actualidad/actualidad-nacional/declaraciones-bajo-sospecha>; <http://www.panamaamerica.com.pa/content/venezuela-pide-explicaciones-eu-sobre-uso-de-base>

Acessados em 15/05/2014.

“questões pendentes”<sup>144</sup> (Ver: *El Impulso*, 25/08/2000). Em setembro do mesmo ano, Hugo Chávez manteve encontros com o presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, em Brasília, para debater o assunto. Uma constituição havia sido aprovada em 1999, e Chávez, por conta da nova Constituição, lançou-se candidato para o mandato que iria de 2001 a 2007. Na ocasião da campanha, Chávez mostrou seu fervor nacionalista, quando diante de 400 militares reformados exortou o povo e as forças armadas a pressionar contra a base<sup>145</sup>.

Mas, poderia Chávez encampar as linhas do *Acordo de Genebra*, visto que esse tipo de enfrentamento contrariava as orientações previstas no Protocolo de *Port of Spain* e a diplomacia da *globalidade*, como proposta por Carlos Andrés Pérez (1989-1993), na ocasião de seu governo? A resposta a essa questão encontra-se na concepção do bolivarianismo, projeto político gestado nas forças armadas e em partidos de esquerda, contrários às diretrizes econômicas neoliberais do Consenso de Washington e que estiveram envolvidos na tentativa de golpe contra Andrés Pérez:

... la primera declaración de política exterior de ese movimiento se encuentre en el Programa Mínimo del MBR-200, cuya autoría generalmente se remite a Kleber Ramírez, elaborado en alguna fecha entre 1990 y 1992. En política internacional nuestra posición se fundamentará en los principios universales de Paz, Amistad, colaboración y libre determinación de los pueblos. Los objetivos bolivarianos de la integración continental serán prioridad de nuestra política, en especial con Colombia. Entre las acciones a cumplir en materia de política internacional», el documento del MBR-200 enuncia: Fortalecer las relaciones con los países de nuestras áreas de influencia natural, así como con los principales mercados del mundo, como son el norteamericano, el alemán y el japonés (OTÁLVORA, idem)<sup>146</sup>.

<sup>144</sup> Nove anos depois, em 14/06/09, o *El Nacional*, publicou a seguinte informação: “Guyana y Venezuela planean reanudar el diálogo para solucionar su larga disputa territorial, estancada hace dos años tras la muerte del mediador designado de las Organización de las Naciones Unidas (ONU), dijeron las autoridades”, mostrando que tais “questões pendentes” ainda não foram resolvidas.

<sup>145</sup>O proselitismo de Chávez em torno do assunto ficou evidente quando na mesma ocasião o Ministério das Relações Exteriores emitiu a seguinte nota na “cual expresaba su rechazo al referido contrato y dirigió una nota de protesta al Canciller guyanés en términos enérgicos”, muito embora a base tenha sido construída e só encerrou as atividades por falência decorrente de falta de apoio americano (OTÁLVORA, op. cit)

<sup>146</sup> ... a primeira declaração de política externa desse movimento foi no Programa Mínimo do MBR-200, cuja autoria geralmente refere-se a Kleber Ramirez, elaborado em algum momento entre 1990 e 1992. Em política externa nossa posição se fundamentará nos princípios universais da Paz, Amizade, colaboração e autodeterminação dos povos. Os objetivos bolivarianos da integração continental serão a prioridade de nossa política, especialmente com Colômbia. Entre as ações a cumprir em termos de política internacional, o documento do MBR-

O novo contexto da política global colocou a via política como caminho para se chegar ao poder e, gradualmente, foi dando novos formatos ideológicos a vários partidos políticos em países da América Latina. Isso contribuiu para influenciar o leque de alianças políticas das agremiações partidárias de esquerda, embora a ideia de democracia formal continuasse a ser vista como um dos possíveis passos para se chegar ao poder diante do histórico objetivo da esquerda de toda a América Latina. Objetivos que se fundam em torno dos ideais de igualdade e da chamada justiça social. Orientação ideológica que irá alimentar discursos contra o que era chamado de agenda neoliberal e cimentar o caminho de movimentos sociais e organizações políticas contrárias aos pressupostos alinhavados em partidos políticos simpáticos ao capitalismo. Movimentos despontaram como caminho para a consolidação dos ideais desse modelo de democracia, substancialmente voltada para mudanças não só sociais, mas também ambientais no âmbito planetário. Nesse contexto, desabrocha o chavismo na Venezuela e, com ele, o bolivarianismo, movimento de origem nacionalista oriundo dos quartéis venezuelanos, no qual o imaginário em torno de Simón Bolívar, como lenda libertadora do jugo imperialista, é extremamente forte.

A combinação entre nacionalismo e democracia popular será o referencial de sustentação do bolivarianismo, base fundamental de apoio às políticas de Estado encetadas por Hugo Chávez. Desde os anos 80, despontaram-se na Venezuela movimentos sociais pela reforma do Estado como via para o estabelecimento da democracia no seu sentido integral. Chávez representou uma solução diante do esgotamento dos caminhos para essa reforma pretendida por Jaime Lusinchi (1984-1989), Rafael Caldera (1994-1999) e Carlos Andrés Pérez (1989-1993), cujas pretensões econômicas avançaram em direção a propostas de natureza consideradas neoliberais, através da agenda política que ficou conhecida como *Polo Patriótico*, cuja pretensão era a reforma total do Estado através da convocatória de uma constituinte.

---

200 afirma: fortalecer as relações com países de nossas áreas de influência natural, assim como os principais mercados do mundo, como são os norte-americanos, o alemão e o japonês.

Ao ser eleito, Chávez elaborou uma nova constituição em 1999 e fundou as bases do movimento bolivariano, manifestas no capítulo IV da nova Carta Magna, que consagra o direito de participação do cidadão de forma “direta e indireta”<sup>147</sup>, não só em termos eleitorais, mas sobretudo na formação, execução e controle da gestão pública. Iniciativas inversas às agendas consideradas neoliberais em voga em muitos países latino-americanos, principalmente no que diz respeito à centralidade da economia, aos direitos sociais e ao papel do Estado na gestão dos recursos minerais e petroleiros.

Com novas eleições realizadas em 2000<sup>148</sup> para mandato de 06 anos, Chávez não apenas mudou o nome do país para República Bolivariana de Venezuela, como reorientou, após tentativa de golpe em 2002, a econômica do país para projetos coletivistas e redefiniu sua política exterior aproximando-se de Cuba<sup>149</sup>, com a qual firmou um acordo para a venda de 53.000 barris diários de petróleo a preços abaixo dos de mercado.

O modelo de governo chavista foi reforçado depois da tentativa de golpe em 2002, pela fundamentação de propostas contrárias aos interesses das classes média e alta do país, que gerou um clima de instabilidade e choque com o governo, apoiado por setores de esquerda do espectro político venezuelano. Para enfrentar essa crise política, Chávez apela para um *Referéndum Revocatorio Presidencial*, em agosto de 2004, apontado por ele como instrumento. A partir de 2004, Chávez passou a adotar o bolivarianismo como modelo de ação política, chamado por ele de Socialismo do Século XXI, não apenas interna, como também externamente. É nesse contexto que o problema Essequibo fica em mãos do *buen oficiante*, portanto, sob

---

<sup>147</sup>Artículo 5. La soberanía reside intransferiblemente en el pueblo, quien la ejerce directamente en la forma prevista en esta Constitución y en la ley, e indirectamente, mediante el sufragio, por los órganos que ejercen el Poder Público. (Ver: Constituição da República Bolivariana de Venezuela, In: <http://www.tsj.gov.ve/legislacion/constitucion1999.htm>. Acessado em 13/05/2014.

<sup>148</sup> Em 2006, Hugo Chávez foi reeleito com 62,9 % dos votos, contra Manoel Rosales.

<sup>149</sup> O motivo da aproximação de Venezuela com Cuba, não tem, a princípio, interesses econômicos imediatos, mas deveu-se ao apoio prestado por Fidel Castro durante a tentativa de golpe contra Chavez, como sugere Yanez : La colaboración cubana con el régimen bolivariano para apuntalar los mecanismos represivos y de control del poder no es reciente ni tiene que ver con el estado de salud de Fidel Castro: se decidió después de abril del 2002, cuando Hugo Chávez fue sacado del poder de forma relativamente fácil, y tuvo que intervenir Fidel Castro, aprovechando un conjunto de imprecisiones y burdos errores de los conjurados para restablecerlo en el poder (YÁNEZ, 2007, p. 02).

responsabilidade da ONU. Nesse novo cenário, Chávez visitou Georgetown em 2004, quando declarou ao *The Guyana Chronicle* que:

El Gobierno venezolano no será un obstáculo para cualquier proyecto a ser conducido en el Esequibo, y cuyo propósito sea beneficiar a los habitantes del área. Me refiero a proyectos como acceso al agua potable, construcción de carreteras, programas energéticos y de agricultura (Ver: Agencia Venezolana de Noticias – AVN –, 13/10/2011)<sup>150</sup>.

Por esse novo modelo de relacionamento bilateral, o bolivarianismo pressupunha cooperação, e a reclamação pelo Essequibo não encontraria espaço nessa nova agenda. Modelo que se torna mais abrangente com as eleições de 2006, quando Chávez impôs um programa visando à realização do anterior, porém sem suas ambiguidades e com fortes elementos do pensamento marxista tradicional, que, desde 2007, vem sendo chamado de *Socialismo del siglo XXI*. As questões concernentes a essa agenda, via de regra, têm sido mais ideológicas do que prática, portanto voltadas para soluções cooperativas, tendo o petróleo como instrumento principal, plenamente utilizado na difusão de um ativismo continental típico de partidos de esquerda da América Latina, com forte retórica anticapitalista e antiamericana.

Por essa orientação, os excedentes de petróleo que sempre teriam servido ao capitalismo e às nações industrializadas deveriam ser utilizados para fazer prosperar os países pobres da América Latina. A Guiana, por sua vez, não ficou fora dessa agenda. Tanto que em 2010 foi indicado o jamaicano Norman Girvan como *buen oficiante*, e na visita oficial do presidente guianense Bharrat Jagdeo à Venezuela, em julho de 2010, junto com Hugo Chávez, ratificaram a aceitação do mecanismo dos *buenos ofícios*, como prevê o artigo 33 da Carta das Nações Unidas. Indicativo de que as relações entre os dois países não eram mais baseadas em acusações e conflitos.

O que também veio, de certa forma, solidificar esse quadro, foi a criação da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL –, em Cuzco, Peru, em dezembro de 2004, como alternativa de desenvolvimento regional com

---

<sup>150</sup> O governo venezuelano não será obstáculo para qualquer projeto, a ser realizado no Essequibo, cujo objetivo seja beneficiar os moradores da área. Estou me referindo a projetos como o acesso à água potável, construção de estradas, agricultura e programas de energia.

Brasil, Argentina, Colômbia, Uruguai, Peru e Chile como países membros. Um dos aspectos da UNASUL visa atender à necessidade de segurança das fronteiras de países fragilizados por guerrilha e narcotráfico:

Se entiende que no es una mancomunidad militar como la OTAN, pero bien podría ser un componente de equilibrio donde han fracasado las fuerzas militares convencionales como sucede en las fronteras de Venezuela y Colombia, donde campean las guerrillas y el narcotráfico, y donde la inseguridad de los países es obvia y la capacidad para enfrentarlos está en cuestión (Idem, ibidem, p. 90)<sup>151</sup>.

Em abril de 2006, a Venezuela se retira da Comunidade Andina – CAN – e torna-se membro pleno do MERCOSUL, o que permitirá ao bolivarianismo<sup>152</sup>, dentro dos marcos da UNASUR, ter maior liderança entre os países da região, garantindo-lhe possibilidades amplas de financiar, ideologicamente, com recursos provenientes do petróleo, a agenda bolivariana. A partir dessa agenda se materializam associações regionais, tendo a Venezuela à frente, como a ALBA, Petrocaribe, Petrosur e convênios diversificados com Cuba, Nicarágua, Bolívia, Equador, Argentina e Brasil. Por esse projeto de integração, a Guiana ingressou como parceira fundamental dessa proposta.

Em julho de 2010, Bharrat Jagdeo realizou sua primeira visita oficial à Venezuela e, juntamente com Hugo Chávez, manifestou sua satisfação com o atual estado das relações entre os dois países, fundadas nos princípios da

---

<sup>151</sup> Entende-se que não é uma pan-comunidade como a OTAN, mas bem poderia ser um componente de equilíbrio naquilo que fracassou as forças militares convencionais como acontece nas fronteiras da Venezuela com a Colômbia, onde campeia guerrilhas e narcotráfico, e onde a insegurança dos países é óbvia e a capacidade de enfrentá-los está em questão.

<sup>152</sup>El bolivarianismo venezolano, como movimiento sociopolítico y como gobierno, posee particularidades dentro de la izquierda emergente en América Latina. Éstas le vienen principalmente de su origen y de las condiciones petrolero-rentísticas que caracterizan a la sociedad. Sin embargo, en muchos aspectos comparte rasgos similares con otros actores de izquierda del continente, que se derivan de su vínculo con parte de la izquierda latinoamericana del pasado, que continúa en él, y que ha influenciado su diagnóstico de los males de la sociedad así como los remedios que aplica. La alianza de militares y civiles que hoy conocemos como *bolivarianos* o *chavistas*, que gobiernan desde 1999, guarda características que pudieran encontrarse con mayor o menor énfasis en procesos de otros movimientos de izquierda en el continente. Aquí sostendremos que el bolivarianismo y su líder Hugo Chávez representan una izquierda nueva, surgida en el último cuarto del siglo pasado bajo el fragor de resistencias al capitalismo en su fase neoliberal, y que en él se evidencian también rasgos populistas, como señala la introducción de este libro, tanto em el tipo de liderazgo y movilización que lo definen, como también en su discurso (...). La composición de los grupos que lo integran le otorga una heterogeneidad de corrientes de pensamiento y organizaciones, que lo mantiene en permanente tensión y movilización y le da al liderazgo carismático de Chávez su centralidad (MAYA, 2008, p. 56).

cooperação, solidariedade e complementaridade. Em comunicado conjunto, exprimiram a intenção de avançar os estudos para a construção de rodovia de Tumeremo a Georgetown e reconheceram a ajuda das organizações sub-regionais para a solução pacífica das controvérsias locais, em especial, pelo caráter diplomático preventivo dessas instituições, que atuam sem afetar as relações bilaterais e regionais. Nada foi tratado sobre sua possível adesão à ALBA, anunciada por Chávez<sup>153</sup>.

Entre os períodos de presidência de Bharrat Jagdeo, depois Donald Ramotar, eleito pelo PPP, em 2011, a Guiana manterá com Chávez relações de cordialidade e cooperação<sup>154</sup>. Depois da posse, em agosto, Maduro fez sua primeira viagem como presidente eleito para assinar com a Guiana vários acordos comerciais, nomeado por ele de *política de hermandad*. Temas tradicionais, como a questão Essequibo, não tiveram espaço nessa agenda, o que tornou a Guiana parceira e nação amiga da Venezuela. Para dar recado de que o Essequibo não seria agenda de seu governo, disse que ambos os países foram "...víctimas de los mismos imperios que rompieron la estructura social de la América que existió y dejaron heridas profundas (Notícias 24, 31/08/2013).

### 7.1 Formação e reação de grupos pró-essequibo

O momento de tranquilidade nas relações entre os dois países, possibilitado pela figura do *buen oficiante*, que em 2010 completou vinte anos, não gerou satisfação em certos setores da sociedade venezuelana que não são vinculados ao chavismo<sup>155</sup>, principalmente militares. Durante todo o

---

<sup>153</sup> Ver

[http://www.diarioliberal.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5113:hugo-chavez-anuncia-possivel-adesao-da-guiana-a-alba&catid=282:institucional&itemid=184](http://www.diarioliberal.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5113:hugo-chavez-anuncia-possivel-adesao-da-guiana-a-alba&catid=282:institucional&itemid=184)>.

Acessado em 13/09/2013.

<sup>154</sup> No discurso de posse em dezenove de abril de 2013, Nicolás Maduro assume como presidentes prometendo, na presença de Donald Ramotar, dar continuidade às boas relações com a Guiana. Ver discurso de posse no sítio: <http://www.rcnradio.com/audios/escuche-parte-del-discurso-de-nicolas-maduro-durante-su-posesion-como-presidente-e-53761>. Acessado em 29/06/2014.

<sup>155</sup> No dia 23 de julho de 2010, o El Universal trouxe a seguinte informação sobre este assunto: "En 2010 se están cumpliendo 20 años de la designación del primer buen oficiante para la disputa entre Guyana y Venezuela, sin embargo, para los venezolanos el territorio Essequibo se sigue distinguiendo en los mapas con un área rayada que indica "zona en reclamación. A pesar de la reciente designación del tercer buen oficiante -el jamaquino Norman Girvan, el ex jefe de

período de ascensão do problema Essequibo, iniciado como questão de Estado durante os anos sessenta com Raúl Leoni, os militares foram aqueles mais envolvidos na questão, desde o caso Anacoco, passando pela Revolta do Rupununi, até as ações militares de pequena proporção desencadeadas na fronteira com a Guiana.

Havia ainda como parte do envolvimento no caso, intelectuais que contribuíram para documentar a defesa do país no contexto das comissões mistas, responsáveis por dar o conteúdo histórico e jurídico da questão nos fóruns nacionais e internacionais, ocasião em que farta prova documental juntada e publicação de livros e artigos contribuíram para formar um imaginário político territorial em torno do Essequibo. Esse imaginário permanecerá como horizonte <sup>156</sup>no período de distensão, levado a cabo pelo bolivarianismo, para quem a Guiana não era inimiga, mas um país pobre que poderia ser alçado pela agenda bolivariana, como, por exemplo, sua inclusão na PETROCARIBE, criada em 2005, embora os andamentos das negociações tenham se esbarrado no problema da Ilha de Aves<sup>157</sup>. Porém, desde 2001, Chávez já

---

la misión diplomática de Venezuela en Guyana, Sadio Garavini, no es optimista con este mecanismo, que fue reimpulsado por los dos gobiernos el miércoles pasado, con la visita a Caracas del presidente guyanés Bharrat Jagdeo. Explica Garavini que "el Acuerdo de Ginebra preveía que el primer nivel -para intentar un acuerdo limítrofe- eran las negociaciones bilaterales, luego se nombraba a un buen oficiante y si pasado un tiempo no había resultados, había que probar los otros mecanismos previstos por las Naciones Unidas, que son el nombramiento de una comisión de conciliación, la mediación, el arbitraje y la decisión por la Corte (Internacional)". Considera que si los gobiernos tuvieran interés en solucionar el tema, "Deberían reconocer que este mecanismo no sirvió y que por tanto hay que nombrar una comisión de conciliación, pero a nadie le interesa" (Aspas no original) (El Universal, 23 de julho de 2010).

<sup>156</sup> De acordo com Monzon, A PETROCARIBE tiene su origen el 29 de junio de 2005, en la firma del Acuerdo de Cooperación Energética de Jefes de Estado y de Gobierno del Caribe, celebrado en la ciudad de Puerto La Cruz – Venezuela, suscrito por los Gobiernos de Antigua y Barbuda, Bahamas, Belice, Cuba, Dominica, Grenada, Guyana, Jamaica, República Dominicana, San Vicente y las Granadinas, Santa Lucia, San Cristóbal y Nieves, Surinam y Venezuela. El principal objetivo de este organismo es coordinar las políticas públicas en materia de energía de los países miembros y aprovechar los recursos energéticos de Venezuela para solventar las asimetrías en el marco de integración regional (MONZON, 2011, p. 88).

<sup>157</sup> Explica Donis que "Isla de Aves fue objeto a mediados del Siglo XIX de particular interés por los Países Bajos y los Estados Unidos de Norteamérica, debido al guano (excremento de aves marinas) que contenía y usado entonces como fertilizante. La fuente principal de este recurso era controlado por Perú, bajo estrictas reglamentaciones y como un monopolio gubernamental. Holanda y USA trataron de romper dicho monopolio buscando depósitos de guano en el Caribe. De allí los reclamos contra Venezuela a partir de 1856 orientados hacia el plano jurídico-político con el objeto de apoderarse de la isla. Venezuela respondió enérgicamente haciendo valer sus derechos sobre isla de Aves. Dos años antes había ejercido su soberanía, desalojando a un grupo de estadounidenses que habían desembarcado en la isla. La acción

visualizava uma política econômica integracionista para o Caribe, incluindo a Guiana, como forma de confrontar-se com a hegemonia ideológica norte-americana para a região por meio da proposta da ALCA:

Como ya se señalara, desde la primera fase del gobierno de Chávez se produjo una reorientación de la estrategia exterior de Venezuela, al privilegiar el análisis estratégico de la presencia hegemónica de EEUU. Pero fue a partir del golpe de abril de 2002 y del incremento sostenido de los precios del petróleo ocurrido desde 2004 cuando el nuevo enfoque comenzó a desplegarse con más fuerza. Esto coincidió con la puesta en marcha, en el ámbito nacional, de una serie de medidas sociales que permitieron al presidente encarnar, en la percepción caribeña, la llegada al poder de un representante de los estratos étnicamente más cercanos al Caribe, tradicionalmente excluidos de la política latino-americana (SERBIN, 2006, p. 85).<sup>158</sup>.

Embora Chávez persistisse numa política de integração regional com o Caribe, por conta de sua posição antiamericana amadurecida, após a tentativa do golpe de 2002<sup>159</sup>, a PETROCARIBE seguiu como tema polêmico nas tentativas da política exterior de Chávez de aproximar-se do Caribe, por conta das indefinições em torno das fronteiras das águas territoriais da Venezuela com países que formam o Caribe. Tanto que em 13 de julho de 2006, em Santa Lúcia,

.. el primer ministro de Trinidad y Tobago, Manning, cuestionó fuertemente a Petrocaribe, señalando que «erosionaba la economía de su país» y la unidad de la Comunidad del Caribe. De todos modos, el comunicado final de la reunión no mencionó ninguna de las disputas, y Trinidad y Tobago continuó desarrollando posteriormente. Las críticas posteriores de analistas de Trinidad y Tobago y las voces opositoras a los gobiernos de Jamaica y Venezuela definieron a

---

fue ejecutada por la goleta de guerra General Falcón, al mando del capitán Manuel del Cotarro. Holanda amenazó veladamente con el uso de la fuerza para desalojar la guarnición militar venezolana, mientras Venezuela veía con esperanza la posibilidad de someter la disputa a una Corte Internacional. No faltaron las pretensiones británicas. El 5 de agosto de 1857 se firmó un Acuerdo por el cual se sometía el conflicto de Isla de Aves al arbitramiento de una potencia amiga. En enero de 1860, el cónsul holandés se dirigió a la Cancillería venezolana para proponer a España como árbitro en el conflicto. Venezuela aceptó. Cinco años después, el 30 de junio de 1865, la reina Isabel II de España dio a conocer el Laudo, favorable a Venezuela, reconociéndose nuestra soberanía sobre tan importante posición insular en el Caribe". (Ver: DONIS, 2002, Cap. La historia territorial de Venezuela).

<sup>158</sup> Como já mencionado, desde a primeira fase do governo de Chávez se produziu uma reorientação da estratégia externa da Venezuela, privilegiando a análise estratégica da presença americana hegemônica. Mas foi a partir do golpe de abril de 2002 e do forte aumento dos preços do petróleo ocorrido desde 2004, quando a nova abordagem começou a implantar com mais força. Isso coincidiu com a implementação, em nível nacional, de uma série de medidas sociais que permitiram ao presidente encarnar na percepção caribenha, a ascensão ao poder de um representante dos estratos etnicamente mais próximos do Caribe, tradicionalmente excluídos da política latino-americana.

<sup>159</sup>Ver: <http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?id=5747&entidad=Textos&html=1>. Acessado em 19/08/2014.

Petrocaribe como um «soborno» para ganar los votos de sus beneficiarios en la OEA y otros organismos internacionales. Además, aseguraron que el acuerdo ahuyentaría las inversiones extranjeras en la explotación de hidrocarburos y gas y en el sector de transportes, que quedaba en buena medida bajo el control de Venezuela. Finalmente, otros observadores señalaron que erosionaría las chances de Guyana de preservar sus derechos territoriales en el Esequibo y los del Caribe Oriental en torno de la isla de Aves (SERBIN, idem, p. 88)<sup>160</sup>.

Por essa perspectiva, o papel do *buen oficiante* e difíceis tentativas de Chávez de aproximação com o Caribe, por conta de pendências territoriais, de certa forma, conduziram o congelamento das contentas territoriais entre Venezuela e Guiana. Porém, o que se deve levar em conta é o clima de instabilidade política vivida pelos dois países, que não impede uma continuidade de uma agenda em relação ao problema Essequibo. Destarte, à medida que Chávez foi radicalizando sua posição ideológica bolivariana em seu país, grupos de oposição a essa política começaram a se fortalecer, assumindo posições nacionalistas em relação ao Essequibo e passaram a se manifestar duramente contra o que eles chamam de desinteresse por parte do governo chavista em relação à região. Tais opiniões destacam os direitos da Venezuela sobre o território e apontam a posição chavista como uma traição à pátria (Ver: TURNO A., *EL UNIVERSAL*, 2012), até mesmo entre antigos aliados, como o general Fernando Ochoa Antich (ANTICH, *EL UNIVERSAL*, 2012).

Esse imbróglio começou a ser desenhado, em setembro de 2011, quando a Guiana, através de sua ministra do exterior Carolyn Rodrigues-Birkett, solicitou à Comissão da organização das Nações Unidas a ampliação dos limites da Plataforma Continental, incluindo o território reclamado pela Venezuela de acordo com a Convenção de Direitos de Mar, assinado em Caracas em 1982, quando do governo de Carlos Andrés Pérez, mostrando que

---

<sup>160</sup> ... o primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, Manning, questionou fortemente a Petrocaribe, observando que "corroía a economia do seu país" e a unidade da Comunidade do Caribe. De qualquer forma, o comunicado final da reunião não menciona nenhuma das disputas, e Trinidad e Tobago continuou desenvolvendo-se posteriormente. As críticas posteriores de analistas de Trinidad e Tobago e as vozes da oposição aos governos da Jamaica e Venezuela definiram a Petrocaribe como um "suborno" para ganhar os votos dos beneficiários na OEA e outros organismos internacionais. Além disso, asseguraram que o acordo afugentaria os investimentos estrangeiros na exploração de petróleo e gás e no sector dos transportes, que estava em grande parte sob o controle da Venezuela. Finalmente, outros observadores notaram que erodiram as chances de Guiana em preservar seus direitos territoriais no Essequibo e Caribe Oriental em torno da Isla de Aves.

a demanda em torno da região ainda seria parte da agenda de discussões no país, embora não como parte das relações exteriores (*EL UNIVERSAL*, 27/09/2011).

A posição de Chávez no que se refere à aproximação com Georgetown e distensão do imbróglio fronteiriço com este país sequer chegou a ser abalada com a Guiana, quando foi solicitada a ampliação de sua Plataforma Marítima, gerando um caloroso debate nos meios de comunicação da Venezuela, inclusive nas chamadas redes sociais (Ver: *AGENCIA VENEZOLANA DE NOTÍCIAS*, 2011; *REUTERS*, 2012; *EL UNIVERSAL*, 2011 E 2012).

Essa pretensão repercutiu também em posicionamentos negativos, principalmente, da oposição ao governo Chávez, que o acusou de omisso também em relação à exploração de petróleo por companhias estrangeiras na região reclamada pela Venezuela, reavivando um debate sobre a disputa territorial. Soma-se a isso o fato de, em meados de 2012, circularem informações de que a *Exxon Mobil Corp*, em sociedade com a *Royal Dutch Shell*, estaria realizando prospecções na região marítima da disputa territorial. A confirmação de um porta voz da Exxon e da Shell "han tenido una licencia activa de exploración mar adentro de Guyana por varios años, y hemos obtenido múltiples datos sísmicos en el área", gerou acusações por parte da Unidade Democrática, partido de oposição a Chávez, acusando-o de "débil" (*EL MUNDO*, 2012).

A referida situação forçou uma reunião realizada em *Port of Spain*, *Trinidad*, semanas depois. Estiveram presentes o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Nicolás Maduro e o representante da ONU, Norman Girvan. A posição da Venezuela foi que a delimitação de fronteiras marítimas entre as duas nações segue sendo tema pendente que deve ser submetido a negociações.

Com a morte de Chávez em 2013, Nicolás Maduro tornou-se herdeiro de seu espólio político e, com ele, o bolivarianismo. Nas eleições que se seguiram, o problema Essequibo foi utilizado pela oposição para atacar a política do *buen oficiante* nas relações com a Guiana. Na ocasião, Henrique Capriles assinalou sua intenção, se fosse eleito, de retomar as negociações em

torno da região através de intervenções a favor da questão junto à ONU. Leopoldo Lopez, por sua vez, sempre se declarou favorável a uma posição mais ostensiva da Venezuela no Essequibo, tanto que, em novembro de 2013, à frente de um grupo de opositores, organizou o chamado *Acto de Soberanía en el Nuestro Esequibo*, que consistiu numa excursão à região para assumir a soberania venezuelana em Eteringbang (*EL UNIVERSAL*, 10/11/2013). Participaram da excursão importantes nomes da oposição a Maduro, políticos ligados a vários partidos, como Américo de Grazia (LCR), María Corina Machado (Indp), Leomagno Flores (AD), Andrés Velásquez (LCR), Juan Pablo García (AD), José Gregorio Contreras (COPEI), Luis Barragán (COPEI), Eduardo Gómez Sigala (Indp), Ángel Medina (AD), Freddy Marcano (AD) y Juan Guaidó (VP) e odirigente da *Voluntad Popular*, Leopoldo López, da *Movida Parlamentar* e da *Voluntad Popular*, somando um total de quarenta pessoas<sup>161</sup>, incluindo doze deputados da *Asamblea Nacional*. No local, leram uma carta intitulada *El Esequibo és nuestro*. Na ocasião Corina Machado enfatizou o objetivo da excursão:

Vinimos a constatar la situación de las personas de San Martín de Turumbán, de Etherimbang y de los caseríos cercanos y verificar cómo están los hombres y mujeres de nuestra Fuerza Armada que hacen defensa de nuestra integridad territorial, además de la situación de los servicios esenciales que deben haber en la zona. Ver: Soberanía. Org. 12/11/2013<sup>162</sup>.

Um convite para acompanhar a excursão teria sido também enviado ao Ministério da Defesa, que, entretanto, não teria se manifestado. Em Agosto do mesmo ano, uma excursão já havia sido realizada, entre os dias vinte e quatro e vinte e seis, por outro grupo, acompanhados por militares venezuelanos desarmados, que avançou em barcos para o interior da Guyana, para além do posto militar no rio Venano, num outro ato chamado *Acto de Soberanía en nuestro Esequibo*<sup>163</sup>, onde hastearam bandeira venezuelana e cantaram o Hino Nacional. A chanceler guianense Carolyn Rodrigues-Birkett alegou ter sido uma

---

161

<sup>162</sup> Viemos para averiguar a situação do povo de San Martín de Turumbán de Etherimbang e aldeias vizinhas e verificar como estão os homens e mulheres de nossas forças armadas que fazem a defesa da nossa integridade territorial, além da situação dos serviços essenciais que devem ser executados na zona. Ver no sítio: <http://www.soberania.org/2013/11/12/diputados-realizaron-un-inedito-acto-de-soberania>. Acessado em 05/04/2014.

<sup>163</sup> Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=qOWF3HOwjOg>. Acessado em 29/10/2013.

visita autorizada e amigável (*EL UNIVERSAL*, 23/09/2013). Na Guiana, um importante jornal local publicou uma curta matéria apontando o ato como uma tentativa de “fazer tempestade em um copo d’água”<sup>164</sup>.

#### FOTOS DE MANIFESTAÇÕES PRÓ-ESSEQUIBO

	
<p><b>Fonte:</b> Twitter de María Corina Machado – excursão pelo rio Venano durante <i>Acto de Soberania en el Nuestro Esequibo</i> (11/2013)</p>	<p><b>Fonte:</b> Twitter de María Corina Machado – Leopoldo López discursa durante <i>Acto de Soberania en el Nuestro Esequibo</i>(11/2013)</p>
	
<p><b>Fonte:</b> Revista Culturísima – Encontro sobre o Essequibo, ocorrido em maio de 2014, em Caracas.</p>	<p><b>Fonte:</b> <i>Mi Mapa de Venezuela incluye nuestro Esequibo</i> – cartaz de propaganda pró-essequibo.</p>

A presença desses venezuelanos na fronteira guianense aconteceu simultaneamente à visita de Maduro a Donald Ramotar, em Georgetown, momento que o presidente Venezuelano reafirmou a amizade com a Guiana e alegou as rugas fronteiriças como eventos do passado<sup>165</sup>. Para o secretário presidencial guianense Roger Luncheon, partidos da oposição históricos na

<sup>164</sup>Ver sitio <http://www.kaieteurnewsonline.com/2013/09/19/another-storm-in-a-teacup>. Acessado em 18/08/2014.

<sup>165</sup> Na ocasião da visita, durante o encontro Maduro respondeu a um jovem guianense qual é o estado das relações entre os dois países. Ver sitio [https://www.youtube.com/watch?v=4XIHHWASm\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=4XIHHWASm_U). Acessado em 31/10/2013.

Venezuela têm feito apelos nacionalistas diante do assunto, sugerindo estar sendo dada uma dimensão ao problema que não existe de fato<sup>166</sup>.

Movimentos parecidos têm sido frequentes e têm se expandido no território venezuelano, através das redes sociais, de reuniões e colóquios sobre o Essequibo<sup>167</sup>. Anualmente, reúnem-se simpatizantes pró-essequibo nas proximidades da Alcabala Casa Blanca. A partir de um sítio nas proximidades de San José de Anacoco, saem grupos em excursão até a fronteira, com o objetivo de atravessá-la e manifestar o pertencimento da região à Venezuela<sup>168</sup>.

Enquanto a agenda bolivariana, através do *buen oficiante*, mantém aproximação ente Maduro e Ramotar, preterindo qualquer pauta em torno do Essequibo, a crise interna vivida pela Venezuela parece estar levando ao aumento de movimentos pró-essequibanos. Embora diretamente não haja relações entre um fato e outro, a não ser da parte dos partidos de oposição que passaram a ter na política de Maduro um ponto forte para contestá-lo no país. Além disso, incluem firmes reações ao bolivarianismo.

Porém, é preciso esclarecer que esses grupos surgiram antes de a oposição a Maduro incluir atos pró-Essequibo. A origem de cada um deles se remete aos estudos feitos por um coronel venezuelano, que teria sido instrutor de Chávez na Academia Militar na década de setenta, quando o clima nacionalista pela questão havia arrefecido por conta do Protocolo de *Port of Spain*. Após a ascensão de Chávez, esse coronel teria uma assessoria no Ministério do Exterior e, durante os primeiros anos do séc. XXI, dedicou-se a reconstruir a história em torno do problema Esequibo, que culminou num livro ilustrado cujo título é *A Um Siglo del Despojo: Esequibo, la historia de una reclamación*<sup>169</sup>. Trata-se de Pompeyo Torrealba, que, por meio da apresentação, mapas e fotos de seu livro passou a dar entrevistas, palestras

---

<sup>166</sup> Ver sítio <http://gina.gov.gy/wp/?p=16770>. Acessado em 12/03/2014.

<sup>167</sup>Um exemplo foi o Foro Esequibo Palacio de las Academias, acontecido no dia 26 de Junho de 2014, em Caracas. Ver em <https://www.youtube.com/watch?v=K7ylaWsK3-E>, Acessado em 12/08/2014.

<sup>168</sup> Como exemplo, ver o sítio <https://www.youtube.com/watch?v=uSvWCTmIDS4>. Acessado em 12/03/2014.

<sup>169</sup>TORREALBA, op. cit.

em clubes, encontros militares, universidades e escolas, difundindo ideias pró-essequibanas. Foi por iniciativa dele, a fundação da *Ciudad de Puerto Esquivel*, em 2001, quando também foi cimentado sobre uma pedra, enorme busto de Simón Bolívar, olhando para a região do Essequibo.

O local nunca prosperou como cidade, e mesmo o busto de Bolívar quase sempre está coberto por mato, motivo de excursões pró-essequibanas para proceder à limpeza ao redor. Porém, tornou-se um símbolo da presença venezuelana na região do Essequibo, motivação para a criação do chamado *Movimiento Nacional al Rescate del Esequibano y el Esequibo (MNARDEE)*, um ano após, em 2002. No início, o movimento, cuja base ficou localizada na Ilha de Margarita, foi se ampliando com o ingresso de mais pessoas interessadas na problemática. Com a difusão nas redes sociais, o movimento tornou-se mais conhecido e gerou ramificações pelo país, *El Esequibo és Nuestro, Esequibo.VE, El Esequibo es Venezolano y punto!!!, Mi Mapa de Venezuela incluye nuestro Esequibo*, entre outros.

#### Mapa 10 – Ciudad Puerto Esquivel



**Fonte:** Movimiento Nacional al Rescate del Esequibano y el Esequibo – MNARDEE. <https://www.facebook.com/groups/mnardee/>. Acessado em 06/07/2014.

Todos surgiram, assim, através do movimento criado por Pompeyo Torrealba, tendo em comum entre eles o uso das redes sociais para difusão de ideias pró-essequibanas. Através desses meios são feitas convocatórias para reuniões periódicas nas proximidades do rio Venano, quase sempre culminando com incursões no território Essequibo. Também através deles são divulgados palestras, encontros e comemorações, de forma que a lista de amigos do Essequibo incorpora desde pessoas de diferentes faixas etárias, como pode ser constatado nas páginas dessas redes sociais<sup>170</sup>. Além disso, são responsáveis pela divulgação em rede mundial do que alude ao Essequibo, principalmente aqueles concernentes aos documentos da Comissão Mista que decorre do *Acordo de Genebra*.

No entanto, o movimento não alcança o conjunto da população venezuelana, que parece ignorar o problema Essequibo. Ou seja, o cidadão comum pouco ou nada compartilha de ideias pró-essequibanas, pelo menos é o que se pode verificar, por exemplo, em conversas na rua com taxistas ou com jovens estudantes. A impressão que fica é que o problema Essequibo, não sendo agenda do governo Maduro na relação com a Guiana, está sendo reacendido por pequenos grupos ligados a militares e setores da classe social mediana da Venezuela, principalmente alguns professores do ensino superior e militares reformados. Porém, como são setores que têm acesso à mídia, a questão tem sido colocada em jornais de oposição, como: *El Nacional*, *El universal*, *2001*, *El Mundo*, *Tal Cual*, *Quinto Dia*, *El Nuevo Pais*, *El Carabobeño*, *El Impulso*, jornais de grande circulação no país.

Dessa forma, reacendendo a disputa fronteiriça, que em momentos de confrontação política, em decorrência de períodos eleitorais, acaba sendo encampado pela esquerda, principalmente as de posição mais ostensiva contra Maduro, como Capriles, do *Primero Justicia*, e Leopoldo López, do *Vontade Popular*. Difícil saber se, em hipótese de mudança do quadro político venezuelano, haveria um avivamento da questão Essequibo. É certo dizer que, por ser um problema passível de uso político por diferentes forças partidárias,

---

<sup>170</sup>Ver: <https://www.facebook.com/MiMapaDeVenezuelaIncluyeNuestroEsequibo>; <https://www.facebook.com/groups/mnardee/?fref=ts>; <https://www.facebook.com/groups/essequibo/?fref=ts>; <https://www.facebook.com/amigosdel.essequibo?fref=ts>, entre outros. Acessados em 28/8/2014.

poderá ser parte de uma nova agenda em relação à Guiana, embora dificilmente, dada a conjuntura político-econômica mundial, chegar aos níveis de tensão do período de vigência do *Acordo de Genebra*. Por conta de tais fatores, o contencioso da Venezuela com a Guiana mantém-se como agenda aberta, e só o futuro poderá dizer a maneira como ela será fechada.

## CONCLUSÃO

A questão Essequibo tornou-se parte da história venezuelana durante toda segunda metade do séc. XX, despertada após o *Memorandum de Mallet-Prevost*. Mesmo nos momentos cuja ênfase sobre o assunto parecia esquecida, como foram as décadas de setenta, oitenta e noventa, na ocasião do *buen oficiante*, não deixou de constar na agenda das relações exteriores do país. Com o Chavismo, essa condição se radicalizou por conta da agenda bolivariana proposta por Chávez para a América Latina e Caribe, quando a Guiana tornar-se-ia parceira e vizinha de relações econômicas amigáveis.

O problema é que, em todos esses anos, na Venezuela, foram levantados documentos e refeitos mapas por *experts*. Além disso, criaram-se secretarias e departamentos voltados a negociações internas e externas sobre o assunto, talvez sem equivalente na história do país, de tal forma que gerou um imaginário sobre o Essequibo. Justamente esse imaginário passou a se constituir numa proposta constante de recuperação da zona reclamada, a ponto de poder ser apropriada por diferentes forças políticas do país.

Nos anos sessenta, ocasião de aguçamento da questão, a *Acción Democrática* – AD – e o *Comite de Organización Política Electoral Independiente* – COPEI – estiveram alinhados em relação aos objetivos da Comissão Mista, cuja tarefa seria o encaminhamento para resolver o litígio. Nas décadas seguintes, à medida que os partidos se alternavam no poder, não houve praticamente divergência sobre como conduzir uma solução ao imbróglio, de modo que, mesmo num período de apaziguamento mais intenso, como no governo de Carlos Andrés Pérez, de 1974 a 1979, a demanda fronteira manteve-se como uma permanente agenda em aberto e foi outra vez colocada em pauta na gestão de Jaime Lusinchi, na segunda metade da década de oitenta, século passado.

As ocasiões de intensificação das instabilidades políticas internas na Venezuela, em certos momentos, deixaram a questão Essequibo em segundo plano. Porém, foi reativada mais uma vez na dinâmica de superação das crises internas, como sucedeu no caso dos primeiros momentos da ascensão ao poder de Hugo Chávez, quando o *Pacto de Punto Fijo* havia perdido sua

substancialidade por conta das consequências sociais e econômicas deletérias geradas no país por seu governo. Chávez, por conta de sua origem militar, nos primeiros momentos, via a solução militar como caminho definitivo para resolver a disputa fronteira com a Guiana. Porém, esse seu ponto de vista viria a ser obstado por uma tentativa de golpe, acionado justamente por setores da sociedade venezuelana, insatisfeitos com sua proposta radical de reforma do país. Os anos que se seguiram ao golpe levaram Chávez a ampliar o alcance de sua proposta, aproximando-se dos ideários de esquerda, presentes em partidos que passaram a ter expressão em seu governo.

Assim, ao encampar ideias da esquerda de seu país, pôde dar substância a uma ideologia complexa, chamada por ele de *Revolución del Siglo XXI*. A complexidade dessa ideologia decorreu de tentativas de fusão de ideários iniciados como reação às oligarquias instaladas em países pobres da América Latina, tal como foi a Revolução Cubana, Allende no Chile, a Nicarágua da Revolução Sandinista, movimentos guerrilheiros em El Salvador e Colômbia. Ideários que mesclaram marxismo e movimentos sociais rurais, marcados por forte sentimento antiamericano e anticapitalista. A revolução proposta por Chávez amalgamou todas essas ideias com o mito Bolívar, um sentimento de nacionalidade muito forte no país.

Por essa ideologia, a Guiana deixaria de ser um país, que detém parte do território venezuelano, para se tornar uma vizinha parceira e amiga, com a qual importantes tratados comerciais poderiam ser assinados. Portanto, o bolivarianismo tirará da agenda a questão Essequibo, deixando-a em mãos do *buen oficiante*, que significou esquecê-la como pauta na relação entre as duas nações. Com o falecimento de Chávez e posse de Maduro, herdeiro de seu espólio político, o problema passou a ser apontado como acontecimento do passado, que teria decorrido em função de disputas de potências imperialistas. Pareceu, então, que a contenda havia sido definitivamente esquecida como agenda da política externa venezuelana. Pelo menos, foi o que sinalizaram as seguidas viagens de Chávez e, depois, de Maduro a Georgetown. Do mesmo modo, o percurso contrário foi feito com regularidade por pares guianenses, Bharrat Jagdeo e Donald Ramotar.

Por outro lado, o problema Essequibo tinha se tornado permanente no imaginário venezuelano, alcançando setores da sociedade, por exemplo, militares, que estiveram constantemente na fronteira, às vezes com rusgas diretas com soldados guianenses, como também foram ou deram suporte ao fracassado levante do Rupununi. Outrossim, *experts* levantaram farto material bibliográfico e documental sobre a questão, a ponto de tornar-se inspiração para fundamentar os direitos da Venezuela em relação à região. Assim, a junção de uma referência com outra gerou uma aspiração de que a região é de fato venezuelana. Essa ideia transcendeu as estruturas políticas e passou a ter autonomia em relação às posições de governo no que diz respeito à Guiana.

Dessa forma, aquilo que foi gerado como agenda de Estado, iniciado com Betancourt e ampliado com Leoni, plasmou a ideia do Essequibo como região pertencente à Venezuela, independente das forças políticas em ação. Não se pretende afirmar com isso que o imaginário Essequibo esteja presente na maioria das consciências individuais dos venezuelanos. Não se trata disso, mas de que a questão tornou-se, guardada as proporções, nacionalmente conhecida no país. Por isso, setores da sociedade venezuelana, ligados aos militares, a intelectuais e a políticos são os que abarcam ainda o problema Essequibo, dando a ele continuidade como agenda de discussão.

Tanto é assim que, dos anos noventa e a partir da primeira década do século XXI, vêm crescendo discussões em torno da questão Essequibo, seja no âmbito jornalístico, seja em painéis apresentados em datas nacionais comemorativas na Venezuela. Ao mesmo tempo, as redes sociais são utilizadas para difundir e mostrar que o Essequibo é chama ainda acesa no país, a tal ponto de envolver jovens de classe média que se vestem com camisetas com inscrições pró-essequibanas. Outro ponto a ser discutido é a maneira de como os partidos políticos usam esse imaginário.

Desde a proposta chavista de divulgação do bolivarismo, a Venezuela praticamente ficou dividida em dois setores muito bem nítidos no país: de um lado, estão os apoiadores do chavismo, geralmente formados por indivíduos que ficaram excluídos da distribuição de riqueza do país. São moradores dos *cerros* nos arredores da capital Caracas e setores marginalizados do campo e das cidades venezuelanas, que nunca tiveram acesso às condições mínimas

de subsistência. Será nesses setores que Chávez buscará apoio por meio de programas populares que permitirão relativa partilha da riqueza venezuelana. Essa parte da população “mitologizaram” Chávez, tornando-o um fenômeno de popularidade, não só no país, como também fora dele; do outro lado, estão aqueles afetados pela política bolivariana chavista, constituídos pela classe média e por parte de trabalhadores autônomos, além de muitos estudantes.

Por essa composição, a sociedade venezuelana encontra-se dividida entre os apoiadores de Chávez, por consequência do chavismo, e os que são contra suas propostas bolivarianas. Essa divisão ficou muito clara durante as últimas eleições, quando Maduro venceu por uma pequena margem de votos. Levando em consideração que na Venezuela o voto não é obrigatório, houve uma ostensiva campanha da situação para que os admiradores de Chávez fossem às urnas em deferência ao mito Chávez.

Essa oposição opõe-se integralmente à agenda bolivariana, inclusive em relação a tratados internacionais com países como Cuba, Bolívia, Argentina e Equador e, na extensão, àqueles assinados com a Guiana, sob égide da cooperação entre os dois países. Um exemplo desse fato foi a tentativa da Guiana de realizar prospecções petrolíferas na plataforma territorial reivindicada no âmbito da Comissão Mista durante o governo Leoni. A oposição explorou amplamente o fato, sendo ele capa de importantes jornais considerados opositores do chavismo. As redes sociais divulgaram fotos do ocorrido, e a pressão levou a uma reunião em *Port of Spain*, na qual a Guiana foi compelida a dar explicações públicas através de notas, a ponto de ter que abortar seu projeto.

No momento da ocorrência desse fato, as relações entre os dois países eram de proximidade, de forma que, se não fosse a pressão da oposição sobre o governo em relação ao projeto guianense, teria passado despercebido. Em suma, a oposição ao chavismo é contra sua agenda bolivariana. Nesse contexto, a questão Essequibo passou a despontar, também, como parte de uma reação ao chavismo, manifestada publicamente, em debates e comícios, pelos candidatos de oposição Henrique Capriles e Leopoldo López. Ambos com posições fortes em termos da agenda Essequibo.

Enquanto Capriles sinaliza a necessidade de por fim ao *buen oficiante*, exigindo posições mais concretas da ONU, como manifestou em vários programas de televisão e em entrevistas em jornais, López revela uma posição mais radical, que passaria por canais de negociações com vista a resultados práticos, tal como o período de vigência das primeiras reuniões da Comissão Mista. Posição essa que se evidenciou em sua excursão ao Essequibo, frente a um grupo de parlamentares, no segundo semestre de 2013. Radicalidade que está presente também em sua posição contra a agenda bolivariana para Venezuela. A apropriação do litígio pela oposição demonstra que, numa eventual mudança na direção política do país, ainda muito instável, poderá reacender a questão como agenda de Estado. Difícil dizer como ela seria formatada, mas, seguramente, representaria uma redefinição na política exterior com a Guiana.

Do lado da Guiana, é visível sua dependência em relação à dinâmica das forças políticas internas da Venezuela. Tanto que se houver uma alteração no quadro político com o fim do bolivarianismo, possivelmente a Guiana terá muitos de seus compromissos com a Venezuela abalados, correndo o risco de voltar ao clima de tensão anterior. Fragilizada em sua economia durante anos seguidos, gerando uma espécie de diáspora de guianenses para fora do país, farta em recursos naturais na região do Essequibo, mas sem condições técnicas de exploração, a Guiana se viria afetada interna e externamente, caso se configurasse tal quadro.

Ademais, outro problema a ser analisado diz respeito aos chamados grupos pró-essequibo e seu alcance como força de reavivamento do problema Essequibo. A explicação para tal situação envolve uma breve exposição da memória da pesquisa. Quando os passos desta pesquisa estavam sendo delineados em Caracas, na ocasião das primeiras visitas de campo, grupos pró-essequibo tinham uma agenda mais amena, provavelmente em decorrência da força política de Chávez no país, em que a ideia de oposição era difamada como obstáculo à revolução bolivariana. Em 2013, em outra etapa de campo, já havia manifestações pró-essequibanas mais abertas, a ponto de resultar em colóquios e excursões à região do Essequibo. Momento este em que a oposição se fortalecia em decorrência da morte de Chávez, fator

que, sem dúvida, estava relacionado ao programa dos partidos de oposição a Maduro.

Porém, esses grupos, em nenhum momento, têm manifestado posições contrárias à agenda bolivariana, reservando-se a apontar a necessidade de colocar o problema na agenda do governo atual. O que se quer afirmar é que em, nenhum momento, os grupos pró-essequibo podem ser considerados de oposição, embora simpatizem com as ideias manifestadas por Capriles e López. Assim, enquanto os partidos de oposição encampam ideias pró-essequibanas, os grupos pró-essequibo não manifestam reações que possam ser interpretadas como de oposição. Tanto que nas manifestações feitas em redes sociais, não se verificam ataques a Maduro e à sua política do *buen oficiante* com a Guiana.

Pode ser que as razões para isso estejam na origem de tais grupos, formados entre outros, também por militares, que se reservam de atacar o governo por conta de afinidade com integrantes do Estado Maior, cujos membros foram escolhidos pela simpatia a Maduro, tal como ocorreu no período Chávez. Em conversas com pró-essequibanos, ficou evidente a não partidarização do movimento, o que é explicado pelo argumento de que os direitos sobre o Essequibo são históricos e inegáveis, portanto transcederiam as forças em ação. Não obstante, uma lista que circula nas redes sociais traz Leopoldo López e María Corina Machado, ambos declaradamente de oposição, como de amigos do Essequibo, o que denota a complexidade dos movimentos pró-essequibo na Venezuela. Suas manifestações públicas são sempre marcadas por iniciativas patrióticas, como o hino nacional do país sempre cantado no início das reuniões, ou ainda a exaltação a Bolívar, como símbolo nacional pró-essequibano.

Sendo assim, para o entendimento da controvérsia, foi preciso rastreá-la desde sua origem, quando a Linha Schomburgk deu começo a disputa, que parecia ter sido definida com o Laudo de Paris. Porém, depois de quase meio século, o *Memorandum Mallet-Prevost* reacende a questão por uma possível imperfeição na maneira como as comissões definiram a problemática aberta por Schomburgk. Todavia, permaneceu em relativo silêncio, até que nos anos sessenta tornou-se agenda de Estado em termos de política exterior com a

então Guiana Britânica. A Guiana, por sua vez, independente em 1966, passou a enfrentar forte hostilidade venezuelana, mesmo depois do *Acordo de Genebra*, que a princípio deveria desarmar o ânimo venezuelano em torno do assunto, mas que serviu para ações militares veladas contra a Guiana, nação ainda fragilizada por conta de sua recente independência. Nas décadas seguintes, o *buen oficiante* pareceu ser um caminho para dirimir o conflito entre as duas nações. Porém, essa condição sempre ficou ao sabor da conjuntura política, sendo mais agressiva ou menos ativa em relação à Guiana, quadro que também não se definiu na Era Chávez.

Como última palavra, é preciso ter em vista que essa questão ora parece estar adormecida, causando a impressão de que ela é um falso problema, ora mostra-se muito ativa, sugerindo que pode ser uma força política viva a tal ponto de poder ser capturada por partidos políticos, como aconteceu nas últimas eleições. Mas a impressão que ficou é a de que o movimento pró-essequibo não se nutre das políticas, ao contrário, percebe-se que são os partidos em suas tensões que se alimentam da questão Essequibo. Talvez, em nenhum momento, dada a conjuntura econômica e política mundial, a Venezuela venha de fato recuperar o Essequibo. Entretanto, como o problema condensou-se em um imaginário, estará sempre vivo, pelo menos nesse curso de tempo ainda indefinido pela própria imprecisão do quadro político na Venezuela, um país que ainda tem pendências territoriais com a Colômbia e com países do Caribe, por conta da ambição venezuelana em relação às suas águas territoriais.

Por ora, à Guiana resta observar, atenta e zelosa, os desdobramentos políticos de seu vizinho, pois dependerá deles seu futuro como país. Se suas relações com a Venezuela permanecerem no âmbito do *buen oficiante*, seu caminho como nação soberana e próspera se vinculará sempre a conversações com o país vizinho, principalmente, no que diz respeito à exploração de recursos naturais na região. Caso aconteça o contrário, isto é, com a elevação da beligerância, a Guiana dependerá, não só de alianças regionais, como de políticas de aproximação com potências econômicas mundiais, sejam os Estados Unidos, Canadá ou China. Duvidosas serão as opções que poderão lhe aparecer, quiçá uma aproximação mais consistente

com o Brasil, dado o compartilhamento de sua fronteira sul com este país. Mas, outra vez, a questão Essequibo poderá ser aberta e acionada contra projetos de desenvolvimento na região reclamada, configurando-se, assim, a curto e médio prazo, numa agenda aberta.

## BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, J. A importância geopolítica de Roraima no contexto fronteiriço regional do nordeste da América do Sul. In: *Anais do I Seminário Internacional: as fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinaridade das fronteiras*. Boa Vista: UFRR, 2012.

AMODIO, Emanuelle. El Dorado Ilustrado: las expediciones españolas al Parime (Guayana). 1770-1777. In: *Revista de Índias*. Vol. LV. Enero-Abril, 1995.

ANTICH, F. O. *Debilidad y más debilidad en la defensa del Territorio Esequibo*. El Universal, 09/09/2011

ARCAY, L. A. Rómulo Gallegos, Imagen y Trayectoria de su Obra. *Conferencia pronunciada en el Ateneo de Madrid el 3 de julio de 1978*. Madrif, 1978.

ARON, R. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, instituto de Pesquisa de Relações internacionais, 2002.

BARBOSA, L. S. et al. *Em Defesa do Interesse Nacional, Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*, São Paulo, Paz e Terra, 1994.

BARROS, Nilson C. C. *Paisagem e Tempo na Amazônia Setentrional, estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. UFPE, 1995.

BARTELS, D. Class conflict and racist ideology in the formation of modern guyanese society. In: *Canadian Review of Sociology and Anthropology*. Toronto, 1977.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington, A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BARBOSA, L. S. et al. *Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*, São Paulo, Paz e Terra, 1994

BAINES, S. G. O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana. In: *Cad. CRH* vol. 25 nº 64 Salvador Jan./Apr. 2012

BERKOWITZ, P. *Never a Matter of Indifference: Sustaining Virtue in a Free Republic*, Hoover Institution Press, 2003

BOERSNER, D. Cuba y Venezuela: conflicto y convivencia. In: SERBIN, Andrés. *Geopolítica de las relaciones de Venezuela com el Caribe*. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica, 1982/1983.

\_\_\_\_\_. Venezuela y el Caribe. In: *Presencia cambiante*, Caracas, 1978

BONDARENKO PISEMSKAYA, N. Situación ecolingüística venezolana contemporánea. Papeles de Trabajo Nº 20. Universidad de Oriente: *Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural*, 2010.

BOURDIEU, P. *Reponses*. Paris; Seuil, 1992.

\_\_\_\_\_. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, pp. 193-216.

BRICEÑO, M. F. *La cuestion de limites entre Venezuela y la Guyana Britanica*. Caracas, Publicaciones del Ministério de Relaciones Exteriores, 1962.

BULKANA, J. *The Struggle for Recognition of the Indigenous Voice: Amerindians in Guyanese Politics*. In: *The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs*. University of British Columbia, Vancouver, Canadá, 2013, pp. 367-380.

BURNHAM, F. *A destiny to mould*. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970.

BROTHERSON JR, Festus. The foreign policy of Guyana, 1970-1985: Forbes Burnham's search for legitimacy. In: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Center for Latin American Studies at the University of Miami. Vol. 31, No. 3, 1989.

BULKAN, J. The Struggle for Recognition of the Indigenous Voice: Amerindians in Guyanese Politics. In: *The Commonwealth Journal of International Affairs*, Vancouver, Canadá, 2003.

BUZETTO, Marcelo. As lutas sociais e políticas na Venezuela Bolivariana. In: *DOSSIÊ - América Latina: nova fase de múltiplos embates*, 2013, encontrado no sítio: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf\\_19\\_20/14.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/14.pdf). Acessado em 12/02/2014.

CALVANI, A. *La política internacional de Venezuela en el último medio siglo, en Venezuela moderna. Medio siglo de historia, 1926-1976*, Caracas, fundación Mendoza, pp. 400-450, 1976

COLCHESTER, M; LA ROSE, J; JAMES, K, *Mining and Amerindians in Guyana Mining and Amerindians in Guyana (Final report of the APA/NSI project on Exploring Indigenous Perspective on Consultation and Engagement within the Mining Sector in Latin America and the Caribbean)*, Ottawa, Canadá, The North-South Institute/L'Institut Nord-Sud, 2002.

CASANOVA, R. *Partidos políticos venezolanos: ideas para su reinvencción*. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS). Caracas, Oficina en Venezuela de la Fundación Friedrich Ebert, 2012.

CENTURIÓN, M. *Carta a Gálvez*, 27 de julho de 1776, AGS, 1742.

COLOMINE, F. e HERNÁNDEZ L. F. Los desafíos de la seguridad transfronteriza: perspectivas de los acuerdos de seguridad en el norte de América del Sur. In: *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS)*, Caracas, março de 2008.

CONDAMINE, M. P. *Relación abreviada de um viaje hecho por el interior de la América Meridional(desde la costa del Mar del Sur hasta las costas del Brasil y de la Guayana, siguiendo el curso del Rio de las Amazonas)*. Madri: Colpe, 1921 (séc. XVIII, 1774).

COZETTE .M. *Raymond Aron and the morality of realism*. College of Asia and the Pacific, Australian National University, Canberra, December, 2008.

CLYDE, K. A. *The Guyana-Venezuela Territorial Controversy: the international approaches of the Government of Guyana, 1966-1992*. Tese de Doutorado, Queen Mary and Wesfield College, University of London, 2002.

DÁVILA, L. R. *Imaginário político venezuelano: ensayo sobre el triênio octubrista*. Caracas, Alfadil Editora, 1992.

DAVIS, J. *Guyana: Venezuela border conflict*. In: *Center for International Development and Conflict Management*, University of Maryland, 30 de Outubro de 2002. Disponível no sítio <http://www.cidcm.umd.edu/pic/initiatives/guyana-venezuela/guyana~2.pdf>.

Acessado em 15/03/2014.

DELGADO, R. S. *Betancourt e Leoni en la Guyana Esequiba*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1984.

\_\_\_\_\_. *El Esequibo y la verdad documental: Una aclaratoria al Señor Presidente de la República Bolivariana de Venezuela*. Encontrado no sítio: <http://lilianafasciani.blogspot.com.br/2007/02/el-essequibo-y-la-verdad-documental.html>. Acessado em 16/03/2014.

DE SOLA, R. *Valuacion actualizada del Acuerdo de Ginebra*. In: *Bol. da ACIENPOL*, 39-91, pp. 59-84, Caracas: Academia de Ciencias Políticas y Sociales, 1983.

DICÓN, D. *História de la diplomacia Venezuelana*. Caracas, Universidad Católica Andrés Bello, 1999.

DONIS, M. *Guyana: historia de su territorialidad*. Caracas, UCAB, 2002.

EL NIMER, E. B. *Publicidad y controversia limítrofe anglo-venezolana en la prensa Tachirensis (1895-1897)*. In: <http://www.scielo.org.ve/pdf/te/v23n59/art02.pdf>.

Acessado em 12/03/14.

FARAGE, N. *Rebellious Memories: The Wapishana in the Rupununi Uprising, Guyana, 1969*. In: WHITEHEAD, N. L. (Ed.) *Histories and historicities in Amazonia*. University of Nebraska Press, Lincoln and London, 2003.

FAUCHILLE, Paul. *Conflit de limites entre le Brésil e la Grande-Bretagne e la sentence arbitrale du Roi D'Italie*. Paris: Editora A. Pedone, 1905.

FERNANDEZ, A. P. *Cronologia de Venezuela*. Ciudad Bolívar, Tipografía Horizonte, 2000.

FERNÁNDEZ, A. B. M. e MONTIEL, Z. C. D. (Coord.) *Transformaciones Sociopolíticas Recientes en America Latina*. LibrosenRed, 2005.

FERNANDES, R. B. *Pierre Bourdieu e a noção de liderança política*. In: *Revista Ensaio* – v. 2, nº 3, ano 2, 2010.

FIGUEROA, F. B. *História económica e social de Venezuela*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, 1996.

FRANK, E. *Viajar é preciso: Theodor Koch-Grünberg e Völkerkunde alemã do século XIX*, in: *Rev. Antropol.* vol.48 no.2 São Paulo July/Dec, 2005.

GRANGER, D. *The Rupununi Rebellion, 1969*. *Stabroeknews*, 18 de janeiro, 2009.

- GELLNER, E. *Thought and change*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1964.
- GOMEZ, O. J. F. *The Guyana-Venezuela border dispute: an analysis of the reasons behind Venezuela's continuing demands for abrogation of the 1899 anglo-venezuelan arbitral treaty*. Tese de Doutorado, Universidade da Flórida., 1992.
- GUDAT, E. M. *El día del atentado. El frustrado magnicidio contra Rómulo Betancourt*. Caracas, Editorial Alfa, 2013.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). *Venezuela: Visões brasileiras*. IPRI: Brasília, DF. 2004.
- HOPE, Kempe F. National Cooperative Commercial Banking and development Strategy in Guyana. *In: as American Journal of Economia e Sociologia*, Inc. Vol. 34, No. 3, julho, 1975
- HERZ, J. An internationalist's journey through the century, *In: journeys through world politics*. Lexington Books, 1989.
- HOBBS, T. *O Leviatã*. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1998.
- HUMBOLDT, A. von and BONPLAND, A. 1819-29. *Personal narrative of travels to the equinoctial regions of the New Continent during the years 1799-1804*. Helen Maria Williams, trans. London: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown, 1831.
- ISHMAEL, O. *From autocracy to democracy in Guyana aspects of post-independence guyanese history (1966-1992)*. Boston / Georgetown: GNI Publications, 2012
- \_\_\_\_\_. *The Trail of Diplomacy: A Documentary History of the Guyana-Venezuela Border Issue*, 1988, disponível no site [http://www.guyana.org/features/trail\\_diplomacy.html](http://www.guyana.org/features/trail_diplomacy.html), acessado em 12/04/2008.
- \_\_\_\_\_. *The Guyana Story*, 2002-2004.
- JAGAN, C. *The West on Trial. The Fight for Guyana's Freedom*. Canada, Harper, 2004.
- \_\_\_\_\_. *The role the CIA in Guyana and its activities throughout the world*, Georgetown: New Guyana Co. 1967.
- \_\_\_\_\_. *Forbidden Freedom: the story of British Guiana*. International Publishers Co. Inc, 1954.
- JORGE, A. G. A. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal. 1999.
- JOSEPH, C. L. *Anglo-American diplomacy and the re-opening of the Guyana-Venezuela boundary controversy*. Canadá: Trafford Publishing, 2010.
- KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói, EDUFF, 2004.
- KING, K. F. S. *Land and people in Guyana*. Commonwealth Forestry Institute the Oxford, paper, 39, 1968.
- KISSLER, B. J. *Venezuela-Guyana boundary dispute, 1899-1966*. Texas: University of Texas, Ph. D. Tesis, 1971.

- KORNBLITH, Miriam e LEVINE, Daniel H. *Venezuela: the life and times of the party system*, Kellogg Institut Working Paper, June, 1993.
- KRASNER, S. D. *Defending the National interest: Raw Materials investments and U.S. Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- LIMA, E. C. L. *Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana*. Tese de doutorado: Flacso, UnB, UFRR, 2011.
- LOZA, L. The singular decolonization of British Guiana. In: *Cercles*, 28, 2013.
- LA TORRE, C. R. Arévalo. *El tratamiento periodístico em tres momentos de la controversia por el Esequibo*. Trabalho de Graduação, Caracas, UCV, 1985.
- LINHARES, E. *A política externa da terra dos seis povos: a República Cooperativa da Guiana*. Curitiba: Juruá ed., 2013.
- LUONGO, Luis José Silva, *De Herrera Campins a Chávez*, Caracas, Editorial Alfa, 2007.
- MACMILLAN PUBLISHERS "Administrative Regions - 1 and 7". *Macmillan Junior Atlas: Guyana*. Oxford: Macmillan Caribbean, 2009.
- MANCHESTER, W. *Portrait of a Presiden*. London: Michael Joseph. 1967.
- MÁRQUEZ, O. J. *La venezolanidad del Esequibo. Reclamación, desarrollo unilateral, nacionalidad de los esequibano*. Caracas: Editores Individuales 3, 2002.
- MAYA, M. L. El proyecto bolivariano en Venezuela (1999-2005). In: SCHULTE, C. e HILDEBRANDT, C. *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*. 1ª ed. São Paulo, IRL e Editora Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo*. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, setembro/ dezembro, vol. 14, nº 3, 2008.
- MENCK, J. T. M. *A Questão do Rio Pirara (1829-1904)*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- MIRABAL, G. G. *Del Acuerdo de Ginebra a la rebelión del Rupununi: tres años del proceso de recuperación de la Guyana Esequiba (1966-1969)*. Dissertação de Mestrado. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2011.
- MOLINA, J. E. e BARALT, C. P. *Luces y sombras de la democracia venezolana*. *Nueva Sociedad*, Nº. 154 Março-Abril, 1998.
- MONZON, C. A. B. La Política Exterior de Venezuela en los Tiempos del Socialismo del Siglo XXI: Entre la autonomía y la subordinación al capitalismo global. In: *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*. Vol. 6, No. 12. Julho/Dezembro, 2011.
- MORGENTHAU, H. *Politics among nations*. New York, Alfred Knopf, 1948.
- MURZI, A. T. *Lópes Contreras: de la tiranía a la libertad*. Caracas: Editora Ateneo, 1982.
- NASCIMENTO, K. e BURROWES, R. Introduction. In: BURNHAN, Forbes. *A destiny to mould*. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970.

NATH, D. *A History of Guyana*. London, 1975.

NABUCO, J. *O direito do Brasil*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1941.

\_\_\_\_\_. *Frontières du Brésil et de la Guyane Anglaise. La prétention Anglaise*. Second Mémoire présenté à Rome le 26 septembre 1903 par Joaquim Nabuco, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire du Brésil en Mission Spéciale auprès de Sua Majesté le Roi d'Italie, 6 vols., Paris: A. Lahure, 1903.

\_\_\_\_\_. *Troisième Mémoire*., 4 vols., Paris: A. Lahure, 1904.

NUÑEZ, E. B. *Tres momentos en la controversia de límites de Guayana*. Publicaciones del Ministerio de Relaciones Exteriores, Imprensa Nacional, Caracas, 1962.

OJER, P. *Robert Schomburgk: explorador de Guayana y sus líneas de frontera*. UCV. Inst. de Estudios Hispano-americanos, Caracas, 1969.

OROSCO, M. Inter-American Dialogue Working Paper commissioned by the U.S. Agency for International Development. In: *GEO Project*. January 15, 2003.

OROPEZA, G. H. e OJER, P. *Informes que los expertos venezolanos para la cuestión de límites con Guayana Británica presentan al gobierno nacional*. Archivo Guiana, S/N. 1966.

OTÁLVORA, E. C. *El Caribe y el contencioso con Guyana en la política exterior venezolana: contraste de dos tiempos*. In: *Cuadernos del Cendes*, n.49 Caracas, 2002.

PEREIRA, M. C. *Processo Migratorio na Fronteira Brasil-Guiana*. Dossiê Migração. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Estudos Avançados. v. 20, n. 57, São Paulo, 2006.

PÉREZ C, Z. *Maracay: de Gómez a López Contreras (Viejos y nuevos actores en la ciudad)*. *Mañongo*, nº 27, 2006.

PEROZO, C. Reconstrucción histórica de la reclamación venezolana sobre el territorio Esequibo durante el periodo 1982. In: *Revista Estudios Culturales*, Vol.05, nº10, dezembro de 2012.

PRADO JR. C. *Histórica econômica do Brasil*. 26ª ed. SP, Brasiliense. 2006.

PROCÓPIO, A. *Subdesenvolvimento Sustentável*. 5ª edição, Curitiba, Juruá: 2011.

RAMPHAL, A. *A time for peacekeeping*. Georgetown, 1969.

RESCANIERE, G. P. Pérez Jiménez quería recuperar el Esequibo y por eso fue derrocado. *Entrevista a Radio Mundial AM/FM*, Venezuela, em 17 de março de 2013.

REY, Juan Carlos. *Los desafíos de la democracia*. Caracas, Tierra de Gracia Editores, 1988.

RIOS, M. D. *El territorio de Venezuela: documentos para su estudio*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2001.

RIVIERE, P. (ed). *The Guiana Travels of Robert Schomburgk: 1835–1844: Explorations on Behalf of the Royal Geographical Society, 1835–1839* v. I. UK: Oxford University, Hakluyt Society Third, 2006.

\_\_\_\_\_. *Absent-minded Imperialism: Britain and the Expansion of Empire in Nineteenth-century Brazil*. I. B. Tauris, 1995.

RODWAY, J. *Chronological history of the discovery and settlement of Guiana*. Georgetown, 1888.

ROHTER, L. *Venezuelan Is Rekindling Land Dispute With Guyana*. *New York Times*, 17 de setembro de 2000.

ROMERO, C. A. *Reforma y política exterior de Venezuela*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1992.

ROMERO, C. A e CURIEL, C. *Venezuela: política exterior y rentismo*. In: *Cadernos PROLAM/USP*, V. 1, Ano 8, 2009.

SAMPAIO, Ferreira Rodrigues. *Diário do Rio Branco*, 1986. D'ALMADA, Lobo. *Descrição relativa ao Rio Branco e seu território*. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1861.

SANDERS, A. *Amerindians in Guyana. A minority group in a multi-ethnic society*. Caribbean Studies, 1972.

SCHOMBURGK, R. *Report nº.3: Letter from Mr. Schomburgk to Governor Light, Demerara, 15 de Setembro de 1841*. Reports de dezembro de 1841 a janeiro de 1843, disponível em [http://www.guyana.org/suriname/schomburgk\\_reports.html](http://www.guyana.org/suriname/schomburgk_reports.html).

\_\_\_\_\_. *A Description of British Guiana, Geographical and Statistical: exhibiting its resources and capabilities together with the present and future condition and prospects of the colony*. London: Frank Cass & Co. Ltd. 1970. Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, 2004.

SCHLESINGER, Arthur M. *A thousand days, John Kennedy in the White House*. Boston, Houghton Mifflin, 1965.

SCHULTE, C. e HILDEBRANDT, C. *Partidos de la izquierda y movimientos sociales en América Latina*. 1ª ed. São Paulo, IRL e Editora Expressão Popular, 2006.

SERBIN, A. *Nacionalismo, etnicidad y política en la República Cooperativa de Guyana*. Caracas, Bruguera, 1980.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica de las relaciones de Venezuela com el Caribe*. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica, 1982/1983.

\_\_\_\_\_. *Quando a limosna es grande el Caribe, Chávez y los límites de la diplomacia petrolera*. In: *Nueva Sociedad*, Nº 205, 2006.

SILVA, C. A. B. *A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível*. Tese de doutorado, Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. *Região do rio Essequibo: atualidade de uma reivindicação territorial venezuelana*. In: *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, 1(1):1-3. 2006.

SMITH, R. T. *British Guiana*. London: Oxford University Press, 1964.

SPINNER JR., Thomas J. *A political and social history of Guyana, 1945-1983*. Colorado: West view Press, 1984.

SLANTCHEV, B.L. *National Security Strategy: The Rise and Fall of Détente, 1971-1980*. Department of Political Science, Universidade da California, San Diego, 2014.

SOSA, R. *Valuación Actualizada del Acuerdo de Ginebra*. Caracas, 1982.

SOUZA, R. B. L. *O desenvolvimento econômico da Venezuela: 1950/2006*. Tese de doutorado Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2008

SWAN, M. *The Marches of El Dorado: British Guiana, Brazil, Venezuela*. Penguin Books, 1969.

TORREALBA, P. *A um siglo del despojo*. Venezuela: Torre-Alba Editores C.A, 2003.

TORRES, F. E. R. e ROJAS G. La conformación de los partidos políticos en Venezuela (1928-1948): Un espejo del presente. In: *Fermentum*, ano 18, nº 51, fevereiro- abril, 2008.

TURNO A., S. G. di. *Chávez y Guyana*. El Universal, 2011.

\_\_\_\_\_. *Política Exterior de Guyana*. Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudos de América Latina, 1988.

TURNER, F.J. O significado da fronteira no Oeste Americano. In: KNAUSS, Paulo (org). *Oeste Americano: 4 ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói, EDUFF, 2004.

URBANEJA, D. B. *La Política Venezolana desde 1899 hasta 1958*. 2ª. Ed. Caracas: Fundacion Ciento Gumilla, Cuadernos del Curso de Formación Sociopolítica, 2003.

VILLEGAS V. R. Y. *Rafael Caldera (1969-1974) y Hugo Chávez Frías (1999-2007): similitudes y diferencia en materia de Política Exterior: Continuidades y Rupturas*. Trabalho Especial apresentado para obter o Título de Especialista em Derecho y Política Internacionales. Universidad Central de Venezuela Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas Centro de Estudios de Postgrado Especialización en Derecho y Política Internacional. Caracas, 2012.

VITALE, L. *Notas para una historia del movimiento obrero venezolano*. Caracas, UCV, 1981.

VIVEIROS, E. de. *Rondon conta sua vida*. Ed. Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

VIZENTINI, P. G. F. (2004). A política externa da Venezuela frente à globalização. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (Org.). *Venezuela: Visões brasileiras*. IPRI: Brasília, DF. 2004, p. 55-80.

WATERS JR, Robert Anthony e DANIELS, Gordon Oliver. Cheddi Jagan and the Guianese Sugar Workers' Strike of 1964, In: *Cold War History*, Vol. 10, No. 4, November 2010, 537–569.

YÁNEZ, E. *Cuba-Venezuela: interdependencia y control*. In: *Instituto de Estudios Cubanos y Cubano-Americanos*. Universidad de Miami, 2007.

## OUTRAS FONTES

AMBIENTE: GESTÃO E DESENVOLVIMENTO, 1(1):1-3. 2006.

CAD. CRH VOL. 25 Nº 64 SALVADOR JAN./APR. 2012.

CADERNOS PROLAM/USP, V. 1, Ano 8, 2009.

CANADIAN REVIEW OF SOCIOLOGY AND ANTHROPOLOGY. Toronto, 1977.

COLD WAR HISTORY, Vol. 10, No. 4, November 2010, 537–569.

CUADERNOS DEL CENDES, n.49 Caracas, 2002.

ECONOMIC AND TECHNICAL COOPERATION, in: *XXIV Meeting of International Cooperation Directors for Latin America and the Caribbean. Regional Cooperation in the area of Border Integration*. San Salvador, El Salvador, 30 e 31 de maio de 2013, Nº 3-13.

FERMENTUM, ano 18, nº 51, fevereiro- abril, 2008.

FRONTIÈRES DU BRÉSIL ET DE LA GUYANE ANGLAISE. LA PRÉTENTION ANGLAISE. Second Mémoire présenté à Rome le 26 septembre 1903 par Joaquim Nabuco, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire du Brésil en Mission Spéciale auprès de Sua Majesté le Roi d'Italie, 6 vols., Paris, A. Lahure, 1903.

---

\_\_\_\_\_. Troisième Mémoire présenté à Rome le 25 février 1904 par Joaquim Nabuco, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire du Brésil en Mission Spéciale auprès de Sa Majesté le Roi d'Italie, 4 vols., Paris, A. Lahure, 1904.

GACETA OFICIAL nº 28.672, de 09 de setembro de 1968.

INSTITUTO GEOGRÁFICO DE VENEZUELA SIMÓN BOLÍVAR. Primera edición, *República Bolivariana de Venezuela*, 2005.

JOURNAL OF INTERAMERICAN STUDIES AND WORLD AFFAIRS, Center for Latin American Studies at the University of Miami. Vol. 31, No. 3, 1989.

JOURNEYS THROUGH WORLD POLITICS. Lexington Books, 1989

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA VENEZUELA, *Livro Amarelo*, 1963.

---

*Reclamación de la Guayana Esequiba*, Caracas, Documentos, 1966.

---

*Informe de los expertos venezolanos para la cuestion de limites com Guyana Britanica presentan al Gobierno Nacional.* Caracas: Ministerio de relaciones Exteriores, República de Venezuela, 1967, p. 25-26.

---

*Informe de los expertos venezolanos para la cuestion de limites com Guyana Britanica presentan al Gobierno Nacional.* Caracas, Ministerio de relaciones Exteriores, República de Venezuela, 1967.

MONTALBAN (Revista). Estudios reunidos en homenaje a Hermann González Oropeza, s.j.nº 32. Caracas, UCAB, 1999.

NUEVA SOCIEDADE, Nº 205, 2006.

REPORT AND ACCOMPANYING PAPERS OF THE COMMISSION APPOINTED BY THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES TO INVESTIGATE AND REPORT UPON THE TRUE DIVISIONAL LINE BETWEEN THE REPUBLIC OF VENEZUELA AN, 1896-97.

REVISTA ESTUDIOS CULTURALES, Vol.05, nº10, dezembro de 2012.

REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEGRÁPHICO E ETNOGRÁPHICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1861.

REVISTA DE ÍNDIAS. Vol. LV. Enero-Abril, 1995.

REVISTA ENSAIOS. V. 2, nº 3, ano 2, 2010.

SCOTTISH GEOGRAPHICAL MAGAZINE, 1896.

[STATISTICAL BUREAU](#).ECONOMIC SURVEY OF GUYANA, 1966.

THE COMMONWEALTH JOURNAL OF INTERNATIONAL AFFAIRS, Vancoouver, Canadá, 2003.

XXIV MEETING OF INTERNATIONAL COOPERATION DIRECTORS FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN.REGIONAL COOPERATION IN THE AREA OF BORDER INTEGRATION. San Salvador, El Salvador, 30 e 31 de maio de 2013, Nº 3-13.

VENEZUELA. *Constituição Nacional*, 1961.

WIKPÉDIA, 2014, acessado em 02/02/2014.

### **Jornais Consultados:**

The Thunder, El Universal, El Nacional, El Impulso, Le Monde, UPI, Agencia Venezuelana de Notícias - AVN, Notícias 24, Reuters, El Mundo, Strabroeknews.

## Sites Consultados:

[http://politica.eluniversal.com/2009/06/08/pol\\_art\\_guyana-otorga-conces\\_1422034.shtml](http://politica.eluniversal.com/2009/06/08/pol_art_guyana-otorga-conces_1422034.shtml). Acessado em 23/07/2014

[http://www.aminera.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=6962&Itemid=2](http://www.aminera.com/index.php?option=com_content&task=view&id=6962&Itemid=2). Acessado em 23/07/2014.

<http://www.cidob.org/es/content/pdf/1795>. Acessado em 13/05/2013.

[http://opeal.net/investigaciones\\_especiales/PVen3.pdf](http://opeal.net/investigaciones_especiales/PVen3.pdf). Acessado em 13/05/2013.

[http://en.wikipedia.org/wiki/Venezuelan\\_crisis\\_of\\_1895](http://en.wikipedia.org/wiki/Venezuelan_crisis_of_1895), 2013. Acessado em 05/04/2014.

<http://www.ggmc.gov.gy/>. Acessado em 05/04/2014.

<https://www.youtube.com/watch?v=8ZC1F8ISuh8>

[http://www.diarioliberalde.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5113:hugo-chavez-anuncia-possivel-adesao-da-guiana-a-alba&catid=282:institucional&Itemid=184](http://www.diarioliberalde.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5113:hugo-chavez-anuncia-possivel-adesao-da-guiana-a-alba&catid=282:institucional&Itemid=184)>. Acessado em 13/09/2013.

<http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?id=5747&entidad=Textos&html=1>. Acessado em 19/08/2014.

<http://www.soberania.org/2013/11/12/diputados-realizaron-un-inedito-acto-de-soberania>. Acessado em 05/04/2014.

<http://www.kaieteurnewsonline.com/2013/09/19/another-storm-in-a-teacup>. Acessado em 18/08/2014.

<https://www.youtube.com/watch?v=qOWF3HOwjOg>. Acessado em 29/10/2013.

<http://www.mariacorina.com/oficina-de-prensa/notas-de-prensa/888-qmaduro-es-el-responsable-directo-de-la-angustia-y-anarquia-generada-en-el-paisq.html>. Acessado em 18/08/2014.

<http://www.rcnradio.com/audios/escuche-parte-del-discurso-de-nicolas-maduro-durante-su-posesion-como-presidente-e-53761>. Acessado em 29/06/2014.

[http://3.bp.blogspot.com/\\_QYImE28IQRc/SHFsfllCF4I/AAAAAAAAAf0/XYQZ7J8KQaw/s400/Tcnel.%2BR.%2BL.%2B\(R\)%2BLitigio%2Bcon%2Bla%2BGuayana%2BEsequiba-%2B1964.%2BPag%2B20.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_QYImE28IQRc/SHFsfllCF4I/AAAAAAAAAf0/XYQZ7J8KQaw/s400/Tcnel.%2BR.%2BL.%2B(R)%2BLitigio%2Bcon%2Bla%2BGuayana%2BEsequiba-%2B1964.%2BPag%2B20.jpg). Acessado em 18/08/2014.

<http://www.guyana.org/suriname/report1.html>. Acessado em 18/08/2014.

[http://es.wikisource.org/wiki/Laudo\\_de\\_Par%C3%ADs\\_de\\_1899\\_sobre\\_los\\_L%C3%ADmites\\_de\\_Venezuela\\_con\\_la\\_Guayana\\_Brit%C3%A1nica](http://es.wikisource.org/wiki/Laudo_de_Par%C3%ADs_de_1899_sobre_los_L%C3%ADmites_de_Venezuela_con_la_Guayana_Brit%C3%A1nica)

<http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter133.html>. Acessado em 18/08/2014.

<http://www.datuopinion.com/la-linea-schomburgk>, . Acessado em 14/10/2013.

<http://www.cidob.org/es/content/pdf/1796>. Acessado em 14/10/2013.

<http://lilianafasciani.blogspot.com.br/2007/02/el-esquibo-y-la-verdad-documental.html>, acessado em 12/07/2014

<http://www.laguayanaessequiba.org/detalle.php?cid=40&id=58>. Acessado em 12/02/2014.

<http://www.semana.com/nacion/articulo/zona-de-candela/25121-3>, acessado em 13/04/2014.

[http://pl.wikipedia.org/wiki/Isla\\_de\\_Anacoco#mediaviewer/File:Ankoko-Island-1905.jpg](http://pl.wikipedia.org/wiki/Isla_de_Anacoco#mediaviewer/File:Ankoko-Island-1905.jpg). Acessado em 13/09/2013.

[http://www.guyana.org/features/trail\\_diplomacy\\_pt5.html#chap20](http://www.guyana.org/features/trail_diplomacy_pt5.html#chap20), cap. 20, 1998. Acessado em 15/04/2014

<http://www.guyanajournal.com/ankoko.html>. Acessado em 15/4/2014.

<http://www.pgr.gov.ve/dmdocuments/1966/28008.pdf>. Acessado em 12/02/2014).

<http://www.monografias.com/trabajos/rupununi/rupununi.shtml>, acessado em 18/05/2014.

[http://www.statisticsguyana.gov.gy/pubs/Chapter3\\_Population\\_Redistribution\\_Internal\\_Migration.pdf](http://www.statisticsguyana.gov.gy/pubs/Chapter3_Population_Redistribution_Internal_Migration.pdf). Acessado em 14/04/2014.

<http://acnur.org/biblioteca/pdf/6291.pdf?view=1>. Acessado em 12/03/2013.

<http://www.guyana.org/NDS/>. Acessado em 12/03/2013.

[http://www.eluniversal.com/2000/08/13/pol\\_art\\_13174AA](http://www.eluniversal.com/2000/08/13/pol_art_13174AA) e

<http://analitica.com/actualidad/actualidad-nacional/declaraciones-bajo-sospecha>; <http://www.panamaamerica.com.pa/content/venezuela-pide-explicaciones-eu-sobre-uso-de-base>. Acessados em 15/05/2014.

<http://www.tsj.gov.ve/legislacion/constitucion1999.htm>. Acessado em 13/05/2014.

[https://www.youtube.com/watch?v=4XIhHWASm\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=4XIhHWASm_U). Acessado em 31/10/2013.

<http://gina.gov.gy/wp/?p=16770>. Acessado em 12/03/2014.

<https://www.youtube.com/watch?v=K7ylaWsK3-E>, Acessado em 12/08/2014.

<https://www.youtube.com/watch?v=uSvWCTmIDS4>. Acessado em 12/03/2014.

<https://www.facebook.com/MiMapaDeVenezuelaIncluyeNuestroEsequibo>;

<https://www.facebook.com/groups/mnardee/?fref=ts>,

<https://www.facebook.com/groups/esequibo/?fref=ts>;

<https://www.facebook.com/amigosdel.esequibo?fref=ts>, entre outros.

Acessados em 28/8/2014.

## ANEXOS

### EL MEMORANDUM DE SEVERO MALLET-PREVOST<sup>171</sup>

"MEMORANDUM DEJADO AL JUEZ SHOENRICH, PARA NO SER PUBLICADO SINO A SU JUICIO, DESPUES DE MI MUERTE".

"El magistrado Brewer y yo nos embarcamos para Europa en enero de 1899 para asistir a la primera sesión del tribunal arbitral, que debía reunirse en París con el objeto de determinar la frontera entre Venezuela y la Guayana Británica. Los términos del Protocolo (firmado entre Gran Bretaña y Venezuela) exigían la reunión del tribunal en esa oportunidad. Sin embargo, como esta fecha resultaba incómoda para todos los que tenían que intervenir en el arbitraje, se decidió celebrar una simple sesión preliminar, para cumplir con los términos de Protocolo y levantar las sesiones para reanudarlas en fecha más apropiada".

"Antes de ir a París, el juez Brewer y yo nos detuvimos en Londres, y estando allí el Señor Henry White, encargado de negocios de los Estados Unidos, nos ofreció una pequeña comida a la cual fue invitado el Lord Justicia Mayor Russel. Me correspondió sentarme junto a Lord Russel, y en el curso de la conversación me aventuré a expresar que las decisiones de los arbitrajes internacionales deberían fundarse exclusivamente en consideraciones legales. Lord Russel respondió inmediatamente: "Estoy enteramente en desacuerdo con usted estimo que los arbitrajes internacionales deberían ser conducidos por vías más amplias y tomar en consideración cuestiones de política internacional". Desde aquel momento comprendí que no podíamos contar con Lord Russel para decidir la cuestión fronteriza sobre la base de estricto derecho.

"Cuando nos reunimos en París el 1º de junio siguiente conocía Lord Collins. Durante los discursos del Procurador General Sir Richard Webster y mío (los cuales duraron 26 días), apareció claramente que Lord Collins estaba

---

<sup>171</sup>FERNÁNDEZ, 1969, p. 271 e siguientes.

sinceramente interesado en darse cuenta completa de todos los hechos del caso y en determinar la ley a estos aplicables. Lord Collins, por supuesto, no dio indicación acerca de cómo votaría en la cuestión; pero toda su actitud y las numerosas preguntas que formuló eran críticas de las pretensiones británicas y daban la impresión que se iba inclinando hacia el lado de Venezuela".

"Después de que Sir Richard Webster y yo concluíamos nuestros discursos, el Tribunal suspendió sus sesiones para una corta vacación de dos semanas. Los dos árbitros británicos regresaron a Inglaterra y llevaron consigo al señor Martens".

"Cuando entré al departamento en donde me esperaban los árbitros americanos, el juez Brewer se levantó y dijo muy excitado:

"Mallett-Prevost, es inútil continuar por más tiempo esta farsa pretendiendo que nosotros somos jueces y usted abogado. El Magistrado Fuller y yo hemos decidido revelarle confidencialmente lo que acababa de pasar. Martens ha venido a vernos y nos informa que Russell y Collins están dispuestos a decidir en favor de la línea Schomburgk, que, partiendo de Punta Barima en la Costa, daría a la Gran Bretaña el control de la boca principal del Orinoco; y, que si nosotros insistimos en comenzar la línea partiendo de la costa en el río Moroco, él se pondría del lado de los británicos y aprobará la línea Schomburgk como la verdadera frontera ". Sin embargo añadió, él, Martens, estaba ansioso de lograr una sentencia unánime, y si aceptáramos la línea que él propone, el obtendría la aquiescencia de Lord Russel y Lord Collins a fin de llegar a una decisión unánime. Lo que Martens proponía era que la línea de la costa comenzara a cierta distancia al sudeste de Punta Barima, de modo de dar a Venezuela el control de la Boca del Orinoco, y cerca de 5.000 millas cuadradas de territorio alrededor de esa boca.

"Esto es lo que Martens ha propuesto. El Magistrado Fuller y yo somos de opinión que la frontera en la costa debería indicarse en el río Moroco. Lo que tenemos que decidir es si aceptamos la proposición de Martens o suscribimos una opinión disidente".

"En estas, circunstancias, el Magistrado Fuller y yo hemos decidido consultar con usted y ahora quiero hacerle saber que estamos dispuestos a seguir uno u otro camino, según lo que usted desee que se haga". Por lo que acababa de expresar el magistrado Brewer y por el cambio que todos habíamos observado en Lord Collins me convencí entonces, y sigo creyendo, que durante la visita de Martens a Inglaterra para decidir la cuestión en los términos sugeridos por Martens y que se había hecho presión, de un modo u otro, sobre Collins, a fin de que siguiera aquel camino. Naturalmente, me di cuenta de que yo solo no podía asumir la enorme responsabilidad de la decisión que se me exigía. Así lo hice ver a los dos árbitros y les pedí autorización para consultar al General Harrison. Al obtenerla fui a su apartamento para tratarle el asunto".

"Cuando revelé al General Harrison lo que acababa de pasar éste se levantó indignado, y caminando de un lado a otro, calificó la conducta de Gran Bretaña y Rusia en términos que es para mí inútil repetir. Su primera reacción fue la de pedir a Fuller y a Brewer que presentaran una opinión disidente, pero cuando se calmó y estudió el asunto desde un punto de vista práctico, me dijo: "Mallet-Prevost, si algún día se supiera que estuvo en nuestras manos conservar la desembocadura del Orinoco para Venezuela y que no lo hicimos, nunca se nos perdonaría. Lo que Martens propone es inícuo, pero no veo como Fuller y Brewer pueden hacer otra cosa que aceptar".

"Estuve de acuerdo con el general Harrison y así se lo hice saber a los Magistrados Fuller y Brewer. La decisión del Tribunal fue, en consecuencia, unánime; pero, si bien es cierto que dio a Venezuela el sector en litigio más importante desde un punto de vista estratégico, fue injusta para Venezuela y la despojó de un territorio muy extenso e importante, sobre el cual la Gran Bretaña no tenían en mi opinión, la menor sombra de derecho".

"Lo anterior ha sido dictado por mí y el 8 de febrero de 1944 ". "Otto Schoenrich. Miembro de la firma Curtis, Malletv-Prevost, Colt y Mosle de Nueva York."

**LAUDO DE PARIS - 3 DE OCTUBRE DE 1899<sup>172</sup>**

"Por cuanto el día dos de febrero de 1897 se celebró un Tratado de arbitraje entre los Estados Unidos de Venezuela y Su Majestad la Reina del Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda, en los términos siguientes:

"Los Estados Unidos de Venezuela y su Majestad la Reina del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda, deseando estipular el arreglo amistoso de la cuestión que se ha suscitado entre sus respectivos gobiernos acerca de límites de los Estados Unidos de Venezuela y la Colonia de la Guayana Británica, han resultado someter dicha cuestión a arbitramiento, y a fin de concluir con ese objeto, han elegido por sus respectivos Plenipotenciarios:

El Presidente de los Estados Unidos de Venezuela, al señor José Andrade, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de Venezuela en los Estados Unidos de América".

"Y su Majestad la Reina del Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda al muy honorable Sir Julián Pauncefote, Miembros del muy honorable Consejo Privado de su Majestad, Caballero Gran Cruz de San Miguel y San Jorge, y embajador extraordinario y Plenipotenciario de su Majestad en los Estados Unidos".

"Quienes habiéndose comunicado sus respectivos plenos poderes que fueron hallados en propia y debida forma, han acordado y concluido los artículos siguientes:

"Art. 1º: Se nombrará inmediatamente un Tribunal arbitral la línea divisoria entre los Estados Unidos de Venezuela y la Colonia de la Guayana Británica".

"Art. 2º: El Tribunal se compondrá de cinco Juristas: dos de parte de Venezuela, nombrados, uno por el Presidente de los Estados Unidos de Venezuela, a saber, el Honorable Melville Weston Fuller, Justicia Mayor de los Estados Unidos de América a saber: el Honorable David Josiah-Brewer, Justicia de la Corte Suprema de los Estados Unidos de América, dos de parte

---

<sup>172</sup>Idem, idem.

de la Gran Bretaña nombrados por los miembros de la Comisión judicial del Consejo Privado de su Majestad, a saber, el Muy Honorable Orden del Baño y el Honorable Sir Richard Henn Collins, Caballero, uno de los Justicias de la Corte Suprema de judicatura de su Majestad y de un quinto jurista, que será elegido por las cuatro personas así nombradas, o, en el evento de no lograr ellas acordarse en la designación dentro de los tres meses contados desde la fecha de canje de las rectificaciones del presente Tratado, por su Majestad el Rey de Suecia y Noruega. El Jurista a quien se elija será el Presidente del Tribunal".

"Y por cuanto dichos Arbitros han empezado en debida forma el Arbitraje y han oído y considerado los argumentos orales y escritos de los abogados que respectivamente representan a los Estados Unidos de Venezuela y a su Majestad La Reina, y han examinado imparcial y cuidadosamente las cuestiones de la extensión de los territorios pertenecientes a las Provincias Unidas de los Países bajos o al Reino de España respectivamente, o que pudieran ser legítimamente reclamados por las unas y por el otro, al mismo tiempo de la adquisición de la Colonia de la Guayana Británica por la Gran Bretaña."

"Por tanto, nosotros los infraescritos Arbitrarios, por la presente otorgamos y publicamos nuestra decisión, determinación y fallo sobre las cuestiones que nos han sido sometidas por el referido Tratado de Arbitraje, finalmente decidimos, fallamos y determinamos, por la presente, que la línea de demarcación entre los Estados unidos de Venezuela y la Guayana Británica es como sigue:

Principiando en la costa ala Punta Playa la línea de demarcación correrá por la línea recta y la confluencia del Río Barima con el Río Mururuma, y continuará por el medio de la corriente de este río hasta su fuente, y de este punto a la unión del Río Haiowa con el Amacuro, y continuará por el medio de la corriente del Amacuro hasta sus fuentes en la Sierra Imataca, y de allí al Sudeste por las cimas más altas del espolón de la Sierra de Imataca, hasta el punto más elevado de la cordillera principal de dicha Sierra Imataca en frente de la Fuente del Barima, y de allá seguirá la cima de dicha cordillera principal, al Sudeste, hasta la fuente del Acarabisi, y de este punto, continuará por el

medio de la corriente de este río hasta el Cuyuní y de allá correrá por la orilla septentrional del Río Cuyuní al Oeste hasta su confluencia con el Wenamy, y de este punto seguirá el medio de la corriente del Wenama hasta su fuente más occidental, y de este punto por línea recta a la cumbre del Monte Roraima y del Monte Roraima a la fuente del Coringa, y continuará por el medio de la corriente de este río hasta su unión con el Takutu, y seguirá el medio de la corriente del Takuto hasta su fuente, de este punto por la línea recta al punto más occidental al de la sierra Akarai, y continuará por la cúspide de la Sierra Akarai, hasta la fuente del Corentín llamado Río Cutiri. Queda siempre entendido que la línea de demarcación establecida por este fallo existe sin perjuicio y con reserva de cualquier cuestión que ahora exista o que ocurriese para determinación entre los Estados Unidos de Venezuela y la República del Brasil o entre esta República y el Gobierno de Su Majestad".

"Al fijar la mencionada línea de demarcación los Arbitros consideran y deciden que, en tiempo de paz, los Ríos Amacuro y Barima quedarán abiertos a la navegación de los buques de comercio de todas las Naciones salvo todo justo reglamento y el pago de derechos exigidos por la República de Venezuela y por el Gobierno de la Colonia de la Guayana Británica con respecto del tránsito de buques por las partes de dichos ríos que respectivamente les pertenecen, se fijen a la misma tasa para los buques de Venezuela y los de la Gran Bretaña, la cual no excederá a la que se exija de cualquier otra Nación: Queda también entendido que ningún derecho de aduana podrá ser exigido, ya por la República de Venezuela ya por la Colonia de Guayana Británica, con respecto de mercancías transportadas en los buques, navíos o botes pasando por dichos ríos; pero los derechos de aduana serán exigídoles solamente con respecto de las mercancías desembarcadas respectivamente en el territorio de Venezuela y en el de la Gran Bretaña".

"Hecho y publicado por duplicado por nosotros, en París, hoy el día 3 de octubre de AD 1899 (L.S.) F. de Martens. (L.S.), Melville Weston Fuller, (L.S.), David J. Brewer".

**RESULTADO DE LA REUNION CELEBRADA ENTRE  
VENEZUELA E INGLATERRA EN FEBRERO DE 1966 EN GINEBRA<sup>173</sup>**

El Gobierno de Venezuela y del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte en consulta con el Gobierno de Guayana Británica.

Considerando:

La próxima Independencia de Guayana Británica;

Reconociendo:

Que una más estrecha cooperación entre Venezuela y Guayana Británica redundará en beneficio para ambos países.

Convencidos

de que cualquier controversia pendiente entre Venezuela por una parte, y Reino Unido y Guayana Británica por la otra, perjudicaría tal colaboración y debe, por consiguiente, ser amistosamente resuelta en forma que resulte aceptable para ambas partes; de conformidad con la Agenda que fue convenida para las conversaciones gubernamentales relativas a la controversia entre Venezuela y el Reino Unido sobre la frontera con Guayana Británica, según el Comunicado Conjunto del 7 de noviembre de 1963, han llegado al siguiente Acuerdo para resolver la presente controversia:

**ARTICULO I**

Se establece una Comisión Mixta con el encargo de buscar soluciones satisfactorias para el arreglo práctico de la controversia entre Venezuela y el Reino Unido surgida como consecuencia de que el Laudo arbitral de 1899 sobre la frontera entre Venezuela y Guayana Británica es NULO.

**ARTICULO II**

Dentro de dos meses contados a partir de la entrada en vigor de este Acuerdo serán nombrados dos Representantes para que formen parte de la Comisión Mixta por los gobiernos de Venezuela y Guayana Británica. Estos pueden ser reemplazados por incapacidad para actuar, bien sea por muerte, enfermedad,

---

<sup>173</sup>Idem, idem.

etc. Pueden designar expertos para que colaboren con ellos si lo creen conveniente.

#### ARTICULO III

La Comisión Mixta presentará informes parciales a intervalos de seis (6) meses.

#### ARTICULO IV

Si dentro de un plazo de cuatro (4) años la Comisión Mixta no hubiera llegado a un acuerdo completo para la solución de la controversia se lo referirá al Gobierno de Venezuela y al Gobierno de Guayana en su informe final. Dichos gobiernos escogerán uno de los medios pacíficos previstos en el Artículo 33 de la Carta de las Naciones Unidas. Si dentro de tres (3) meses los Gobiernos de Venezuela y Guayana no hubiesen llegado a un acuerdo lo referirán al órgano internacional apropiado y si no al Secretario de las Naciones Unidas. Estos escogerán otros de los medios de solución previsto en dicha carta y así sucesivamente hasta solucionar la controversia o haber quedado agotados todos los medios de soluciones pacíficas.

#### ARTICULO V

Ningún acto o actividad que se lleve a cabo mientras se halle en vigencia este Acuerdo constituirá fundamentos para hacer valer, apoyar o negar una reclamación de soberanía territorial de los Territorios de Venezuela o Guayana Británica ni para crear derechos de soberanía en dichos territorios excepto cuando sea un convenio logrado por la Comisión Mixta y aceptado por escrito por el Gobierno de Venezuela y la Guayana Británica.

#### ARTICULO VI

La Comisión Mixta celebrará su primera reunión en la fecha y lugar acordados entre los Gobiernos de Venezuela y Guayana Británica.

#### ARTICULO VII

Este Acuerdo entrará en vigencia en la fecha de su firma.

## ARTICULO VIII

Al obtener Guayana Británica su independencia, el Gobierno de Guayana será en adelante parte del presente Acuerdo, además del Gobierno de Venezuela y del Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte.

En testimonios de lo anterior, los suscritos, debidamente autorizados para ello por sus respectivos Gobiernos, han firmado el presente Acuerdo hecho en duplicado, en Ginebra el 16 de febrero de 1.966, en español e inglés, siendo ambos textos igualmente autenticados.

Por el Gobierno de Venezuela: (Fdo.) Ignacio Iribarren Borges, Ministro de Relaciones Exteriores.

Por el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte: (Fdo.) Michael Stewart. Secretario de Estado de Relaciones Exteriores.

(Fdo.) Forbes Burnham. Primer Ministro de la Guayana Británica.

## **PROTOCOLO DE PUERTO ESPAÑA<sup>174</sup>**

El Gobierno de Venezuela, el Gobierno de Guyana y el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña o Irlanda del Norte.

Habiendo recibido en esta fecha el Informe Final, fechado el dieciocho (18) de junio de 1970, de la Comisión Mixta establecida por el Acuerdo cercado entre el Gobierno de Venezuela, y el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte, en consulta con el Gobierno de Guayana Británica, en Ginebra, el 17 de febrero de 1966, al cual se hace referencia en este Documento con el nombre de Acuerdo de Ginebra.

Convencidos de que la promoción de la confianza y de un intercambio positivo y amistoso entre Venezuela y Guyana llegará a un mejoramiento de sus relaciones, como corresponde a naciones vecinas y amantes de la paz, han convenido en lo siguiente:

### **ARTICULO I**

Mientras el presente Protocolo permanezca en vigor, el Gobierno de Venezuela y el Gobierno de Guyana, con sujeción a las disposiciones que siguen, explorarán todas las posibilidades de mejorar el entendimiento entre ellos y entre sus pueblos y en particular de promover su mejoramiento y con el objeto de producir un adelanto constructivo de las mismas.

### **ARTICULO II**

1) Mientras este Protocolo Permanezca en vigencia, no se hará valer ninguna reclamación que surja de la contención a que se refiere al Artículo I del Acuerdo de Ginebra, ni por parte de Venezuela a soberanía territorial de Guyana, ni por parte de Guyana a soberanía territorial en los territorios de Venezuela.

2) En este Artículo, las referencias a los territorios de Venezuela y a los territorios de Guyana tendrán el mismo significado que las referencias a los territorios de Venezuela y a los territorios de Guayana Británica, respectivamente, en el Acuerdo de Ginebra,

### **ARTICULO III**

---

<sup>174</sup>Idem, idem.

Mientras el presente Protocolo permanezca en vigor, se suspenderá el funcionamiento del Artículo IV del Acuerdo de Ginebra. En la fecha en que este Protocolo deje de tener vigencia, el funcionamiento de dicho Artículo se reanudará en el punto en que ha sido suspendido, es decir, como si el Informe Final de la Comisión Mixta hubiera sido presentado en esa fecha, a menos que el gobierno de Venezuela y el Gobierno de Guyana hayan antes declarado conjuntamente por escrito que han llegado a un acuerdo completo para la solución de la controversia a la que se refiere el Acuerdo de Ginebra o que han convenido en uno de los medios de arreglo pacíficos previstos en el Artículo 33 de las Cartas de la Naciones Unidas.

#### ARTICULO IV

1) Mientras el presente, protocolo permanezca en vigor, el artículo V del acuerdo de Ginebra (sin perjuicio de su aplicación ulterior después de que el presente protocolo deje de estar en vigencia) tendrá efecto en relación con el presente Protocolo en la misma forma en que lo tiene en relación con aquel acuerdo, sustituyéndose las palabras "Guayana Británica", donde quiera que aparezcan en dicho artículo, por la palabra "Guyana" y suprimiéndose en el párrafo 2) de dicho artículo, las siguientes frases:

a) ", excepto en cuanto tales actos o actividades sean resultado de cualquier convenio logrado por la Comisión Mixta y aceptado por escrito por el Gobierno de Venezuela y el Gobierno de Guyana ", y

b) ", ni se hará valer reclamación alguna sino en la Comisión Mixta mientras tal comisión exista".

2) La celebración y la vigencia del presente Protocolo no podrán interpretarse en ningún caso como renuncia o disminución de derecho alguno que cualquiera de las partes pueda tener para la fecha de la firma del mismo, ni como reconocimiento de ninguna situación, uso o pretensión que puedan existir para esa fecha.

#### ARTICULO V

1) El presente Protocolo permanecerá en vigor durante un período inicial de doce años, renovable con sujeción a los dispuestos en este Artículo, por períodos sucesivos de doce años cada uno.

2) Antes de la determinación del período inicial o de cualquier período de renovación, el Gobierno de Venezuela y el Gobierno de Guyana podrán decidir por acuerdo escrito que, a partir de la terminación del Período de que se trate,

el Protocolo continúe en vigor por períodos sucesivos de renovación menores de doce años cada uno, pero no inferiores a cinco años.

3) El presente Protocolo podrá ser terminado al finalizar el período inicial o cualquier período de renovación si, con seis meses por lo menos de anticipación a la fecha en la cual haya de terminar, el Gobierno de Venezuela o el Gobierno de Guyana hace llegar a los demás Gobiernos partes en este Protocolo una notificación escrita a tal efecto.

4) A menos que sea terminado de conformidad con el Parágrafo 3) del presente Artículo, este protocolo se considerará renovado al final del período inicial o al final de cualquier período de renovación, según el caso, de conformidad con las disposiciones del presente Artículo.

#### ARTICULO VI

El presente Protocolo al Acuerdo de Ginebra se conocerá como "Protocolo de Puerto España", y entrará en vigor en la fecha de su firma.

En fe de lo cual, los suscritos, debidamente autorizados a tal fin por sus respectivos Gobiernos, firman el presente protocolo.

Hecho en triplicado en Puerto España, Trinidad y Tobago, a los dieciocho (18) días de junio de 1970 en español y en inglés. Ambos textos tienen igual valor.

Por el Gobierno de Venezuela, Ministro de Relaciones Exteriores

Por el Gobierno de Guyana, Ministro de Estado,

Por el Gobierno del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte.

Alto Comisionado del Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte en Trinidad y Tobago.